

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO.

RAFAEL DOMINGUES DA SILVA

**Amílcar Cabral, Paulo Freire o processo da descolonização cognitiva na Guiné-
Bissau, África: experiência e legado**

São Paulo
2020

RAFAEL DOMINGUES DA SILVA

**Amílcar Cabral, Paulo Freire e o processo da descolonização cognitiva na
Guiné-Bissau, África: experiência e legado**

Versão Corrigida

Tese apresentada aos membros da
Comissão Julgadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação da FE-USP
como exigência parcial para a obtenção
do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: Cultura, Filosofia e
História da Educação

Orientadora: Prof.^aDr^a Maria de Fátima
Simões Francisco.

São Paulo– SP

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos pelo(a) autor(a)
Bibliotecária da FE/USP: Nicolly Soares Leite - CRB-8/8204

Da Domingues da Silva, Rafael
Amílcar Cabral, Paulo Freire e o processo da
descolonização cognitiva na Guiné-Bissau, África:
experiência e legado. / Rafael Domingues da Silva;
orientadora Maria de Fátima Simões Francisco. --
São Paulo, 2020.
322 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação
Cultura, Filosofia e História da Educação) --
Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo,
2020.

1. (neo) colonialismo na África. 2.
Descolonização cognitiva. 3. Paulo Freire. 4. Amílcar
Cabral. 5. Guiné-Bissau. I. Simões Francisco, Maria
de Fátima, orient. II. Título.

SILVA, R. D. **Amílcar Cabral, Paulo Freire e processo da descolonização cognitiva da Guiné-Bissau, África: experiência e legado.** 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Aprovado em: ____/____/____.

Banca Examinadora

Prof ^a Dr ^a	Maria de Fátima Simões Francisco (Orientadora)
Instituição:	Universidade de São Paulo (USP)
Julgamento:	_____

Prof. Dr.	Roberto da Silva
Instituição:	Universidade de São Paulo (USP)
Julgamento:	_____

Prof ^a Dr ^a	Márcia Jacomini
Instituição:	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Julgamento:	_____

Prof. Dr.	Sérgio Paulo Morais
Instituição:	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
Julgamento:	_____

Prof. Dr.	Jason Ferreira Mafra
Instituição:	Universidade Nove de Julho (UNINOVE)
Julgamento:	_____

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento a Deus e às energias positivas do universo que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a finalização deste trabalho.

Agradeço o apoio precioso de toda a minha família, amigos e mais especificamente a minha Mãe Maria de Fátima.

Agradeço a orientação e amizade fundamentais da Professora Doutora Maria de Fátima Simões Francisco.

Agradeço de modo especial aos docentes do Programa de Pós-Graduação da FE-USP que tive o prazer de conhecer e aprender muito. A contribuição deles para a formação acadêmica e também de vida dos mestrandos e doutorandos é inestimável.

Incessantes agradecimentos aos dedicados funcionários da secretaria da Pós-Graduação FE-USP e aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Educação.

Agradeço imensamente a CAPES pelo suporte financeiro durante todo o período de estudos.

O bem-estar e o progresso da Europa foram construídos com o suor e os cadáveres dos negros, dos árabes, dos indianos e dos amarelos. Isso, decidimos nunca mais o esquecer.

(Franz Fanon, Os Condenados da Terra, 2015).

“Mãe África

Vexada

Pisada

Calcada até as lágrimas

Confia e Luta

e um dia a África será nossa...”

(Vasco Cabral, A luta é Minha Primavera, Antologia Poética de Guiné-Bissau, 1990.

RESUMO

SILVA, R. D. **Amílcar Cabral, Paulo Freire e processo da descolonização cognitiva da Guiné-Bissau, África: experiência e legado.** 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Este trabalho tem o objetivo de investigar a experiência e o legado de Paulo Freire enquanto colaborador militante no processo de reconstrução nacional da Guiné-Bissau, um pequeno país da África Ocidental que conquistou sua independência em 1974 após mais de 500 anos de exploração colonial. Freire foi convidado pelo Governo Luís Cabral, o primeiro Presidente da Guiné independente (1973-1980), para assessorar a equipe do setor de alfabetização de adultos do Ministério da Educação sob a gestão de Mário Cabral. Ao receber o convite feito pelas autoridades da jovem nação, Freire asseverou que gostaria de trabalhar junto *com* o Governo para recriar conteúdos descolonizados para a alfabetização. Apesar de a campanha de alfabetização de adultos, na qual Freire se envolveu diretamente, ter tido resultados muito limitados, ele ultrapassou os limites de sua colaboração. Inspirado pelo pensamento pan-africano e pela trajetória política do intelectual guineense Amílcar Cabral (1924-1973), analisou criticamente a reconstrução daquela nação africana recém nascida em outras dimensões, como na economia. Uma economia solidária e cooperativa, se preocupando com o aumento da produção agrícola interna que garantisse a segurança alimentar da população. Esta investigação qualitativa foi respaldada teoricamente em obras de referência do pensamento africano pós-colonial como Fanon (1965; 2008; 2015), Diop (1985; 1991), Ki-Zerbo (1987; 2006), Hampâté Bâ (2003; 2010), Nkrumah (1967). As obras de Cabral e Freire cumpriram a função de ancora teórica e também como fonte documental. Além disso, privilegamos o uso de imagens hospedadas em sítios eletrônicos diversos e aqueles sítios eletrônicos que abrigam documentos diretamente relacionados à vida e a obra de Cabral e Freire. A obra intelectual e a liderança de Cabral foram fundamentais no processo de libertação de seu país. O objetivo de construir um Estado novo começou com a criação de uma escola nova. Tanto o trabalho revolucionário de Cabral, bem como o envolvimento direto de Paulo Freire no processo de reconstrução da Guiné Bissau e de outros países africanos possui sua marca histórica. Porém, essas experiências delimitadas historicamente e que nos foram legadas não são fósseis petrificados. Possuem importância e atualidade na perspectiva de oferecer um paradigma cognitivo pós-colonial que precisa ser adotado como um sólido valor alicerce colocado em prática nos mais diversos espaços educativos, na produção e compartilhamento de conhecimento, nas relações humanas não opressivas e, por isso mesmo, descolonizas.

Palavras-chave: História do neocolonialismo em África. Descolonização cognitiva. Reconstrução do Estado nacional. Resistência cultural. Reafricanização dos espíritos.

ABSTRACT

SILVA, R. D. **Amílcar Cabral, Paulo Freire and the process of cognitive decolonization in Guinea-Bissau, Africa: experience and legacy.** 2020. Thesis (Doctorate in Education) - Faculty of Education, University of São Paulo, São Paulo. 2020.

This work aims to investigate the experience and legacy of Paulo Freire as a militant collaborator in the process of national reconstruction in Guinea-Bissau, a small West African country that gained independence in 1974 after more than 500 years of colonial exploitation. Freire was invited by the Government Luís Cabral, the first President of independent Guinea (1973-1980), to advise the adult literacy sector team of the Ministry of Education under the management of Mário Cabral. Upon receiving the invitation from the authorities of the young nation, Freire stated that he would like to work together with the Government to recreate decolonized content for literacy. Although the adult literacy campaign, in which Freire was directly involved, had very limited results, he went beyond the limits of his collaboration. Inspired by pan-African thinking and the political trajectory of Guinean intellectual Amílcar Cabral (1924-1973), he critically analyzed the reconstruction of that newly born African nation in other dimensions, such as the economy. A solidary and cooperative economy, concerned with increasing domestic agricultural production that would guarantee food security for the population. This qualitative investigation was supported theoretically in reference works of post-colonial African thought such as Fanon (1965; 2008; 2015), Diop (1985; 1991), Ki-Zerbo (1987; 2006), Hampâté Bâ (2003; 2010), Nkrumah (1967). Cabral and Freire's works fulfilled the function of theoretical anchor and also as a documentary source. In addition, we privileged the use of images hosted on different websites and those websites that host documents directly related to the life and work of Cabral and Freire. Cabral's intellectual work and leadership were instrumental in his country's liberation process. The goal of building a new state began with the creation of a new school. Cabral's revolutionary work, as well as Paulo Freire's direct involvement in the process of reconstructing Guinea Bissau and other African countries, has its historic mark. However, these historically delimited experiences that have been left to us are not petrified fossils. They are important and up-to-date in the perspective of offering a post-colonial cognitive paradigm that needs to be adopted as a solid foundation value put into practice in the most diverse educational spaces, in the production and sharing of knowledge, in non-oppressive human relationships and, for this very reason, decolonized.

Key words: History of neocolonialism in Africa, Cognitive decolonization. Reconstruction of the national state, Reafricanization of spirits.

Lista de Ilustrações

Quadro1–Cronologia da Evolução Humana.....	31
Figura 2 – A Grande Fenda / Vale do Rafit. Observe o Lago Turkana e o Monte Kilimanjaro.....	32
Figura 3 – O imperador do Mali Mansa Musa representado num mapa catalão do século XIV que mostra o Norte da África. O que chama a atenção é o dourado de sua coroa, o trono e do objeto esférico em sua mão.....	35
Figura 4 – Localização do Reino Monomotapa (Mutapa em Inglês) no continente africano. Sofala, próxima ao litoral do Oceano Índico.	36
Figura 5 – Imagem aérea das ruínas do Grande Zimbábue, reino que foi conquistado e integrado ao reino Monomotapa, na região do Zimbábue, África.....	37
Figura 6 – Estátua em latão de Obá Esigie, antigo monarca do Reino de Benin (Nigéria), rodeado por jovens de seu séquito (séc. XVI - XVII). Museu Etnológico de Berlim.	38
Figura 7 – O pequeno Rinoceronte de Ouro de aproximadamente 800 anos, feito em madeira e revestido com finíssimas folhas do valioso metal dourado. A peça foi encontrada em 1934 no sítio do Reino Mapungubwe, próximo ao Rio Limpopo, África do Sul.	38
Figura 8 – Dimensão territorial do Império do Mali,a capital Tombuctu e o Rio Níger.	42
Figura 9 – Impérios/reinos africanos ao longo da história.	42
Figura 10 – Antigas rotas de comércio pré-colonial através do Deserto do Saara....	43
Figura 11– Dimensão territorial do reino do Kaabu (Gâmbia, Guiné-Bissau e Senegal). Meados do séc. XVIII.	47
Figura 12 – Planta baixa de uma habitação tradicional do povo Bijagó da Guiné-Bissau	50
Figura 13 – Planta baixa de habitação tradicional do povo Bijagó na Guiné-Bissau.	51
Figura 14– Planta de habitação tradicional de Balantas e Biafadas na Guiné-Bissau.	52
Figura 15 Planta de casa tradicional de Manjacos de Geta.	53
Figura 16 – Homem do Povo Mbuti (“Pigmeu”) com sua lança. Floresta Ituri, República Democrática do Congo, 1960.....	56

Figura 17 A griotte Adama Suso canta e Ma Lamini Jobareth toca a kora. Fara Banta, Gâmbia, 1991.	60
Figura 18– Dupla de griôs cantando a história. África Ocidental.....	60
Figura 19 – Pequena estátua egípcia antiga do Íbis-Sagrado.....	72
Figura 20– O Deus Toth como se estivesse escrevendo (esculpindo) os hieróglifos na parede.	72
Figura 21 – Trecho do Hino Nacional da Etiópia em Amárico (alfabeto ge'ez)	75
Figura 22 Cartão postal do Império alemão na África. Possivelmente primeira década do séc. XX. Em Alemão: “outras cidades, outras garotas (mulheres)”	80
Figura 23 – Banania. "Alimento delicioso para estômagos delicados. A venda em todos os lugares". 1915.....	81
Figura 24 – Jovens soldados uniformizados da Legião Senegalesa. Rifle e baioneta, 20 out 1915.	83
Figura 25 Judy Garland (1922-1969) em "O Mágico de Oz" (1939) e com blackface em "Everybody Sing" (1938).	85
Figura 26- "A França leva por livre e espontânea vontade a civilização, a riqueza e a paz até o Marrocos. Le Petit Journal/Suplemento Ilustrado. Paris, 19 de novembro de 1911	86
Figura 27 Samuel Maharero (1853-1923) - líder do povo Herero na rebelião.....	90
Figura 28HendrickWitbooi (1830-1905) - líder de facção do povo Namaqua.....	90
Figura 29 - General Lothar von Trotha, sentado bem no centro –Oberbefehlshaber (Comandante supremo), da tropa militar alemã na Namíbia, África, 1904.....	92
Figura 30- Homens jovens e adultos dos povos Herero e Namaqua aprisionados pelos alemães. Namíbia,1903 - 1904.....	92
Figura 31 Exemplar de cabeça decapitada de nativo do povo Herero ou Nama da Ilha de Shark, Namíbia, para possíveis estudos de Frenologia (1903-1904).	93
Figura 32 Grupo de revoltosos Herero e Nama mortos por enforcamento. Namíbia, África, primeira década do séc. XX.	93
Figura 33 Revolta Herero no Sudeste Africano Alemão/Herero acorrentado. “Moedor de Café Aecht Frank”. Namíbia, África, anos 1910.	94
Figura 34 Rei Leopoldo II da Bélgica (1835-1909) e uma charge com Leopoldo II representado na figura de uma serpente de borracha se enroscando no corpo de um seringueiro congolês, aprox. 1904.	98

Figura 35 A República Democrática do Congo / Congo Kinshasa, antigo Congo do Rei Leopoldo II (1885-1908).....	99
Figura 36 Missionários britânicos com nativos congolese segurando mãos cortadas de vítimas de membros da milícia ABIR. Congo Belga, 1904.	100
Figura 37 Congolese com cesto de coleta da borracha (látex). Congo Belga, primeira década dos anos 1900, séc. XX.	100
Figura 38 Uma das fotografias mais famosas de Alice Harris mostra Nsala exibindo mãos e pé cortados de sua filha de 5 anos, Boali, que depois foi morta por superintendentes belgas.	101
Figura 39 Moradias para trabalhadores (as) contratados (as) da Companhia de Diamantes de Angola – Diamang. Angola, África, 1962-63.	117
Figura 40 Trabalhadores contratados da Diamang no refeitório da mina de diamantes de Kaitala, Angola, 1962.....	118
Figura 41 Amílcar Cabral e mulheres combatentes das Forças Armadas Revolucionárias do Povo, as FARP-PAIGC, s/d.	123
Figura 42 Amílcar Cabral e sua primeira esposa Maria Helena (Lena) Rodrigues recém-chegados a Bissau, Guiné-Bissau, 1952.....	139
Figura 43 – Mobuto Sese Seko, ditador da RDC, usando seu famoso barrete de pele de leopardo	145
Figura 44– Amílcar Cabral (de óculos e usando relógio), do lado de Fidel Castro. Cuba, anos 1960.	152
Figura 45– Criança guineense exhibe destroços de bomba napalm encontrado na densa floresta da Guiné.	155
Figura 46– Tráfico de Escravizados da África para as Américas entre 1650 – 1860. Observe o arco da Costa dos Escravos	160
Figura 47– O Poilão, árvore portal para outro mundo e ponto de sociabilidades na Guiné-Bissau.....	161
Figura 48– Amílcar Cabral, Secretário-Geral do PAIGC, conversa com Marcelino dos Santos, vice-presidente da Frelimo (Moçambique). Nova York, sede da ONU, s/d.	171
Figura 49– Amílcar Cabral em diálogo com Sevilha Borja, Presidente da Comissão Especial da ONU que visitou as regiões libertadas no Sul da Guiné-Bissau nos anos 1970. Nova York, sede das Nações Unidas, s/d exata.	172

Figura 50 – Kwane Nkrumah (1909-1972), líder político e intelectual da libertação de Gana	176
Figura 51– Notícia, em Francês, da audiência do Papa Paulo VI com os subversivos africanos das colônias portuguesas. Revista PAIGC Actualités nº 19 / julho 1970. 181	
Figura 52– Entrevista de Paulo Freire na Guiné-Bissau, 1974.....	190
Figura 53– Mário Cabral, Darcy de Oliveira e Paulo Freire na Guiné-Bissau, entre 1976-78.	192
Figura 54– Cronologia biointelectual de Paulo Freire (1921 - 1997)	193
Figura 56– Relatório da Missão especial da ONU, 2 de abril de 1972	205
Figura 57– A reação portuguesa, Relatório da Missão Especial da ONU, 1972.	207
Figura 58– Jovens seguram o material didático: "O Nosso Livro de 1ª Classe". Guiné-Bissau, nov. 1970.	208
Figura 59 – Imagem da capa do livro "O Nosso Livro 1ª Classe". Guiné-Bissau,nov 1970.	208
Figura 60– No canto superior esquerdo, delegação sueca visita escola do mato em área libertada da Guiné-Bissau, novembro de 1970.	209
Figura 61– Cartaz sueco: "Apoie o PAIGC". Comitê Africa do Sul em Uppsala, Suécia, final dos anos 1960.	210
Figura 62 – Maria da Luz Boal (Lilica Boal), na Escola Piloto do PAIGC, recepciona uma delegação da União Soviética. Guiné Conacri, África, 1965.	211
Figura 63 – Amílcar Cabral jogando ping-pong com estudantes da Escola Piloto do PAIGC, Guiné Conacri, 1971. Fotógrafa: Bruna Polimeni.	212
Figura 64 – Amílcar Cabral (Com as mãos sobre a mesa) no I Congresso do PAIGC em Cassacá, Frente Sul, Guiné-Bissau, entre 13 e 17 de fevereiro de 1964.....	213
Figura 65– Amílcar Cabral com crianças; provavelmente em área libertada da Guiné ou na Escola Piloto na Guiné Conacri, s/d.	214
Figura 66 – Jovem numa aula de mecânica de automóveis na Escola-Piloto do PAIGC, Guiné-Conacri (1963-1973).....	215
Figura 67 – Aula de ginástica na Escola-Piloto do PAIGC, Guiné Conacri, 1965. ..	216
Figura 68 – Soldados do Paigc se encontram com agricultores em campo de arroz de uma área libertada na Guiné-Bissau, novembro de 1970.	223
Figura 69 – Soldados do Paigc e garotos de uma vila próxima guardam um estoque de arroz do lado de fora de um "armazém do povo" na mata. Guiné-Bissau, nov 1970.	224

Figura 70 – Enfermeira de prontidão em hospital de campanha improvisado na mata. Guiné-Bissau, nov 1970.	224
Figura 71 – Da esquerda para a direita:Mário Cabral, Darcy de Oliveira (IDAC) e Paulo Freire (IDAC / Conselho Mundial de Igrejas) no aeroporto de Bissau, entre 1976-78.	229
Figura 72 – Educandos da comunidade pesqueira Monte Mário participam de um círculo de cultura com a palavra BONITO como "tema gerador". São Tomé e Príncipe, 1978.	239
Figura 73 – Ficha de cultura em Nanquim e guache feita por Francisco Brennand (1927-2019) para Paulo Freire e sua equipe no âmbito da Campanha Nacional de Alfabetização, 1963.	242
Figura 74 – Peças de Tecido com símbolos Adinkra	252
Figura 75– Artesão demonstra o uso de carimbos Adinkra para estampar tecidos, s/l e s/d.	252

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Territórios do continente africano sob o controle de países europeus entre o final do séc. XIX até antes de 1914.....	18
Mapa 2 As potências colonialistas em África, 1945.	19
Mapa 3 Divisão política atual do continente africano.	20
Mapa 4 A atual Guiné-Bissau com suas divisões em províncias.	21
Mapa 5 – Áreas libertadas da Guiné-Bissau e aquelas ainda sob domínio provisório do colonialismo português, 1972.....	204
Mapa 6 – A Guiné-Bissau e os países fronteiriços: Senegal e Guiné Conacri. Observe o Rio Kongon.	206
Mapa 7 – As Ilhas de São Tomé e Príncipe, África insular. Observe a Linha do Equador, o Gabão e a Guiné Equatorial no continente.	234

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BCa	Bloco Capitalista.
BSo	Bloco Socialista.
CD	Congo Democrático.
CEI	Casa dos Estudantes do Império.
Comintern	Internacional Comunista.
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas.
FARP	Forças Armadas Revolucionárias do Povo.
FRAIN	Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colônias Portuguesas.
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique.
FRETILIN	Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente.
MAC	Movimento Anticolonialista.
MDA	Movimento Democrático de Angola
MLGVC	Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde.
MPLA	Movimento pela Libertação de Angola.
ONU	Organização das nações Unidas.
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.
PCV	Partido Comunista do Vietnã.
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado.
RDC	República Democrática do Congo.
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana.
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola.
UnSo	União Soviética.
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

SUMÁRIO

PREÂMBULO.....	18
INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO I: A ÁFRICA INCOMPARÁVEL E A GUINÉ: UM DUPLO PANORAMANAS TRAMAS DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE.....	28
1.1 O meio ambiente e a humanidade: a Grande Fenda e os gêneros <i>Australopithecus</i> e <i>homo</i>	28
1.2 As possíveis origens do nome África.	32
1.3 Algumas civilizações africanas mestras na manipulação de metais: o ouro.	34
1.4 Reinos africanos e seus centros urbanos cosmopolitas: o Kongo.	39
1.5 Reinos Africanos e seus centros urbanos cosmopolitas: Tombuctu, Reino do Mali	40
1.6 As rotas comerciais através do grande Deserto do Saara.	42
1.7 Os <i>Mandinka</i> e o Reino do <i>Kaabu</i> : a Guiné antes dos portugueses.....	44
1.8 A descoberta da Guiné do ponto de vista dos exploradores portugueses.	47
1.9 Alguns tipos de habitações e hábitos tradicionais de povos da Guiné-Bissau.	50
1.10 A historicidade dos nomes: original africano, a deturpação colonial e a re-africanização.	55
1.11 A tradição oral savânica em África: Os <i>Griôs</i> , os <i>Doma</i> e os <i>Griôs-Doma</i>	58
1.12 Mas nem tudo é cultura oral em África.....	66
1.13 Cheikh Anta Diop e o Egito, civilização africana.	69
1.14 A língua etíope / alfabeto ge'ez.....	73
CAPÍTULO II – O DISCURSO COLONIAL: PROPAGANDAS E ESTEREÓTIPOS ..	78
2.1-Uma propaganda, duas mensagens: do alimento para estômagos delicados e o estereótipo do <i>Y'a bom bananiano</i> contexto imperialista francês	78
2.2-O Império Colonial Alemão (1884-1916).....	87
2.3- Do império orgulhoso ao império humilhado: O Tratado de Versalhes e a partilha das colônias alemãs afro-asiáticas.....	94

2.4- As atrocidades no Congo do Rei Leopoldo II: como é corriqueiro açoitar, mutilar e assassinar seringueiros congolezes logo de manhã!	97
2.5- A colonização na Ásia: da Indochina Francesa ao Vietnã. Gandhi e o imperialismo britânico.	103
2.6-Portugal subimperialista e as grandes potências.....	105
2.7- O silêncio ensurdecedor de corpos caídos em chão frio: as guerras de pacificação dos colonialistas portugueses na Guiné.....	107
2.8- A segregação portuguesa e a falsa propaganda colonial da integração entre as raças.	108
2.9- Arquipélago de Cabo Verde: laboratório do cruzamento harmônico entre raças.	110
2.10- Apitos, cadernetas, cordas, muros, vinho e grão-de-bico.....	111
2.11- Alugam-se corpos negros: a circulação dos chamados serviçais e/ou contratados nas colônias portuguesas em África.....	115
CAPÍTULO III – DOSSIÊ BIOINTELLECTUAL DE AMÍLCAR CABRAL: OBRA INTELLECTUAL E PRÁXIS RADICAL	119
3.1. Uma breve biografia de Amílcar Cabral	119
3.2-As mais profundas raízes de Amílcar Cabral.....	120
3.3- A experiência universitária em Lisboa.	122
3.4- Mais um africano, mais um <i>Valor</i> , a corrente elétrica e a captação dos homens.	124
3.5- A casa dos estudantes do império: local de formação de lideranças africanas revolucionárias no coração da metrópole colonial.	128
3.6- Sobre homens e tigres: o Movimento <i>Negritude</i>	132
3.7- A fundação de um partido: do PAI ao PAIGC	141
3.8- O PAIGC e a cooperação internacional com os vermelhos: China e União Soviética.	146
3.9-A cooperação vermelha: os internacionalistas cubanos.	150
3.10-Colher os frutos da liberdade da árvore colonial: o léxico diplomático de Amílcar Cabral na ONU	158

3.11- O Papa Paulo VI e a tríade subversiva africana: o líder da Igreja Católica oferecendo seu apoio para comunistas terroristas?.....	178
3.12- O assassinato de Cabral: uma derrota temporária na luta global de libertação de todos os mundos colonizados e a Independência da Guiné.	183
3.13- Paulo Freire entra em cena na Guiné-Bissau	187
CAPÍTULO IV - “SENTADO À SOMBRA ACOLHEDORA DE UMA ENORME ÁRVORE,CONVERSANDO COM HOMENS GRANDES”: O PROCESSO DA DESCOLONIZAÇÃO COGNITIVA	196
4.1- A escola corânica e a escola colonial dos “comedores de porcos” no Mali, África Ocidental Francesa.....	196
4.2- A escola colonial: uma síntese histórica	200
4.4- As escolas do mato: quase sempre não tinham teto, não tinham quase nada.	202
4.5-A Escola Piloto da PAIGC na Guiné-Conacri.....	210
4.6- Português, a língua do colonizador, e a divergências quanto ao ensino do Crioulo como língua oficial.	216
4.7- Amílcar Cabral e os tipos de resistência: a luz focalizada na resistência cultural.	221
4.8- Paulo Freire na Guiné-Bissau: a impossibilidade de ser um técnico neutro que surge do estrangeiro com sua valise cheia de soluções	227
4.9- Mãe África, não há frutos de vosso ventre?.....	233
4.10- Paulo Freire e seu envolvimento com a campanha de alfabetização em São Tomé e Príncipe nos anos 1970: uma análise.	235
4.11- Amílcar Cabral e Paulo Freire, andarilhos globais da descolonização cognitiva, e a re-disseminação do gênio da África.	243
CAPÍTULO V – O LEGADO INTELECTUAL DE PAULO FREIRE E AMÍLCAR CABRALPOR MEIO DOS SÍMBOLOS AFRICANOS ADINKRA: UMA INTRODUÇÃO.....	251
CONSIDERAÇÕES FINAIS	263
ARQUIVOS / DOCUMENTAÇÃO.....	273

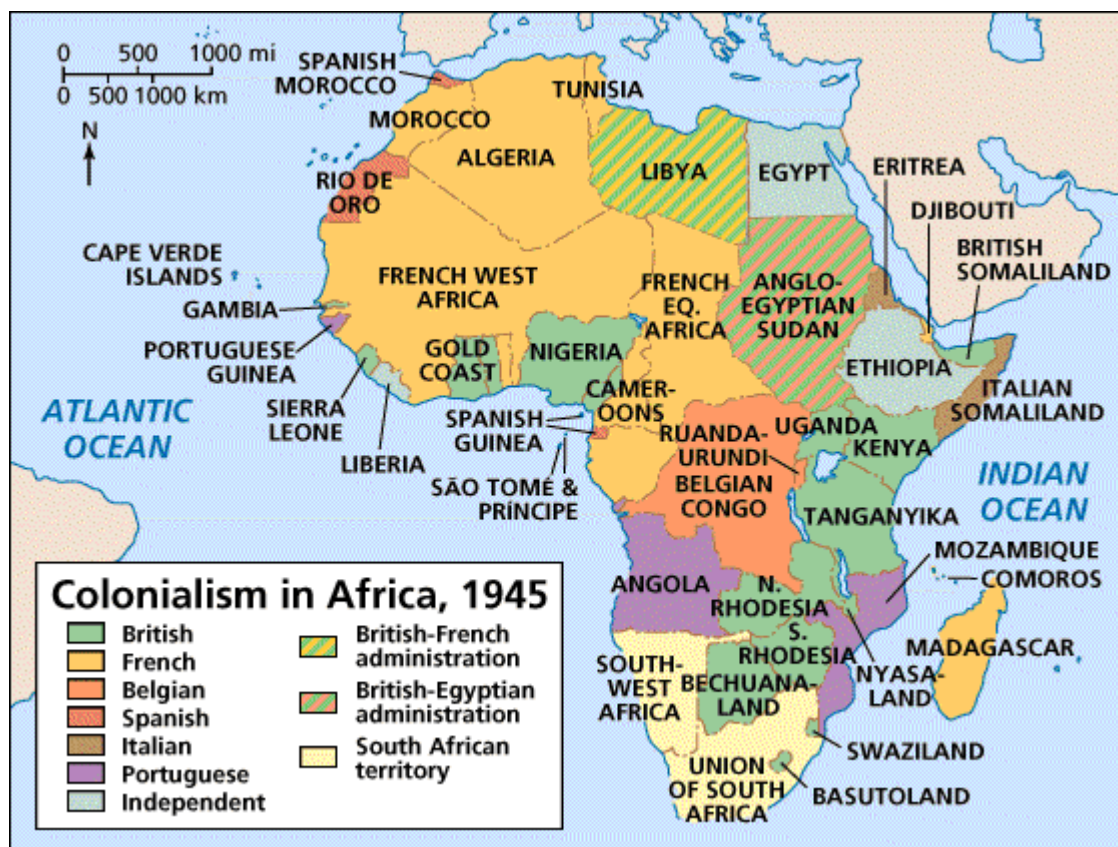
PREÂMBULO

Mapa 1 Territórios do continente africano sob o controle de países europeus entre o final do séc. XIX até antes de 1914.



Fonte: <http://fabiopestanaramos.blogspot.com/2011/07/o-imperialismo-europeu-no-continente.html>. Acesso em: 24 jan. 2020.)

Mapa 2 As potências colonialistas em África, 1945.



Fonte: <https://www.bing.com/images/search>. Acesso em 24 jan. .2020

Mapa 3 Divisão política atual do continente africano.



(Fonte: <<https://www.google.com.br/>> acesso em 24.01.2020)

*Congo - Kinshasa = República Democrática do Congo, antigo Zaire.

** Congo - Brazzaville = República do Congo.

Mapa 4 A atual Guiné-Bissau com suas divisões em províncias.



(Fonte:

<<http://www.guine-bissau.tv/2015/02/mapa-politico-guine-bissau.htm>>)

Extensão territorial: 36.125 km² (2015); Clima: Tropical; Governo: República presidencialista (desde 1984); Div. administrativa: 8 regiões + o distrito federal de Bissau, capital nacional Bissau; Idioma: Português (oficial), Crioulo e mais de 10 línguas nacionais; População: 1.6 milhões de Habitantes¹; % População com acesso à água própria p/ consumo urb./rural: 98.8 / 60.3 (2015); % população usando instalações sanitárias adequadas urb/rural: 35.5 / 8.5 (2015); Taxa de mort. Infantil a cada 1000 nascimentos: 80.4 (2015); taxa bruta de matriculados na educação primária fem/mas/a cada 100 pessoas: 114.1/122.1 (2010); taxa bruta de matrículas na educação secundária fem/mas/a cada 100 pessoas: 12.4/22.8 (2005); Expec. de vida ao nascer fem/masc/anos: 57.7/53.4² (2015); IDH 0.455³ (Fonte: UN Data, 2018. Disponível em: <<http://data.un.org/en/iso/gw.html>> acesso em 10.11.2019)

Posição 177 (IDH): 0,455. Baixo Desenvolvimento Humano. (2018).

¹ BBC News Africa, 06 nov 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-africa-13443186>>

² BBC news Africa, 06 nov 2019, traz a seguinte informação: Guiné-Bissau: expectativa de vida ao nascer fem/masc/anos: 50/47. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-africa-13443186>>

³ World Population Review. Quanto mais próximo de 1 está o IDH de um país, mais desenvolvido ele é. Disponível em:

INTRODUÇÃO

“Mónpa más què grandietà na tapa céu” é um ditado em Crioulo usado por camponeses na Guiné-Bissau (DAVIDSON, 1975, p. 01). Significa que “nenhum punho é grande o suficiente para esconder o céu”. Davidson (1975) afirma que Amílcar Cabral gostava particularmente deste dito popular tradicional e usava-o em situações de encontros descontraídos com líderes locais de uma determinada comunidade rural. As reuniões com os homens velhos, chamados também de “homens grandes”, aconteciam sob o abrigo de sombras generosas de grandes árvores. O uso do ditado em Crioulo era uma forma de arrefecer os momentos de adversidade provocados pela guerra de libertação nacional e tentar convencê-los a aderirem à causa da independência da Guiné e Cabo Verde. Freire e sua equipe do IDAC também foram recebidos à sombra refrescante de uma grande árvore quando estiveram na Guiné-Bissau entre setembro de 1975 e meados de 1976.

Encaixando-se perfeitamente como um par de luvas no contexto da luta de libertação nacional, o punho da opressão colonialista não conseguiu ocultar o enorme céu revolucionário que foi o processo de descolonização na pequena Guiné e, pelo espírito do contágio, em toda a África. As colônias de “expressão portuguesa” (FREIRE, 2015, p. 243) na África e também na Ásia conquistaram suas independências nos anos 1970. A Guiné-Bissau foi a primeira delas, decretada unilateralmente em setembro de 1973. Paulo Freire utiliza África de “expressão francesa”, “inglesa” “portuguesa” porque, no seu modo analítico, apesar de os sistemas coloniais imporem suas expressões cognitivas – língua, hábitos culturais e história – aos colonizados, sempre houve resistência a esta “invasão cultural”.

O código lingüístico oficial expresso nos documentos da administração colonial portuguesa na Guiné era o próprio Português; e permanece até hoje como única língua oficial de comunicação dos governos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Macau, na Ásia, um território administrado pelos portugueses desde o século XVI até 1999, quando passou a ser uma região administrativa especial da China, atualmente adota o Português e o Chinês (Mandarim) como línguas oficiais. Diferentemente das ex-colônias africanas de expressão portuguesa, o pequeno e distante Timor-Leste utiliza o Português e também o Tétum, língua nativa, como idiomas oficiais. O pensamento de Amílcar

Cabral e de Paulo Freire possuem pontos de confluência. Entretanto, na rota de ir ao encontro, encontramos esbarrões entre as ideias, como no ponto que acabamos de tratar das línguas africanas e a língua do colonizador.

“Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça”, afirma outro antigo provérbio africano. De certo ângulo no qual se interpreta o provérbio, nosso objetivo na tese é destituir os caçadores como os heróis permanentes das narrativas de caça. A narrativa de caça é o fazer a história. Os caçadores vieram de longe, de outro continente. Navegando do imenso oceano, atracaram suas naus ao longo da costa africana, trazendo consigo o que chamamos de paradigma cognitivo.

Ainda sobre o continente africano, o objetivo não é “convencer” de que a África, bem como as civilizações de outros continentes, tem uma História igualmente riquíssima e diversa. Mas enquanto constatarmos pré-conceitos, estereótipos e mesmo a manipulação da História, no caso africano, como bem demonstra Ferro (1999) ⁴, é necessário que

Ela seja reescrita. E por isso que, até o presente momento, ela foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada. Pela força das circunstâncias, ou seja, pela ignorância e pelo interesse. Não se trata aqui de construir uma história-revanche, que relançaria a história colonialista como um bumerangue contra seus autores, mas de mudar a perspectiva e ressuscitar imagens “esquecidas” ou perdidas. (...) após tantas visões exteriores que tem moldado a marca registrada da África a partir de interesses externos (até em filmes contemporâneos), é tempo de resgatar a visão interior de identidade, de autenticidade, de conscientização. (KIZERBO, 2010, p. XXXII e p. LIII).

Programas televisivos no Brasil mostram, com raras exceções, a África como o *continente* exótico dos safáris. Os noticiários dão destaque apenas em tragédias naturais e a conseqüente crise humanitária. Cidade inundada, casas precárias arrasadas por ventos intensos, pessoas com olhar de desolação. A falta de água potável, comida, surto de doenças e ataques de nuvens imensas de gafanhotos de devoram plantações. A recente cobertura da imprensa brasileira da destruição causada pelo ciclone Idai que atingiu Zimbábue, Malauí e mais em cheio Moçambique no ano de 2019 contribui para reforçar a África como o continente no qual só acontecem tragédias climáticas, violência, fome e pobreza. “Obviamente,

⁴ FERRO, Marc. **A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação**. 2ª edição. São Paulo: IBRASA, 1999. Ler o Prefácio p. 11-16 e especialmente sobre a África: p. 21-49.

tudo isso existe, mas as razões dessa situação nunca são apresentadas e, além disso, o continente africano não é apenas um baluarte de conflito ou de crise” (CÁ, 2000, p. 02).

Ainda hoje no nosso tempo há marcas persistentes do colonialismo na África. Um exemplo dessas marcas tem a ver com ser uma boa mãe ou não, e a quantidade de melanina na pele. Isso ocorre, por exemplo, em Luanda, Angola. Sizaltina Cutaia, então gestora de projetos sociais em Luanda, afirma que há várias expressões entre a população, relacionadas com a maternidade e que estão carregadas do significado racista e colonial.

Existe a expressão “como ‘*bom ventre*’ quando uma mulher dá à luz e as pessoas vão ver o bebê — o *bom ventre* é aquele que produz crianças que nascem com a pele mais clara” (CUTAIA, 2015 Apud HENRIQUES, 2015). Além dessa expressão existe outra como “‘*adiantar a raça*’ — uma pessoa que se casa com uma pessoa com tez mais clara. São expressões que se usam que indicam privilégio de determinado grupo de pessoas em função da tonalidade” (CUTAIA, 2015 Apud HERNRIQUES, 2015). Apenas esta exemplificação nos fornece a complexa missão de compreender e combater as feridas profundas dos colonialismos em África.

Enquanto uma visão superficial, errônea e estereotipada do continente africano e de suas populações permanecer majoritária, é nosso trabalho como historiador professor⁵ demonstrar o oposto, desfazendo o senso comum, não que ele seja sempre negativo, mas mostrar outras realidades com ciência, com a história e a educação descolonizadas. É o que Amílcar Cabral e Paulo Freire defendem para a África no contexto da libertação e reconstrução nacional da Guiné e Cabo Verde, indo ao encontro do que defende Ki-Zerbo (2010), no trecho acima sobre “identidade” e a “conscientização” de que “ser africano”, não é algo negativo e que a “hierarquização civilizatória” só atende aos interesses imperialistas coloniais.

No capítulo I fizemos o esforço de analisar a história da África⁶ de um modo mais geral, fazendo escolhas de temas e, como resultado, deixando outros de lado, pois não é o nosso objetivo principal tratar de toda a história africana. Seria um

⁵ Cada vez mais colocar em prática a Lei 10.639/2003, que altera a LDB / 1996 (Lei 9394/1996) para a inclusão no currículo das escolas brasileiras o ensino da cultura e da história Afro-brasileira e africana. Esta lei foi aperfeiçoada na Lei 11.645/2008 que também incluiu o ensino da cultura e história dos povos indígenas no Brasil.

⁶ A partir deste capítulo adotamos a grafia “História da África” no singular, mas sempre com a perspectiva da História plural e diversa com “S”.

trabalho monumental, ousado e há obras que já deram cabo desta atlética missão, como a versão em Língua Portuguesa (Brasil), da *História Geral da África* (2010), patrocinada pela UNESCO.

Poderia ser um capítulo à parte, mas tomamos a decisão de analisarmos nesta parte a história da Guiné-Bissau: o período anterior à colonização, a colonização propriamente dita, o período imperialista, a luta de libertação nacional e independência nos anos 1960 e 70 do século XX. A experiência de Paulo Freire se insere na história da Guiné-Bissau na década de 1970. Entretanto, abordaremos o aparecimento de Freire na cena histórica daquele país a partir do capítulo III, no qual dedicamos uma biografia de Amílcar Cabral e o PAIGC.

No capítulo II abordamos a importância das propagandas colonialistas na difusão de preconceitos e estereótipos nos sistemas coloniais das nações europeias imperialistas. A disseminação científica da suposta inferioridade, barbarismo, ausência dos princípios da Ciência, culturas e de um vácuo histórico dos povos africanos pelos imperialistas justificavam a exploração econômica e humana dos colonizados afro-asiáticos pelos próprios autores. Abordamos a extrema violência colonial patrocinada pelos imperialistas, destacando o Império Colonial alemão na Namíbia com os campos de concentração e de extermínio por inanição. Impossível não analisar igualmente a presença sanguinária do colonialismo belga no Congo entre o século XIX e XX. O colonialismo português também foi igualmente violento e sanguinário com as missões de pacificação na própria Guiné-Bissau, tema suavizado pela propaganda colonial portuguesa e até mesmo mantido em silêncio histórico, mas que é abordado por Cabral em sua obra. Demonstraremos que a administração colonial portuguesa insiste em afirmar um clima de paz nas “províncias”. É a paz nefasta advinda de corpos frios que jazem na terra fria. Além da violência física, há a violência psicológica por meio das relações colonos-colonizados com a segregação racial.

No capítulo III criamos o que nomeamos de dossiê biointelectual de Amílcar Cabral e Paulo Freire, destacando mais a vida e a obra do primeiro: sua participação direta na fundação do Paigc e até mesmo de um partido em Angola.

Evidenciamos a atuação de Cabral como habilidoso negociador no âmbito das Nações Unidas e como Cabral também conseguiu obter auxílio de diversos países e guiou o povo e foi guiado pelo povo guineense na luta de libertação

nacional e de como seu assassinato, embora tivesse provocado um revés nos esforços de libertação, não interrompeu o objetivo que foi atingido de obter a independência nacional. Entrelaçamos a biografia de Cabral com a de Paulo Freire quando ele entra em cena nos desafios de reconstrução da Guiné-Bissau após o reconhecimento da independência em 1974.

Ao capítulo IV destinamos o objetivo de analisar os esforços empreendidos pelo Paigc no campo da Educação ainda nos anos 1960 com as chamadas escolas do mato de alfabetização de adultos, mas que recebia alunos de várias idades. As escolas se caracterizavam pela precariedade, construídas em plena floresta, mas como se fossem construídas sobre bases de rochas sólidas da vontade do povo guineense de construir um novo país. A formação de quadros pelo Paigc se constituiu desde o envio de militantes do partido para passarem por formação técnico-militar no exterior: China, Cuba e União Soviética, até a fundação da Escola-Piloto do PAIGC na Guiné-Conacri. Além da cooperação bélico-militar, o Paigc recebeu auxílio de cunho educacional por meio de materiais didáticos impressos em Língua Portuguesa. Aproveitando o momento de referência sobre o Português, destacamos o tema polêmico em torno na língua de ensino na Guiné que se forjava na luta enquanto Estado soberano.

No capítulo V, o derradeiro, introduzimos, espera-se de maneira pelo menos satisfatória, a simbologia Adinkra dos povos Akan de Gana, África Ocidental. Elegemos alguns ideogramas que representem Valores éticos e políticos que fundamental a obra intelectual e a atuação prática na transformação da realidade por meio da Educação.

Constatamos que o pensamento de Paulo Freire foi profunda e indiscutivelmente influenciado pela obra de Amílcar Cabral. Freire leu com dedicação os livros de Cabral, fichando-os e deixando muitos comentários nas bordas das páginas. Essa leitura cuidadosa pode ser observada nos livros de Cabral arquivados no acervo do Instituto Paulo Freire em São Paulo.

Finalmente, defendemos a tese de que Amílcar Cabral não foi apenas o libertador da Guiné-Bissau e Cabo Verde, foi um dos libertadores do continente africano, e a presença de Paulo Freire na Guiné-Bissau e em outros países africanos deixou uma marca, um legado naquele continente. Por sua vez, Freire foi

igualmente influenciado pelas experiências revolucionárias dos povos africanos que obtiveram suas independências com a adesão, impelidos que foram, pela luta armada. A luta armada almejou a dupla expulsão do colonizador português. A expulsão dos colonialistas portugueses do território guineense, e outra igualmente importante: expulsar o pensamento colonial da mente do povo guineense, reconstruindo um novo alicerce cognitivo, epistemológico, a partir da revalorização da história e da cultura na Guiné-Bissau.

CAPÍTULO I: A ÁFRICA INCOMPARÁVEL E A GUINÉ: UM DUPLO PANORAMANAS TRAMAS DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

1.1 O meio ambiente e a humanidade: a Grande Fenda e os gêneros *Australopithecus* e *homo*.

Está cientificamente comprovado por meio de pesquisas arqueológicas, paleontológicas e pela Antropologia biológica (Munanga, 2009), que a “África é o berço da humanidade. Todos os cientistas do mundo admitem hoje que o ser humano emergiu na África” (KI-ZERBO, 2006, p. 13). Resultados de pesquisas a partir do século XIX e principalmente ao longo do século XX chegaram a contestar o nosso ídolo das origens no continente africano. Mas a antiguidade dos fósseis humanos localizados na Tanzânia e no Quênia afastou as dúvidas⁷ (Munanga, 2009). “Ninguém o contesta, mas muita gente esquece isso” (KI-ZERBO, 2006, p. 13). Em entrevista concedida originalmente no ano de 1985⁸, o antropólogo, historiador, linguista, físico e químico senegalês C. A. Diop afirma:

Nós podemos dizer cientificamente com certeza, que a espécie humana nasceu na África, na latitude aproximadamente do Quênia e da região que compreende o Quênia, a Etiópia e a Tanzânia e indo para o acesso nortesul em direção à África do Sul. Então está claro que qualquer ser da espécie humana que nasceu nessa região, não seria capaz de sobreviver numa região equatorial sem pigmentação. A natureza não faz nada por acaso, e por esse motivo a espécie humana que nasceu na região subequatorial, tinha melanina para proteger sua pele e por isso é claro que os primeiros humanos tinham que ser negros. E apenas quando essas pessoas deixaram a África para povoar outros lugares do mundo que tinham um clima diferente, esses homens mudaram e tomaram aspectos e aparência diferentes (DIOP, 2017 [1985])

⁷ Uma pesquisa publicada recentemente (outubro 2019), na Revista *Nature* e que tomou como base exames minuciosos de DNA chegou à conclusão de que a origem da humanidade seria, por certo na África Meridional, mais precisamente onde hoje se localiza Botsuana. A pesquisa liderada pela cientista australiana Vanessa Hayes, da Universidade de Sidney, analisou o código genético de mais de 1.200 indivíduos. As conclusões da investigação provocaram um debate acalorado na comunidade científica especializada. Conferir: A POLÊMICA por trás do estudo que indica Botsuana como berço da humanidade. **Revista Galileu**, 30 out 2019. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2019/10/polemica-por-tras-do-estudo-que-indica-botsuana-como-berco-da-humanidade.html>> acesso em 02.11.2019.

⁸ ENTREVISTA Cheikh Anta Diop: Origem da espécie humana e Civilização egípcia (legendado). **For the People** (Programa original dos Estados Unidos), 1985. Vídeo publicado no Youtube em 1º ago 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XpqzEytY4Bc>> acesso em 24.10.2019.

Nós vamos nos deter na região onde têm sido encontrados os mais antigos fósseis de homínídeos nas últimas décadas, que dão pistas da evolução da nossa espécie. Se fôssemos mencionar em detalhes os achados arqueológicos em outras partes do mundo e igualmente importantes aos localizados em África na sua face voltada para o Oceano Índico, o trabalho tomaria outro rumo.

Pois bem, um acidente geológico é pródigo em fornecer tais amostras antiquíssimas das espécies de homínídeos que antecederam o homem moderno, o *homo sapiens sapiens*. A Grande Fenda possui ao todo 6.400 km, levando em conta a parte árabe, se estendendo desde a fronteira de Israel com a Jordânia.

No trecho africano a fenda se inicia desde o Zimbábue, Moçambique, passando pela Tanzânia, Quênia até chegar ao chamado Golfo do Áden, na Somália⁹. Passa pelo Mar Vermelho (Oceano Índico), atingindo a península arábica até o território jordaniano¹⁰, interligando-se com outras placas tectônicas da Terra. Na parte africana há dois maciços de rocha monumentais, resultantes dos violentos fenômenos geológicos que ocorreram há milhões de anos. Estamos falando do Monte Kilimanjaro¹¹ na Tanzânia, junto à fronteira com o Quênia. O Kilimanjaro é o ponto mais alto da África com quase seis mil metros de altura em seu cume, coberto pelas chamadas neves eternas.

A Grande Fenda / Rifit Valley¹², é apelidada por cientistas justamente de “*the cradle of humanity*”, o “berço da humanidade” (NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY, 2015). Ki-Zerbo (2006), fazendo referência a um antigo e famoso mito grego, afirma que é nas redondezas da Grande Fenda, o local que surgiu o

⁹ A ENORME fenda que pode separar o Chifre da África do resto do continente. **BBC Brasil**, 02 abri 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43620442>> acesso em 17.05.2019.

¹⁰ EAST AFRICAN Rift System: geological feature, Africa-Asia. **Encyclopaedia Britannica**, s/d. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/East-African-Rift-System>> acesso em 21.09.2019

¹¹ O Kilimanjaro é formado por um conjunto de três vulcões inativos: Kibo, Mawensi e Shira, sendo Kibo o ponto máximo. Conferir: <<https://escola.britannica.com.br/artigo/monte-Kilimanjaro/481653>> acesso em 24.09.2019.

¹² RIFT VALLEY. A rift valeyis a low land region that forms where Earth's tectonics plates move apart, or rift. **National Geographic Society**, 15 jun 2015 (last updated). Disponível em: <<https://www.nationalgeographic.org/encyclopedia/rift-valley/>> acesso em 21.09.2019.

Prometeu africano da humanidade¹³, o indivíduo ou o grupo humano que, em algum momento específico da história descobriu o fogo e começou a manipulá-lo¹⁴.

“A Era do Paleolítico, entre um e dois milhões de anos atrás, foi testemunha da utilização inédita do fogo pelo homem” (MUSITANO, [2008 ou 2009]), que começou a manipulá-lo, adquirido nos processos naturais de seu desencadeamento, como um raio que atinge uma árvore. Já a produção do fogo começou com o *Homo Erectus* “entre 1,8 milhões e 300 mil anos atrás” (MUSITANO, [2008 ou 2009]). Esse nosso ancestral, “um ser com o raciocínio mais evoluído, descobriu” a produção do fogo com pequenas pedras, fazendo “fricção entre duas pedras, esfregando uma na outra, ele”, o *Homo Erectus*, “conseguia produzir uma faísca, que se colocada em algum lugar de fácil combustão, pegaria fogo normalmente” (MUSITANO, [2008 ou 2009]).

O homem também estabelecia residência em cavernas escuras. O uso do fogo, além de possibilitar a proteção contra o frio, defesa contra predadores, cozinhar a carne das presas, permitiu que a humanidade deixasse suas marcas no interior dos abrigos. Tais marcas são pinturas rupestres: as cenas de caça, de rituais, e etc. Há controvérsias a respeito do exato período da história no qual a humanidade dominou plenamente a manipulação do fogo (Moreira, 2017).

A humanidade, desde os nossos ancestrais mais antigos, é “uma espécie viajante” (SOUZA, 2011). Além disso, “nosso potencial exploratório”, e juntamente com a “capacidade de desenvolver as estratégias adaptativas”, fizeram com que pudéssemos “nos dispersar, colonizando os ambientes mais variados” (SOUZA, 2011). Os nossos ancestrais “arcaicos” (SOUZA, 2011), começaram se fixando ao longo do Vale do Rafit, sítio no qual pode se encontrar diversos vulcões, lagos profundos¹⁵, flora e fauna de grande variedade¹⁶. Depois, com o passar de milhões

¹³ Joseph Ki-Zerbo faz referência ao antigo mito grego do furto do fogo por Prometeu e Epimeteu. O fogo era um elemento natural exclusivo dos deuses, legando a Humanidade a escuridão. O fogo foi então furtado num ato de ousadia e entregue à humanidade. O enredo mitológico da tradição oral está registrado na famosa peça clássica de teatro grego: “Prometeu Acorrentado” de Ésquilo.

¹⁴ KI-ZERBO, Joseph. Franc Parlera vec Joseph Ki-Zerbo. **Youtube**, 29 fev 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OiOU6CJ9_I4> acesso em 05.11.2019.

¹⁵ Para exemplificar: Lago Malauí, fazendo fronteira entre Malauí, Moçambique e Tanzânia. Lago Vitória, fazendo fronteira com Quênia, Uganda e Tanzânia. Todos os países citados estão na África Oriental. É oportuno destacar que é na Tanzânia onde se encontra a Garganta de Olduvai, fonte dos principais achados fósseis (Ex: *Homo erectus* / *Homo habilis*) que tem ajudado a construir com mais precisão a história da humanidade. Outra paisagem lacustre importante do ponto de vista da história da humanidade é o sítio arqueológico de Koobi Foor, às margens secas do Lago Turkana, no Quênia. Outro famoso fóssil homínido antigo é o *Australopithecus Afarensis* chamado de *Lucy*, com

de anos, o gênero *Homo* - seu antecessor em gênero foi o *Australopithecus* - deixou o continente que chamamos África e se dispersou para todos os demais continentes do mundo (Stiles, 1999 ou 2000).

Essa capacidade de dispersão e colonização do planeta só foi possível com a evolução cognitiva, a vantagem humana (Herculano-Houzel, 2017), do *Homo sapiens*. Essa vantagem Humana é “um córtex cerebral avantajado que triplicou de tamanho em apenas 1,5 milhões de anos – um tempo irrisório em termos evolutivos” (HERCULANO-HOUZEL, 2017, p. 17). Harari (2015) estabelece como revolução cognitiva o estabelecimento de linguagem, de comunicação efetiva e, portanto, cognição, conhecimento.

Quadro1–Cronologia da Evolução Humana

Anos antes do Presente	
13.5 bilhões	Surgimento da Matéria e energia. Começo da Física. Surgimento dos átomos e moléculas. Começo da Química.
4.5 bilhões	Formação do planeta Terra.
3.8 bilhões	A emergência de organismos. Começo da Biologia.
6 milhões	Última avó comum de humanos e chimpanzés.
2.5 milhões	Evolução do gênero <i>Homo</i> na África. Primeiras ferramentas de pedra.
2 milhões	Os humanos se espalham da Ásia para a Eurásia. A evolução de diferentes espécies humanas.
500, 000	Neandertais evoluem na Europa e no Oriente Médio.
300, 000	Uso diário do fogo.
200, 000	O <i>Homo sapiens</i> evolui na África Oriental
70, 000	A Revolução Cognitiva. Emergência de uma língua efetiva. Início da História. Sapiens se espalha pela África.

Fonte: (HARARI, 2015, s/p). “Tradução e adaptação nossa”.

mais ou menos 3,2 milhões de anos, encontrado na depressão desértica de Afar, Vale do Rio Awash, Etiópia, em 1974. Ainda na Etiópia foi encontrado fósseis da espécie *Ardipithecus ramidus*, nos anos 1990. Recomendamos a leitura: STILES, Daniel. **Reminiscences on the prehistoric past**, ([1999 ou 2000]). Disponível em: https://www.academia.edu/5696276/Reminiscences_on_the_prehistoric_past. Acesso em: 21 set. 2019

¹⁶ THE GREAT Rafit Valley. **Discovery HD**, s/d. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0cZYuBiVVYE>. Acesso em 17 maio 2019.

História” para o chamado mundo ocidental, traz referências à viagem que faz ao maciço continental africano. Uma das primeiras formas de se designar a África está “presente no livro História de Heródoto, designa os povos da África de “Aithiops (etíopes), denominação que significa literalmente ‘rosto queimado’, ao que parece era também o nome antigo de certos óxidos e sulfuretos metálicos escuros” (LOPES; ARNAULT, 2008, p. 15). Os referidos autores ressaltam que as descrições fabulosas da África: a fauna e as características físicas dos povos nativos, feitas por viajantes ao longo dos séculos e com a designação genérica de “África Negra”, revelam a visão etnocêntrica cristalizando-se, precisando notar as diferenças étnicas existentes. Esses relatos fantásticos de animais e povos exóticos resultam numa “África inventada”. Podemos verificar também uma explicação histórico-etimológica dessa antiga palavra de seis letras: ÁFRICA.

O nome África é de origem latina, uma vez que os romanos designavam a região norte do continente como *Africorum terra* (Terra dos Afri) (Afer singular, Afri plural). Essa era a província de África com capital na (mais tarde derrotada, pilhada e destruída) cidade de Cartago (atual Tunísia). Mas a origem do termo Afer é mais incerta: pode provir da palavra fenícia afar (pó), uma vez que foram os Fenícios que fundaram a cidade de Cartago (que viria a ser a Arqui-inimiga de Roma). Os Romanos desdenhosamente chamavam os seus inimigos cartagineses de Punii (Fenícios) e por isso se chamou Guerras Púnicas às 3 guerras entre Roma e Cartago que culminariam na destruição desta última; ou ser o nome da tribo berbere Afri, uma tribo nómada que vivia na região de Cartago; ou ainda da palavra latina aprica (solarengo). (COCAMARO, 2005).

O historiador africano Joseph Ki-Zerbo, do antigo Alto Volta, colonizado pela França, chamado de Burkina-Faso a partir de 1989, afirma que o nome AFRICA passou a ser utilizado pelos romanos, “que sucedeu ao termo de origem grega ou egípcia Lybia, país dos Lebu ou Lublin do Gênesis. Após ter designado o litoral norte - africano, a palavra África passou a aplicar-se”, então, “ao conjunto do Continente, desde o fim do século I antes da Era Cristã” (KI-ZERBO, 2010, p. XXXI). O historiador traz ainda outras sete explicações para a origem do nome África (Ki-Zerbo, 2010).

O ex-diplomata e historiador brasileiro Alberto da Costa e Silva, especialista em história da África, organizou e colocou notas no livro “Imagens da África: da antiguidade ao século XIX” (2012)¹⁸. Nesta obra, Costa e Silva (2012) afirma que

¹⁸ IMAGENS da África: (da antiguidade ao século XIX). Organização e notas de Alberto da Costa e Silva. 1ª ed. São Paulo: Penguin, 2012.

homens negros, chamados de maneira geral a época antiga de “etíopes”, não eram incomuns na antiguidade, como no império romano. Os romanos encontraram forte resistência quando iniciaram sua colonização ao Norte da África. O maior exemplo de êxito de conquista romana foi a queda de Cartago em 146 a.C ao custo de muito sangue derramado. As forças da antiga colônia fundada pelos fenícios, na atual Tunísia, não foi páreo para o poderio militar romano.

Os etíopes presentes na antiga sociedade romana eram, por exemplo, sobreviventes capturados nas batalhas de conquista do império romano no Norte africano, enviados como prisioneiros ao centro do poder em Roma. Na obra cinematográfica *Gladiador*¹⁹, há a personagem principal Maximus (Russel Crow). Mas, no caso, chamamos a atenção para a personagem Juba, interpretado pelo ator do Benim e naturalizado estadunidense, Djimon Hounsou. Juba é um homem africano da Numídia, Norte da África, feito escravo e forçado a lutar como gladiador. O filme, apesar de seus aspectos de ficção, retrata parte da realidade histórica da época. O império romano era mais diverso do que se imagina e chegou a ter um imperador africano nascido na atual Líbia, Septímio Severo (146-211) (Hancock, 2017).

1.3 Algumas civilizações africanas mestras na manipulação de metais: o ouro.

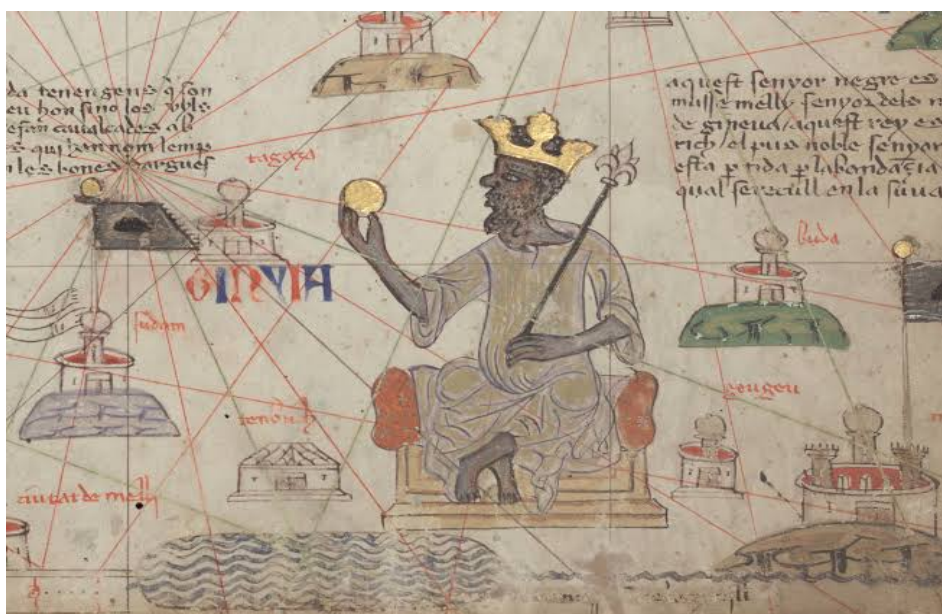
Manipuladores eficientes do ferro e do ouro, os sudaneses²⁰, por exemplo, eram grandes ourives e comercializavam o metal precioso com os egípcios. Foi pelo deserto que fluiu, além do ouro, a “riqueza” religiosa, a expansão do islã (Visentini, 2014). Para termos outro exemplo, a riqueza de metais e jóias preciosas do Império do Mali era impressionante como detalhado em Visentini (2014). Reza a lenda segundo a qual Mansa Musa (1280-1337) sentado no seu trono de ouro maciço, levou na sua peregrinação para Meca no ano aproximado de 1324, toneladas de ouro em pó, “60 mil homens e 12 mil escravos” (MOHAMUD, 2019). O imperador que governou o Mali é considerado a pessoa mais rica da história até hoje. Todavia,

¹⁹ GLADIADOR. Direção: Ridley Scott. Roteiro: David Franzoni, Willian Nicholson, John Logan. Produção: Branko Lustig, David Franzoni, Douglas Wick. Estúdio: Universal Pictures, 2h 35min, 2000.

²⁰ O termo genérico “os sudaneses” se refere aos povos africanos localizados na vasta região ao Norte da Linha do Equador: Benin, Chade, Costa do Marfim, Gana, Guiné-Bissau, Mali, Nigéria, Níger, Senegal, Sudão, Togo e etc. Os escravos capturados nessa região eram classificados de “sudaneses”.

é impossível calcular com precisão a dimensão de tal riqueza, como afirma Jacob Davidson (2016). Essa descrição da riqueza aurífera nos dá a dimensão do grande conhecimento em metalurgia daquela civilização africana.

Figura 3 – O imperador do Mali Mansa Musa representado num mapa catalão do século XIV que mostra o Norte da África. O que chama a atenção é o dourado de sua coroa, o trono e do objeto esférico em sua mão.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Mansa_Mu%C3%A7a. Acesso em 11 dez. 2019.

Outra civilização africana igualmente conhecedora de saberes metalúrgicos necessários para manipular ouro (ourivesaria), está localizada na parte oriental índica do continente, foi o reino Monomotapa (XV-XVIII). O navegador português Vasco da Gama (1460-1524) teve conhecimento da riqueza do sertão oriental já na sua primeira viagem navegando o Índico entre os anos finais do século XV e o início do XVI.

Partindo inicialmente de Vasco da Gama, as notícias do “reino de ouro” chegaram, apesar da longa distância e do tempo, aos ouvidos de comerciantes italianos, que igualmente espalharam a notícia na Europa (Pitta, 2010). Mesmo com a realidade dos campos férteis em ouro de Monomotapa, a ganância desencadeou a criação de histórias exageradas de douradas maravilhas inimagináveis na capital Sofala.

Figura 5 – Imagem aérea das ruínas do Grande Zimbábue, reino que foi conquistado e integrado ao reino Monomotapa, na região do Zimbábue, África.



Fonte: <http://thesanzala.com/2018/09/09/patrimonio-as-ruinas-do-grande-zimbabue/>. Acesso em: 11 dez. 2019.

Muitos povos africanos, além de possuírem largo conhecimento em ourivesaria, eram também especialistas em manipular um metal menos nobre, o bronze, mas elaboraram peças de incrível beleza.

Figura 6 – Estátua em latão de Obá Esigie, antigo monarca do Reino de Benin (Nigéria), rodeado por jovens de seu séquito (séc. XVI - XVII). Museu Etnológico de Berlim.



Fonte: DOMINGUES, Joelza Ester. Ensinar História. Disponível em: <https://ensinarhistoriajoelza.com.br/bronzes-de-benin-arte-africana-tecnologia/>. Acesso em: 29 dez. 2019

Figura 7 – O pequeno Rinoceronte de Ouro de aproximadamente 800 anos, feito em madeira e revestido com finíssimas folhas do valioso metal dourado. A peça foi encontrada em 1934 no sítio do Reino Mapungubwe, próximo ao Rio Limpopo, África do Sul.



Fonte: <http://www.africantimesnews.co.za/2017/10/19/mapungubwe-national-park/>. Acesso em 29 dez. 2019.

1.4 Reinos africanos e seus centros urbanos cosmopolitas: o Kongo.

O historiador angolano Patrício Batsîkama foi entrevistado por uma repórter da TV PUC-Rio²² para falar sobre sua obra em três volumes: “História do Reino do Congo”. Batsîkama afirma que o surgimento do reino congolês remonta ao século VIII ou IX DC e suas fronteiras chegaram a se estender a uma área que atualmente engloba os territórios de Angola, Gabão, Congo Brazzaville e Congo Kinshasa²³. A capital, o local sagrado do reino é a cidade de M'banza Congo²⁴. O historiador angolano visitou diversos arquivos em Espanha, Itália, Portugal e Vaticano para analisar uma vasta documentação escrita sobre o reino do Congo.

Entretanto, a historiografia existente incomodava o pesquisador: resulta de uma perspectiva externa, europeia e, portanto, contendo estereótipos. Batsîkama lançou mão da tradição oral e fez a recolha de histórias de tribos que cobrem os países citados e que descendem do reino congolês. O método científico foi comparar a documentação escrita ocidental com a tradição oral africana, ancorada na palavra falada ancestral. Do exercício comparativo foi feita uma síntese, originando uma obra em três volumes sobre a História do Reino do Kongo²⁵. Analisando a vasta fonte à sua disposição, Patrício Batsîkama chegou à conclusão que o Rei congolês era eleito. Não bastava a linhagem sanguínea para garantir que os descendentes pudessem, de direito, ascender ao trono. Cada candidato era escolhido e preparado, educado, para ser Rei. Os candidatos de direito não eleitos não eram considerados “derrotados” e passavam a aconselhar o rei escolhido na tomada de decisões (Batsîkama, 2018).

²² TV PUC-Rio: historiador angolano resgata a história do Reino do Congo. Publicado em 23 ago2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vml2WpXtAss> acesso em 13.05.2019.

²³ Para se ter uma ideia do território do Reino do Congo, consultar o mapa em: NASAOVINGA, Camilo Afonso Nanizau. O poder político do Kongo e a sua cosmologia. **Wizi-Kongo.com**, 10.12.2016. Disponível em: <<http://wizi-kongo.com/historia-do-reino-do-kongo/o-poder-politico-do-kongo-e-a-sua-cosmologia/>> acesso em 27.05.2019.

²⁴ M'banza Congo é a capital da atual província do Zaire, Angola. A cidade foi reconhecida como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Foi a capital do Reino do Congo e foi rebatizada de São Salvador pelos portugueses do século XVI após a conversão do reino ao cristianismo católico. Este nome permaneceu até a independência de Angola em 1975, quando voltou a se chamar M'banza Congo.

²⁵ BATSIKAMA, Patrício. **Origens do Reino do Congo**: consoante a bibliografia e a tradição oral. Luanda: Mayâmba, 2010. _____. As origens do reino do Kôngo segundo a tradição oral. **Sankofa**. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. Ano III nº 5, julho/2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/download/88765/91646/>> acesso em 02.06.2019.

Apesar de um rei ser formalmente escolhido, o reinado era compartilhado. Além disso, “o rei Kongo exercia grande autoridade, mas não um poder absoluto. O rei era assistido por um corpo administrativo central, cujos membros ele podia demitir (NSAOVINGA, 2016). Esta forma sócio-política sofisticada de reinar é chamada por Batsîkama de “Democracia”. Mas não uma Democracia externa. O historiador sustenta que se trata de uma democracia endógena, construída e aperfeiçoada interiormente naquela sociedade.

A própria palavra *Kongo* tem um dos significados como “assembleia”, “grupo”, “coletivo”. Este exemplo do reino do Congo demonstra o grau de desenvolvimento urbano de cidades africanas. A pesquisa histórica de Batsîkama também teve um caráter político de militância, pois quis que seu trabalho tivesse um caráter de dossiê com evidências arqueológicas e históricas suficientes para que M'banza Kongo fosse reconhecida pela Unesco como patrimônio cultural da humanidade, o que aconteceu em 2017²⁶.

1.5 Reinos Africanos e seus centros urbanos cosmopolitas: Tombuctu, Reino do Mali

O império do Mali surgiu por volta do ano de 1235 após a derrocada do Estado do Gana por uma invasão Almorávida²⁷ por volta do século XI (Mango, 2017). O império do Mali também era “conhecido como império dos *Djalis Mandé*, cantores Mandinga” (Mango, 2017). Uma das mais emblemáticas cidades antigas da chamada África negra é a cidade de Tombuctu, capital do antigo e vasto reino do Mali. A cidade de Tombuctu se localiza as margens de um dos maiores rios africanos, o Níger. Os rios sempre tiveram uma importância fundamental na história da humanidade.

²⁶ M'BANZA CONGO declarada Patrimônio Mundial da Humanidade. **Deutsche Welle**, 09 jul2017. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mbanza-congo-declarada-patrim%C3%B3nio-mundial-da-humanidade/a-39617931> acesso em 27.05.2019.

²⁷ Resumidamente, reino muçulmano com extensão de território localizado na atual Argélia, Marrocos, Mauritânia, Saara Ocidental. Expandiu suas fronteiras até para o Senegal e na região da foz do Rio Níger. Os Almorávidas atravessaram o Estreito de Gibraltar, tomaram a Península Ibérica a partir de 711 d.C. Ocuparam a Espanha, como as cidades de Sevilha e Saragoça. O estabelecimento de califados e emirados e as sucessivas guerras de reconquista e a definitiva só ocorreu no ano de 1492 quando os muçulmanos foram expulsos sob o reinado católico de Fernando de Aragão e Isabel de Castela, “a católica”. A “presença Moura” na Península Ibérica durou quase 800 anos (Schossler, 2017). Também conferir sobre os Almorávidas. Disponível em: <http://www.islamemlinha.com/index.php/artigos/historia/item/os-almoravidas>. Acesso em: 13 jun. 2019

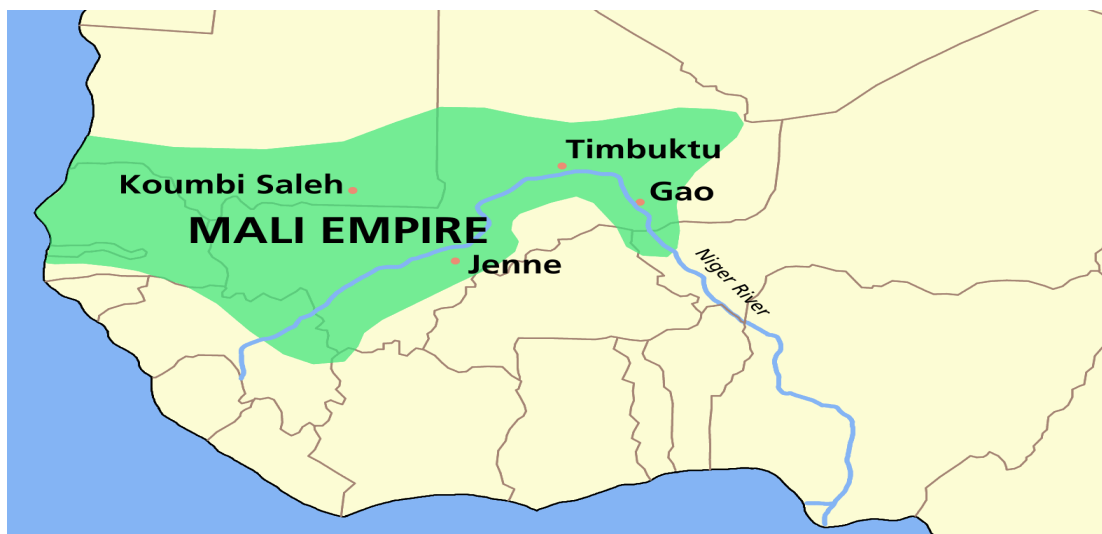
A localização da cidade é estratégica: porta de entrada para o imenso deserto do Saara mais ao Norte e as terras mais férteis do centro para o Sul do continente onde se encontra a savana e as florestas. As variadas cosmogonias de importantes civilizações têm nos rios papel de destaque. Podemos afirmar que na África centro-ocidental há dois arcos férteis, lembrando a cartografia do crescente fértil no Oriente Médio. Formados por quatro grandes rios: Rio Níger²⁸ e Rio Senegal na região de domínio do império do Mali e os rios Congo e Cuanza, no reino congolês.

Tombuctu, M'banza Congo e outras cidades africanas antigas, desempenharam importantes papéis no comércio, religião e na cultura²⁹. Falando nos segundo e terceiro itens, Tombuctu foi o centro irradiador do Islã pela África. A cidade abriga até hoje a primeira escola superior de estudos corânicos do mundo na Mesquita de Sankore. A Mesquita / Universidade de Sankore foi fundada em 989 D.C. A mesquita universidade guarda um tesouro histórico-cultural e religioso inestimável com manuscritos que remontam desde a fundação, em árabe e outras línguas africanas. Se desconsiderarmos o que vem a ser uma concepção ocidental de universidade, Sankore é a instituição “acadêmica” mais antiga do globo. O Império do Mali foi sucedido posteriormente pelos Impérios Songhai e de Gana naquela mesma região como conta nos mapas.

²⁸ O Rio Níger é o terceiro maior do continente africano. Sua nascente se localiza nas terras altas da Guiné, com quase 4.200 km de extensão, deságua no Golfo da Guiné, na atual Nigéria. Suas águas são usadas na irrigação de campos agrícolas desde tempos remotos e mais recentemente, no século passado, na construção de barragens para a geração de energia elétrica.

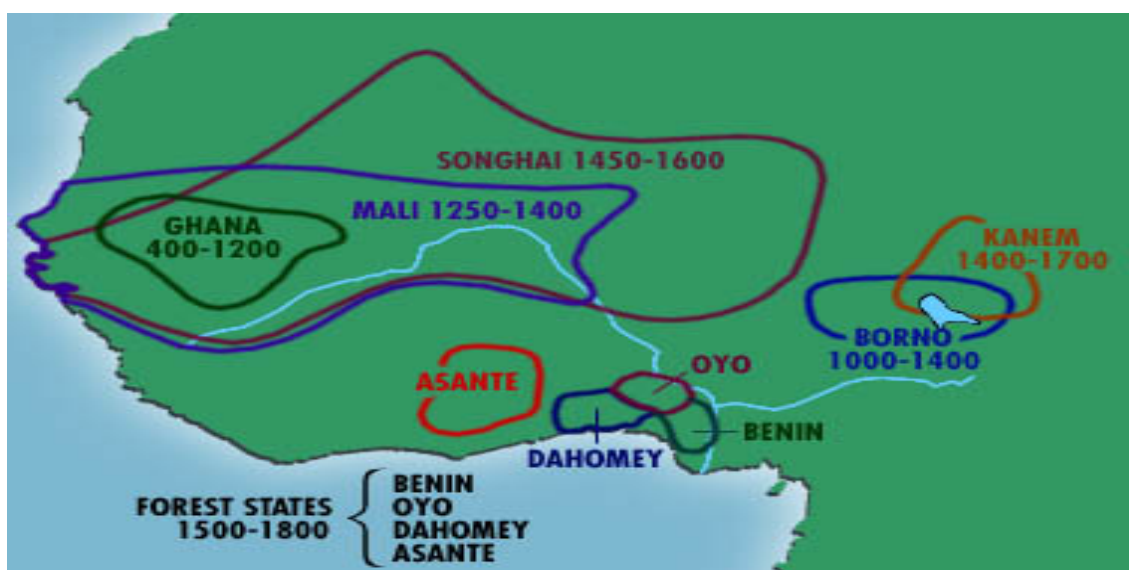
²⁹ UNESCO. Tombuctu (Timbuktu em Inglês). **World Heritage List**, s/d. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/119>. Acesso em: 16 maio 2019.

Figura 8 – Dimensão territorial do Império do Mali, a capital Tombuctu e o Rio Níger.



Fonte: http://www.fafich.ufmg.br/luarnaut/mp_MALI_1300-1500.PNG. Acesso em: 16 maio 2019.

Figura 9 – Impérios/reinos africanos ao longo da história.



Fonte: <http://www.fafich.ufmg.br/luarnaut/Afrika%20docs.html>. Acesso em: 16 jun. 2019

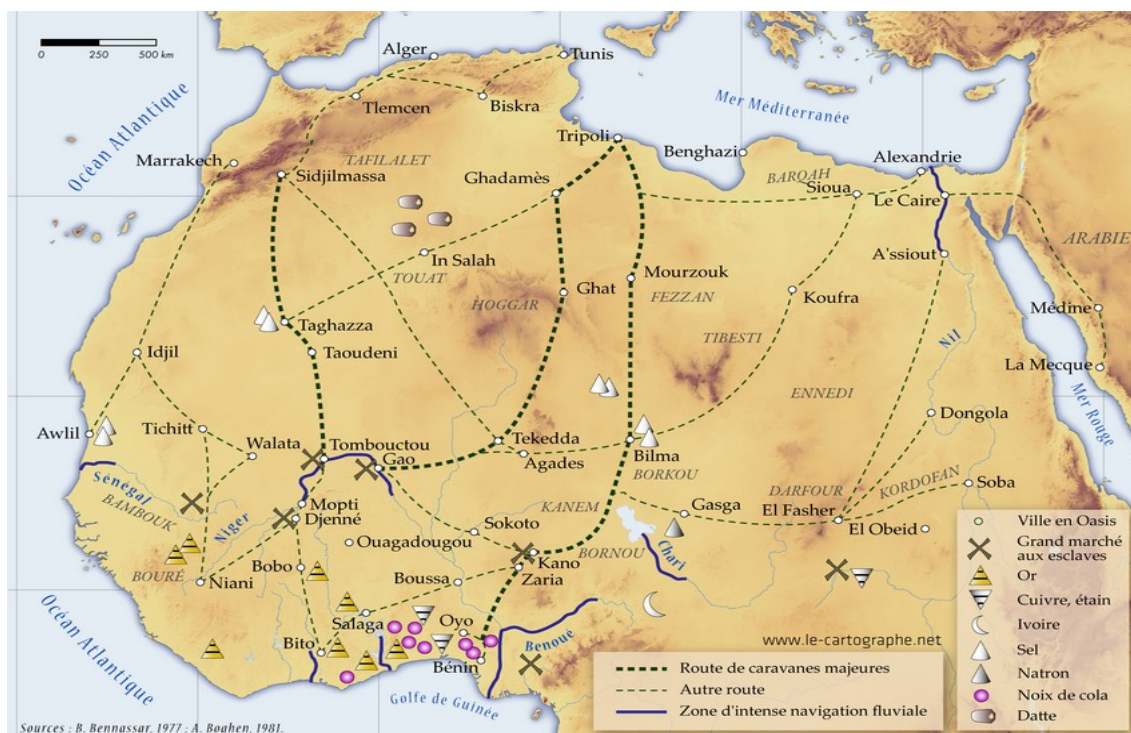
1.6 As rotas comerciais através do grande Deserto do Saara.

O Deserto do Saara, apesar de suas enormes dimensões, não impediu que diferentes grupos humanos estabelecessem contatos amistosos e belicosos uns com os outros. Os Tuaregues e suas grandes caravanas de camelos atravessaram

os extremos dos montes de areia escaldante quase sem fim. Na corcunda de camelos e dromedários viajavam grandes quantidades de ouro e mercadorias as mais variadas.

Palavras sagradas do Alcorão também transitaram pela paisagem árida, com a expansão do Islã, enfrentando tempestades de areia e o acesso muito restrito a água. Os oásis eram e ainda são a salvação dos que enfrentaram e enfrentam a dura missão de viajar pelo deserto. Os líderes das caravanas comerciais precisam ser exímios conhecedores das armadilhas áridas. A paisagem desértica é movediça, dado que os ventos modificam frequentemente o formato das dunas, encobrindo e desenterrando paisagens.

Figura 10 – Antigas rotas de comércio pré-colonial através do Deserto do Saara



Fonte: <https://ensinarhistoriajoelza.com.br/rotas-transaarianas/>. Acesso em 31 maio 2019.

Para ilustrar, podemos observar no mapa em francês o oásis de Bilma, no atual Níger. A cidade de Bilma era uma parada obrigatória por dois motivos: fonte de água doce e a atividade de extração e comércio de blocos de sal. Os egípcios, os Tuaregues, os etíopes e outras civilizações africanas lidavam cotidianamente com o que chamamos atualmente de *commodities*: sal, noz de cola, marfim, tâmaras,

Natron, e metais como ouro, cobre e estanho. Os africanos navegaram pelo Saara e o Sahel estabelecendo um comércio transcontinental muito tempo antes das caravelas portuguesas margem e “descobrirem” o continente no século XV.

1.7 Os *Mandinka* e o Reino do *Kaabu*: a Guiné antes dos portugueses.

Quando estamos na educação básica, aprendemos a história do Império napoleônico, Aragão e Castela na Península ibérica, a coroa britânica etc. Na nossa experiência pessoal na educação básica, permanecemos ignorantes quanto à existência de imensos reinos, impérios e cidades-estados em África, com organizações sociopolíticas avançadas e com grandes extensões territoriais. Como diz Fanon (2008), as colonizações impuseram a visão do tribalismo estereotipado como se fosse a única organização social dos diversos povos no continente africano.

No senso comum o continente africano é sempre sinônimo de epidemias, desastres naturais como as secas, instabilidade política permanente e pobreza. Não faz qualquer sentido, afirma Nkruma (1967), dizer que a África é pobre. São os africanos que foram empobrecidos por séculos de exploração e dominação. Com relação ao povoamento da África, na própria Guiné-Bissau, em seus primórdios civilizatórios, os Mandingas ocuparam o território onde corresponde a Guiné e formou o reino de Kansalá, vassalo do grande Império do Mali³⁰.

A África pré-colonial se dividia em grandes reinos ou impérios que funcionavam com uma organização política e socioeconômica assentada em estruturas específicas, cujo núcleo base é a família estendida. A sociedade africana tradicional era dividida em várias categorias ou castas³¹, que exerciam de forma exclusiva uma função ou uma atividade socioeconômica específica. Portanto, as sociedades da África pré-colonial eram organizadas conforme uma ordem patrimonial. Porém, nessas sociedades o poder não era necessariamente hereditário, apesar da transmissão do mesmo dentro de uma dada família. Ou seja, o herdeiro natural e direito do chefe morto, por exemplo, não necessariamente assumiria o lugar do mesmo. A base da organização da África pré-colonial era segmentada, sendo o principal ou o único motor socioeconômico a grande família patriarcal (Ki-Zerbo, 2010). Nela, vários clãs ligados geralmente pela comunidade da língua formam uma etnia (VISENTINI, 2014, p. 26-27)

³⁰HISTÓRIA da Guiné-Bissau. **Assembleia Nacional Popular, República da Guiné-Bissau**, 20 abril 2015. Conferir: <<http://www.anpguineebissau.org/institucional/historia/historia-guine-bissau/historia-da-guine-bissau>>acesso em 06.01.2017.

³¹ Segundo os autores, as castas eram simplesmente o pertencimento à casta (categoria) profissional.

Como se pode constatar, os impérios africanos se destacavam por sua complexidade. Os modos de vida, os ritos religiosos e as convenções sociais foram retratados por meio de crônicas como sociedades primitivas, exóticas e ou mesmo sem história. Mas,

Foi na África que surgiu o Homo Sapiens, há cerca de 160 mil anos, bem como a primeira civilização, o Egito, há 5 mil anos. A evolução da espécie humana teve início na África Oriental e no Meridional ponto de partida para a colonização do restante do continente e do mundo, quando estas foram se adaptando a novos ambientes e especializando-se até surgirem grupos étnico-linguísticos diferenciados (VISENTINI, 2014, p. 16).

Neste continente ocorreram os grandes deslocamentos humanos e rotas de comércio atravessando até mesmo todo o grande deserto do Saara. É justamente nesta região de clima duro, desértico, fontes de água limitadas surgiram a civilização Núbia, a Abissínia (Etiópia). No caso da Guiné, Scholl (2016) demonstra que há duas hipóteses sobre a ocupação humana: aqueles que defendem que os povos da Guiné se originaram a partir de migrações do povo Banto. De outro lado, há aqueles que sustentam uma origem na região da atual Etiópia, semítica.

O termo *Banto* não se refere a um determinado grupo étnico na África. *Bantu* se refere, na verdade, a um tronco linguístico no qual se derivam muitas outras línguas. Atualmente quatro centenas de grupos étnicos falam línguas bantas. Todos estes povos bantos se localizam ao Sul da linha do Equador. É interessante notar que a palavra se refere já no coletivo, grupos de seres humanos que partilham o mesmo mundo e a mesma espinha dorsal linguística: “Essas línguas são ditas *bantu* ou banta, porque todas utilizam a palavra *u-ntu*, singular; *ba-ntu*, plural, para designar o ser humano” (MUNANGA, 2009, p. 97).

Famosos e importantes impérios e reinos de língua *banto* surgiram na África. Por exemplo, “o povo Shona (de língua Banto) fundou o Império Monomotapa” (JARUS, 2017), “sendo que sua mais importante cidade era a Grande Zimbábue (construída no século XIII), onde hoje encontramos ruínas de imponentes muralhas” (TURCI, 1996-2020).

O primeiro contato do Reino Congo com os invasores portugueses aconteceu ainda no século XV (1482-1483) com o explorador Diogo Cão (1450-

1486). O Rei Kongo, interessado na cultura daqueles viajantes de terras distantes, estabeleceu relações estratégicas com os portugueses, esperando obter, entre outras coisas, as tecnologias de navegação dos portugueses. Na altura da chegada de Diego Cão, na região da desembocadura do Rio Congo, reinava o *Manicongo*, Rei Congo, *Nzinga a Nkuwu* (Thornton, 2001). Nzinga foi batizado em seu próprio reino por missionários católicos portugueses em 1491, recebendo o nome ocidental de João I. Não apenas *Nzinga a Nkuwu* foi batizado. Membros da nobreza como a sua esposa *Nzinga a Nlaza* e filhos também³². Entretanto, podemos constatar na história que esta “parceria” não foi nenhuma pouco benéfica para o Reino do Congo, pois o contato com o colonizador europeu foi o início do declínio daquele poderoso reino (Thornton, 2001).

O povo *Mandinka* do reino do *Kaabu*³³ dominava a região entre o Senegal e a Guiné antes do contato com os navegadores portugueses. Para Mango (2017), o reino do Kaabu surgiu a partir de um movimento expansionista dos Mandinka, que migraram para a região da Senegâmbia. A fundação do Kaabu “parece estar associada à necessidade de alargamento do espaço de trocas do (reino do) Mali” (LOPES, 2005, p. 23). Essa expansão para “o oeste era importante por causa das riquezas em ouro (...) e do sal”, onde o Kaabu foi fundado (LOPES, 2005, p. 23). Kaabu era vassalo do reino do Mali, mas tornou-se um estado autônomo, com estrutura social e leis próprias.

Em 1537, os Mandinka, provenientes do poder central do império do Mali, invadiram a Senegâmbia e fundaram o império de Kaabu, também conhecido como Ngabou ou N'gabou. Esse reino era construído por diversos povos, dentre os quais destacava-se o povo Mandinka (Djop, 2013). O reino de Kaabú compreendia as terras dos países da Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamansa, ao Sul do Senegal. E tinha o embrião do poder Kansalá (centro político), situado na atual região Norte do Gabu, província leste da atual República Guiné-Bissau (Lopes, 1999). (MANGO, 2017).

Kaabu também era conhecido por reino *Kansala* ou *Kansalá*, nome da capital. As ruínas de Kansala do reino do Gabu estão localizadas aproximadamente entre 15 e 17 km da cidade de Toubá, na atual Gâmbia. Uma das províncias da Guiné-Bissau é Gabu, cuja capital é Gabu.

³² KINGDOM of Kongo – 1390 -1914. **South African History Online**, s/d. Disponível em: <<https://www.sahistory.org.za/article/kingdom-kongo-1390-1914>> Acesso em 06.05.2019.

³³ Optamos por manter a grafia escrita do idioma MANDINKA, e não Mandinga.

Figura 11– Dimensão territorial do reino do Kaabu (Gâmbia, Guiné-Bissau e Senegal). Meados do séc. XVIII.

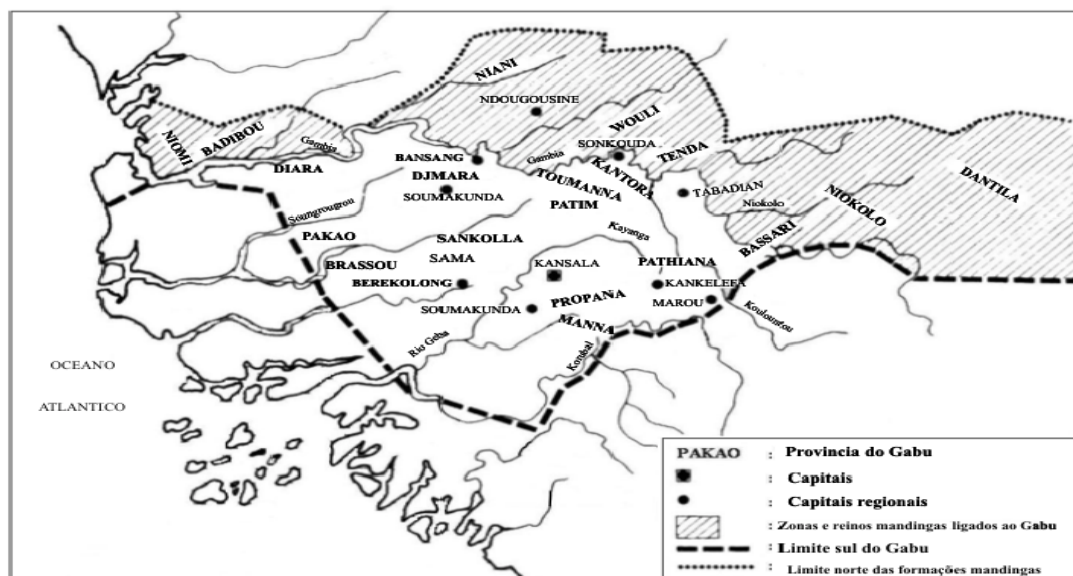


Figura 2 - O Gabu em torno de meados do século XVIII

Fonte: https://www.google.com/search?q=map+of+kansala+kingdom&rlz=1C1CHBD_pt-PTBR849BR849&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwj_94PmoOniAhXrILkGHXqyAugQ_AUIECgB&biw=1350&bih=640#imgsrc=J3Lb7cJ_tKmLSM. Acesso em: 14 jun. 2019.

Kaabu era governado por um rei, o *Mansa*. No século XIX o reino *kaabunquê* entrou em conflito com o reino Fula *FutaTooro*, islamizado. A guerra *Fula* contra os *Mandinka* tinha o objetivo de fazer com que este último pagasse o *Námô*, imposto, e convertê-los em muçulmanos. O exército de Kaabu liderado pelo Mansa *Djankê Wali* enfrentou os Fulas que invadiram Kansalá. No entanto, os Fulas acabaram por subjugar Kansala, encerrando a história do reino em 1879 (Mango, 2017). O interessante é notar que o surgimento do “espaço kaabunquê”, (LOPES, 2005, p. 28), ocorreu no século XVI, após a descoberta da própria Guiné por Tristão no século XV e a queda se deu no século XIX, em plena corrida imperialista europeia no continente africano e também na Ásia.

1.8 A descoberta da Guiné do ponto de vista dos exploradores portugueses.

A Guiné foi “descoberta” pelo navegador português Nuno Tristão em 1446. Uma descoberta fatal para o explorador. Tristão não retornou a Portugal, pois deixou, na Guiné, “o seu corpo varado pelas setas envenenadas dos nativos selvagens” (AGUIAR, 1964, p. 10). O grupo étnico responsável pelo ataque a Nuno

Tristão e tripulação é desconhecido. Do século XV ao XVII Portugal teve em suas mãos o monopólio da venda de escravizados, especiarias e do ouro. A presença portuguesa era na faixa litorânea, sem construções sólidas como fortes e igrejas no interior. Os escravizados eram trazidos dos confins do continente, o “sertão”, e transportados até o porto de Bissau. De lá eram levados até Cabo Verde, local de confinamento e embarques para diversos destinos no novo mundo (América).

O monopólio comercial foi mantido a duras batalhas, pois “nem sempre foi fácil a colonização na Guiné. Durante séculos os portugueses tiveram de aguentar as mais violentas investidas de quantos tentavam inutilizar a sua acção” (AGUIAR, 1964, p. 15).

Esta hegemonia comercial foi rompida a partir do momento em que a Holanda e França voltaram seus interesses para o comércio escravista. No jogo de forças, Portugal perde o controle total de sua área de influência, restrito a faixa litorânea. Ao Norte da Guiné a Gâmbia passa a ser território britânico e o Senegal pertence à França. Aliás, a Guiné Portuguesa tornou-se um tipo de “enclave” de resistência lusitana, pois a Guiné Conakry também se torna francesa e Serra Leoa aos ingleses.

Os franceses que, em 1639, haviam se instalado em uma ilha na foz do Senegal, alcançaram uma posição dominante deste país até a região do Gâmbia. Os rios e as ilhas ao sul do Gâmbia eram essencialmente de domínio português, enquanto a costa desde o rio de Serra Leoa até a ilha de Sherbo era espaço das atividades britânicas. Ao Sul e ao leste, a Costa da Pimenta (atual Libéria) e a Costa do Marfim atraíam pouco a colonização de caráter permanente (VISENTINI, 2014, p. 49).

Como foi destacado, Portugal perdeu a influência completa na Costa da Senegâmbia - Gâmbia e Senegal - a partir do século XVII, com a forte investida de outras potências europeias como a França e a Inglaterra. Estabeleceu-se uma “dança das cadeiras” em relação ao domínio pleno tanto do mar, das terras em si e do comércio mais rentável, o escravo-mineral. Dois séculos mais tarde, a Conferência de Berlim no século XIX, como foi mencionado, foi a forma diplomática para apaziguar, ou pelo menos tentar satisfazer, a fome mercantil capitalista das potências europeias.

Os portugueses estiveram a ponto de perder suas colônias e para isso reclamou por “seus ‘direitos históricos’” (FERRO, 1996, p. 99). A França, por exemplo, “acatou” a reclamação de Portugal como estratégia de barrar o avanço britânico. Os franceses aceitaram em troca de terem a preferência em substituir Leopoldo II no domínio do Congo, caso o mesmo viesse a abandonar a administração da colônia congoleza (Ferro, 1996).

Os portugueses tiveram que penetrar ainda mais para o interior de suas colônias, principalmente de Angola e Moçambique (Ferro, 1996). A empreitada interiorana precisou ser retomada com mais intensidade, pois “havia mesmo apelos para uma retirada completa do interior, onde tentativas de ampliar o poder português tinham tido resultados modestos” (WESSELING, 2008, p. 113). Porque os ditos direitos históricos não eram suficientes por si só para a continuidade do colonialismo português. Abaixo, uma defesa que Portugal não vai deixar de fazer dos referidos direitos históricos de Portugal:

Quando em pleno século XIX respeitáveis estadistas, representando não menos respeitáveis países, interessando-se, enfim, pela África, traçaram a seu bel prazer as fronteiras das suas colônias, houve cortes que não puderam, bem contra sua vontade, manter-se [...] (AGUIAR, 1964, p. 15).

Aguiar (1964) reclama do ímpeto conquistador de outras potências europeias, na corrida pela África. Quem chegar primeiro fica com as melhores partes. A crítica é dura aos respeitáveis líderes de países respeitáveis. A Conferência de Berlim, mais uma vez, vai organizar a fila dos que tem fome por territórios e das populações fora do circuito do progresso e da civilização. É por isso que foram necessários aproximadamente 50 anos de intensas guerras colonialistas portuguesas e a resistência na Guiné.

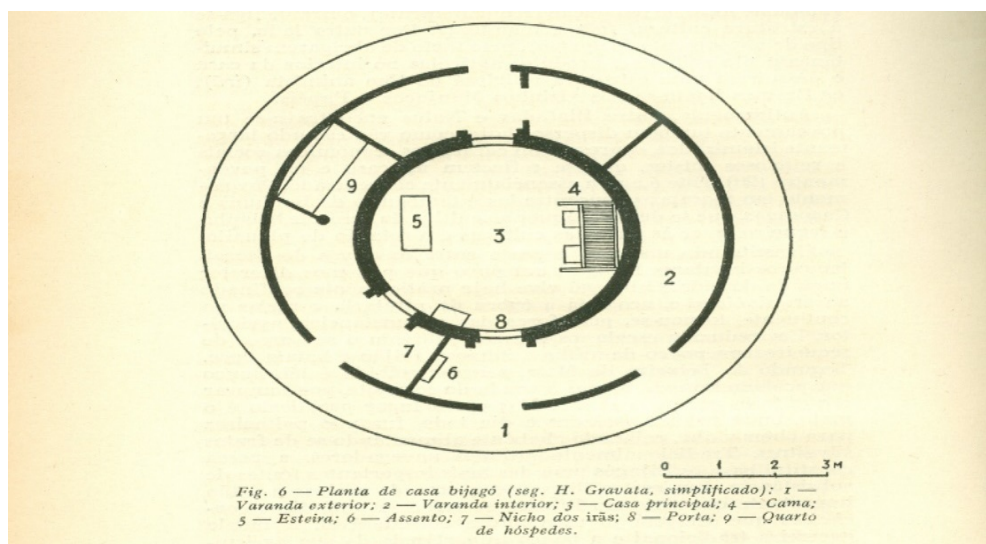
A resistência contra o colonialismo sempre ocorreu na Guiné e em outras colônias africanas. Entre o século XIX e as primeiras décadas do século XX, se fez durante 50 anos “uma guerra colonial contra o nosso povo, guerra contra Manjacos, contra pépeis, contra fulas, contra mandingas, biafadas, balantas, contra felupes, contra quase todas as tribos da nossa terra” (CABRAL, 1974, p. 17).

1.9 Alguns tipos de habitações e hábitos tradicionais de povos da Guiné-Bissau

A diversidade étnica e linguística da Guiné-Bissau também são expressas na arquitetura das habitações tradicionais dos povos daquela pequena nação. Como as linhas de parentesco e as famílias são muito importantes nas civilizações africanas, na Guiné a Morança é o átomo cultural e histórico. Morança é um conjunto de casas de uma mesma família. Conjuntos de Moranças formam uma povoação e também de tabanca, uma comunidade. As unidades habitacionais tradicionais seguem majoritariamente a forma circular.

A rica variação da disposição dos cômodos ocorre internamente. As geometrias diferenciadas dos cômodos das habitações de alguns dos povos da Guiné devem ter significados muito mais profundos do que a mera praticidade e estética. Mas nós não empreendemos aqui esta análise, pois, claramente, seria necessário uma longa e disciplinada investigação etnológica e histórica in loco para se tentar entender estes aspetos referentes às moradias étnicas guineenses. Vejamos as imagens a seguir.

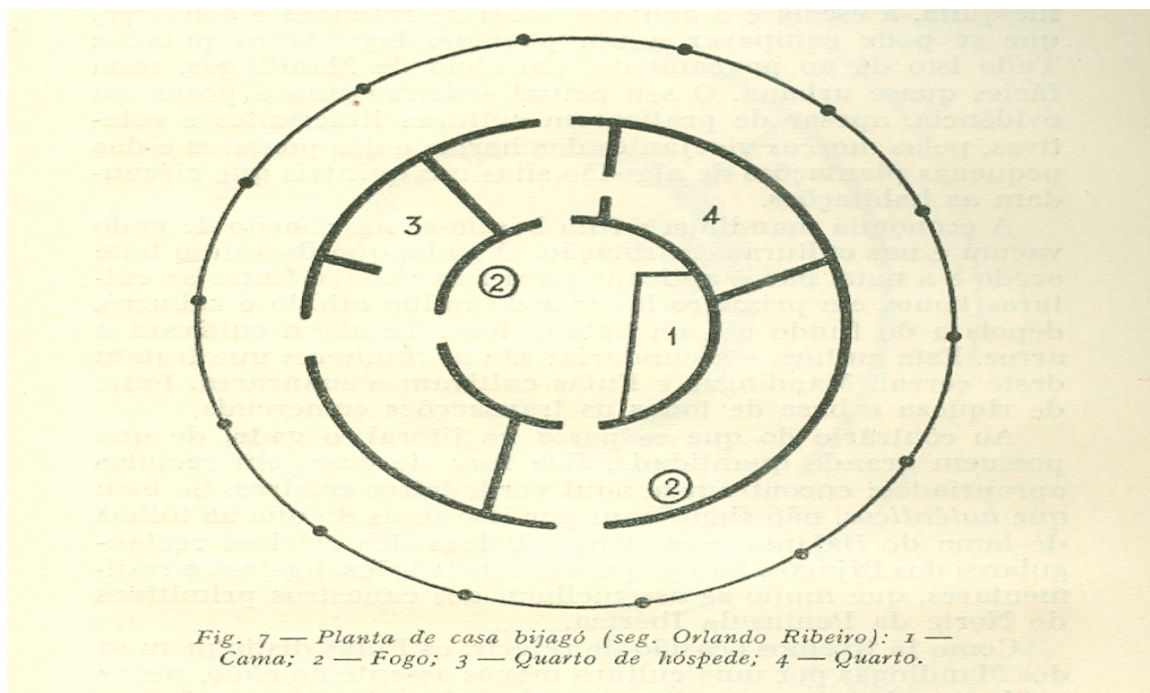
Figura 12 – Planta baixa de uma habitação tradicional do povo Bijagô da Guiné-Bissau



[1-Varanda exterior; 2-Varanda interior; 3-Casa principal; 4-Cama; 5-Esteira; 6-Assento; 7-Nicho dos irãs; 8-Porta; 9-Quarto de hóspedes.

Fonte: Tenreiro (1950, p. 24) (Fotografia de Orlando Ribeiro).

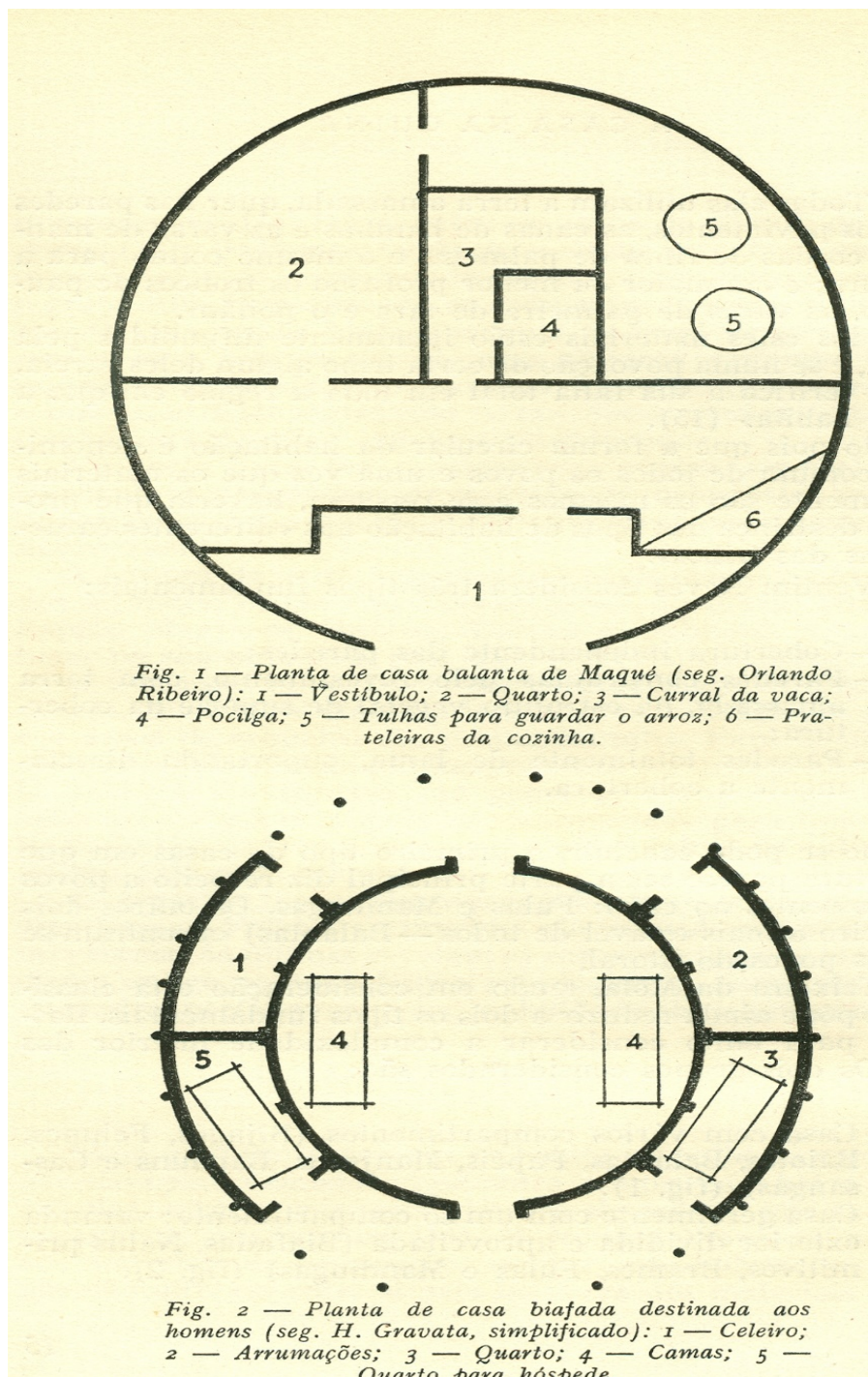
Figura 13 – Planta baixa de habitação tradicional do povo Bijagó na Guiné-Bissau



[1-cama; 2-fogo; 3-quarto de hóspede; 4-Quarto.

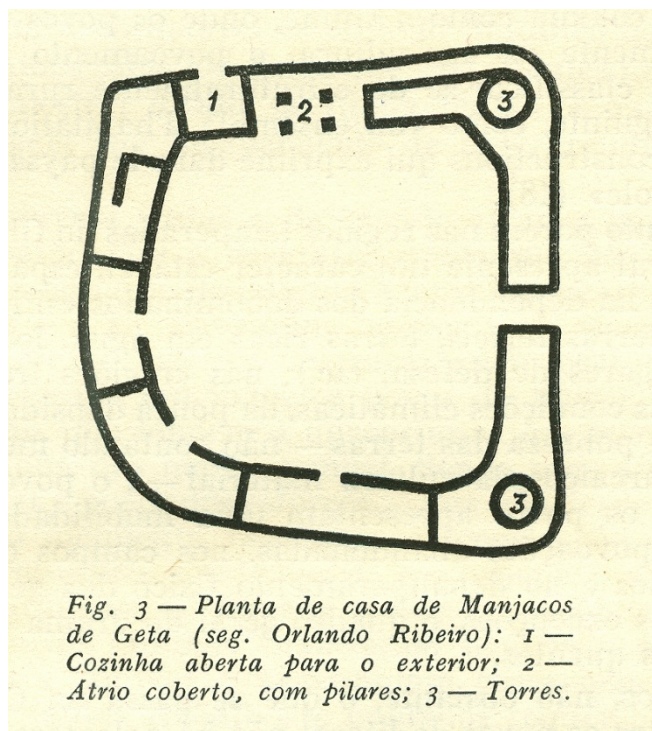
Fonte: Tenreiro (1950, p. 26). Seg. Orlando Ribeiro]

Figura 14— Planta de habitação tradicional de Balantas e Biafadas na Guiné-Bissau.



Fonte: Tenreiro (1950, p. 16). De acordo com H. Gravata e O. Ribeiro]

Figura 15 Planta de casa tradicional de Manjacos de Geta.



Fonte: Tenreiro (1950, p. 17). De acordo com Orlando Ribeiro.

Dissemos que o desenho na maioria das habitações tradicionais na Guiné-Bissau era circular. Predomínio, mas não unicamente em círculo. O exemplo acima de Casa Manjaco é mais quadrangular. Na figura 5 há um cômodo que nos chamou a atenção e que está ligado à tradição religiosa animista de alguns povos africanos. Trata-se no cômodo 7: Nicho dos *Irãs*.

Os *Irãs*, para algumas religiões animistas africanas, são os espíritos-deuses existentes no mundo e que tem o poder de interferir diretamente na vida humana, desde a formação do feto e no nascimento, quando se constata que um bebê nasceu com algum problema: má formação do feto e/ou alguma doença, essa criança é considerada uma “criança - *Irã*” (RODRIGUES, 2015). Este bebê - *Irã* ou bebê-feiticeiro pode ser morto ou abandonado na margem de um rio durante a maré baixa, ou abandonado na floresta.

Por isso, nessa crença espiritual tradicional animista, se fazem sacrifícios e oferendas, tanto para acalmar os bons *Irãs*, insatisfeitos com as ações más dos homens, como para expulsar e manter à distância os *Irãs* maus que levam as pessoas a cometerem injustiças e perversidades. Notem que o nicho dos *Irãs* está

mais próximo da varanda externa. Facilitando a entrada e saída dos espíritos, principalmente os maus, das casas das pessoas.

A morte logo após o parto ou o abandono em local desconhecido até a morte da dita criança-irã muitas vezes não é visto como um “homicídio” na Guiné-Bissau (Rodrigues, 2015), como se define na nossa sociedade ocidental. A morte de uma criança-irã, também chamada de “feiticeira”, não se explica apenas por ser uma “prática religiosa animista das religiões tradicionais africanas” (ALVES, 2015 Apud RODRIGUES, 2015). Há o componente econômico desse problema. Como a estrutura estatal pública de saúde na Guiné-Bissau atual ainda é precária, as famílias muito pobres não têm condições financeiras para assumir esse enorme encargo de cuidar de uma criança com necessidades especiais (ALVES, 2015 Apud RODRIGUES, 2015).

Mesmo aquelas crianças que eventualmente sobrevivem, são maltratadas pela família e pela comunidade, e são praticamente largadas à própria sorte. No entanto, aos poucos, o governo guineense, com o apoio de ONGs internacionais que defendem os direitos das crianças e com o apoio da União Europeia, como exemplo, tem convergido esforços em ações efetivas para evitar que mais violações sejam cometidas contra as crianças e conseguir mudar a mentalidade da população (Rodrigues, 2015).

Amílcar Cabral chegará a mencionar que a crença nos *Irãs* era uma das “fraquezas” da cultura da Guiné, no sentido de que em certa maneira atrapalha a objetividade da luta de libertação nacional, como crer que os tucas (portugueses) possam ter *Irãs* como aliados, dado a violência de suas incursões militares na guerra. Essa visão foi mudada. A dita fraqueza cultural de temer as próprias florestas pela crença de que elas são habitadas pelos irãs se tornou, com a conscientização da luta de libertação nacional, força. As florestas,

São agora uma fonte real de fortaleza para o nosso povo, para a nossa luta. Mas, antes, eram uma fraqueza, porque tínhamos medo das nossas florestas, bastiões sagrados dos *irãs* e de toda a casta de espíritos. Mas agora não temos medo: conquistamos e mobilizamos para o nosso lado os espíritos da floresta, transformamos esta fraqueza numa força. É esse o sentido da nossa luta: tornar as fraquezas forças (CABRAL, 1975, p. 07-08).

A crença dos soldados e militantes do PAIGC que lançava sombras nos claros objetivos da luta de libertação é estrategicamente apropriada por Cabral. Fazer de temidas entidades espirituais, aliados, e encorajar as fileiras das FARP, oriundas das comunidades camponesas.

1.10 A historicidade dos nomes: original africano, a deturpação colonial e a re-africanização.

Os imperialistas deram nomes para povos, (chamados pejorativamente de tribos), regiões, lagos, montanhas e as colônias em África. Os colonizados não se viam representados nestes batismos cristãos ocidentais dos neocolonizadores. A capital da Martinica, ex-colônia francesa, é *Fort-de-France*, e assim permanece. Quer nome mais emblemático para marcar a presença do império colonial francês na região do Mar do Caribe? A terra natal de Frantz Fanon não conquistou a soberania e a independência completas, pois Martinica é até hoje um departamento ultramarino da França. Faremos uma análise histórica de nomes de alguns países africanos, desde os nomes coloniais até as independências, a re-africanização.

Os colonizadores holandeses, ao chegarem na região onde hoje é a África do Sul, no século XVII, como não podia deixar de ser, chamaram os *Khoikhoi*³⁴, de “Hotentotes”, palavra do “holandês Hutentut”, que significa “bruto” (MUNANGA, 2009, p. 22). Tanto os *San*, como os *Khoikhoi*, (*Khoi-San*), também eram chamados de “bushmen” / “bosquímanos”, ou seja, “homens do mato”. Termos bastante “adequados”, dados por aqueles que traziam o monólito, a pedra única da civilização.

Os grupos *Bata* e *Mbuti* receberam dos colonizadores europeus o nome de “pigmeus”. “O termo pigmeu provém do pejorativo grego *pigmao*, que significa côvado, isto é, a distância que vai do cotovelo a raiz dos dedos, medindo mais ou menos 46 centímetros” (MUNANGA, 2009, p. 22). Os *Bata* e *Mbuti* remanescentes possuem baixa estatura, medindo entre 1,3 e 1,5 metro. Uma das explicações é a longa exposição a muita umidade, pouca luminosidade e isolamento no interior das densas florestas tropicais que habitam entre a República dos Camarões, Gabão,

³⁴Khoi-Khoi / Khoikhoi eram pastores, descendentes do chamado povo San, população de caçadores aborígenes da África do Sul (Munanga, 2009). Os Khoikhoi foram subjugados pelos invasores holandeses no século XVII.

República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, Burundi e Uganda (Munanga, 2009).

Figura 16 – Homem do Povo Mbuti (“Pigmeu”) com sua lança. Floresta Ituri, República Democrática do Congo, 1960.



(Imagem: Norman Miller. Fonte: Norman Miller Archive.

Fonte: Disponível em: <https://normanmillerarchive.com/cultures-in-transition/mbuti-people/>. Acesso em: 19 jan. 2020.

Os ditos Pigmeus e outros povos do Congo foram violentamente tutelados pelos neocolonialistas belgas quando o Congo era propriedade particular do Rei Leopoldo II³⁵ da Bélgica, o *État Indépendant du Congo*³⁶, de 1885 até 1908, quando o território passou para o Reino da Bélgica. Os congoleses que trabalhavam na extração de marfim³⁷ e borracha eram obrigados a cumprir cotas de produtividade. Se tais metas não fossem atingidas, o indivíduo ou o grupo sofria as mais impensáveis violências, desde espancamentos até mutilação de membros, principalmente as mãos, não importando se eram crianças, jovens ou velhos. A execução sumária trazia “alívio” para o sofrimento inaudito da violência diária.

³⁵ Voltaremos a tratar do Rei Leopoldo II e do Congo com mais detalhes no capítulo II.

³⁶ Estado Independente do Congo. Trad.: Rafael Domingues da Silva.

³⁷ Grupos nativos na região do Congo tradicionalmente já extraíam o marfim. Os neocolonialistas belgas aproveitaram a prática cultural autóctone e elevaram a extração em larga escala comercial internacional, levando a alta mortandade de elefantes.

Quem teve total independência foi o próprio Leopoldo II. Na Conferência de Berlim “o principal beneficiário foi mesmo o rei Leopoldo, cujo título de soberano do Congo foi reconhecido por todos” (FERRO, 1996, p. 101). Diante desse unânime reconhecimento, Leopoldo II utilizou-se da total liberdade para praticar as mais terríveis atrocidades e angariar enorme riqueza banhada em sangue.

“No contexto do neocolonialismo”, os pigmeus foram “classificados como um elo perdido entre homem e animal”, uma ligação entre eles (pigmeus) “e os macacos”, os fazem uma espécie inferior na evolução humana e, portanto, justificou-se a quase total destruição “dos modos de vida desses povos da floresta” (PEREIRA, 2019). A atual RDC³⁸ teve pelo menos outros três nomes. No período pré-colonial era Kongo.

Com a partilha da África o Kongo passou a se chamar, “Estado Livre do Congo” ou o “Congo do Rei Leopoldo”. A partir de 1908 passou a ser chamado de Congo Belga, que obteve sua independência nos anos 1960. O Congo Belga ficou conhecido como Zaire de 1971 até 1997 (SOUZA, 2012). O Zaire também era e ainda é chamado de Congo Kinshasa, por conta do nome da Capital e também para se distinguir do vizinho Congo, ou Congo Brazzaville.

Durante os seus 26 anos de existência, o Zaire foi Governado de maneira ditatorial por Joseph-Desiré Mobuto, dito Mobuto Sese Seko, ou simplesmente Mobuto, que assumiu o país com plenos poderes ainda como Congo Belga em 1965 por meio de um golpe militar (Ramme, 2014) com participação direta da CIA (Altman, 2013). “Mobutu se autoproclama chefe de Estado e estabelece um sistema político de partido único. Ocasionalmente convocava eleições presidenciais em que era o único candidato” (ALTMAN, 2013). Então foram praticamente 32 anos do “mobutismo” na República Democrática do Congo. Foi um período de grande instabilidade política interna com a primeira guerra civil, turbulência econômica e altos índices de pobreza (Ramme, 2014).

Enquanto o país permanecia no caos, Mobuto construiu um enorme patrimônio pessoal, dilapidando o próprio estado, deixando-o em falência, e desviando até mesmo doações de organismos internacionais (ONU) para benefício próprio. Doações essas que, em princípio, deviam ser destinadas às populações atingidas por recorrentes crises humanitárias (NATALI, 1997).

³⁸ República Democrática do Congo.

É fácil notar como Mobuto Sese Seko se beneficiava do dinheiro público pelo luxo de suas roupas e brilho ofuscante de jóias que ostentava no corpo, enquanto a população majoritária vivia maltrapilha, assolada pela pobreza. O que também impressionava era o luxo do antigo palácio de descanso de Mobuto em Gbadolite, atualmente em total ruína³⁹. O então Zaire foi renomeado para República Democrática do Congo em 1997. Estávamos nos esquecendo de mencionar que a capital da RDC se chamava Leopoldville, em homenagem ao imperador absoluto da colônia, o rei Leopoldo II. Leopoldville foi renomeada para Kinshasa em 1966.

Fazem menos de 55 anos que Botsuana, país africano que faz fronteira com a África do Sul, deixou de ser o Protetorado de Bechuanalândia, *Bechuanaland Protectorate*. Aquela região passou para o controle britânico ainda em 1885, ano da Conferência de Berlim. Bechuanalândia foi outra “deformação” imperialista do nome nativo *Botsuana*, do povo *Tswana* (SAHO, 2011) ⁴⁰. J. Makenzie, citado por Ki-Zerbo, disse em 1881, ao referir-se aos *Tswana*: “quantos povos da África são conhecidos por nomes que eles próprios ou quaisquer outras populações africanas jamais utilizaram!” (KI-ZERBO, 2010, p. LIII).

Outro território africano propriedade privada foi a Rodésia ou Rodhesia, nome dado por conta do proprietário inglês Cecil Rhodes (1853-1902). Um vasto território já ocupado há séculos e que do dia para a noite passa a pertencer e ser explorado por um único homem, à revelia de todos os povos vivendo naquele lugar. Hoje, a antiga Rodésia colonizada é o soberano Zimbábue, na África Oriental.

1.11 A tradição oral savânica em África: Os *Griôs*, os *Doma* e os *Griôs-Doma*.

Em África encontramos a figura do “*Griot*”. Um contador das histórias de uma civilização, das pessoas de uma comunidade e de seus feitos. Não é possível calcular exatamente em que período surgiu o *griô*. O ídolo das origens não é tão importante. Entretanto, o vasto e poderoso Império do Mali na África Ocidental possa ser uma das suas regiões de origem. Sundiata Keita, considerado o fundador do

³⁹CONGO: President Mobutu's Hometown Gbadolite - BBC News. **Youtube**, 18 dez 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TD0-aD4y0us>> acesso em 06.01.2020.

⁴⁰ TSWANA (seTswana [language], baTswanapeople). **South African History Online**, 03 abri 2011. Disponível em: <<https://www.sahistory.org.za/article/tswana>> acesso em 24.05.2019.

Império malinês, tinha como seu griô Balla Fasséké, com lugar privilegiado para cantar os grandiosos feitos, a riqueza, o poder e aconselhar seu imperador. John (2012) demonstra que o papel do griô, no sentido tradicional e também na contemporaneidade, é alargado:

[...] The griots were advisors to court, story-tellers, musicians and praise-singers drawn from five leading griot families (...). Traditionally, griots were a social caste, dedicated to preserving the memory of society (...). The exact role of a griot is multi-faceted, but in general, the work is a service, particularly to the richer members of the community and for those who (at least in the traditional sense) are considered to be nobility. While griots can be called upon to work at any moment, their specialty is formal ceremonies⁴¹.

É interessante constatar semelhanças entre o *aedo* da Grécia antiga e o griô, digamos tradicional, presente em várias civilizações africanas ao sul do Saara. Ambos cantam as histórias acompanhadas de instrumento musical. O *aedo* toca a harpa e o griô, a Kora, que é também um tipo de harpa africana com 21 cordas. A manifestação de contar histórias, pelo que se pode verificar, é acompanhada de outra arte, a música, tão ou mais antiga do que as epopeias orais dos povos humanos.

⁴¹Os griots eram assessores de tribunais, contadores de histórias, músicos e cantores de louvor de cinco famílias de griots (...). Tradicionalmente, os griots eram uma casta social, dedicada a preservar a memória da sociedade (...). O papel exato de um griot é multifacetado, mas, em geral, o trabalho é um serviço, particularmente para os membros mais ricos da comunidade e para aqueles que (pelo menos no sentido tradicional) são considerados nobres. Enquanto os griots podem ser chamados para trabalhar a qualquer momento, sua especialidade são cerimônias formais. “Tradução e adaptação nossa”. (BÁ, 2010, p. 167-212).

Figura 17 A griotte Adama Suso canta e Ma Lamini Jobareth toca a kora. Fara Banta, Gâmbia, 1991.



Fonte: <https://news.psu.edu/story/140694/2002/05/01/research/keepers-history>. Acesso em 15 out. 2019.

Figura 18— Dupla de griôs cantando a história. África Ocidental



Fonte: <https://clionainternet.wordpress.com/tag/mossi/>. Acesso em 15 out. 2019.

O acadêmico, pensador e uma conhecida autoridade espiritual do Mali, Amadou Hampâté Bâ (1900-1991), foi “um dos maiores pensadores da África no século 20”. Ele “integra a primeira geração do Mali com educação ocidental”. Bâ

possuiu um “vínculo com a tradição oral do povo fula (nação de pastores nômades que conduz seu rebanho pela África savânica)” (FARAH, 2003). Essa ligação “o levou a buscar o reconhecimento da oralidade africana como fonte legítima de conhecimento histórico” (FARAH, 2003). Bâ também foi um dos pioneiros na “elaboração dos primeiros estudos que usam as fontes orais de maneira sistemática, como em ‘História geral da África’, publicada pela UNESCO em 1980” (FARAH, 2003).

A tradição oral africana, seguindo a restrição geográfica de Hampâté Bâ da tradição savânica, pressupõe uma memória privilegiada do mestre griô, para se recordar de eventos passados em suas tramas mais finas e delicadas do tecido cotidiano, e cantá-los com riqueza de detalhes ao seu público ouvinte e transmiti-los ao longo de gerações. Mesmo que seja uma história enfeitada, na qual a verdade tenha recebido retoques por parte de um griô com o intuito de atrair e divertir determinada audiência, a memória é muito importante para a respeitabilidade do griô / griotte. Do ponto de vista da crença religiosa, a tradição oral africana e a memória privilegiada dos narradores no presente são explicadas pela força dada pelos espíritos ancestrais quando são chamados a apoiar a desempenho do griô/griotte. Na perspectiva da neurociência, a capacidade de memorizar é fornecida por nossa “vantagem humana” pontuada por Herculano-Houzel (2017). É a evolução do nosso córtex cerebral que nos dá essa capacidade de reter eventos da história.

A porção externa do cérebro é constituída por uma camada de substância cinzenta conhecida como **córtex cerebral**. O córtex cerebral contém bilhões de neurônios organizados em circuitos bastante complexos que se encarregam de funções como linguagem, **a memória**⁴², o planejamento de ações, o raciocínio crítico, etc. Essas capacidades, que são características da espécie humana, costumam ser chamadas de funções nervosas superiores (COSENZA; GUERRA, 2001, p. 15-16).

O processo neurológico de formação das memórias é complexo. Há dois tipos principais de memória, relacionadas com a sua duração:

Por essa classificação, haveria uma memória de curto prazo, ou de curta duração, encarregada de armazenar acontecimentos recentes, e uma memória de longo prazo, ou de longa duração, responsável pelo registro de nossas lembranças permanentes (...). Uma distinção importante é reconhecer que existem conhecimentos adquiridos, lembrados e utilizados conscientemente, e outros em que a memória se manifesta sem esforço ou intenção consciente, sem que tenhamos consciência de que estamos nos

⁴² Destaque nosso.

lembrando de alguma coisa. Os do primeiro tipo vão constituir o que chamamos de **memória explícita**, enquanto os de segundo constituem a **memória implícita**. Como exemplo da primeira poderíamos citar a lembrança do que comemos no almoço ou de nosso número de telefone. São exemplos de memória implícita a habilidade de escovar os dentes ou de andar de bicicleta, (CONSENZA; GUERRA, 2011, p. 51-52).

Quando Amadou Hampâté Bâ escreveu o conjunto de histórias que formaram “Amkoullel, o menino fula”, e quando ele rememora e cita o tradicionalista-doma bambara Danfo Sine em “A tradição viva”, Hampâté Bâ coloca a memória explícita em funcionamento. Este tipo de memória é dividida em duas outras: *memória episódica* e *memória semântica*. A memória de primeiro tipo cuida das “lembranças que temos dos eventos de nossa vida pessoal, de nossa biografia” (CONSENZA; GUERRA, 2011, p. 69). A memória de segundo tipo cuida das “lembranças que temos das coisas e dos processos que nos rodeiam” (CONSENZA; GUERRA, 2011, p. 69). “Pode mos dizer” que a memória semântica “se refere ao conhecimento do ‘quê’, ‘como’ e ‘por quê’”. Já a outra, a *episódica*, “está ligada ao conhecimento do “quando” e “onde”. Este acadêmico e pensador africano⁴³ analisou a tradição oral africana ao Sul do Deserto do Saara, o que ele chama de Savana ao Sul do Saara, ou tradição oral savânica (Bâ, 2010). Ele delimita seus estudos do ponto de vista etnogeográfico e ressalta:

Quando se fala da “tradição africana”, nunca se deve generalizar. Não há *uma* África, não há *um* homem africano, não há *uma* tradição africana válida para todas as regiões e todas as etnias. Claro, existem grandes constantes (a presença do sagrado em todas as coisas, a relação entre mundos visível e invisível e entre os vivos e os mortos, o sentido comunitário, o respeito religioso pela mãe etc.), mas também há numerosas diferenças: deuses, símbolos sagrados, proibições religiosas e costumes sociais delas resultantes variam de uma região a outra, de uma etnia a outra; às vezes, de aldeia para a aldeia. (BÂ, 2003, p. 14)

⁴³ Apesar de ter publicado inúmeros trabalhos ao longo de sua vida, verificamos que até o presente momento da escrita da tese, só uma obra de Amadou Hampâté Bâ traduzida para a Língua Portuguesa e publicada no Brasil, excetuando o Capítulo 8 do volume 1 da “História geral da África” (2010): “Amkoullel, o menino fula”. São Paulo: Palas Athena/Casa das Áfricas, 2003. Usamos esta obra em nosso texto. Obras de três eminentes acadêmicos africanos: Amadou H. Bâ, Joseph Ki-Zerbo e Sheik A. Diop que ainda não receberam a devida importância das casas publicadoras.

Hampâtê Bâ então restringe seu estudo sobre a tradição oral de países africanos da antiga África Ocidental Francesa: Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné, Mauritânia, Senegal “e particularmente as do Mali, na área dos fula-tucolor e bambara onde vivi” (BÂ, 2003, p. 14). Bâ (2003) afirma que na tradição Bambara⁴⁴ chamada Komo, escola de iniciação do Mande (idioma), no Mali, a *palavra* era chamada de *Kuma*, “que é a força fundamental que emana do próprio Ser Supremo, *Maa Ngala*, criador de todas as coisas” (BÂ, 2010, p. 170). *Maa Ngala* o Ser Supremo, criou em tempos imemoriais, todas as coisas e o homem. Bâ está falando do Gênesis na tradição oral savânica no sistema de crenças daquele povo do Mali.

Na criação do universo, de acordo com o que é ensinado pelo “mestre iniciador do Komo (que é sempre um ferreiro) aos jovens circuncidados, revela-nos que quando *Maa Ngala* sentiu falta de um interlocutor, criou o primeiro homem: *Maa*” (BÂ, 2010, p. 170). A humanidade então tem uma centelha de divindade, já que foi criada por *Maa Ngala* e é “síntese de tudo o que existe, receptáculo por excelência da Força suprema e confluência de todas as forças existentes”. Mas aí vem grande responsabilidade. “*Maa*, o Homem, recebeu de herança uma parte do poder criador divino, o dom da Mente e da Palavra” (BÂ, 2010, p. 170).

Maa Ngala e *Maa* começaram a dialogar desde o início dos tempos e *Maa Ngala* decidiu legar ao *Maa*, o primeiro ser humano, uma enorme responsabilidade: ser “guardião do Universo”. Também “o encarregou (o *Maa*) de zelar pela conservação da Harmonia universal. Por isso é penoso ser *Maa*”. (BÂ, 2010, p. 170). Se o ser humano foi criado por *Maa Ngala*, possui o dom da mente e da palavra e tem a responsabilidade de guardar o universo e manter sua harmonia. As palavras, antes de ter contato com o mundo material eram divinas.

Iniciado por seu criador (*Maa Ngala*), mais tarde *Maa* transmitiu a seus descendentes tudo o que havia aprendido, e esse foi o início da grande cadeia de transmissão oral iniciatória da qual a ordem do Komo (como as ordens do Nama, do Kore, etc., no Mali) diz-se continuadora. Tendo *Maa Ngala* criado seu interlocutor, *Maa*, falava com ele e, ao mesmo tempo,

⁴⁴ Bambara é um grupo etnolingüístico da região do Alto Níger, no Mali, cuja língua, o Bambara, pertence ao ramo Mande da família linguística Nígero-congolosa (Níger-cordofaniana / Línguas Mandingas). O Bambara tem alcance na Guiné, Costa do Marfim, Mauritânia, Senegal, Burkina Faso. Conferir: BAMBARA people. **Encyclopaedia Britannica**, s/d. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/Kuna>> acesso em 15.10.2019. Para saber mais sobre a diversidade linguística em África, ler: MUNANGA (2009, p. 27-28).

dotava-o da capacidade de responder. Teve início o diálogo entre Maa Ngala, criador de todas as coisas, e Maa, simbiose de todas as coisas. Como provinham de Maa Ngala para o homem, as palavras eram divinas porque ainda não haviam entrado em contato com a materialidade. Após o contato com a corporeidade, perderam um pouco de sua divindade, mas se carregaram de sacralidade. Assim, sacralizada pela Palavra divina, por sua vez a corporeidade emitiu vibrações sagradas que estabeleceram a comunicação com Maa Ngala. (BÂ, 2010, p. 171).

Devido à sacralidade da Palavra, ela deve ser utilizada com respeito, verdade e comedimento, mesmo até para os griôs que não sejam *Doma* (tradicionalistas-Doma), e não tem o compromisso de dizer “a Verdade da História”. Os *Doma* ou *Soma* em Bambara são “os ‘conhecedores’, ou Donikeba, ‘fazedores de conhecimento’” (BÂ, 2010, p. 175). Os Griôs-Doma ou tradicionalistas-Doma “mais do que todos os outros homens”, sejam eles “grandes ou pequenos, obrigam-se a respeitar a verdade. Para eles, a mentira não é simplesmente um defeito moral”. A mentira é uma “*interdição ritual* cuja violação lhes impossibilitaria o preenchimento de sua função. (BÂ, 2010, p. 177).

Por outro lado, os griôs que não são tradicionalistas-doma, e que também “sabem ensinar enquanto divertem e se colocam ao alcance da audiência, com os trovadores, contadores de história e animadores públicos, que em geral pertencem à casta dos *Dieli (griots)* ou dos *Woloso* (cativos de casa)”, não necessitam da verdade. “Para estes, a disciplina da verdade não existe” (BÂ, 2010, p. 178). Além disso, como afirma Amadou H. Bâ, os griôs (*Dieli / Woloso*), com a permissão da tradição, têm o direito de travestir a verdade “ou de embelezar os fatos, mesmo que grosseiramente, contanto que consigam divertir ou interessar o público” (BÂ, 2010, p. 178).

Um griô/griotte que não se submeteu a formação necessária para se tornar um tradicionalista-doma, “como se diz, ‘pode ter duas línguas’” (BÂ, 2010, p. 178). Amadou Hampâté Bâ traz até nós uma antiga e bela lição recitada/cantada por Danfo Sine, um grande Griô-Doma bambara que ele conheceu na infância e freqüentava a casa de seu pai quando viveram em Bougouni⁴⁵. Eis o texto oral:

Oh, Alma de meu Mestre Tiemablem Samaké!

Oh, Almas dos velhos ferreiros e dos velhos tecelões,

⁴⁵ Cidade/comuna (Comuna: uma, de duas outras definições de unidades administrativas usadas pelo Governo malinês) ao Sul do território do Mali, África.

Primeiros ancestrais iniciadores vindos do Leste!
 Oh, Jigi, grande carneiro que por primeiro soprou
 Na trombeta do Komo,
 Vindo sobre o Jeliba (Níger)! Acercai-vos e escutai-me.
 Em concordância com vossos dizeres
 Vou contar aos meus ouvintes
 Como as coisas aconteceram,
 Desde vós, no passado, até nós, no presente,
 Para que as palavras sejam preciosamente guardadas
 E fielmente transmitidas
 Aos homens de manhã
 Que serão nossos filhos
 E os filhos de nossos filhos.
 Segurai firme, ó ancestrais, as rédeas de minha língua!
 Guiai o brotar das minhas palavras
 A fim de que possam seguir e respeitar
 Sua ordem natural
 (Griô-doma Danfo Sine, 2010 Apud BÂ, 2010, p. 180)

Danfo Sine foi um tradicionalista-doma e, portanto não pode embelezar os fatos ou travestir a verdade. Danfo Sine pede auxílio dos ancestrais para que o que ele for contar seja fielmente transmitido. Dissemos que a palavra nasceu divina, e ao entrar em contato com a materialidade mundana perdeu um pouco de divindade original, mas mantendo a sacralidade. As palavras devem ser respeitadas e usadas com prudência. Por isso Danfo Sine recorre aos ancestrais para que seja firme e comedido nas *Kuma*, as palavras, que ele proferir.

O tradicionalista-doma é o elo e harmonia entre as três temporalidades: passado, presente e o futuro. Danfo Sine, o velho tradicionalista-doma, procura manter a harmonia do universo, a missão conferida ao primeiro homem, *Maa*, e seus descendentes pelo Ser Supremo *Naa Ngala*. Os *griôs* ou *dieli*, na língua bambara são uma “espécie de trovadores ou menestréis que percorrem o país ou estão ligados a uma família” (BÂ, 2010, p. 193). Em síntese, eles são assim categorizados:

- Os *griots músicos*, que tocam qualquer instrumento (monocórdio, guitarra, cora, tantã, etc.). Normalmente são excelentes cantores, preservadores, transmissores da música antiga e, além disso, compositores.
- Os *griôs “embaixadores”* e cortesãos responsáveis pela mediação entre as grandes famílias em caso de desavenças. Estão sempre ligados a uma família nobre ou real, às vezes a uma única pessoa.
- Os *griôs genealogistas*, historiadores ou poetas (ou os três ao mesmo tempo), que em geral são igualmente contadores de histórias e grandes viajantes, não necessariamente ligados a uma família. (BÂ, 2010, p. 193).
-

Os textos de Amadou Hampâté Bâ não escapam “da visão corânica da realidade; todavia, o amor de Hampâté Bâ pelos fatos vividos e sua honestidade trazem dimensões insuspeitadas sobre a verdadeira África negra” (LEITE, 2003, p. 10). O texto “A tradição viva” (2010) traz muitas informações sobre os griôs que são importantes, mas que não será mencionada por nós para não nos alongarmos em demasia nessa parte do texto. Cabe finalizar:

Quando um griot conta uma história, geralmente lhe perguntam: “é uma história de *dieli* ou uma história de *doma*?” se for uma história de *dieli*, costuma-se dizer: “Isso é o que o *dieli* diz!”, e então se pode esperar alguns embelezamentos da verdade, com a intenção de destacar o papel desta ou daquela família – embelezamentos que não seriam feitos por um tradicionalista-*doma*, que se interessa acima, de tudo, pela transmissão fiel. É necessário fazer uma distinção: quando estamos na presença de um griot historiador, convém sabermos se se trata de um *griot* comum ou de um *griot-doma*. Ainda assim deve-se admitir que a base dos fatos é raramente alterada; serve de trampolim à inspiração poética ou panegírica, que, se não chega a falsificá-la, pelo menos a “ornamenta”. (BÂ, 2010, p. 198).

Foi dada razoável atenção aos griôs da Savana africana ao sul do Saara. A tradição oral é parte constitutiva do legado cultural de muitas sociedades africanas. A tradição escrita também.

1.12 Mas nem tudo é cultura oral em África

“A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si” (BÂ, 2010, p. 167), diz Tierno Bokar, grande tradicionalista africano, falecido em 1940, que passou toda sua vida em Bandiagara, Mali. Bokar também foi grande Mestre de uma ordem muçulmana chamada Tijaniyya (Bâ, 2010, p. 167). É senso comum associarmos a ignorância, o não-saber com a ausência de

símbolos materializados em pedra ou papel em uma determinada sociedade humana.

A ausência de elementos gráficos foi tomada como um item de justificação de atrasos civilizatórios, do ponto de visão eurocêntrica, desde o colonialismo clássico a partir do século XVI na América Portuguesa (Brasil), com a catequese e a conversão dos gentios ao cristianismo católico através das reduções jesuíticas (aldeamentos). Bokar, para ser mestre de uma ordem muçulmana, evidentemente aprendeu a língua árabe, fundamental para a educação corânica. Não há hierarquia entre a oralidade e a cultura da escrita

Quando falamos de tradição em relação a história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apóie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca e ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África. Entre as nações modernas, onde a escrita tem precedência sobre a oralidade, onde o livro constitui o principal veículo de da herança cultural, durante muito tempo julgou-se que povos sem escrita eram povos sem cultura. Felizmente, esse conceito infundado começou a desmoronar após as duas últimas guerras, graças ao notável trabalho realizado por alguns dos grandes etnólogos do mundo inteiro (...). Para alguns estudiosos, o problema todo se resume em saber se é possível conceder à oralidade a mesma confiança que se concede a escrita quando se trata do testemunho da fatos passados. No meu entender, não é essa a maneira correta de se colocar os problemas. O testemunho, seja escrito ou oral, no fim não é mais que testemunho humano, e vale o que vale o homem. Não faz a oralidade nascer a escrita, tanto no decorrer dos séculos como no do próprio indivíduo? Os primeiros arquivos ou bibliotecas do mundo foram o cérebro dos homens. Antes de colocar seu pensamento no papel, o escritor ou o estudioso mantém um diálogo secreto consigo mesmo. Antes de escrever um relato, o homem recorda os fatos tal como lhe foram narrados ou, no caso de experiência própria, tal como ele mesmo os narra. Nada prova a priori que a escrita resulta de um relato da realidade mais fidedigno do que o testemunho oral transmitido de geração em geração. (BÂ, 2010, p. 167-168).

A fidedignidade e o uso do testemunho oral sempre foram polemizados nos aspetos teóricos e metodológicos na História. O historiador deve utilizar o testemunho oral como fonte de verdade na escrita da história? Essa discussão já se colocava antes mesmo do início da Segunda Guerra Mundial na historiografia francesa, questionando o documento escrito como o único monumento de verdade

histórico. March Bloch (2001), já destacava que os mais variados vestígios deixados pela humanidade do mundo são fontes para o ofício do historiador. Para completar:

Não faz a oralidade nascer a escrita, tanto no decorrer dos séculos como no próprio indivíduo? Os primeiros arquivos ou bibliotecas do mundo foram o cérebro dos homens. Antes de colocar seus pensamentos no papel, o escritor ou o estudioso mantém um diálogo secreto consigo mesmo. Antes de escrever um relato, o homem recorda os fatos tal como lhe foram narrados ou, no caso de experiência própria, tal como ele mesmo os narra. Nada prova *a priori* que a escrita resulta em um relato da realidade mais fidedigno do que o testemunho oral transmitido de geração em geração. As crônicas das guerras modernas servem para mostrar que, como se diz (na África), cada partido ou nação “enxerga o meio-dia da porta de sua casa” – através do prisma das paixões, mentalidade particular, dos interesses ou, ainda; da avidez em justificar um ponto de vista. Além disso, os próprios documentos escritos nem sempre se mantiveram livres de falsificações ou alterações, intencionais ou não, ao passarem sucessivamente pelas mãos dos copistas – fenômeno que originou, entre outras, as controvérsias sobre as “Sagradas Escrituras”. O que se encontra por detrás do testemunho, portanto, é o próprio valor do homem que faz o testemunho, o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte, a fidedignidade das memórias individual e coletiva e o valor atribuído á verdade em uma determinada sociedade. Em suma: a ligação entre o homem e a palavra. (BÂ, 2010, p. 168).

O Império do Mali, islamizado, e sua capital Tombuctu, estabelecida por volta do século XII foi, ao longo dos séculos, se constituindo como um centro cosmopolita, de importância comercial, cultural e religiosa, abrigando até hoje em dia um acervo inestimável de pergaminhos acondicionados em dezenas de bibliotecas particulares (Köpp, 2014), com os mais variados assuntos: desde manuscritos matemáticos, de Física (Astronomia), Filosofia e textos críticos de estudos do Alcorão. Recentemente, esse legado cultural árabe-africano precisou ser protegido, por incrível que pareça, da ação criminosa de fanáticos religiosos que dizem ser verdadeiros seguidores do Islã, que tinham planos de destruição deste inestimável tesouro da humanidade (Köpp, 2014).

A catalogação e leitura desta vasta documentação poderiam reescrever a história do Islã, do próprio continente africano e de toda a história humana (Köpp, 2014). Tombuctu, conhecida internacionalmente como Timbuktu, com seu legado histórico-cultural africano mundial, recebeu o título de patrimônio da humanidade pela UNESCO, tem sofrido com a degradação pela imposição da própria força do tempo e da natureza, o grande Saara e suas areais viajantes. Por isso é nosso

dever humano fazer os maiores esforços no sentido de preservar e proteger aquele sítio.

1.13 Cheikh Anta Diop e o Egito, civilização africana.

Antes de abordarmos rapidamente a escrita hieroglífica dos egípcios como umas das mais antigas e conhecidas, é necessário mencionar a polêmica acadêmica iniciada pelo polímata: antropólogo, físico, historiador, linguista e Químico, Cheikh Anta Diop (1923-1986), nascido no Senegal, de família aristocrata muçulmana do povo Wolof⁴⁶ (Geledés, 2016). Diop fez seus estudos no Senegal, da formação básica à graduação. Depois viaja para a França para continuar sua formação acadêmica ampliada, até concluir o Doutorado. Defende sua tese na Sorbonne em 1954. Diop, juntamente com Ki-Zerbo, são considerados um dos maiores historiadores africanos do século XX. Eles são precursores em descolonizar a antropologia, a historiografia, as ciências humanas⁴⁷. Diop “derrubou o racismo científico” (GELEDÉS, 2016), com a tese *Nations negres et culture* (1954).

O Rio Nilo não foi navegado apenas pelos egípcios nos séculos antes de Cristo. O geógrafo romano Estrabão menciona no seu livro “Geografia” sua viagem pela terra dos etíopes, (África), navegando pelo Nilo e se deparando com suas cachoeiras, obstáculo natural que impedia o avanço mais profundo pelo território (Costa e Silva, 2012).

E quando falamos na civilização egípcia: a engenharia refinada e meticulosamente calculada na construção das pirâmides, as práticas médicas de cura de doenças, o conhecimento da anatomia do corpo humano necessário para a prática de embalsamamento dos corpos, as dinastias faraônicas, enfim, se tem o senso comum de que o Egito “faz parte” do Oriente Médio. Apesar de fazer fronteira com a Arábia Saudita no Mar Vermelho, Israel e Jordânia, O Egito é um país africano.

⁴⁶ THE WOLOF of Senegal. Disponível em: <<https://wolofresources.org/wolof.htm>> acesso em 21.10.2019.

⁴⁷Cheikh Anta Diop e Joseph Ki-Zerbo publicaram uma vasta obra pioneira sobre a história da África. Apenas alguns dos livros de Ki-Zerbo foram traduzidos para a Língua Portuguesa e tem edição brasileira. No caso dos livros de C. A. Diop, pelo que nos consta na nossa verificação, não há até o momento nenhum livro de sua autoria traduzido para o Português e publicado no Brasil, apenas edições no original em francês e traduzidas para o Espanhol e Inglês. Em Portugal foi publicado “A Unidade Cultural da África Negra” (2015), pela Edições Pedagogo. No sistema de bibliotecas Dedalus USP, consta um único volume da tese de Diop publicada em livro: “*Nations negres et culture*” (1954).

Diop propôs nos anos 1950 a tese segundo a qual liga o Egito antigo à África negra, ou seja, os egípcios da antiguidade foram uma civilização negra africana. O trabalho apresentado na Universidade de Paris I será inicialmente rejeitado, porque rompia com um paradigma anteriormente consolidado, colonial e racista, de que a civilização egípcia era “branco-árabe” ⁴⁸, ligada histórica e culturalmente ao Oriente Médio (GELEDÉS, 2016), devido à proximidade geográfica com uma ligação terrestre (a Península do Sinai), entre a Arábia Saudita, Israel e Jordânia. CLARKE (1990), mencionando o pensamento de Diop (1991), sobre o antigo Egito diz:

In locating Egypt on the map of human geography he (C.A. Diop), asks and answers the question: Who were the Egyptians of the ancient world? The Ethiopians said that Egypt was one of their colonies, which was brought to them by the deity Osiris. The Greek writer Herodotus repeatedly referred to the Egyptians as being dark-skinned people with woolly hair. He said they have the same tint of skin as the Ethiopians.⁴⁹(CLARKE, 1990 Apud DIOP, 1991, pos. 233).

Diop menciona fontes distintas: etíope e grega, que caracterizam a aparência dos egípcios antigos, colocando em destaque a pele escura. “Faraós e reis” egípcios, diz DIOP (2017 [1985]), “não eram pessoas brancas que progressivamente se tornaram negras. Eles eram, ao contrário, pessoas negras que nunca deixaram de ser negras”.

Se bem que o conceito de raça não é cientificamente válido e aceito para a espécie humana na atualidade. A argumentação de Diop, apesar de conter esse aspecto, não se sustenta unicamente pelo aspecto de raça dos antigos egípcios para africanizá-los. É de salientar que os resultados das investigações pioneiras de C. A. Diop têm seu lugar de importância histórica e não podem ser considerados ultrapassados no seu todo. Os egípcios antigos não eram brancos e não eram negros.

⁴⁸ Um exemplo atual e esclarecedor no Brasil dessa visão branqueadora de uma civilização negra africana é a série produzida pelo canal Record “José do Egito” (2013). Na trama o Faraó, sua esposa e Rainha, sacerdotes / sacerdotisas, soldados da guarda faraônica e etc., são representados majoritariamente por um elenco branco, cabelos lisos, distanciando-se de diversas evidências arqueológicas e históricas apresentadas pela Ciência especializada que contradiz cabalmente a série televisada. Esse clareamento da pele é naturalizado pelos espectadores e até mesmo da crítica especializada que analisa qualitativamente a produção.

⁴⁹ “Ao localizar o Egito no mapa da geografia humana, ele (C. A. Diop) faz e responde à pergunta: quem eram os egípcios do mundo antigo? Os etíopes disseram que o Egito era uma de suas colônias, que lhes foi trazida pela divindade Osiris: o escritor grego Heródoto se referiu repetidamente aos egípcios como pessoas de pele escura e cabelos louros. Ele disse que eles têm o mesmo tom de pele que os etíopes.”. Tradução e adaptação: Rafael D. da Silva.

O Egito antigo, uma civilização africana, possui um dos mais antigos e conhecidos sistemas de escrita é mais famosa quando nos vem à mente uma civilização africana com um sistema de escrita, os Hieróglifos, que permaneceram indecifráveis durante séculos, até a descoberta da Pedra de Rosetta, “which had allowed 19th century scholars to understand and translate Egyptian hieroglyphs for the first time in modern history” ⁵⁰ (TAWFEEK, 2018). A Pedra de Rosetta foi redescoberta numa campanha militar napoleônica no Egito em 1798 e depois passou para as mãos dos ingleses, e com eles permanecem até então, no Museu Britânico. O Governo Egípcio tem feitos pedidos de devolução do artefato para o país de origem.

The stone acquired its name from its location near the Egyptian City of “Rashid”, known in the West as “Rosetta”. It was transferred to British possession following France’s defeat against the Brits and Ottomans in 1801, and finally held in the British Museum since June 1802. A single message by King Ptolemy V, engraved in three different languages (Ancient Greek, Demotic and hieroglyphs) allowed scholars of the 1800s to finally translate and understand the hieroglyphic language. The artefact became a point of contention between Egypt and its host country ever since⁵¹. (TAWFEEK, 2018).

O alfabeto hieróglifo egípcio é divino, pois significa literalmente “as palavras de Deus”, ou “as palavras dos Deuses”, já que os egípcios eram politeístas. Hieróglifo é uma palavra grega: *Hiero* significa “sagrado/divino”, e *Glifos* “Marca/escrita”. A escrita hieroglífica “está diretamente associada ao Deus Toth, que forneceu a forma para que os homens eternizassem as histórias e os conhecimentos adquiridos” (NOGUEIRA, 2019). Não é coincidência que a tradição oral africana, de acordo com A. Hampaté Bâ (2010) é viva e sagrada. Com relação a antiga e famosa língua africana:

⁵⁰ “Que permitiu que especialistas do século XIX traduzissem e entendessem os hieróglifos egípcios pela primeira vez na história moderna”. (Tradução e adaptação nossa).

⁵¹ “A pedra recebeu este nome devido ao seu local de origem perto da cidade egípcia de Rashid, conhecida no ocidente como Rosetta. Ela foi transferida para posse britânica após a derrota da França contra os britânicos e otomanos em 1801, e finalmente colocada no Museu Britânico desde junho de 1802. Uma única mensagem do Rei Ptolomeu V, gravada em três línguas diferentes (Grego antigo, demótico e hieróglifos), permitiu que os especialistas do século XIX finalmente traduzissem e entendessem a língua hieroglífica. O artefato se tornou um ponto de disputa entre Egito e o país guardião desde então”. (“Tradução e adaptação nossa”).

Existem três tipos principais de hieróglifo na escrita egípcia: 1. Ideogramas: são imagens traduzidas como aquilo que ela mesma representa. Ou seja, glifo é mimeticamente ilustrador daquilo que ele traduz. Por exemplo, se um desenho de um pássaro é um ideograma, ele representa o animal que aparece no desenho; 2. Glifos fonéticos: neste caso, são imagens que representam fonemas da fala. Normalmente, esses fonogramas marcam as sílabas das palavras, a não ser que sejam unicamente compostas por vogais, que possuem hieróglifos específicos para essa função; 3. Determinativos: imagens que não se traduzem em fala, estando presentes no texto escrito. São marcadores que, literalmente, determinam o gênero da palavra que acompanha (por exemplo, um nome carrega o determinativo de “nome”, um rio específico carrega o determinativo de “rio”). (NOGUEIRA, 2019).

O Deus Toth, ou Tote, citado a pouco, é o Deus da magia, da sabedoria, dos conhecimentos. É um Deus lunar, no panteão egípcio de divindades, uma espécie de escriba e arquivista dos outros deuses. As representações mais comuns de Toth é com a cabeça de uma ave, o Íbis-sagrado (*Threskiornis aethiopicus*), e ou de um babuíno.

Figura 19 – Pequena estátua egípcia antiga do Íbis-Sagrado.



Fonte: http://amigosdelantiguoegipto.com/?page_id=134. Acesso em 09 out. 2019

Figura 20– O Deus Toth como se estivesse escrevendo (esculpindo) os hieróglifos na parede.



Fonte: <https://www.aficionados.com.br/mr-ibis-thoth-deuses-americanos/>. Acesso em: 9 out. 2019.

Qual a ligação do íbis-sagrado com a magia, a sabedoria, o conhecimento? Estava ave migratória peralta tem o bico longo e curvo e caça pacientemente seu alimento por alagadiços, beira dos rios, lagoas, plantações de arroz alagadas e pastagem rasteira. Ela penetra o longo e curvo bico no solo, tateando cuidadosamente o ambiente para localizar com precisão seu alimento. Ela caminha lentamente à medida que vai explorando a terra.

É necessária astúcia para se capturar o que está escondido sob a terra e o barro. Quando o íbis-sagrado captura algo escondido: um inseto, larva, caramujos, peixes são capturados, é revelado na superfície. Além dos hieróglifos há outras línguas africanas antigas como o Amárico, também chamado de língua etíope ou Alfabeto ge'eze e o Adinkra dos povos Akan em África: Gana, Costa do Marfim e Togo. Nós mencionaremos os símbolos Adinkra posteriormente.

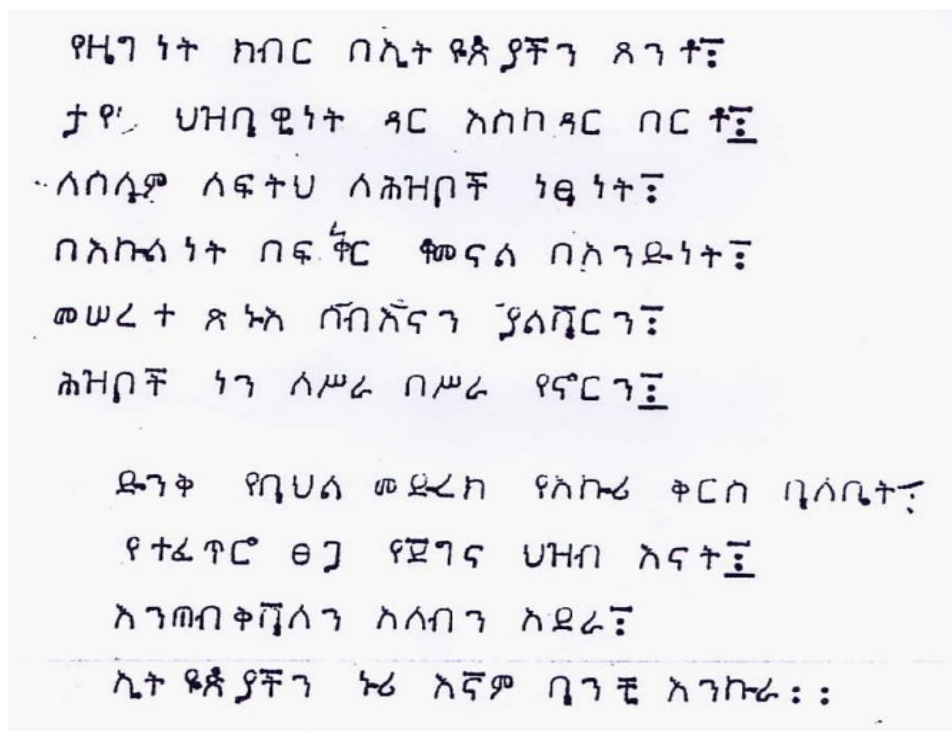
1.14 A língua etíope / alfabeto ge'eze

A língua Etíope ou Amárica é a língua oficial da Etiópia, falada por mais de 20 milhões de pessoas. O Amárico é uma língua semítica que usa como sua base o *alfabeto Ge'eze*. Tal alfabeto tem 33 caracteres básicos, tendo sete combinações consoantes – vogais e dessemelhantes ao arábico, hebraico e sírio, é escrito da esquerda para a direita (NALRC Indiana University, s/d). O Amárico, na enorme

diversidade linguística africana, está classificado na grande família das línguas afro-asiáticas, junto com o Árabe, o Oromo, o Berbere, o Songai e o Hausa estão classificados nessa família.

The origins of the Amharic language are tracked to the 1st millennium B.C. It is rumoured that they are the descendants of King Solomon and the Queen of Sheba. Immigrants from southwestern Arabia crossed the Red Sea into present-day Eritrea and mixed with the Cushitic population. New languages formed as a result of this union, e.g, Ge'ez. Ge'ez was the classical language of the Axum Empire of Northern Ethiopia. It existed between the 1st Century A.D. and the 6th Century A.D. When the power base of Ethiopia shifted from Axum to Amhara between the 10th Century A.D. and the 12th Century A.D., the use of the Amharic language spread its influence, hence becoming the national Language (NALRC INDIANA UNIVERSITY, s/d).

Figura 21 – Trecho do Hino Nacional da Etiópia em Amárico (alfabeto ge'ez)



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wodefit_Gesgeshi_Widd_Innat_Ityopp%27ya. Acesso em: 21 out. 2019.

Como podemos notar, o surgimento da língua etíope é tão antigo como a sua própria civilização falante que mantinha contatos também antigos com os egípcios, com a necessidade humana da exploração e expansão de territórios, navegando a partir das águas do Nilo Azul e do Rio Atbara, afluente do Nilo. Águas que nascem no próprio território etíope. Assim como o Rio Níger e seu arco têm lugar de destaque no florescer do império do Mali no que diz respeito aos diversos tipos de trocas: comerciais, da cultura e da religiosidade etc., o Rio Nilo é o vetor do florescer da civilização egípcia e a Núbia, no caso o reino núbio que rivalizava com os egípcios.

Os núbios praticavam a agricultura e o pastoreio às margens do Nilo, e desenvolveram uma sofisticada cerâmica. As riquezas da Núbia, como o ouro, o ébano, o marfim, atraíam a atenção dos egípcios, que desde a 1ª Dinastia já travavam guerras com os núbios. Os conflitos entre o Egito e a Núbia ocorreram por séculos, sendo a Núbia uma poderosa rival do Egito. Muitas muralhas foram construídas pelos egípcios na fronteira com a Núbia,

o que prova que não só o Egito queria controlar as riquezas da Núbia, mas que os núbios também atacavam o território egípcio. (TURCI, 2010).

O extenso vale do Nilo foi um caldeirão da história, testemunhando o surgimento, o florescer e queda de poderosos reinos. O novo objetivo neste capítulo não foi mostrar as civilizações africanas como se estivessem congeladas na História, como fósseis de animais extintos aprisionados no gelo milenar desde a última era glacial. Pelo contrário, elas estão muito presentes devido às várias contribuições que deram no percurso da história da humanidade (DIOP, 1991), mesmo que essa importância contributiva ainda permaneça à meia-luz no ambiente escolar, de públicos leitores e telespectadores de documentários e séries.

Os melhores documentários sobre civilizações africanas estão em canais de TV por assinatura e provedores de filmes e séries também por assinatura. No caso do Brasil, estes veículos de entretenimento não estão popularizados como possa parecer. A internet de banda larga, inclusive, não foi e está longe de ser universalizada no nosso país⁵².

O que se quer dizer é que canais por assinatura, como Discovery Civilization, National Geographic e History apesar de exibirem documentários sobre a África, tais produções exibem majoritariamente as civilizações africanas estáticas na antiguidade histórica e raramente mostram a África contemporânea com seus dilemas não resolvidos, suas potencialidades, perspectivas de desenvolvimento futuro, tendências no campo da cultura, da moda e da gastronomia. Nos chamados canais da televisão aberta a realidade é bem pior.

O historiador Ronaldo Vainfas menciona que “a partir da década de 1960, as teorias sobre a falta de história na África foram abandonadas” (VAINFAS, 2015, p. 57). À medida que novas evidências científicas foram surgindo, como pesquisas de Cheikh A. Diop, “reconheceu-se que eram teorias racistas, relacionadas com o momento em que aqueles pensadores viveram” (VAINFAS, 2015, p. 57) entre o século XIX e primeira metade do XX. De uma forma ou de outra, retirar e devolver o status histórico às civilizações africanas envolveu uma autorização do paradigma cognitivo (conhecimento) branco europeu.

⁵² BRASIL está longe da universalização da internet, afirmam especialistas. **Senado Notícias**, 28 set 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2017/09/brasil-esta-longe-da-universalizacao-da-internet-afirmam-especialistas>> acesso em 22.10.2019.

[...] Existem duas maneiras principais de abordar as realidades das sociedades africanas. Uma delas, que pode ser chamada de periférica, vai de fora para dentro e chega ao que chamo de África - objeto, que não se explica adequadamente. A outra, que propõe uma visão interna, vai de dentro para fora dos fenômenos e revela a África - Sujeito, a África da identidade profunda, originária, mal conhecida, portadora de propostas fundadas em valores absolutamente diferenciais (LEITE, 2003, p. 10).

Como foi destacado na introdução, com outras palavras, mas que dão mesmo sentido ficamos com a “segunda categoria”, a categoria da “África - Sujeito” (LEITE, 2003, p. 10). Se neste capítulo demonstramos inequívoca e cientificamente a contribuição *sinequanon* da África para o legado histórico humano, o capítulo dois se opõe a este. Como o Imperialismo europeu na África se utilizou de “marketing comercial” e da escola colonial que analisaremos mais a frente, da chancela científica da Biologia, da Geografia (cartografia), de missões etnológicas e etc., para difundir preconceitos e estereótipos que contribuíram com a justificativa de colonização humana e natural em África.

CAPÍTULO II – O DISCURSO COLONIAL: PROPAGANDAS E ESTEREÓTIPOS

"(...) despejar a civilização europeia no barbarismo africano. Há 40 000 000 de pessoas nuas do outro lado das cataratas"... "e os industriais têxteis de Manchester estão à espera de os vestir... E os ministros de Cristo estão zelosos de trazer as suas pobres almas para a fé cristã."

(Henry Morton Stanley) ⁵³

Como poderá ser verificado logo à frente, os colonialistas europeus criaram um eficiente conjunto de propagandas respaldadas por homens de *Scientia*, sobretudo entre a passagem do século XIX para o XX, com a legitimação de novas disciplinas científicas como a Antropologia, Geografia, História, a Sociologia, que disseminaram estereótipos e preconceitos com relação aos povos africanos.

O sistema colonial prolongava-se até a esfera da investigação. Todas as pesquisas em agronomia, geografia e economia eram feitas em grandes institutos no estrangeiro. A pesquisa era um dos instrumentos da colonização, a tal ponto que a investigação histórica tinha decidido que não havia história africana e que os africanos colonizados estavam pura e simplesmente condenados a endossar a história do colonizador (KI-ZERBO, 2006, p. 15).

Essa invenção da África através das Ciências nascentes era um dos tentáculos do monstro colonial.

2.1-Uma propaganda, duas mensagens: do alimento para estômagos delicados e o estereótipo do *Y'a bom bananiano* contexto imperialista francês

Antes de falarmos do surgimento da marca *Banania*, criação francesa da primeira década do século XX, mais precisamente em 1914 (Sibeud, 2016), se vê

⁵³ Henry Morton Stanley (1841-1904), jornalista e explorador britânico. Stanley ficou famoso por sua missão ter encontrado o famoso explorador britânico David Livingstone nas proximidades do Lago Tanganica, hoje Tanzânia, em 1871. Stanley ajudou a arquitetar a criação do Estado Livre do Congo, propriedade pessoal do Rei belga Leopoldo II. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Henry_Morton_Stanley> acesso em 04.01.2020.

abaixo um cartão colonial alemão que ilustra muito bem o estereótipo e a coisificação, no caso, dos corpos das mulheres africanas e, por extensão, das mulheres negras descendentes dos movimentos globais das diásporas africanas. Franz Fanon (2008), no contexto martinicano, das Antilhas⁵⁴, faz uma análise da relação submissa da mulher negra com o homem branco, citando o romance escrito pela martinicana Mayotte Capécia (1916-1955), *Je Suis Martiniquaise*.

O “complexo de inferioridade” da escritora em seu desejo íntimo de só se casar com um homem branco metropolitano e rejeitar a relação com um homem preto antilhano. M. Capécia encarna o “complexo de inferioridade”. É a “desvalorização de si” (FANON, 2008, p. 77), na relação da mulher negra com o homem branco europeu e a desvalorização “do mundo colonizado” diante do “mundo branco”.

Fanon (2008), ao citar e analisar trechos do livro, no item 2 de “Pele negra, Mascaras Brancas”, demonstra como Mayotte Capécia fez um esforço na sua autobiografia para branquear a sua pele ao buscar no seu antepassado uma bisavó branca, o que chama de “embranquecimento alucinatório” (FANON, 2008, p. 95). Cabe ressaltar, contudo, que houve críticas à análise fanoniana da obra literária de Capécia como, por exemplo, dos estudos feministas. A inferioridade e a desvalorização de si também ocorrem entre a mulher branca e o homem negro. Na Martinica, continua Fanon (2008), os homens brancos procuravam nas mulheres pretas apenas para aventuras sexuais.

⁵⁴As Antilhas são toda a parte insular da América Central, no Mar do Caribe. Martinica, um Departamento Ultramarino da França, é uma das ilhas que compõem o grupo das Pequenas Antilhas. FREITAS, Eduardo de. América Central. **Brasil Escola**. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/america-central.htm> Acesso em 02.05.2019

Figura 22 Cartão postal do Império alemão na África. Possivelmente primeira década do séc. XX. Em Alemão: “outras cidades, outras garotas (mulheres)”⁵⁵



(Fonte: <<https://www.messynessychic.com>> acesso em 03.05.2019)

O marinheiro alemão, como representação da branquitude masculina, como homem do mar, viaja muito e sua embarcação se atraca em diferentes cidades portuárias do *deutscheskolonialreich*⁵⁶. Ao desembarcar, se inicia a busca de uma nova concubina para satisfazer seus desejos. É uma relação “nativo-colonizadora intrínseca “à situação colonial” (FANON, 2008, p. 83). A mulher negra de lábios grossos e quadris largos usa adereços e um corte/penteado de cabelo que indica pertencimento ao seu grupo étnico beija o homem branco europeu.

O sol se pondo no horizonte junto ao mar tem olhos maliciosos para a cena e, à direita, ao fundo, parece ser um navio de chaminés lançando vapor ou fumaça. O arbusto é colocado no lugar exato para cobrir as nádegas volumosas da namorada-objeto. Aí está um exemplo da ambivalência: o marinheiro alemão representando o colonizador branco e todo o seu racismo vive aventuras com a mulher africana “exótica” e “insaciável”. Mas ela é “animalesca”, movida apenas pelo instinto bestial, pela sua genitália.

No caso do masculino, Fanon diz que “diante do negro, com efeito, tudo se passa no plano genital” (FANON, 2008, p. 138). O homem negro antilhano vivendo na metrópole experimenta a curiosidade preconceituosa das mulheres e homens

⁵⁵ Tradução e adaptação do Alemão para o Português Rafael D. da Silva.

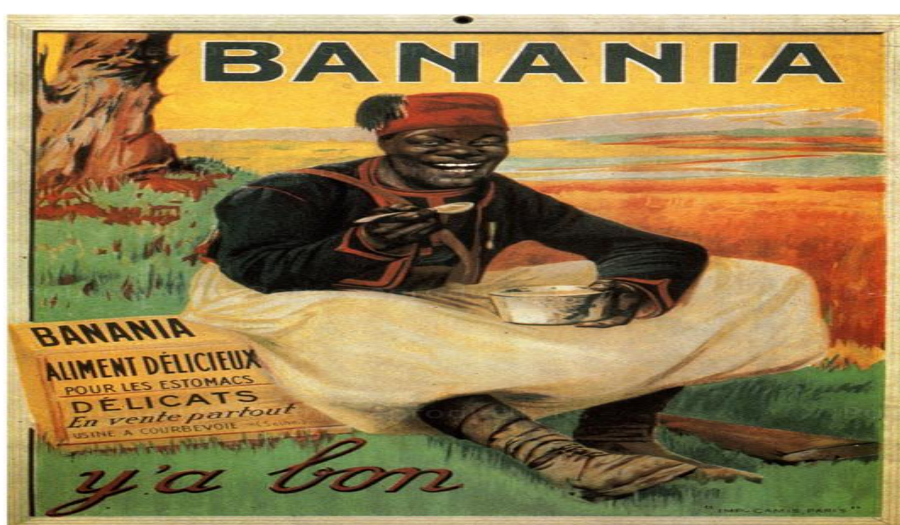
⁵⁶ “Império Colonial Alemão”. Tradução e adaptação: Rafael Domingues da Silva.

brancos a respeito dos homens negros “em geral”. O pré-conceito os resume como possuidores de uma potência sexual alucinante com seu grande símbolo fálico (Fanon, 2008). Assim como “todo” homem negro teria órgão sexual avantajado, a mulher negra teria também a região pubiana sempre estimulada ao ato sexual (Fanon, 2008).

Banania é uma marca francesa de uma espécie de farinha composta de produtos como banana e chocolate (cacau) criada e praticamente conhecida em todo o mundo colonial francês no início do século XX, criada. Vamos partir para a constituição deste alimento farináceo: banana e chocolate (cacau). Todo o território colonial francês na faixa dos trópicos é propício para a produção destes frutos. Lógico que os colonos europeus nas colônias e os colonizados precisam comprar um produto industrializado metropolitano que foi produzido com matéria-prima vegetal oriundo justamente das colônias.

Não é coincidência que a República de Camarões, ex-colônia francesa, seja atualmente o maior produtor mundial de bananas e o quinto em cacau e a Costa do Marfim o primeiro produtor global de cacau (WORLD ATLAS, 2018). Por meio deste único produto podemos verificar o funcionamento das engrenagens na máquina de exploração comercial intensa dos imperialismos.

Figura 23 – Banania. "Alimento delicioso para estômagos delicados. A venda em todos os lugares". 1915.



(Fonte: <https://histoire-image.org/de/etudes/y-bon-banania> acesso em 04.12.2019)

O homem uniformizado em questão é um Tirailleurs Sénégalais da chamada Legião Estrangeira, um tipo de “atirador de elite” senegalês, devido à composição majoritária dos destacamentos de soldados serem de homens oriundos do Senegal. O primeiro regimento da Legião senegalesa foi criado em 1857 e na época da Primeira Grande Guerra já havia aproximadamente 12 mil homens na África Ocidental Francesa (Avenue, 2005). Cerca de 200 mil homens foram mobilizados nos 17 países africanos sob o domínio francês, tanto convocação de forma voluntária e a convocação forçada a partir de 1912 (Cluzel, 2018).

A criação de uma “*Force noire*” (SIBEUD, 2016) também teve como objetivo “restaurar a paridade entre os exércitos francês e alemão” (SIBEUD, 2016). Essa movimentação militar significativa das potências imperialistas antes mesmo do início da Primeira Guerra em 1914 transmite a ideia de que a guerra era praticamente inevitável e o assassinato do Arquiduque Ferdinando do Império austro-húngaro era a faísca que as nações colonialistas europeias realmente ansiavam para detonar a explosão desastrosa do conflito mundial.

A Legião Senegalesa era uma espécie de milícia militarizada e sempre sob o comando de um oficial francês. Conquistou terrível fama em diversas partes do Império Colonial Francês na África por ser recrutada para as missões de “pacificação” dos “selvagens resistentes” em vários países e comporem as fileiras da participação francesa na Primeira e Segunda Guerra Mundial.

Podemos notar na figura de propaganda Banania que o fuzil com baioneta, inseparável instrumento de trabalho do legionário, está no chão à sua esquerda. Outro instrumento que os soldados senegaleses portavam, mas que não aparece na imagem acima é a machete, facão, tanto para desbravar obstáculos como uma mata mais densa, quanto para massacrar inimigos do império francês.

Figura 24 – Jovens soldados uniformizados da Legião Senegalesa. Rifle e baioneta, 20 out 1915.



(Fonte:

<https://br.pinterest.com/pin/346143921339461762/> acesso em 02.12.2019)

A diferença entre o soldado senegalês estereotipado de *Banania* e os soldados reais da fotografia acima é gritante. Adicionalmente, Banania nos faz recordar de outro processo eficiente de difusão de estereótipos e preconceitos entre o século XIX e XX, o *blackface*, num país de diáspora forçada africana, os Estados Unidos.

O 'blackface' começou a aparecer de maneira sistemática nas primeiras décadas do século 19, em shows de menestréis e peças de 'humor' no teatro nos EUA, em plena vigência do modelo escravista. A prática, realizada a partir da atuação de atores brancos com o rosto pintado de preto, consistia em ridicularizar personagens afro-americanos, sobretudo escravizados, apresentando-os com preguiçosos, malvados, subservientes ou ardilosos (MENEZES, 2019, online).

Rapidamente, há uma apresentação particularmente famosa de *blackface* feita nos Estados Unidos pela atriz branca Judy Garland⁵⁷ (1922-1969), no filme

⁵⁷ Apesar de ter protagonizado cena de preconceito e estereótipo racial contra a comunidade afroamericana nos EUA, a atriz Judy Garland teve um final de vida trágico, morrendo em 1969, aos 47 anos, em decorrência do vício em drogas. Um de seus ex-maridos, Sid Luft, afirmou no seu livro: "Judy and I: My Life with Judy Garland", que a atriz foi molestada sexualmente durante as filmagens de "O Mágico de Oz" (1939) pelos atores que interpretavam os munchkins (anões). Conferir: "Judy Garland foi molestada por anões em 'O mágico de Oz', relata livro de ex-marido". **O Globo**, 09 fev

Everybody Sing (1938), quando ela tinha 16 anos⁵⁸. Na sua atuação, Garland dança como “se fosse” uma garota negra do chamado *deep South* dos Estados Unidos e faz breves movimentos com os braços lembrando os gestos de primata, um chimpanzé. A mesma Judy Garland foi atriz principal do clássico do cinema, sucesso de bilheteria, “O Mágico de Oz” (1939). Outra famosa atriz mirim branca que atuou em filmes hollywoodianos com *blackface* foi Shirley Temple (1928-2014), como por exemplo, no filme *The Littlest Rebel* (1935).

S. Temple, então com sete anos, interpreta *Virgie* (Virginia), que vive numa fazenda no Sul dos Estados Unidos. Sua mãe morre e seu pai é preso como desertor no contexto histórico da Guerra Civil americana. Obviamente todos os trabalhadores da fazenda são escravos. Em certo momento do filme um pelotão do Exército Confederado invade a fazenda na qual está vive a personagem Virginia. Estão à procura de seu pai desertor.

A menina branca se esconde junto com uma menina negra num compartimento falso na parede da grande sala de estar. Virgie (Virginia), a garotinha branca, tem seu rosto pintado com uma cera líquida preta específica para polir calçados de couro. Desta maneira se pareceria com mais uma menina escrava qualquer da propriedade, na tentativa falha de ludibriar os soldados. No filme, além do *blackface* em Shirley Temple, o que se destaca é a personagem James Henry, interpretada pelo ator afroamericano Willie Best (1916-1962). A garotinha branca, corajosa e destemida, chama o escravo James Henry de *uncle Henry*⁵⁹, um negro com lábio inferior grosso e proeminente, de olhos arregalados. Ao contrário da manifestação precoce de coragem por parte pequena menina branca, o escravo Uncle Henry, um adulto jovem, tem tremeliques constantes e é covarde.

2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/filmes/judy-garland-foi-molestada-por-anoes-em-magico-de-oz-relata-livro-de-ex-marido-20897622>> acesso em 02.12.2019.

⁵⁸ JUDY Garland in blackface in "Everybody Sing" (1938). **You Tube**, 23 fev 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6ZPRSONzZdY>> acesso em 02.12.2019.

⁵⁹ Chamar o escravo de “uncle” (tio) era uma forma de demonstrar estima, carinho e a intimidade entre os senhores e seus escravizados. Essa suposta manifestação de carinho é perversa, pois servia para demonstrar aos abolicionistas e a opinião publica geral de que na verdade os escravizados eram bem tratados pelos senhores, e não havia violência. Mesmo que pudéssemos considerar a hipótese de demonstração sincera de estima, a relação era de Senhor e Escravizado, uma mercadoria pertencente ao Fazendeiro. A alegada liberdade de um escravo não ultrapassava as cercas da propriedade na qual reside e trabalha.

Figura 25 Judy Garland (1922-1969) em "O Mágico de Oz" (1939) e com *blackface* em "Everybody Sing" (1938).



(Fonte: <<https://www.pinterest.at/pin/549228117042514205/>> e <<http://classichollywoodactresses.blogspot.com/2019/02/classic-stars-wearing-blackface.html>> acesso em 02.12.2019.

As atuações *blackface* de Shirley Temple e Judy Garland nos anos 1930 não estão temporalmente distantes da denúncia feita por Senghor a respeito do “riso banania”. A denúncia foi feita por “Léopold Sedar Senghor em 1940, no prefácio ao poema ‘Hóstias negras’, por ser um sorriso estereotipado e um tanto quanto abestalhado, reforço ao racismo difuso dominante” (MATTOS, 2012). No *blackface* disseminado na indústria cinematográfica Hollywoodiana é pele branca, máscaras negras. Mas são máscaras negras que disseminam estereótipos e preconceitos e inferioriza a comunidade afroamericana.

Retornado ao continente africano no século anterior, a França conquistou um vasto território em África entre a segunda metade do século XIX, com mais força após a Conferência de Berlim (1884-1885), e antes do início da Primeira Grande Guerra no século XX. A maioria dos territórios é fronteira com o Deserto do Saara e o Sahel, e formaram o que foi chamado de África Ocidental Francesa⁶⁰. Retornemos a analisar nosso soldado do Senegal. A propaganda de *Banania*

⁶⁰ África Ocidental Francesa, período (neo) colonial: “Senegal, Alto Senegal e Níger (Sudão Francês [Mali], Níger e Alto Volta [Burkina Fasso]), Guiné, Costa do Marfim, Daomé Francês (Benim)”. (SANTIAGO, s/d, on-line).

contribuiu muito com a difusão do estereótipo do que supostamente é o negro africano.

Figura 26- "A França leva por livre e espontânea vontade a civilização, a riqueza e a paz até o Marrocos. Le Petit Journal/Suplemento Ilustrado. Paris, 19 de novembro de 1911



(Fonte: <<https://www.reseau-canope.fr/virtualhis/pedagogie/Classe/co/textes%20domination%20coloniale.html>> acesso em 04.01.2020)

Em outras ilustrações de *Banania*, encontradas facilmente na *web*, mostram olhos arregalados e risadas exageradas, difundindo a mensagem de homens abobalhados, como “retardados mentais”.

O império colonial francês também se utilizou muito dos jornais e até do cinema para divulgar o perfil violento, selvagem e até demoníaco dos *Tirailleurs* africanos no período da Primeira Guerra Mundial (Orosz, 2017). Essa propaganda tinha como objetivo principal causar temor no campo inimigo: as forças militares e a sociedade civil alemãs. Essa propaganda contra os alemães obviamente surtiu efeito na

metrópole francesa. Os alemães também caracterizaram os soldados africanos a serviço do exército francês como “primitive devils, vermin, and an undisciplined rabble Who practiced cannibalism (...)”. Com ênfase na propaganda para gerar temor, “german illustrators produced all kinds of images showing Tirailleurs committing atrocities like taking German ears and collecting enemy heads as souvenirs” ⁶¹ (OROSZ, 2017). Na Guerra, os impérios alemão, britânico e francês elaboraram propagandas uns contra os outros. O enfrentamento não é apenas bélico no campo de batalha. Existe a batalha psicológica para causar temor. O pânico disseminado é condutor eficiente de estereótipos e gerador de violência xenófoba.

2.2-O Império Colonial Alemão (1884-1916).

O período de existência do Império Colonial Alemão em África (1884-1916) foi marcado pela violência, pelo racismo e pelo extermínio justificados “na idéia do *Herrenvolk* (raça superior)” (PASSOS, 2011). Os horrendos massacres de autoria do império alemão em África. Todavia, não ganharam destaque historiográfico tanto quanto o holocausto judeu nos campos de concentração desde os anos 30 e com a “solução final” (morte em massa nas câmaras de gás com a inalação do pesticida letal Zyklon-B(ácido cianídrico, cloro e nitrogênio) nos anos 40 do século passado. Se o genocídio Herero e Namaqua na Namíbia é quase que desconhecido no Brasil⁶², o que dizer do genocídio dos Maji-Maji na Tanganica colonial em 1905, hoje Tanzânia.

⁶¹“Demônios primitivos, vermes, e uma rale indisciplinada, que praticaram (praticam) canibalismo. Ilustradores alemães produziram todos os tipos de imagens mostrando soldados cometendo atrocidades como arrancando orelhas e colecionando cabeças inimigas como souvenir”. Tradução e adaptação nossa.

⁶² O Canal Globo News (Globosat), um dos canais fechados da Globo Comunicação e Participações S.A , exibiu no programa Globo News Documento, o documentário: “Expedição Namíbia” – o primeiro genocídio do século XX, em 23 de agosto de 2014. Até onde vai nosso conhecimento, o mesmo não foi exibido da TV Globo, canal aberto. A exibição do documentário na TV aberta alcançaria um número bem maior de telespectadores. Está disponível no Globo Play: <<https://globosatplay.globo.com/globonews/v/3584325/>> acesso em 29.10.2019.

Figura 7 - Revolta Herero no Sudeste Alemão Africano, escrito em alemão. Entre 1904 e 1907



(Fonte: <<https://pt.wikipedia.org/>> acesso em 30.10.2019.)

A Revolta do povo Herero ocorreu em 1904. O nomeado Sudoeste Alemão Africano, *Deutsch-Südwestafrika*, é atualmente a Namíbia, localizada na África Austral ou Meridional, país que faz fronteira com a Angola, África do Sul e, o mais interessante em termos geográficos, é a fronteira quádrupla entre Namíbia, Botsuana, Zâmbia e Zimbábue⁶³, a partir de certa obediência ao traçado do Rio Zambeze⁶⁴. Este território tornou-se protetorado alemão em 1884 sob o governo do Chanceler Otto von Bismarck, O 2º *Reich*, quase que simultaneamente ao acontecimento da Conferência de Berlim em 1884-85. E por falar em Bismarck, ele foi o grande anfitrião da conferência, como será mencionado, com o objetivo de que a Alemanha fosse a apaziguadora das disputas entre as grandes potências imperiais da Europa e, obviamente, atender os seus próprios interesses do Império colonial alemão (Ferro, 1996).

⁶³ Conferir o mapa na reportagem: Botsuana celebra hoje 48 anos de independência. **Agência Angola Press**, 30 set 2014. Disponível em:

<http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2014/8/40/Botswana-celebra-hoje-anos-independencia,3980dc15-d59a-49ad-ac55-166e7309bb3c.html> acesso em 30.09.2049.

⁶⁴ O Rio Zambeze Nasce em Zâmbia, passando por Angola, onde forma uma enorme bacia hidrográfica. É no traçado deste rio que estão as fantásticas Cataratas de Vitória, na fronteira entre Zâmbia e Zimbábue. Após um percurso de mais de 2.700 km, o Rio Zambeze desagua no Oceano Índico, formando um vasto delta.

Tal fatídico encontro tinha como objetivo repartir o continente africano entre as mais poderosas nações europeias até então e apaziguar a instalada sede de posse de terras que já tinham donos. Mas, do ponto de vista das nações europeias, era um vasto território a ser explorado e as diversas civilizações que lá viviam não tinham o conhecimento para explorar as riquezas minerais, florestais, de fauna e a agrícola. Na verdade, a partilha da conferência de Berlim nunca foi oficializada de fato, e apenas colocou sobre a mesa as regras gerais do jogo de disputa por poder (Ferro, 1996). “No essencial estabeleceu uma espécie de *gentleman’s agrément*”, em outras palavras, “cada potência europeia comprometia-se a não mais fazer aquisições selvagens sem notificar as outras, para permitir que estas apresentassem seus pleitos” (FERRO, 1996, p. 101).

Voltemos a falar da imagem acima. Do lado direito, em destaque, visualizamos um guerreiro Herero segurando uma lança e vestindo um tipo de “saia”. No lado esquerdo nota-se um massacre protagonizado pelos Herero. As vítimas, brancos alemães, são estripadas, degoladas impiedosamente. É difícil não notar a mulher ajoelhada, com as mãos para cima, suplicando por sua vida e tentando criar uma barreira para evitar o golpe selvagem e letal.

O algoz Herero empunha algo parecido com uma espada. Agarrando-se a cintura da mãe uma garotinha, num misto de procura por proteção materna ou a tentativa inútil de salvar a própria mãe. A pouca distância da mulher indefesa se vê um homem caído e uma poça de sangue. Ao fundo pessoas sendo perseguidas e uma construção em chamas. O que também captamos é a posição de “subjugação” total das vítimas brancas.

A “selvageria” Herero e Namaqua choca-se na imagem-cartão com a indefesa donzela branca em perigo, atingindo de maneira eficiente o inconsciente coletivo, convencendo-o da necessidade de reação imperial alemã que foi, é preciso enfatizar, violentíssima (Nahmen, 2017). O massacre de colonos alemães realmente aconteceu a partir de janeiro de 1904. Um ano antes da ação Herero, em 1903, houve a rebelião liderada por Hendrik Witbooi (Averill; Rengura; Hilse, 2018), do povo Namaqua, também nativo daquela região.

Figura 27 Samuel Maharero (1853-1923) - líder do povo Herero na rebelião.



(Fonte: <<http://howafrica.com>> acesso em 30.09.2019.)

Figura 28 Hendrick Witbooi (1830-1905) - líder de facção do povo Namaqua.



(Fonte:

<<http://namibian.com.na>> acesso em 30.09.2019.)

Os povos Herero e Namaqua, da família linguística Khoi-San (MUNANGA, 2009, p. 28), eram sociedades pastoris (além das atividades de caça e coleta). Após a crescente restrição dos seus territórios e a opressão sobre as suas culturas por parte das autoridades coloniais alemãs, decidiram reagir (NAHMEN, 2017). Na realidade, a palavra “restrição” é um termo brando. O que ocorreu foi a expulsão e o confisco gradativo das terras que posteriormente foram cedidas para o assentamento do colonato e a mineração, principalmente na busca por diamantes.

Além disso, muitos animais que histórica e tradicionalmente eram fonte de alimento para os dois povos citados foram abatidos indiscriminadamente em grande número pelas armas de fogo dos colonos alemães, reduzindo muito a fonte de alimento disponível. Os Herero e Namaqua também foram exterminados com os terríveis métodos de enforcamento, fuzilamento e nos campos de concentração⁶⁵. Aprisionados e permanecendo dias a fio sem qualquer alimentação, morriam como moscas, de inanição.

Retomando o assunto sobre a revolta, o líder Herero Samuel Maharero liderou a insurreição com a ajuda inédita dos Namaqua, pois eram povos de relações tradicionalmente não amistosas. O plano era de exterminar todas as pessoas brancas e destruir todos os postos do protetorado imperial alemão. Primeiro invadiram o posto de Okahandja e mataram 123 pessoas. O ataque foi inesperado e as pessoas não tiveram tempo de se defenderem e muito poucas conseguiram fugir. A revolta se espalhou pelo protetorado. O General Lothar Von Trotha (1848-1920) foi convocado pelo então *Kaiser* Wilhelm II para debelar a revolta dos nativos (NAHMEN, 2017).

⁶⁵ Esse ponto a respeito dos campos de concentração nos fez pensar sobre a “monumentalização” de acontecimentos marcantes e trágicos na História da humanidade. Em Berlim há o Memorial aos Judeus Mortos da Europa ou simplesmente Memorial do Holocausto. Temos o United States Holocaust Memorial Museum, em Washington D.C. Em Israel também há o Yad Vashem-The World Holocaust Remembrance Center. Todos são monumentos dedicados à perpetuar a memória do extermínio massivo dos judeus. Por outro lado, não há monumentos dedicados à memória dos campos de concentração em África.

Figura 29 - General Lothar von Trotha, sentado bem no centro –*Oberbefehlshaber* (Comandante supremo), da tropa militar alemã na Namíbia, África, 1904.



(Fonte: <<https://www.sueddeutsche.de>> acesso em 30.09.2019.)

A reação do experiente general alemão e sua tropa foi violentíssima. O ponto alto do derramamento de sangue foi a Batalha de Waterberg em 1904. Milhares de Namaqua e Herero foram exterminados, tanto nos confrontos com a artilharia alemã, caçados como presas fujonas pelo deserto de Homaheke, nos campos de concentração de prisioneiros, assolados pela inanição, sede, doenças e com as execuções sumárias (Nahmen, 2017).

Figura 30- Homens jovens e adultos dos povos Herero e Namaqua aprisionados pelos alemães. Namíbia, 1903 - 1904



(Fonte: <<https://www.deutschlandfunkkultur.de>> acesso em 30.09.2019.)

Figura 31 Exemplar de cabeça decapitada de nativo do povo Herero ou Nama da Ilha de Shark, Namíbia, para possíveis estudos de Frenologia (1903-1904).



(Fonte: <<https://ensinarhistoriajoelza.com.br>> acesso em 30.09.2019)

Figura 32 Grupo de revoltosos Herero e Nama mortos por enforcamento. Namíbia, África, primeira década do séc. XX.



(Fonte: <<http://www.executedtoday.com>> acesso em 30.09.2019)

A vontade de exterminar do General Von Trotha chegou a tal ponto de preocupar o então governador do protetorado Theodor von Leutwein (1849-1921), que enviou comunicado ao Imperador para interromper o extermínio, advertindo-o que os Namaqua e os Herero eram mão de obra fundamental para a exploração das minas (NAHMEN, 2017).

Figura 33 Revolta Herero no Sudeste Africano Alemão/Herero acorrentado. “Moedor de Café Aecht Frank”. Namíbia, África, anos 1910.



(Fonte:

<<https://pt.wikipedia.org/>> acesso em 30.10.2019.)

Este cartão traz a fase final da Revolta dos Herero e Namaqua: os revoltosos presos, acorrentados e totalmente subjugados pelas forças do Império alemão. A propaganda imperialista divulga o poder e a força do Império Alemão efaz a propaganda comercial de um utensílio doméstico: moedor de café. Propaganda de Chocolate, moedores de café e mais de 100 mil Hereros e Nama dizimados pelo imperialismo alemão⁶⁶.

2.3- Do império orgulhoso ao império humilhado: O Tratado de Versalhes e a partilha das colônias alemãs afro-asiáticas.

Era 31 de janeiro de 1941. Faltando sete meses para completar dois anos do início da 2ª Guerra Mundial, O 3º Reich Adolf Hitler discursava no Palácio dos Esportes em Berlim. Como sempre, a fala é destinada a ressaltar a força da raça ariana, insistir na não-culpabilidade alemã pelas causas que deram início à Primeira

⁶⁶Há divergências com relação ao número de Hereros e Namas que morreram em decorrência da Revolta (1904-1907), entre 75 e 100 mil pessoas. Além da Revolta dos Herero e Nama na Namíbia alemã, houve, praticamente de forma simultânea, a Revolta de Maji – Maji (1905 – 1907), na região onde hoje se localiza a Tanzânia, colônia alemã entre 1884 e 1919.

Guerra Mundial. Critica sobremaneira a Inglaterra: de como construiu seu Império mundial ao longo de três séculos, enfim.

O líder nazista também direciona sua fala raivosa e ressentida para também criticar o *Balance of Power in Europe* e o *Balance of Power in the world*. Hitler, antes de todo o seu percurso de ascensão ao poder, era um desconhecido pintor frustrado que esteve nas fileiras do exército alemão na Primeira Grande Guerra (1914-1918) servindo com a patente de Cabo. A derrota alemã no conflito mundial e a “humilhação” imposta à Alemanha pelo Tratado de Versalhes, nunca foram questões superadas na mente de Hitler. Ódio, vingança e ressentimento povoam seus discursos. Mas aí entraríamos na necessidade de uma profunda análise psicológica da mente de Hitler, tarefa além de nossa alçada e há diversas obras de referencia que fazem esse trabalho. Paramos por aqui nesse aspecto.

Recuperar a honra do povo alemão e fazer com que a nação recuperasse o poder político e econômico de outrora foram, em sua mente, suas obsessões. Hitler criticou veementemente o chamado equilíbrio de poder europeu e mundial do período porque a Alemanha estava, de acordo com seu pensamento, excluída de ser a fonte desse poder político centrífugo. Hitler fala de uma negociação, reivindicando que as ex-colônias alemãs na África e de outros continentes fossem devolvidas.

It was actually my programme to reach an understanding with the English people. We had really no point of difference, absolutely none. There was a solitary point, the return of the German colonies, and on that I said, "We Will negotiate that some time, -I do not fix any time." For England those colonies are useless. They cover 40,000,000 square metres. What do they do with them? Absolutely nothing. That is only the avarice of old usurers, Who possess something and Will not give it up; perverted beings whose neighbour has nothing to eat, while they themselves cannot use what they possess. The mere thought of giving away something makes the mill. Moreover, I have demanded nothing which belonged to the English, I have demanded only what they robbed and stole in the years 1918 and 1919⁶⁷. (HITLER, 1941)

⁶⁷ “Na verdade, era meu objetivo alcançar um entendimento com o povo inglês. Realmente não tínhamos nenhum ponto de diferença, absolutamente nenhum. Houve um único ponto, o retorno das colônias alemãs e, sobre isso, eu disse: "Vamos negociar isso algum tempo, - não tenho tempo". Para a Inglaterra, essas colônias são inúteis. Eles cobrem 40.000.000 de metros quadrados. O que eles fazem com eles? Absolutamente nada. Essa é apenas a avareza dos antigos usurários, que possuem algo e não o abandonam; seres pervertidos que vêem o que próximo não têm nada para comer,

Mais de duas décadas depois da derrota na 1ª Guerra Mundial e a submissão da Alemanha aos termos de Versalhes, o Chanceler Adolfo Hitler insiste e reivindica as colônias para o renascimento do Império Colonial Alemão sob seu comando. A consolidação do 3º Reich estaria completa ao estender seu poder de domínio aos recolonizados africanos. As ex-colônias alemãs – como a Namíbia – possuíam grandes reservas de minérios preciosos e muito úteis para os esforços na 2ª Grande Guerra. A construção de uma frota naval, aviões, tanques de guerra e etc., demandavam uma enorme produção de aço. As antigas colônias seriam uma boa fonte de recursos para conseguir ferro suficiente para abastecer as caldeiras das unidades siderúrgicas alemãs.

Camarões, Namíbia, Tanzânia e Togo, foram repartidas entre a Inglaterra e França após o fim da Primeira Grande Guerra. No caso de Camarões houve uma divisão entre franceses e ingleses. O Tratado foi um ultraje aos olhos do povo alemão. O território de Sarre (Saarland em Alemão), rico em minério, seria cedido para a França por prazo de 15 anos, mais a Alsácia e Lorena retornariam para os franceses, entre outros pontos:

Art.119 – determinava que todas as colônias alemãs passariam às mãos dos aliados; Art. 160 – estabelecia a quantidade máxima de tropas que a Alemanha poderia manter. No geral, só poderia ter 100 mil soldados voluntários; Art. 168 – qualquer fabricação de armamentos deveria ter a aprovação dos aliados; Art. 198 – determinava que a Alemanha não poderia ter aviação nem marinha militar; Art. 231 – estabelecia o reconhecimento da culpa dos alemães pela guerra e por todas as perdas e danos dos aliados. (MATTOSO, 1977, p. 166-170).

Nota-se que os territórios africanos passaram de um dono para outro dono sem a consulta ou qualquer opinião das populações colonizadas, os legítimos proprietários. Qual teria sido o impacto na vida dos colonizados essa mudança de tutores, do imperialista alemão, para os imperialistas franceses e ingleses. Camarões ficou sob duas réguas de tutela.

Obviamente o que interessava não era tanto os colonizados em si, usados como baratíssima força de trabalho, praticamente escrava, e sim principalmente o que estava escondido no solo sob seus pés. As chamadas guerras de pacificação no

enquanto eles mesmos não podem usar o que possuem. O simples pensamento de doar algo os deixa doentes. Além disso, não exige nada que pertencia aos ingleses, exige apenas o que eles roubaram e roubaram nos anos de 1918 e 1919”. (Tradução e adaptação nossa).

período imperialista na África “foram feitas para o comércio, não para a civilização” (GRAMSCI, 2004, p. 44).

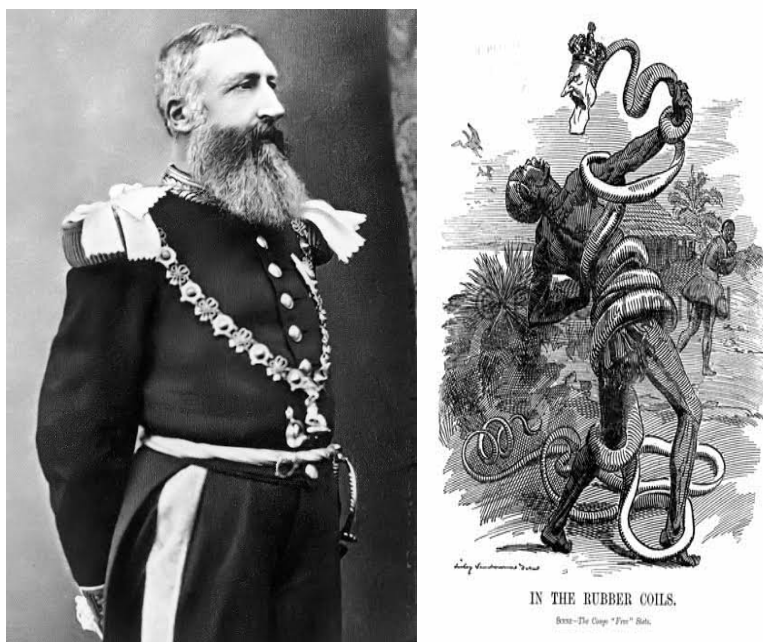
2.4- As atrocidades no Congo do Rei Leopoldo II: como é corriqueiro açoitar, mutilar e assassinar seringueiros congoleses logo de manhã!

Um dos maiores silêncios da história colonial na África são as atrocidades cometidas no Estado Livre do Congo (1885-1908), pertencente ao rei belga Leopoldo II. Inomináveis atrocidades foram cometidas nessa grande fazenda do Rei Leopoldo em nome da ganância, do poder e da acumulação de riquezas ao preço de se matar, mutilar, esquartejar milhões de pessoas, não importando se eram crianças ou anciãos sem o vigor físico para suportar o trabalho forçado por um tempo maior. Vejamos como tudo começou:

Foi por lobby do monarca que, em 1876, Bruxelas sediou uma conferência geográfica internacional na qual os anfitriões propuseram o que no papel seria uma expedição multinacional, humanitária e científica para explorar a região da África Central, quase desconhecida. Na prática, Leopoldo II estava lançando os alicerces da apropriação de um latifúndio cuja extensão territorial superou em dezenas de vezes a da Bélgica, passando por cima das populações locais. O problema é que Leopoldo II era um monarca constitucional. E o governo belga, sensatamente, não quis se envolver com aventuras na África. O rei, então, resolveu o problema de maneira insólita. Se a Bélgica não queria o Congo, ele assumiria a região, como se se tratasse de uma enorme fazenda — em vez de ser colônia de um país, Leopoldo transformou a área em sua propriedade particular (DUARTE, 2019).

O rei Leopoldo II era um monarca constitucional na Bélgica, quer dizer, com poderes moderados por uma Constituição e fiscalizado pelo Legislativo belga. Mas em África, no Congo, ele governou como monarca absoluto, senhor do destino de milhões de congoleses.

Figura 34 Rei Leopoldo II da Bélgica (1835-1909) e uma charge com Leopoldo II representado na figura de uma serpente de borracha se enroscando no corpo de um seringueiro congolês, aprox. 1904.



(Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Leopoldo_II_da_B%C3%A9lgica> e <http://atrocitieswatch.org/wp-content/uploads/2016/11/Punch_congo_rubber_cartoon.jpg> acesso em 08.12.2019.)

Um grupo de “salvadores brancos” se reuniu em Bruxelas com a suposta benevolente missão de ajudar os pobres povos nativos do Congo sem, obviamente, consultar os beneficiados sobre a necessidade desta bela atitude humana do “bom samaritano”. Unindo a “missão humanitária” e a exploração científica, se inicia o desbravamento e exploração de recursos naturais do Congo a partir de 1885. “Leopoldo II foi agraciado”, na Conferência de Berlim, “não apenas com uma imensidão de terras de 2 milhões de km², mas também com o controle sobre a vida de milhões de pessoas” (DUARTE, 2019) .

Figura 35 A República Democrática do Congo / Congo Kinshasa⁶⁸, antigo Congo do Rei Leopoldo II (1885-1908).



(Fonte: <<http://comisemariana.blogspot.com/2013/09/coleta-missionaria-2013-no-seminario.html>> acesso em 18.12.2019.)

A principal matéria prima produzida no Congo era a borracha, por meio da atuação da “*ABIR Congo Company*”⁶⁹, founded as the Anglo-Belgian India Rubber Company” (RARE HISTORICAL PHOTOS, 2019). A mão de obra disponível para a extração do leite (a borracha) dos seringais foram as populações nativas. Além da extração da borracha havia a extração do marfim (DUARTE, 2019).

Territórios inteiros eram confiscados dos congoleses e a escravidão foi o sistema implantado. Até mesmo crianças com cinco anos de idade, como Boali, deviam cumprir uma determinada cota diária de extração. O descumprimento era motivo para os mais castigos brutais. O mais corriqueiro castigo era decepar mãos, como quem saboreia uma xícara de um bom café após se levantar.

⁶⁸ A capital da RDC, Kinshasa, bem na fronteira com a República do Congo, já se chamou Leopoldville

⁶⁹ Apesar da existência de uma empresa privada responsável pela produção e extração de borracha, o rei Leopoldo II era praticamente o dono de toda a produção.

Figura 36 Missionários britânicos com nativos congolese segurando mãos cortadas de vítimas de membros da milícia ABIR. Congo Belga, 1904.



(Fonte: <<https://rarehistoricalphotos.com/father-hand-belgian-congo-1904/>> acesso em 08.12.2019)

Figura 37 Congolese com cesto de coleta da borracha (látex). Congo Belga, primeira década dos anos 1900, séc. XX.



(Fonte: Anti-Slavery International. Disponível em:<<https://www.bbc.com/news/business-48533964>> Acesso em 08.12.2019.)

As atrocidades cometidas no Congo do Rei Leopoldo eram tamanhas que correram o mundo. Missionários religiosos protestantes abriram a matraca (TWIN, s/d) para o mundo, como o exemplo da missionária britânica da Igreja Batista Alice

Seeley Harris (1870-1970). Sendo também fotógrafa, Alice Harris fez uma série de fotografias que capturaram as atrocidades cometidas no Congo belga.

Figura 38 Uma das fotografias mais famosas de Alice Harris mostra Nsala exibindo mãos e pé cortados de sua filha de 5 anos, Boali, que depois foi morta por superintendentes belgas.



(Fonte: <<https://commons.wikimedia.org>> acesso em 08.12.2019.)

Tantas as fotografias, quanto a citação de Alice Harris abaixo são as mais cruas evidências dos crimes cometidos no Congo:

He hadn't made his rubber quota for the day so the Belgian-appointed overseers had cut off his daughter's hand and foot. Her name was Boali. She was five years old. Then they killed her. But they weren't finished. Then they killed his wife too. And because that didn't seem quite cruel enough, quite strong enough to make their case, they cannibalized both Boali and her mother. And they presented Nsala with the tokens, the leftovers from the once living body of his darling child whom he so loved. His life was destroyed. They had partially destroyed it anyway by forcing his servitude but this act finished it for him. All of this filth had occurred because one man, one man who lived thousands of miles across the sea, one man who couldn't get rich enough, had decreed that this land was his and that these people should serve his own greed. Leopold had not given any thought to the idea that these African children, these men and women, were our fully human brothers, created equally by the same Hand that had created his own lineage of European Royalty⁷⁰. (HARRIS, s/d)

⁷⁰ "Ele não havia cumprido sua cota de borracha para o dia, então os superintendentes nomeados pela Bélgica cortaram a mão e o pé de sua filha. O nome dela era Boali. Ela tinha cinco anos. Então eles a mataram. Mas eles não terminaram. Então eles mataram sua esposa também. E como isso não parecia suficientemente cruel, forte o suficiente para defender sua causa, eles canibalizaram

Enquanto os horrores que aconteciam no Congo foram denunciados pela lente da máquina fotográfica Kodak de Alice Harris e num livro biográfico *Don't call me Lady: The Journey of Lady Alice Seeley Harris*⁷¹, as atrocidades chegaram ao conhecimento de um mestre das palavras. O escritor estadunidense Mark Twain escreveu um livro denúncia carregado de sarcasmo. Em “Solilóquios do Rei Leopoldo II, da Bélgica”, Twain coloca o Rei Leopoldo conversando consigo mesmo, falando das atrocidades que cometia no Congo e as respectivas justificativas convincentes para as ações.

Sim, eles continuam falando de tudo, esses matraqueiros! Eles falam de como eu cobro dos nativos, impostos abusivos—impostos que são pura extorsão; impostos que eles devem pagar através da colheita de borracha sob difícil e constante más condições, cultivando e fornecendo o suprimento de alimentação gratuitamente—e tudo isso acontece que, quando eles ficam aquém de suas tarefas por causa de doença, fome, desespero, incessante e desgastante trabalho sem descanso e abandonam suas casas e fogem para a floresta para escapar do castigo, meus soldados negros, recrutados nas tribos hostis, instigados e dirigidos por meus Belgas, os caçam, matam e queimam suas aldeias—preservando algumas garotas. Eles falam de tudo: de como extermino uma nação de criaturas amigas através de todas as formas de assassinato, para o meu proveito. Mas eles nunca dizem, embora eles saibam disso, que eu trabalhei pela causa da religião, ao mesmo tempo e o tempo todo e tenho enviado missionários para lá (de um “escalão conveniente”, como eles dizem), para ensinar-lhes o erro de seus modos e costumes e guiá-los rumo a Ele que é toda misericórdia e amor, que é o insone guardião e amigo de todos os que sofrem. Eles só falam de coisas contra mim, eles não dizem nada a meu favor (TWIN, s/d).

Leopoldo II, sob pressão internacional após as denúncias de extermínio e outros crimes cometidos no Congo sob sua administração, transfere a posse do Congo para o reino da Bélgica em 1908. “Entre 1885 e 1924, estima-se que ao menos dez milhões de congoleses foram mortos em nome da exploração de

Boali e sua mãe. E eles apresentaram a Nsala as fichas, as sobras do corpo outrora vivo de sua filha querida, a quem ele tanto amava. Sua vida foi destruída. Eles o destruíram parcialmente de qualquer maneira, forçando sua servidão, mas esse ato terminou com ele. Toda essa sujeira ocorreu porque um homem, um homem que viveu milhares de quilômetros através do mar, um homem que não podia ficar rico o suficiente, decretou que essa terra era dele e que essas pessoas deveriam servir sua própria ganância. Leopold não havia pensado na idéia de que essas crianças africanas, esses homens e mulheres, eram nossos irmãos totalmente humanos, criados igualmente pela mesma mão que havia criado sua própria linhagem da realeza européia”. Tradução e adaptação nossa.

⁷¹SMITH, Judy Pollard. **Don't call me Lady**: the Journey of Lady Alice Seeley Harris. Bloomington: Abbott Press, 2014.

recursos naturais, como marfim e látex, usado para produção de borracha” (GIOVANAZ; DALLABRIDA, 2018). Mesmo que talvez se possa afirmar que de 1885 a 1908 o Congo não foi administrado pelo reino da Bélgica, e sim privadamente pelo Rei Leopoldo II, durante 75 anos os congoleses sofreram as sevícias do imperialismo belga, lutando e conquistando a independência em 1960, sob a liderança de P. Lumumba, acontecimentos analisados no capítulo em sequência.

2.5- A colonização na Ásia: da Indochina Francesa ao Vietnã. Gandhi e o imperialismo britânico.

Posto que estamos analisando mundos colonizados (FANON, 2015), vamos tratar rapidamente dos mundos colonizados da Ásia, mais particularmente na Indochina Francesa⁷². Para exemplificar, “os vietnamitas, antes da chegada dos franceses a seu país, eram pessoas de cultura ancestral, diferente e refinada” (CÉSAIRE, 2017, p. 44). No entanto, no Vietnã do tempo da Indochina Francesa⁷³, a cultura ancestral vietnamita era ignorada e regras semelhantes àsquelas do colonialismo português foram instituídas para conceder ao “assimilado” vietnamita o status de “cidadão francês”, ressalta HO CHI MINH (1968). Todo o esforço era irrelevante, posto que, no final das contas, nem o guineense em África ou o vietnamita na Ásia nunca seriam brancos europeus.

No caso indiano, outra figura histórica mundialmente conhecida, Mahatma Gandhi, também teve uma educação ocidental, e se comportou ao modo britânico quando viveu em Londres para sua formação acadêmica em Direito (1888-1891). Concluída a etapa londrina de estudos, M. Gandhi retorna para a Índia e depois viaja para África do Sul em 1893⁷⁴, para trabalhar como advogado, por não ter

⁷² Indochina Francesa, como o próprio nome diz, fazia parte do Império Colonial da França (1887-1954): Camboja, Laos e Vietnã

⁷³ Equivalente aos atuais: Camboja, Tailândia e Vietnã. Este último país foi colônia da França entre a segunda metade do século XIX e 1945, quando a colônia se declarou independente. A independência só foi reconhecida em 1954. No intervalo de nove anos, a França insistiu militarmente em retomar o território.

⁷⁴ Mohandas Karamchand Gandhi (1869 – 1948) viveu na África do Sul por quase 22 anos, de 1893 a 1915. Havia uma significativa comunidade de indianos naquele país que trabalhavam principalmente nas minas de diamante e que conviviam com enorme preconceito e xenofobia por parte da comunidade branca e dos negros sul-africanos. Gandhi foi preso na África do Sul, ainda em 1908, por

conseguido se estabelecer na profissão no país natal. Estabelecido na África do Sul, chega a fazer parte do Corpo de Assistência Voluntária do lado britânico na Rebelião Zulu de 1906 (NICHOLSON, 1993, p. 14-16). Posteriormente, em junho de 1920, Gandhi devolverá a condecoração que recebeu do império britânico por sua atuação na Assistência Voluntária (NICHOLSON, 1993).

A administração colonial britânica na Índia era do tipo *indirect rule*, ou seja, difundia-se a ideia de que eram os próprios indianos que governavam o território, com indianos ocupando cargos burocráticos de prestígio. De fato isso aconteceu. O objetivo prático do *indirect rule* era fazer com que os colonizados indianos tivessem a sensação, mesmo que artificial, de independência, que não havia interferência direta da metrópole londrina nas questões internas. O que não era verdade absolutamente. Os propagandistas coloniais britânicos queriam fazer crer que a presença britânica na Índia era benéfica. Sim, era benéfica. Resta saber: benefício para quem? Leia-se o que afirma Gandhi:

Querem convencer-nos de que, de modo geral, o regime britânico na Índia é benéfico. Nada mais falso! Não podemos fugir a dois fatos: em primeiro lugar, sob a administração britânica, a Índia tornou-se o país mais pobre do mundo; e, em segundo, recusam-nos os proveitos e a consideração a que qualquer país livre tem direito (GANDHI, 1993 Apud NICHOLSON, 1993, p. 46).

A avaliação de M. Gandhi sobre o colonialismo, vivendo sob o chicote britânico na distante Índia, se aproxima muito daquela de Cabral. Nada mais falacioso a respeito dos pretensos “aspectos positivos” das colonizações britânica e portuguesa e, na realidade africana, o status de cidadão civilizado português dado aos africanos que se europeizaram (CABRAL, 2008). Mesmo pagando os tributos e cumprindo o serviço militar obrigatório para todo “cidadão”, o assimilado era relegado a uma cidadania de segunda classe. a Índia viria a se tornar independente dos ingleses em 1948.

se recusar a registrar suas impressões digitais como estabelecia a Lei do Registro de Asiáticos. A recusa ao registro era causa de prisão, multa e até deportação (Nicholson, 1993). Gandhi iniciou a prática da “não-violência” em solo sul-africano, aperfeiçoando-a e intensificando-a na sua luta pela independência da Índia, a partir de seu retorno ao país de origem em 1915.

2.6-Portugal subimperialista e as grandes potências

A formação dos impérios coloniais para Bruit (1988), sendo os atores principais países da Europa Ocidental e os Estados Unidos, se dá simultaneamente na crescente industrialização e, é claro, na expansão da acumulação capitalista, com a formação de grandes conglomerados econômicos e instituições bancárias no século XIX (BRUIT, 1988). Outro ponto é o aumento significativo da população. O alinhamento destes fatores culmina na necessidade de expansão de territórios.

O desenvolvimento industrial ampliou a demanda de matérias primas, muitas das quais se produziam em condições mais vantajosas fora da Europa e Estados Unidos, e, ao mesmo tempo, o aumento na produção de artigos industriais ia ampliando a necessidade de mercados exteriores que consumissem os excedentes. Por outro lado, o crescimento das populações urbanas fez aumentar a demanda de alimentos, cuja produção da Europa havia diminuído pelo êxodo rural ou simplesmente porque se tornara mais barato comprá-los em mercados externos. A este conjunto de processos denominou-se imperialismo comercial, na medida em que foi o comércio das matérias-primas, alimentos e bens manufaturados que estimulou os países industrializados a penetrar, controlar e dominar vastas regiões do mundo (BRUIT, 1988, p. 05)

A sede por lucro e a produção de matérias primas na África resultou em atrocidades inomináveis. Para Gramsci, há uma “hierarquia da exploração capitalista das classes obrigadas ao trabalho servil” (GRAMSCI, 2004, p. 374). Ainda Para Gramsci, as populações coloniais tornaram-se

A base de todo o aparato de exploração capitalista; elas devem consagrar toda a sua vida ao desenvolvimento da civilização industrial, sem obter com isso nenhum benefício, mas, ao contrário, vendo seu território nacional ser sistematicamente despojado de suas riquezas naturais, isto é, vendo-se despojadas das condições necessárias para seu próprio desenvolvimento autônomo (GRAMSCI, 2004, p. 374).

Neste íterim de uma corrida feroz pela África, Portugal por pouco não ficou de fora da partilha da África, pois “a presença portuguesa na África durante a

década de 1880 era extremamente restrita” (WESSELING, 2008, p. 113). Além da presença restrita “havia mesmo apelos para uma retirada completa do interior, onde tentativas de ampliar o poder português tinham tido resultados modestos” (WESSELING, 2008, p. 113). Os portugueses, por exemplo, disputavam contra as duas principais potências imperialistas: França e Grã-Bretanha⁷⁵. Amílcar Cabral nos fornece sua interpretação sobre a sobrevivência de Portugal na partilha de África.

A Grã-Bretanha tinha interesse em servir-se das colônias portuguesas, não apenas para explorar os recursos econômicos, mas também para as ocupar como base de apoio no caminho do oriente, mantendo assim um domínio absoluto no Oceano Índico. Para contrariar a cobiça das outras potências colonialistas e defender os seus interesses em relação às colônias portuguesas a Grã-Bretanha descobriu a melhor solução: defender os “direitos” da sua semi-colônia (...). Portugal foi apenas o guardião cioso dos seus interesses, dos recursos humanos e materiais dos nossos países, ao serviço do imperialismo mundial. Esta é a verdadeira razão da sobrevivência do colonialismo português em África (CABRAL, 1978, p. 70-71)

De acordo com Cabral (1978), os portugueses receberam o apoio da Grã-Bretanha para permanecer com suas colônias: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe mediante a aceitação da “presença” britânica. Este acordo não foi nada vantajoso para Portugal que, na visão de Amílcar Cabral, tornou-se uma semi-colônia. Portugal, o “pequeno imperialista” (Wesseling, 2008), se envolveu em outras contendas ao entrar em acordo com a Inglaterra para obter sua supremacia nas duas margens do grande Rio Zaire (Congo), (WESSELING, 2008, p. 113-117). Devemos lembrar que os portugueses foram os pioneiros na navegação e exploração naquela zona da bacia congoleza ainda no século XV. Mas, como se verifica, a reivindicação de direitos históricos não era mais argumento.

Tal acordo anglo-português foi ratificado com o Tratado de Londres em 1884. O tratado gerou descontentamentos entre a Bélgica e a França que começaram a atuar naquele rio e Portugal obter “sozinho” a supremacia de atuação gerou reações,

⁷⁵ Uma das disputas mais longas por território foi entre a França e Portugal por divergências onde deveriam ser demarcadas as linhas de fronteira entre a Guiné e o Senegal. As regiões de Casamansa e Seguinchor eram reivindicadas por Portugal como parte da Guiné Portuguesa. Por seu turno, a França afirmava que as referidas regiões eram parte do Senegal (Senegâmbia). Essa peleja durou séculos e “a Convenção de 12 de maio de 1886 pôs fim aos conflitos que constantemente se geravam na Guiné entre portugueses e franceses” (ESTEVES, 1988, p. 183), com Cassamance e Ziguinchor permanecendo com os colonialistas franceses e compondo o atual território senegalês,

além do Rei Leopoldo (WESSELING, 2008, p. 117-119), de outra grande potência europeia: a Alemanha. A Alemanha de Bismark exigiu a anulação do Tratado de Londres (1884). Essa disputa pela África, sem a participação dos africanos, é claro, passou a ser negociada depois na Conferência de Berlim entre 1884 e 1885 (WESSELING, 2008, 129-134), organizada a convite de Bismark, que buscava a construção (e conseqüência), do Império alemão em África (WESSELING, 2008, p. 120-128).

A Grã-Bretanha aumentou ainda mais sua zona de influência do ocidente ao oriente. Mesmo os britânicos “garantindo” a “soberania” de Portugal sobre as colônias, foi preciso fincar mais fundo a bandeira lusitana, quer dizer, demonstrar aos olhos cobiçosos de outras potências, a presença de fato. No caso específico da Guiné-Bissau, a presença total não ocorreria sem a resistência de diversos grupos étnicos e linguísticos formadores daquele país.

2.7- O silêncio ensurdecido de corpos caídos em chão frio: as guerras de pacificação dos colonialistas portugueses na Guiné.

Nunca é demais destacar as resistências na história das colonizações. A resistência física no embate entre invasor e invadidos, a resistência cultural-religiosa etc. Na Guiné-Bissau não foi diferente. Durante anos os portugueses enfrentaram os povos da Guiné para “pacificar o país”.

Em 1878-1880 os portugueses organizaram uma expedição contra dois povos, os Felupes e os Manjacos, que habitavam a jusante do rio grande. Os resultados foram indecisos, mas bastaram para permitir que os portugueses obtivessem um ponto de fixação. Em 1880-1882, novas campanhas, desta vez contra os fulas e os bafadas. Em 1883-1885 os Portugueses atacaram pela primeira vez os balantas. Seguiram-se outras campanhas: contra os Papeis (1886-1890), os fulas do gabu (1893); os oinkas (1897); os bijagós (1902), os manjacos de Churo (1904-1906), os mandingas de Geba (1907-1908), outra vez contra os oinkas (1910-1913), e ainda contra os mandingas de Churo (1914) e contra os papéis (1915) (DAVIDSON, 1975, p. 19).

A resistência dos povos guineenses foi grande. O escritor e jornalista uruguaio Eduardo Galeano (1940-2015) destaca que “las guerras siempre invocan nobles motivos: matan em nombre de la paz, em nombre de la civilización, em nombre del progreso, em nombre de la democracia”⁷⁶. Entre os motivos nobres invocados pelos colonizadores portugueses estava a paz, a “pacificação”. Os portugueses passaram do século XIX ao XX “pacificando” as populações incivilizadas. No século XX consolidaram a presença na Guiné. Conquistaram uma paz relativa. Um silêncio massacrante, pois, os mortos tombados na terra fria não falam, gritam ou contestam a submissão a qual se tentava lhes impor. Os cinquenta longos anos necessários para conquistar a suposta pacificação na Guiné Portuguesa foi devido à resistência dos povos da Guiné.

2.8- A segregação portuguesa e a falsa propaganda colonial da integração entre as raças.

Houve um tempo na minha vida em que eu estive convencido que era português. Mas depois aprendi que não, porque o meu povo, a história de África, até a cor da minha pele... Aprendi que já não era português”.

(CABRAL, 2013 Apud FERRO DE GOUVEIA, 2013) ⁷⁷

Os portugueses se esforçaram para disseminar o discurso da convivência harmônica entre raças, mas não só, também a mestiçagem. Moçambique, “província ultramarina” portuguesa tem como vizinha a África do Sul. Angola, se olharmos no mapa atual do continente africano, também está próxima da África do Sul, apesar de não serem fronteiriços. Para convencer o mundo de que Moçambique se distinguia de sua vizinha racista, a máquina colonial portuguesa de propaganda de integração entre as raças era colocada para funcionar. Mas os moçambicanos sabiam que sua situação se assemelhava com os seus vizinhos sul-africanos.

⁷⁶EDUARDO Galeano y las guerras. **Youtube**, 20 ago 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2lXWb_5QvXg> acesso em 22.01.2020.

⁷⁷ FERRO DE GOUVEIA, Helena. Quarenta anos após a morte de Amílcar Cabral o que resta do seu sonho africano? **Deutsche Welle**, 11 mai 2013. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/quarenta-anos-após-a-morte-de-amílcar-cabral-o-que-resta-do-seu-sonho-africano/av-16806033>> acesso em 27.01.2020.

Ter uma colônia vizinha, Moçambique, e outra próxima, Angola, da África do Sul, preocupava os colonialistas portugueses. Para evitar o surgimento interno de “Mandelas” inspirados no modelo sul-africano, sempre se insistiu que os colonizados africanos tinham mobilidade social e gozavam do status de portugueses, com a diferença geográfica de que não estavam na Europa, mas espalhados por porções do território português além mar. A segregação racial portuguesa criará seus próprios “Mandelas”: Agostinho Neto em Angola, Eduardo Mondlane em Moçambique e o distanciado, mas não desintegrado da luta Amílcar Cabral. Os “três mosqueteiros”, além de denunciarem ao mundo o racismo colonial, foram líderes dos movimentos de libertação nacional em seus respectivos países de origem. Cabral, com sua visão ampla da libertação continental também aborda o problema do racismo e da segregação na África do Sul.

Mas nós podemos lutar em todas as colónias portuguesas e até ganhar a nossa independência, mas se a África continuar com o racismo na África do Sul, com os colonialistas a mandar ainda, directa ou indirectamente, em muitas terras de África, não podemos acreditar numa independência a sério em África. Mais dia menos dia a desgraça virá de novo. Portanto, nós fazemos parte de uma realidade concreta que é a África, lutando contra o imperialismo, contra o racismo, contra o colonialismo. Se não temos consciência disso, podemos cometer muitos erros (CABRAL, 1974, p. 17)

Cabral estava correto em sua análise porque havia uma contradição no discurso do colonialismo português que tentava se livrar da marca profunda do racismo. No momento em que Portugal tentava mostrar para o mundo a suposta convivência harmônica entre colonizados africanos e os colonos brancos, o ditador Salazar dava apoio, mas não escancarado, indireto, ao violento regime de segregação racial na África do Sul.

O regime de Salazar considerava relevante prestar apoio à África do Sul na era do apartheid, nome que se dava à segregação racial da sociedade total, em detrimento da maioria negra. Portugal esperava, em contrapartida, o apoio de Pretória para derrotar os movimentos de libertação que lutavam pela independência de Angola e de Moçambique, nos anos 60 e 70 do século passado. Hoje, o acordo secreto assinado em 1970 pelos dois regimes e o que era então a Rodésia, actual Zimbábue, com a designação portuguesa de ALCORA, ou Aliança Contra as Rebeliões em África, não

obstou a que na África do Sul crescesse a dúvida de que Portugal tinha capacidades para manter as colónias. (CARLOS, 2016)

Os lados opostos das guerras de libertação no continente africano procuraram apoio e unidade. O lado colonialista, como se vê com boa iluminação, correu atrás de parceria colonial com Pretória para derrotar as forças de libertação nacional que derrotavam as forças militares portuguesas em Angola e Moçambique. Mas as forças revolucionárias das colônias portuguesas também souberam conquistar apoio e impor derrota ao colonialismo.

2.9- Arquipélago de Cabo Verde: laboratório do cruzamento harmônico entre raças.

A obra “Cabo Verde: pequena monografia”, publicada pela AGU em 1970, traz o perfil completo daquela colônia insular africana de expressão portuguesa: flora, fauna, clima, população, educação, comunicações, hidrografia, transportes, religião e etc. O que chama a atenção no texto é a total omissão da importância de Cabo Verde como depósito e de comércio de escravizados que eram levados até lá da África continental. Mas, como disse o historiador Marc Bloch (2018) em “Os Reis Taumaturgos”, é preciso interpretar esses silêncios. Durante praticamente quatro séculos (XV-XIX) o arquipélago se “tornou ponto quase forçado de escala da navegação, com grande movimentação de gentes”. (AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR, 1970, p. 21).

Essa “movimentação de gentes” foi, sem dúvida, a secular movimentação forçada de corpos africanos para as Américas. A AGU omite na publicação qualquer menção à história do tráfico atlântico internacional que tinha como parada obrigatória os pontos de embarque nas ilhas e coloca Cabo Verde como o exemplo “de sucesso” do cruzamento harmônico entre raças, um laboratório a céu aberto para pesquisas nas ciências humanas.

O arquipélago de Cabo Verde constitui um dos mais interessantes e consideráveis laboratórios naturais de antropologia e de etnologia que existe no mundo. Com efeito, basta enumerar os vários grupos étnicos que forneceram, no decurso de cinco séculos, contingentes maiores ou menores para o povoamento das ilhas, para se verificar o grande interesse do processo de cruzamento estabelecido (...). Portugueses metropolitanos cristãos e judeus, e ainda goeses, mas principalmente africanos da Costa da Guiné, em especial Jalofos, Balantas e Papéis, todos forneceram contingentes que, por cruzamentos múltiplos, viriam a construir a actual população cabo-verdiana, muito variadas de ilha para ilha (AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR, 1970, p. 21-22).

Não se pode negar a realidade de que o cruzamento entre etnias africanas e também entre africanos e portugueses resultou em uma população mestiça. Além disso, a relação entre mulheres africanas escravizadas, é bom deixar claro, e senhores de terras brancos no decurso do tempo também resultou num pequeno grupo mestiço de senhores de terras. Este processo de transmissão da posse da terra dos senhores brancos para os filhos mestiços nascidos em terras cabo-verdianas é detalhado por Cabral (1977; 1978; 2008).

Numa leitura mais detida nos deparamos com o que se tenta ocultar. A citação faz referência aos fluxos migratórios maiores e menores de africanos da Costa da Guiné (Golfo), justamente um dos principais pontos de embarque de escravizados. O que a publicação faz é escolher o vocabulário correto para escamotear a história, relativizar a existência do tráfico negreiro e convencer os leitores na existência do mito, ou melhor, de uma ideologia da integração lusotropical entre as raças.

2.10- Apitos, cadernetas, cordas, muros, vinho e grão-de-bico.

O processo de assimilação era demorado, caro, e não trazia segurança aos recém assimilados, pois não estava garantido que os assimilados manteriam o status de civilizado, se desviassem do comportamento, dos hábitos culturais exigidos. “No caso das colônias portuguesas de Angola, Moçambique e Guiné, o “Estatuto dos Indígenas” (vigente de 1926 a 1961), foi um dos pilares da doutrina colonial, com implicações profundas ao nível econômico, político e social” (NETO, 2015, p. 119). O estatuto vigorou por praticamente 35 anos e mesmo após a sua

extinção em 1961⁷⁸ não garantiu do dia para a noite o fim do tratamento diferenciado entre indígenas, assimilados e colonos europeus.

Mesmo que o segundo grupo tivesse privilégios em relação ao primeiro, sua porcentagem no mundo colonial português em África era ridículo perto da população colonizada total. Havia controle rígido do entra e sai de pessoas nas capitais das colônias. Trazemos como exemplo Bissau, capital da Guiné-Bissau. Aos nossos olhos contemporâneos, achamos tudo isso arbitrário, descontrolado. Não! Tudo estava dentro das leis, regulamentado, normatizado e “normalizado”, com normas. Então, a distinção referente a intensidade da melanina (negroide), não era uma violência! Tudo na mais absoluta estabilidade legal. Esse é o colonialismo jurídico. O direito colonial do trabalho não garantia nenhum ganho de causa ao trabalhador africano, sendo indígena ou assimilado.

Havia um posto de controlo que exigia a chamada “guia de marcha”, autorização onde se descrevia o motivo da deslocação. Ninguém podia atravessar descalço a fronteira que dava acesso a Bissau, cidade que em 1941 substitui Bolama como capital. O antropólogo e arquivista Fodé Mané ainda conserva as guias de marcha da mãe. “Um assimilado podia andar onde quisesse, um indígena tinha de ir à administração pedir uma guia e responder a várias perguntas. Não podia ultrapassar os dias que foram concedidos para estar no centro urbano.” Além da guia de marcha, o indígena tinha uma caderneta, obrigatória a partir de 1920, para todos os homens. Num exemplar da Caderneta do Indígena vêem-se várias folhas, cada uma com itens que alguém preencheria: as características, o imposto indígena, a contribuição braçal, castigos e condenações... “Durante a época colonial, havia uma divisão clara, uma linha”, conta, por seu lado, Djamila Gomes, arquitecta. “Há até piadas sobre isso. Por exemplo, a quem vem de Bafatá para viver em Bissau diz-se: ‘Pulaste a corda.’ Porque antes havia uma corda. Lembro-me de que a minha mãe tinha uma autorização para vir a Bissau.” (HENRIQUES, 2015).

A cidade de Bissau foi construída desde os primórdios da colonização portuguesa na Guiné no século XV como uma espécie de fortificação com muros, para se defender dos ataques dos povos nativos que se rebelavam com presença dos colonizadores e também se defender dos ataques de navios estrangeiros, como a longa rusga com os franceses pelo domínio daquela região (HENRIQUES, 2015,

⁷⁸ Com a extinção do Estatuto dos Indígenas se suprimiu os vocábulos: colônia, colonizados, indígenas e império das publicações oficiais do Governo Português.

online). Os muros existiram até um período de vigência do estatuto de indigenato sua finalidade passou a ser separar indígenas, assimilados e colonos.

Bissau começou a desenvolver-se a partir do porto e no porto havia um muro para separar as populações africanas dos moradores, que eram os comerciantes portugueses. “Em 1940, este muro ainda existia, foi derrubado quando o nacionalismo começou a despertar”, no final dos anos 1950, explica. “Nesse território com o muro em Bissau, na pequena cidadela, alguém usava um apito às seis da tarde e os africanos sabiam que era hora de saírem daquele espaço, a urbe colonial. Voltava-se a apitar às seis da manhã para entrarem e darem início aos trabalhos domésticos. A presença dos negros era admitida apenas para os trabalhos domésticos” ou de baixa qualificação (HENRIQUES, 2015)

É possível prova mais contundente da segregação racial nas colônias do que o apito, um toque de recolher para os negros africanos indígenas? As mulheres, por exemplo, tinham de alisar o cabelo, deixando de usar tranças africanas e também enfeites africanos nos cabelos. Até a dieta de um assimilado era investigada para saber se ele seguia o caminho correto de sua nova cultura europeia ocidental.

“Quando uma pessoa requeria o estatuto de assimilado, tinha de provar que já não praticava as cerimônias tradicionais e que se vestia como um europeu. As mulheres tinham de desfrisar o cabelo, desfazer as tranças africanas e até se perguntava aos comerciantes quantos litros de vinho a pessoa comprava por semana, se comprava bacalhau e grão-de-bico. Como contrapartida, podia aceder ao funcionalismo público, porque só um cidadão assimilado é que podia ser funcionário público e os seus filhos tinham direito a escolas centrais, a escolas do Estado. Havia um conjunto de serviços próprios para indígenas e havia um conjunto de serviços para assimilados.” (HENRIQUES, 2015).

Será que compra bacalhau, grão-de-bico e vinho suficientemente? Essa fiscalização com certeza era uma forma de praticamente obrigar o assimilado a comprar produtos típicos importados da metrópole. Já que é um cidadão português, seu hábito alimentar tem que expressar essa nova condição!

“Aqui em Lourenço Marques, para ter esse documento tinha que ter quatro testemunhas. O meu avô arranjou quatro testemunhas. E cada testemunha tinha que ser pago vinte Escudos”. Então, “com esse documento já, bilhete de identidade de assimilado, já podia fazer exame de quarta classe”. Sendo considerado

assimilado, com a identidade, “eu já sou assimilada. Quer dizer, eu “sou branca”. Já posso já estar do lado dos brancos “⁷⁹.

“Então já não posso estar com os indígenas” (GUEZINAME Apud CARDOSO, 2015). O depoimento de Deolinda Gueziname, ex-combatente da FRELIMO, em Moçambique, mostra que a identidade de assimilado produzia uma integração artificial entre africanos assimilados e colonos brancos europeus. Mas, por seu turno, provocava um distanciamento nada artificial entre o assimilado, seus familiares e membros de seu círculo social que não conseguiam ascender ao certificado, a uma “nova identidade”.

É um processo humilhante. No fundo da questão, o candidato a assimilado se torna um pedinte existencial. Além de ter de se despir, mesmo que aos olhos da comunidade colonial branca, de tudo aquilo que lhe dá identidade de um africano ou africana pertencente a uma determinada etnia, que conseqüentemente tem sua língua, seus hábitos culturais religiosos distintos, precisa suplicar com suas testemunhas de que passou a ter as qualificações que o habilitam a entrar no mundo civilizado. É uma cena do bom samaritano português que está de pé, com posição ereta, orgulhoso de sua herança. Na calçada da história, bem no canto, está o potencial assimilado. Quase não se pode vê-lo porque está na escuridão da não-história.

Ele estende a mão na espera que lhe seja atirada a dourada moeda civilizatória. “Ele (o negro), é um pedinte”, afirma FANON (2008, p. 77-78), no sentido de o negro estar sempre a pedir a aprovação, o reconhecimento do branco, em considerá-lo também ser humano.

⁷⁹ Depoimento existente no vídeo: “O colonialismo português no Estado Novo”... montagem feita para utilização didática por Joaquim Furtado. **Youtube**, 20 abril 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ItPEPjy1DBo>> acesso em 01.12.2019.

2.11- Alugam-se corpos negros: a circulação dos chamados serviçais e/ou contratados nas colônias portuguesas em África.

O colonialismo português possuiu, desde as primeiras décadas do século XX, um circuito interno de exportação de mão de obra baratíssima para trabalhar em qualquer tipo de atividade: desde as domésticas, nas minas de diamante de Angola, ou em obras de infra-estrutura financiadas pelo Estado colonial português. Longe de sua terra natal e da família, milhares de trabalhadores exportados estavam a mercê de arbitrariedades diversas. Os contratos de trabalho eram meras formalidades que nunca se cumpriam e o sistema jurídico colonial do trabalho jamais daria ganho de causa para um serviçal africano, prejudicando o patrão branco.

No trailer do documentário “Serviçais: das memórias às identidades” (2017)⁸⁰, é possível constatar o exemplo desse circuito colonial interno de exportação de trabalhadores. Uma mulher idosa, cabo-verdiana de nascimento, afirma que chegou a São Tomé e Príncipe em 1947, quando tinha 20 anos. No momento do depoimento estava então com 91 anos. Incrivelmente continuava a trabalhara com a idade avançada e nunca mais havia retornado à sua terra.

A mobilização de serviçais cabo-verdianos foi necessária por conta da implantação das culturas de café e cacau nas ilhas a partir da segunda metade do século XIX. “Viemos (de Cabo Verde) com contrato de três anos. Acabar e ir embora”, diz outra senhora. “O contrato dizia que tínhamos direito ao dinheiro e alojamento, cama e mesa”, diz um senhor. Esses direitos alardeados pelos patrões coloniais em contrato eram palavras vazias. Um engodo.

“Na roça era quebrar cacau, capina... era quebrar cacau, capina...”. A Senhora com 91 anos de idade afirma que ainda está a trabalhar na roça! “Naquele tempo era tempo de ordem. Se não cumpria, não sobrevivia”. “Os colonos eram maus. Muitos morreram no mato”, declara mais outro depoente. O poeta angolano

⁸⁰ SERVIÇAIS: das memórias às identidades (2017), Direção Nilton Medeiros (trailer oficial). **You Tube**, 29 ago 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NBi9lq1JY7k>> acesso em 02.12.2019.

Agostinho Neto (1922-1979) também retrata as condições de trabalho de trabalhadores contratados e/ou “serviçais” no poema “Contratados” ⁸¹, logo abaixo:

Contratados

Longa fila de carregadores
domina a estrada
com os passos rápidos

Sobre o dorso
levam pesadas cargas

Vão
olhares longínquos
corações medrosos
braços fortes
sorrisos profundos como águas profundas

Largos meses os separam dos seus
e vão cheios de saudades
e de receio
mas cantam

Fatigados
esgotados de trabalhos
mas cantam

Cheios de injustiças
calados no imo das suas almas
e cantam

Com gritos de protesto
mergulhados nas lágrimas do coração
e cantam

Lá vão
perdem-se na distância
na distância se perdem os seus cantos tristes

Ah!
eles cantam...

⁸¹ NETO, Agostinho. Contratados. In: _____. **Sagrada Esperança**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1987. (Coleção Vozes do Mundo). Poema disponível em: <<http://malambas.blogspot.com/2011/02/contratados.html>> acesso em: 23.12.2019.

Em um trailer oficial de apenas 2 minutos e no poema de Agostino Neto consegue-se ter uma ideia da violência que os trabalhadores colonizados eram submetidos nessa mobilização continental de trabalhadores. Trouxemos anteriormente e agora abaixo, e de modo ligeiro o exemplo dos trabalhadores contratados da Companhia de Diamantes de Angola⁸².

Figura 39 Moradias para trabalhadores (as) contratados (as) da Companhia de Diamantes de Angola – Diamang. Angola, África, 1962-63.

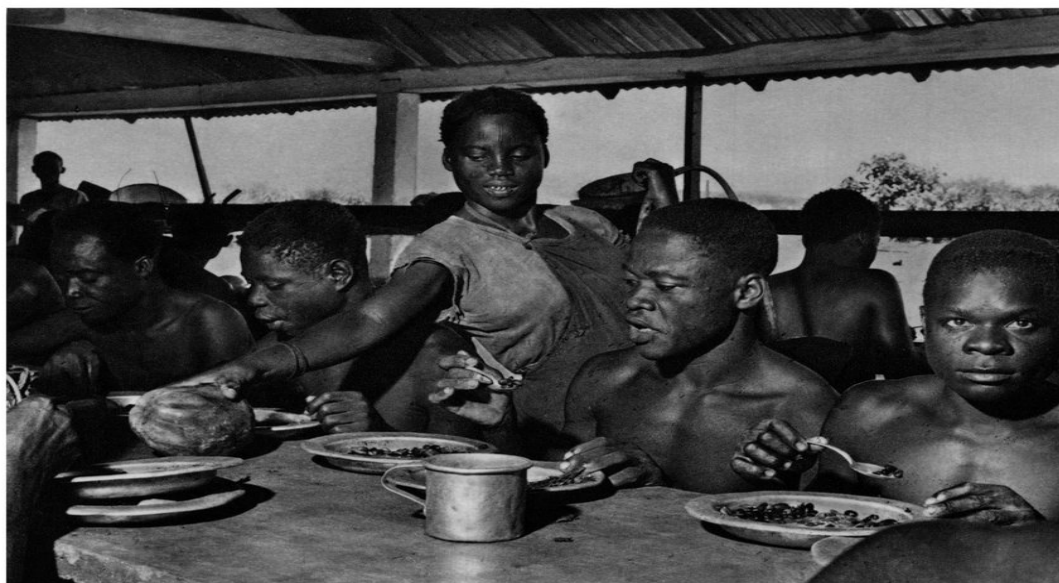


Grupo de moradias de trabalhadores de região, recentemente construído
Prémio da «Melhor Aldeia» do ano de 1962

(Fonte: <<https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/search?q=trabalhadores+contratados>> acesso em 11.01.2020).

⁸² A história da Diamang remonta ainda no século XIX. A empresa mineradora privada foi formada por capital português, belga, francês e estadunidense. Para mais informações conferir: OLIVEIRA, Maria José. Diamang. 100 anos da maior empresa do império português: racismo, abusos e trabalhos forçados. **Observador**, 29 out 2017. Disponível em: <<https://observador.pt/especiais/diamang-100-anos-da-maior-empresa-imperio-portugues-racismo-abusos-e-trabalhos-forcados/>> acesso em 11.01.2020.

Figura 40 Trabalhadores contratados da Diamang no refeitório da mina de diamantes de Kaitala, Angola, 1962.



(Fotógrafo: Agostiniano de Oliveira. Imagem: Diamang digital. Fonte: <<https://observador.pt/especiais/diamang-100-anos-da-maior-empresa-imperio-portugues-racismo-abusos-e-trabalhos-forcados/>> acesso em 11.01.2020)

O próximo capítulo vai tratar de verbos opostos. Não mais de servir, de obedecer, e sim de denunciar os colonialismos e anunciar a libertação dos povos colonizados. Descolonizar integralmente, desde ponto de vista geográfico, de soberania territorial, à descolonização cognitiva, quer dizer, extrojetar da psique coletiva a naturalização da situação colonial, reinventar o sistema educacional que revalorize toda a herança cognitiva africana milenar. Esse esforço enorme de transformação radical em processo, da libertação e da reconstrução nacional foi chamado por Cabral de “reafricanização dos espíritos”.

CAPÍTULO III – DOSSIÊ BIOINTELLECTUAL DE AMÍLCAR CABRAL: OBRA INTELLECTUAL E PRÁXIS RADICAL

*Quem é que não se lembra
Daquele grito que parecia trovão?!
– É que ontem
Soltei meu frito de revolta. (...)*

(Amílcar Cabral)⁸³.

3.1. Uma breve biografia de Amílcar Cabral

Amílcar Cabral e Paulo Freire, meninos que se conectaram radicalmente *com* o mundo e *com* as pessoas, têm trajetórias de vida, *caminhos intelectuais* que possuem pontos de confluência. Entende-se *caminho intelectual* como sendo desde a formação escolar, a intensa militância política em sentido amplo, o conjunto de ideias que elaboraram e nos deixaram como precioso legado teórico e prático para a humanidade. O objetivo neste capítulo é mostrar, com destaque, a indivisível trajetória de vida e a trajetória política de Amílcar Cabral e Paulo Freire. Esmiuçamos o legado deixado por Cabral. Se, talvez, ignoramos aspectos relevantes, deixamos indicadas publicações que possam preencher as lacunas existentes sem, é claro, tem sido essa a nossa intenção.

Quanto a Paulo Freire, seu caminho intelectual é igualmente importante. Todavia, foi elaborado um almanaque histórico de sua andarilhagem biointelectual para dar mais fluidez ao texto e também indicamos publicações que complementem⁸⁴. Intercalou-se, espera-se que com sucesso, aspectos da vida dos

⁸³ CABRAL, Amílcar. Poema. Disponível em:

<<http://www.didinho.org/Arquivo/apoesiadeamilcarchabral.htm>> acesso em 29.12.2019.

⁸⁴Ex: FREIRE, Ana Maria Araújo. **Paulo Freire: uma história de vida**. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: uma biobibliografia**. São Paulo: Cortez, 2006. HADDAD, Sérgio. **O educador: um perfil de Paulo Freire**. 1ª edição. São Paulo: Todavia, 2019. Sobre a vida e a obra de Amílcar Cabral: CABRAL, Amílcar. **Nacionalismo y cultura**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2014. CABRAL, Ana Maria; ELÍSIO, Filinto; SOUTO, Márcia. **Itinerários de Amílcar Cabral**. Lisboa: Rosa de Porcelana, 2018. MENDY, Peter Karibe. **Amílcar Cabral: a nationalist and pan-africanist revolutionary**. Athens, Ohio: Ohio University Press, 2018.

referidos intelectuais com a conjuntura histórica mais ampla dos eventos no século XX, principalmente nos anos 1960 e, ainda mais em foco, nos anos 1970, década na qual Paulo Freire ainda estava no exílio, realizou suas andarilhagens desbravadoras de fronteiras cognitivas do colonial dominante e realizou trabalhos educacionais pelo continente africano.

3.2-As mais profundas raízes de Amílcar Cabral.

Era dia 12 de setembro de 1924, mês da estação chuvosa⁸⁵, quando nasceu Amílcar Lopes Cabral, em Bafatá, na Guiné dita Portuguesa. Filho da guineense Iva Pinhel Évora e do cabo-verdiano Juvenal Lopes Cabral. Bafatá é capital da província de mesmo nome, à margem esquerda do Rio Geba⁸⁶. Enquanto Bafatá é cortada pelo Rio Geba, a capital Bissau é cortada pelo Rio Corubal. O menino Cabral tinha oito anos quando seus pais decidiram retornar para a cidade de Santiago, em Cabo Verde.

Coincidências de costa a costa do Atlântico, Paulo Reglus Neves Freire também nasceu em setembro, dia 19, “na Estrada do Encanamento, 724, no bairro de Casa Amarela” ⁸⁷ (FREIRE, 2017, p. 41), no Recife, em semana de transição de estações: final do Inverno e início da Primavera, quando se verifica o calendário daquele ano de 1921. Filho de Joaquim Themístocles Freire e Edeltrudes Neves Freire, amorosamente chamada de “Tudinha”. Freire acabava de completar três anos de idade quando nasceu Amílcar Cabral⁸⁸. Ambos nasceram no período entre guerras.

⁸⁵ A precipitação anual das chuvas na Guiné-Bissau está entre 1500 e 2000 mm, dependendo da região. Os meses chuvosos – o chamado Inverno - são: junho, julho, agosto, setembro e outubro. Os meses restantes são chamados de Estação Seca: de novembro ao mês de maio.

⁸⁶ O Rio Geba é o maior da Guiné-Bissau. Sua nascente se localiza na vizinha Guiné Conacri, no maciço montanhoso chamado Fouta Djallon. Seu trajeto segue pela Guiné Conacri, passa pelo Senegal. Na sua margem esquerda está a cidade de Bafafá, a 2ª maior da Guiné-Bissau. Na margem direita está a capital do país, Bissau. Após quase 600 km, suas águas fluem e deságuam no Oceano Atlântico, formando um grande estuário.

⁸⁷ Imagem da primeira casa na qual Freire viveu com sua família antes de mudarem para Jaboatão dos Guararapes em 1932 pode ser vista em: (FREIRE, 2017, p. 48).

⁸⁸ Em estadia em Bissau, capital da Guiné-Bissau, em junho de 1977, Paulo Freire faz uma série de entrevistas com membros do PAIGC e de camaradas de outros países africanos como o angolano Mario Pinto de Andrade, que conheceu Cabral em Lisboa em 1948. Mário de Andrade foi um dos

Cabral concluiu sua formação educacional básica na Cidade da Praia, Ilha São Tiago, e o ensino secundário no Mindelo, Ilha São Vicente, em Cabo Verde⁸⁹, no ano letivo de 1943-1944. Cabral rememora sua experiência escolar básica – primária e secundária (liceal) – para exemplificar o processo de assimilação com a contribuição fundamental da escola colonial altamente seletiva.

A estrutura educacional que herdamos obedecia aos interesses do colonialismo. A história que o colonialismo implantou na nossa terra não nos serve. Procuravam nos entreter com os rios de Portugal, com dom Afonso Henriques. Esses personagens eram apresentados aos jovens como super-homens. E, afinal, eram homens como quaisquer outros (CABRAL, 1977 Apud AZEVEDO; RODRIGUES, 1977, p. 54).

Nota-se que o processo de assimilação cultural passa, entre outros, pelos conteúdos básicos de Geografia e História do ponto de vista do colonizador europeu. Aprende-se sobre os rios portugueses: Douro, Minho e Tejo, e se ignora a hidrografia da Guiné (Rio Corubal e Geba, os principais), e os grandes e caudalosos rios do continente africano. Destaca-se na História Afonso Henriques – Dom Afonso I, “o conquistador”, o primeiro Rei de Portugal, como verdadeiro exemplo de monarca e de homem superior. A História da Guiné e a sua ligação com, por exemplo, o Império do Mali, e as civilizações da própria Guiné e as histórias de conquista de reinos africanos poderosos são omitidos e depreciados.

Cabral é fruto da escola colonial e do processo de assimilação⁹⁰, que “nada mais é do que o processo de copiar a mentalidade colonial” (CABRAL, 1975, p. 73). Como seus pais possuíam cargos públicos medianos na administração portuguesa

fundadores do MPLA, e que conheceram e conviveram com Amílcar Cabral, perguntando aos/às entrevistados (as) justamente como essa experiência de primeiro contato com Cabral e o fato de terem sido camaradas no mesmo partido os tinham marcado. Freire comenta com alegria e tom de orgulho o fato de eles terem nascido no mês de setembro e idades aproximadas. Freire comenta que naquele momento estava com 56 anos e Cabral teria 53 anos, se vivo estivesse. Os áudios das referidas entrevistas estão disponíveis em:<<http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/3356>>

⁸⁹ Arquipélago de Cabo Verde divide-se em Ilhas do Barlavento: Santo Antão, Boa Vista, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e São Vicente. Ilhas do Sotavento: Brava, Fogo, Maio e São Tiago. Na Ilha de São Tiago está localizada a capital do país: Praia. Citamos as 10 ilhas principais, pois há outras ilhas e ilhéus desabitados.

da Guiné, foi possível financiar a formação educacional de Amílcar, um dos poucos colonizados privilegiados em concluir o ensino secundário e, mais ainda, prosseguir com os estudos universitários na metrópole colonial, em cinco séculos de colonização iniciada no século XV.

Em 1945 Cabral consegue uma bolsa de estudos para prosseguir com sua formação acadêmica em Lisboa. “Um dos primeiros estudantes que apareceu em Portugal pouco depois de 45”, pós 2ª Guerra Mundial, “e que vai constituir a geração Cabral, foi, justamente, Amílcar Cabral”. O que vem a ser essa “geração Cabral”? Bem, Cabral recepcionou muitos estudantes africanos das colônias portuguesas e naquele ano de 1948 as “idéias fervilhavam”. “Nós já tínhamos posições nacionalistas. Não. Nacionalitárias” (ANDRADE, 1977 Apud AZEVEDO; RODRIGUES, 1977, p. 85).

3.3- A experiência universitária em Lisboa.

No ambiente da Universidade de Lisboa Cabral conheceu, por exemplo, Agostinho Neto (1922-1979), escritor, poeta, e que mais tarde será, juntamente com Cabral, um dos fundadores e líder do Movimento pela Libertação de Angola, MPLA. Cabral também conheceu Eduardo Mondlane (1920-1969), que também participará da fundação da Frente pela Libertação de Moçambique, FRELIMO, e Alda do Espírito Santo (1926-2010), que se tornará reconhecida escritora nacional e ministra da educação de São Tomé e Príncipe após a libertação daquelas pequenas ilhas africanas em 1974-75. Paulo Freire, inclusive, foi presença marcante em São Tomé e Príncipe, deixando sua marca na Campanha de alfabetização daquele pequeno país insular recém independente.

Espírito Santo, na sua alocução participante no Simpósio Internacional Amílcar Cabral, ocorrido na cidade da Praia, Cabo Verde, entre os dias 17 e 20 de janeiro de 1983, afirma que “a mensagem de Cabral lhe deixou uma marca”. A então jovem estudante de São Tomé e Príncipe testemunhou,

A simplicidade e a coerência de Cabral e o seu poder de comunicação e de esclarecer, numa linguagem direta a posição da juventude africana face à

missão histórica que teria de realizar na Pátria ocupada pelo colonialista português, constitui um prelúdio de preparação para as ações directas no terreno de luta. Com Cabral aprendemos a manejar a arma da crítica e auto-crítica, nas intervenções elaboradas para os encontros com a juventude, com as mulheres africanas, com os marítimos na antiga metrópole colonial, encontros esses que forjaram dirigentes destacados que em plena maturidade participaram na arena do mundo, na direcção dos destinos dos seus povos (ESPÍRITO SANTO, 1984 [1983], p. 29).

O protagonismo de Alda Espírito Santo na libertação nacional são-tomense faz cair aquela visão de “que todos os atores (das lutas anticoloniais) foram homens. Falsa hipótese. Bem entendido”. Podemos verificar que as mulheres desempenharam funções essenciais, “como combatentes”. Por exemplo, “as mulheres africanas tomaram parte na cruzada pela autonomia do continente” (MAZRUI, 2010, p. 19). Na luta de libertação do PAIGC, as mulheres pegaram em armas e estiveram nas fileiras das FARP – Forças Armadas Revolucionárias do Povo.

Figura 41 Amílcar Cabral e mulheres combatentes das Forças Armadas Revolucionárias do Povo, as FARP-PAIGC, s/d.



(Fonte: <<http://kandimbafilms.blogspot.com/2013/08/titina-sila-uma-heroína-africana.html>> acesso em 17.12. 2019).

3.4- Mais um africano, mais um *Valor*, a corrente elétrica e a captação dos homens.

Paulo Freire realizou uma série de entrevistas com ex-combatentes do PAIGC e de partidos revolucionários de outras colônias que conheceram Amílcar Cabral. Entre os entrevistados estava Mário P. de Andrade, um dos fundadores do MPLA. Freire o entrevistou em 16 de junho de 1976. Mário de Andrade relata seu primeiro encontro com Cabral a partir da pergunta de Freire: “como Amílcar te marca?”

Mário de Andrade: (...) Evidentemente que a minha relação com Amílcar homem é uma relação de um estudante que aparece em Lisboa, precisamente no mês de outubro de 1948⁹¹, que está a subir a calçada d’Ajuda em Lisboa, com um companheiro angolano chamado Humberto Machado, que é colega de Amílcar no Instituto Superior de Agronomia, que me diz, vou te apresentar...um colega, um outro africano, um meu colega de Agronomia. (Colega de Humberto Machado). E eu vou evidentemente, sem preconceito, naturalmente, preparado... sem preparação nenhuma, para ver esse Amílcar Cabral. É um homem de estatura média, não é, que vejo aproximar-se, bigode, dândi⁹²...

Paulo Freire: (risadas de Paulo Freire)

Mário de Andrade- (...) de riscolado⁹³ e elegante nas maneiras, que me saúda e que me aperta a mão de uma maneira que eu nunca mais esquecerei na vida! E esse é Amílcar Cabral! Um aperto de mão fraternal, não é? Que se apresenta naturalmente e que manifesta sinceramente, mais profundamente, a alegria de encontrar mais um africano, mais um VALOR, como ele dirá mais tarde. Quer dizer, esta é minha primeira, meu primeiro encontro com Amílcar Cabral. (FREIRE; ANDRADE, 1976, s/p).

Mais um Africano, mais um *Valor*. Valor significa “o que uma pessoa ou coisa vale; valia; mérito; préstimo; estimacão”. Também significa “qualidade daquele que tem força; valentia; esforço; coragem; mérito; resignação, paciência: *ter valor na adversidade*” (FERNANDES; LUFT; GUIMARÃES, 1993, s/p). Mário de Andrade se

⁹¹ Amílcar Cabral estava no 3º ano do curso de Agronomia quando se encontrou com Mário P. de Andrade em 1948.

⁹² Pessoa que se veste com elegância, de bom gosto.

⁹³ Riscolado é um estilo de corte de cabelo no qual o cabeleireiro / barbeiro faz um risco lateral da cabeça com o uso da navalha, destacando o riscolado ao final.

refere então à importância que Cabral vai dar a cada homem e mulher africanos, tanto no processo específico de luta de libertação nacional na Guiné-Bissau e Cabo Verde, e nas lutas empreendidas em outros territórios colonizados da África: Angola, Moçambique e de outros mundos colonizados em outros continentes do globo.

Tabela 1 Amílcar Cabral, no canto à direita, com colegas do curso de Agronomia em Lisboa, entre 1945-48.



(Fonte: <<https://caboverdevida.blogspot.com/2014/08/amilcar-lobes-cabral-presidente-astral.html>> acesso em 19.01.2020.)

Mário de Andrade diz a Paulo Freire que em 1948, poucos anos depois do fim da 2ª Guerra Mundial, o que se encontra em Lisboa é “um conjunto de estudantes ainda tímidos, africanos” das colônias. Para ele, Andrade (1976), “há um primeiro facto importante” a ser registrado que era “a nossa timidez de colonizado” (FREIRE; ANDRADE, 1976, s/p). A assimilação *des-valoriza*, tira o valor; deprecia (Fernandes; Luft; Guimarães, 1993), o (a) assimilando enquanto homem e mulher africanos, forçando-os a uma amnésia⁹⁴, um “esquecimento”, mesmo que aparente para enganar o sistema colonialista, de seus hábitos e valores africanos nativos. Também podemos utilizar “alienação” de Fanon (2008). Cabe aqui uma expressão de negação ao conceito de “ser mais” de Paulo Freire (ZITKOSKI, 2017 Apud STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2017, p. 369-371). Trata-se da expressão oposta “ser-menos”, que é a objetificação do ser humano, a sua redução como objeto, no caso das relações opressor (colonizador) – oprimido (colonizado).

⁹⁴ Amnésia “perda (parcial ou total) da Memória” (FERNANDES; LUFT; GUIMARÃES, 1993, s/p). A respeito da Memória: “Grosso modo, chamamos de memória a capacidade que os seres vivos têm de adquirir, armazenar e evocar informações” (MOURÃO JÚNIOR; FARIA, 2015, p. 780)

Ao encontrar um africano recém-chegado na metrópole colonial, Cabral o identificava como africano, não importando se era da Guiné, de Cabo Verde, de Moçambique ou Angola. O objetivo de Cabral era a comunhão de uma comunidade pan-africana. “O pressuposto fundamental do panafricanismo”, para APPIAH (1997, p. 22) era “uma unidade política natural” que precisou ser costurada com dedicação. A colcha da *Unidade* foi costurada com retalhos de interesses diversos que precisaram ser organizados para dar forma a uma única e resistente trama têxtil de luta pela libertação.

A unidade de guineenses e cabo-verdianos enfatizada por Amílcar Cabral é mais ambiciosa do que se possa aparentar nos seus textos. Ele confere à *Unidade* uma dimensão continental, internacional. Pode-se dizer um “projeto intercultural”. Recepcionava e identificava o recém-chegado africano como um *Valor*, no contra processo de *des-assimilação* e *re-valorização* do africano, nem mais, nem menos do que os demais seres humanos. Cabral antevia o potencial valor de cada africano, qual função poderia desempenhar nos processos de luta de descolonização. O encontro entre Cabral e Andrade em outubro de 1948 foi marcado pela manifestação de um tipo de energia.

E este primeiro encontro é decisivo, digamos, naquilo que, talvez os poetas podem falar de outros poetas, não sei como Rafael Alberti⁹⁵ falaria de Lorca, que é uma descarga elétrica, quer dizer, foi uma *descarga elétrica*, como Alberti diria de Lorca⁹⁶, quer dizer eu, sempre a comparar a Alberti, diria, não é? Que *este encontro com Amílcar foi de fato uma descarga elétrica*, primeiro de simpatia, de simpatia humana.

Paulo Freire: Interessante Mário, um parêntese curtinho, coisa semelhante, apenas com outras palavras, me foi dita por Alda.

Mário de Andrade: Alda do Espírito Santo...

Paulo Freire: (...) que conhece Amílcar em Lisboa também, num picnic, e ele se acerta, se aproxima, e a identifica como africana e diz da alegria de encontrar uma africana a mais. Ela diz: “nunca mais esqueci esse encontro!”

Mário de Andrade: É isso! Justamente, é justamente! Dá-lhe já a característica do homem. Este tipo de humanidade, de simpatia, de solidariedade, e todos os outros sentimentos que vão nascer justamente desse encontro, desta *captação do homem*. *Amílcar é um especialista na captação do homem*. Captação para quê? Para suas ideias, para as ideias que evidentemente vão fervilhar (FREIRE; ANDRADE, 1976, s/p)

⁹⁵ Rafael Alberti (1902-1999). Escritor/poeta espanhol. Ganhador do Nobel de Literatura em 1925.

⁹⁶ Federico García Lorca (1898-1936), poeta e dramaturgo espanhol. Uma das primeiras vítimas da Guerra Civil Espanhola. Morreu fuzilado em 18 ago 1936.

Que ideias são essas que Mário de Andrade está falando? Andrade está falando das ideias de re-africanização das mentes e o surgimento de uma consciência nacional ainda de alcance limitado, adepta a ideia de libertação nacional. Essa reafrikanização também é sinônimo da conscientização. Mas esta conscientização, na perspectiva de Cabral e Freire, não poder ser apenas o “reconhecimento puro” de uma determinada “situação” (FREIRE, 2011, p. 158), a situação colonial. A conscientização é aquela “que prepara os homens, no plano da ação, para a luta contra os obstáculos da humanização” (FREIRE, 2011, p. 158). Um desses obstáculos é o colonialismo imperialista. A luta de libertação nacional, a reafrikanização cognitiva busca a reconstrução soberana e independente de toda a África. Que a razão colonial dê lugar não só à razão subalterna (Mignolo, 2003 Apud Romão, 2012, p. 69-70), mas a “afro-razão”.

3.5- A casa dos estudantes do império: local de formação de lideranças africanas revolucionárias no coração da metrópole colonial.

O local aglutinador destes jovens africanos que se tornarão a intelectualidade revolucionária anticolonial foi a Casa dos Estudantes do Império, CEI, fundada pelo governo Salazar em 1944, antes do final da Segunda Grande Guerra mundial. O objetivo de criação dessa república universitária para estudantes colonizados não era ser o chão que faria germinar e crescer a intelectualidade insurgente; pelo contrário.

Tabela 2 Sede da Casa dos Estudantes do Império (1944-1965) em Lisboa, Portugal.



(Fonte: <<https://ivairs.wordpress.com/2015/11/11/casa-dos-estudantes-do-imperio-foi-um-feitico-que-se-voltou-contra-o-feiticeiro-veterano-da-frelimo/>> acesso em 20.01.2020)

A missão da CEI⁹⁷ era o controle, aprofundar a assimilação, meter mais coisas da cultura colonial nas cabeças dos colonizados (CABRAL, 1974). A ideia da ditadura salazarista era formar uma intelectualidade das colônias africanas com a mentalidade colonial metropolitana, evitando a formação de um futuro discurso nacionalista que incitaria a propaganda de independência das colônias. “Um feitiço que se voltou contra o feiticeiro” (VIEIRA, 2015, online)⁹⁸.

Aquele grupo de jovens universitários africanos colonizados, mas privilegiados em ser a ínfima parcela da população colonizada a alcançar o ensino superior na metrópole, decide criar um centro de estudos africanos para estudar e compreender a “realidade africana” a partir de textos disponíveis escritos por africanos, e a poesia africana foi material de estudo recorrente que muito contribuiu para a formação política e cultural dos futuros intelectos responsável pelas lutas de libertação nacional.

⁹⁷ Casa dos Estudantes do Império. Funcionou de 1944 até 1965, quando foi fechada pela PIDE.

⁹⁸ CASA dos Estudantes do Império foi “um feitiço que se voltou contra o feiticeiro” – veterano da Frelimo. <https://ivairs.wordpress.com>, 11 nov 2015. Disponível em: <<https://ivairs.wordpress.com/2015/11/11/casa-dos-estudantes-do-imperio-foi-um-feitico-que-se-voltou-contra-o-feiticeiro-veterano-da-frelimo/>> acesso em 20.01.2020.

Azevedo e Rodrigues (1977) sublinham que estes estudantes eram marcados pela segregação racial e econômica em suas colônias de origem. Sempre se fala da violenta política do *Apartheid* na África do Sul no século XX, e as imensas cicatrizes físicas e psicológicas deixadas na população preta daquele país. Pouquíssimo discutida é a política do *Apartheid* nas colônias africanas, especificamente, no nosso caso em destaque, na Guiné dita Portuguesa. Por conta desse desconhecimento é que tratamos do tema, mesmo que brevemente, no capítulo II.

Este aspecto foi tratado no capítulo II, mas vale dar novas pinceladas de destaque ao que diz Amílcar Cabral (2008). O mesmo fala do toque de recolher para os chamados indígenas no contexto urbano. Até mesmo os assimilados carregavam suas certificações de cidadão nos bolsos, caso fossem abordados transitando pelas ruas após o toque de recolher. Uma pequena caderneta de identificação era a separação entre o cidadão assimilado e um indígena e entre a liberação e a possível agressão física e detenção por parte das autoridades policiais. Os “indígenas” também possuíam cadernetas de trabalho que liberavam o acesso aos limites das cidades, mas não a liberdade de movimentação para além no intervalo imposto pelo recolhimento obrigatório (Cabral, 1974). O indígena que trabalhava na casa de seu patrão não tinha sequer o direito de usar seu nome étnico. Se, por exemplo, seu nome fosse “Poilão” e fosse trabalhar na casa de um colono português, ele o trocava por Manoel, Joaquim.

Pois bem, essa experiência de segregação racial e econômica comum aos mundos colonizados na África convergiu na reação africana com a criação do Centro de Estudos Africanos na década de 1950, como dissemos. Mário de Andrade, estudante angolano, encontra-se com Cabral por volta de 1948, que já estava no terceiro ano do curso de Agronomia. Andrade (1977) narra os acontecimentos.

Eu, por exemplo, vinha de Angola e tinha contato com companheiros que escreviam como o Viriato da Cruz que fazia poemas de caráter nacionalista. Vinha de um ambiente onde surgiu, logo depois, nesse mesmo ano, um movimento chamado “Vamos descobrir Angola”⁹⁹, dirigido pelo próprio

⁹⁹ Sobre Viriato da Cruz, o “Movimento dos novos Intelectuais de Angola (1948)” e o texto “Vamos Descobrir Angola”, recomendamos a leitura: SERRANO, Carlos. Viriato da Cruz: um intelectual angolano do séc. XX. A memória que se faz necessária. **Wizi-congo**, 27 jun 2017. Disponível em:

Viriato. E que se materializava pela expressão literária, poesia, conto. “Vamos descobrir Angola” foi o primeiro grito de guerra contra o assimilacionismo cultural, contra o obscurantismo. A primeira manifestação de carácter literário lançada pelos angolanos. Um movimento de reinserção de Angola nos seus próprios valores para torná-la assimilável aos angolanos. Em Portugal esse acontecimento tomou uma expressão nova, mais intelectual. Pude transmitir a Amílcar um pouco de correspondência que mantinha com Viriato. E o movimento veio a ter repercussões no nosso meio. Já nessa época, a primeira preocupação que estava latente nas nossas conversas – de Amílcar, Humberto Machado, eu e outros companheiros – era *nossa afirmação como negros*. Como estudantes de Portugal, estávamos, naturalmente, cortados pela Geografia, pela separação dos países. Mas permanecíamos atentos para tudo o que se passava. No meu entender, o primeiro acontecimento que nos mobilizou em Lisboa foi o “Vamos Descobrir Angola”.

Em 1948 ainda não havia reuniões só de africanos, reuniões de dimensão política. Havia encontros e o número ia crescendo. Sempre se manteve uma fraternidade que nasceu em torno de almoços, desse sentido gregário que nós temos. Nós, africanos. de estarmos sempre juntos, naquela noção de família alargada. Tínhamos que criar a nossa família. E quando havia um companheiro casado, poucos nessa época, ou um parente mais chegado, criávamos um centro de reunião. Mãe ou tia significavam um prato da terra e um pretexto para reunião de muita gente. (ANDRADE, 1977 Apud AZEVEDO; RODRIGUES, 1977, p. 86-87).

Na visão do angolano Mário de Andrade, um texto poético angolano moveu os estudantes de outras colônias na direção de extrojetar os aspectos maléficos da assimilação cultural e descobrir a África real, a leitura do mundo, como diz Freire, a leitura dos mundos africanos que não aqueles que os colonialistas inventaram: A África apartada do processo civilizatório e da própria História. Povos que não podem governar a si próprios e que por isso precisam ser tutelados até que num futuro, que não se sabe quando, caminhar com as próprias pernas após ser ensinados pelos tutores coloniais.

Outro ponto que nos chama a atenção, rapidamente, era a ênfase na “afirmação como negros”. Já que ser um assimilado e/ou um “negro evoluído” ¹⁰⁰ (FANON, 2008, p. 40) é a sobreposição da branquitude em relação à pretitude. Entendemos esta afirmação como uma alusão a influência das obras literárias

<http://wizi-kongo.com/luta-de-libertacao-de-angola/viriato-da-cruz-um-intelectual-angolano-do-sec-xx-a-memoria-que-se-faz-necessaria/> acesso em 07.08.2019.

¹⁰⁰ Lembrar que “Negro evoluído” é a expressão fanoniana para o resultado do processo cultural de europeizar, tornar “francês” o preto martinicano, no contexto histórico das Antilhas Francesas: falar e escrever corretamente a Língua Francesa, evitar falar o crioulo e suas gírias, abandonar práticas religiosas que não sejam aquelas da doutrina cristã. A expressão “evoluída” também era utilizada, por exemplo, pelos antilhanos para se compararem aos legionários senegaleses presentes nas Antilhas. Pretos africanos instrumentos para oprimir com violência os negros antilhanos (Martinica, Guadalupe) (Fanon, 2008, p. 40-41).

escritas nos contextos colonizados que vão inaugurar o *Movimento da Negritude* nos anos 1930: Léopold Sédar Senghor (1906-2001), e Aimé Césaire (1913-2008). O movimento da *Négritude* tinha como característica “a suposição da solidariedade racial dos negros” (APPIAH, 1997, p. 23).

3.6- Sobre homens e tigres: o Movimento *Negritude*.

Aimé Césaire, da ilha de Martinica, “do novo mundo” (APPIAH, 1997, p. 23) da diáspora africana, é o criador da palavra *Negritude* e autor de *Cahier d'un retour au pays natal* e *Discours sur Le colonialisme*¹⁰¹. Senghor nasceu no Senegal, “do velho mundo” (APPIAH, 1997, p. 23) africano, e foi o primeiro presidente do Senegal independente, eleito em 1960. Escreveu *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache*¹⁰². Tanto a Martinica como Senegal foram colonizados pela França.

Para MAZRUI (2010, p. 12), “a *Negritude*, movimento intelectual e literário nasceu”, na verdade, “da arrogância cultural específica do colonialismo francês”. Eis o pano de fundo do processo pelo qual a Europa “‘pan-africanizou’ a África”. Os africanos se viam diante de um beco sem saída, com um muro colonial aparentemente inquebrável. Mas, em dado momento na primeira metade do século XX, diante da situação-limite de opressão, silenciamento, exploração da terra e dos recursos humanos, encontraram nesse muro uma fresta. Uma fissura expondo fragilidade.

Tais fissuras começaram a surgir após duas guerras mundiais sucessivas que enfraqueceram, e muito, a Europa. Ambos os lados da Segunda Guerra Mundial se voltaram para as questões internas de reconstrução, colocando em segundo plano as preocupações com as colônias. Mas não era uma fragilidade suficiente a ponto de se aguardar a autodemolição do muro colonial. A “*Negritude*” e o “panafricanismo”¹⁰³ surgiram como ferramentas de aglutinação de objetivos que se

¹⁰¹ CESÁIRE, Aimé. **Cahier d'un retour au pays natal**. Paris: Présence Africaine, 1983; CESÁIRE, Aimé. **Discours sur le colonialisme**. Paris: Présence Africaine, 1976.

¹⁰² SEGNHOR, Léopold Sédar. **Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache**. Paris: PUF, 2015.

¹⁰³ As sementes do pan-africanismo surgiram nos Estados Unidos com o historiador e sociólogo William Edward Burghardt Du Bois. Du Bois nasceu 23 de fevereiro de 1868, no estado de

unificaram na diversidade dos mesmos. Os movimentos de libertação nacional golpearam o muro e abrir nele uma passagem para a liberdade.

Em “Orfeu Negro”, parte II do livro “Reflexões sobre o Racismo” (1965), Sartre diz que “a poesia negra é evangélica, anuncia a boa nova: a negritude reencontrada” (SARTRE, 1965, p. 108). Na visão de Sartre, esses “evangelistas negros” (1965, p. 105) responderão “à astúcia do colono” (SARTRE, 1965, p. 105). Assim, “visto que o opressor está presente até na língua que eles falam, falarão esta língua para destruí-la” (SARTRE, 1965, p. 105). E Sartre prossegue afirmando que “o poeta europeu de hoje tenta desumanizar as palavras a fim de restituí-las a Natureza; o Heraldo negro, por sua vez, irá “desafrancesá-las” (SARTRE, 1965, p. 105).

“Desafrancesar” o Francês para que seja ampliado seu universo vocabular que dê conta de expressar a Negritude. Lembrando que Aimé Césaire, o criador da palavra *Negritude* é da Ilha de Martinica, onde se fala o crioulo antilhano de base francesa. Fanon, em “Pele negra, Máscaras brancas” (2008), aborda o tema do crioulo antilhano e sua variação martinicana e de como era proibido falar crioulo ou gírias não francesas na escola e em casa; a não ser os colonos e uma pequenina

Massachusetts. Obteve seu doutorado em História em Harvard na última década do século XIX, sendo o primeiro afro-americano a obter tal titulação naquela instituição. W. E. B. Du Bois era um crítico contumaz das leis segregacionistas nos EUA e para se opor na prática ajudou a fundar a NAACP (National Association for the Advancement of Colored People). “Embora possuindo o mote de unificar os povos da África, retalhados por fronteiras insensíveis à realidade da região e de suas sociedades, consequência da Conferência de Berlim (1885), que dividiu o continente em zonas de influência das potências europeias, os ideais do pan-africanismo surgiram primeiro entre os negros afro-americanos.

O I Congresso Pan-africano ocorreu em 19 de fevereiro de 1919, na cidade de Paris e teve como principal resolução a adoção de um Código de Proteção Internacional aos Indígenas da África, que lhes garantisse o direito à terra, à educação e ao trabalho livre. Du Bois liderou as quatro edições subsequentes do Congresso Pan-africano (Londres – 1921 e 1923, Nova Iorque – 1927 e Manchester – 1945). Foi eleito presidente do V Congresso com o apoio de novas lideranças como George Padmore e Kwame Nkrumah, que encabeçaram o movimento de independência de Gana e Trinidad, respectivamente.

Nos últimos anos de vida, Du Bois morou em Gana, onde, a pedido de Nkrumah, agora presidente, iniciou pesquisa para confecção da primeira Enciclopédia Africana.

Du Bois, que já era considerado um dos precursores e pedra angular do movimento negro internacional, morreu em 27 de agosto de 1963, na capital ganesa, Acra, exatamente um dia antes da Grande Marcha de Washington, liderada por Martin Luther King. No ano seguinte, o governo dos Estados Unidos promulgava o *Civil Rights Act*, garantindo direitos iguais a brancos e negros”. Conferir: CANTALICE, Tiago. Du Bois e o Pan-africanismo. **Palmares Fundação Cultural**, 24 fev 2016. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=40672>> acesso em 31.12.2019.

pequena burguesia negra que falava crioulo e seu *patoá* com os serviços domésticos.

SARTRE (1965) estava certo, pois o Francês, a língua do colonizador opressor, já havia perdido sua “pureza” na oralidade nas colônias francesas na região caribenha e no continente africano, e a poesia negra começava a fazer este movimento na Literatura, na poesia, para contestar a opressiva situação colonial e proclamar a negritude dos negros. Um movimento poético de conscientização e libertação, assim como a florescente Literatura Africana de expressão portuguesa e francesa influenciaram, por exemplo, o próprio Amílcar Cabral, ele mesmo que escreveu pequenos poemas sobre a África e a necessidade de libertação dos negros africanos.

Obviamente nada está livre de críticas e contestações. Cabe aqui mencionar que a concepção da *Negritude*, a “essência” do homem africano será criticada, entre outros aspectos, pela língua de difusão da ideia, o Francês. “Contestações vindas do mundo literário africano de língua inglesa, o que levou Senghor a acusar seus pares anglófonos de reencenar em solo africano a tradicional disputa entre ingleses e franceses” (MIGLIAVACCA, 2017).

Ademais, outra crítica é a “fixidez que Senghor atribuía a essa identidade negro-africana: fica evidente em seus escritos que, para ele, tal identidade deitaria suas raízes na própria constituição biológica do negro” (MIGLIAVACCA, 2017) ¹⁰⁴. “O tigre, não precisa proclamar a sua tigridade. Ele salta sobre a presa e a mata”. Essa é uma famosa frase dita pelo escritor nigeriano Wole Soyinka, Prêmio Nobel de Literatura de 1986, ao lançar críticas ao movimento *Negritude* e a *essência do ser negro*. O escritor senegalês Léopold Sédar Senghor, um dos fundadores do Movimento *Negritude*, ao tomar conhecimento da crítica de Soyinka, respondeu: “O tigre não fala de sua tigridade porque é um animal”.

¹⁰⁴Para mais detalhes sobre o surgimento do termo “negritude”, sua diferenciação em termos com o “movimento negritude”, as obras literárias que inauguram este movimento literário e filosófico e a posterior contestação teórica por parte de pensadores africanos, conferia o texto: DURÃO, Gustavo de Andrade. A atualidade da negritude. **Geledés Instituto da Mulher Negra**, 03 set 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/atualidade-%E2%80%A8da-negritude/>> acesso em 07.08.2019.

Leopold Senghor fazia parte dos “*evolués* franceses” (APPIAH, 1997, p. 28). “A política francesa de *assimilation*” tinha a missão de fazer com que os evoluídos “acreditassem que, independentemente do que mais pudessem ser, eles eram, no mínimo franceses” (APPIAH, 1997, p. 28). Senghor, apesar de ser o expoente mais famoso de um negro evoluído francês que estudou na escola colonial francesa, não foi renegou suas fontes culturais africanas. Obteve sua formação acadêmica na Sorbonne nos anos 1930 e se tornou o primeiro negro a lecionar naquela respeitada universidade em 1935.

Senghor foi membro do Parlamento Francês por mais de uma década nos anos 1940 e 1950. Senghor foi recrutado como soldado e lutou pela França na 2ª Guerra Mundial, sendo capturado pelos nazistas e transitou por vários campos de concentração durante dois anos. Por sorte não foi executado pelos nazistas. Com a independência do Senegal, foi o primeiro presidente da república de seu país, tendo sido reeleito sucessivas vezes Senghor foi eleito para a Academia Francesa de Letras em 1984. Leópolde Sédar Senghor faleceu na Normandia, França, em 2001¹⁰⁵.

Críticas salutaras à parte, não se pode menosprezar a importância do movimento da negritude iniciado em África e que depois fará brotar outros “movimentos da negritude” com suas diferenças e objetivos, em países que experimentaram a violenta e dolorosa diáspora do tráfico atlântico de escravizados, como as várias fases do Movimento Negro no Brasil (Rodrigues, 2007), o Black Panther Party nos estados Unidos dos anos 1960.

Os estudantes africanos que saíram de seus respectivos territórios colonizados se tornaram “transnacionais”¹⁰⁶ ao chegarem à metrópole, e criaram comunidades em Lisboa, “a família ampliada – como rede e local da memória”– dos contextos originários, se fazendo “como canal crucial entre os dois lugares”. (HALL, 2009, p. 26), a velha mãe África e a adaptação no continente europeu, um contexto de

¹⁰⁵ JORGE, Hugo. Leópolde Senghor: o primeiro presidente do Senegal foi político, professor e poeta da “negritude”. **Rede Angola**, 15 abril 2015. Disponível em: <<http://www.redeangola.info/especiais/leopold-senghor/>> Acesso em 09.01.2020.

¹⁰⁶ Citamos aqui Stuart Hall para abordarmos a presença em Lisboa de africanos oriundos das colônias portuguesas, num processo de desenraizamento e o estabelecimento de novas raízes em novo contexto. Hall (2009), no caso, faz uma reflexão sobre a primeira diáspora barbadiana para Londres entre os anos 1940 e 50. Um dos membros do primeiro grupo de negros barbadianos a chegarem à capital londrina era justamente Stuart Hall, com o objetivo de prosseguir com seus estudos.

empréstimo (FREIRE, 2017) não tão receptivo à figura do africano colonizado. A família ampliada se formou também a partir da solidariedade e da força política da poesia e por meio dela o processo de desalienação, de penetrar verdadeiramente nas suas respectivas realidades históricas e culturais africanas, o que Amílcar Cabral chamou de re-africanização dos espíritos (ANDRADE, 1977 Apud AZEVEDO; RODRIGUES, 1977). Seguimos:

(...) começamos a aumentar o número de companheiros em Lisboa. Agostinho Neto apareceu em 1949, como estudante em Coimbra. Lembro-me de o ter visto em Angola, mas não era das minhas relações. Era mais velho e havia terminado os seus estudos secundários mais cedo do que eu. No entanto, foi fazer o curso universitário um pouco tarde. Em Luanda, estava mais ligado às missões protestantes, era professor. Quando cheguei em Portugal ela já estava em Coimbra, mas só o conheci em 1949 quando se transferiu para a Universidade de Lisboa. Instalou-se na nossa pensão de angolanos na Ajuda¹⁰⁷. Estava escrevendo poemas, tinha um caderno pronto. Já havia publicado alguns em revistas em Coimbra. Escrevia uma poesia de afirmação do negro, de reivindicação. Uma delas falava de “John, negro linchado”, da participação do negro no mundo e da armação: “mereço meu pedaço de pão”. Essa mesma afirmação que aparece em todos nós. Saber que somos homens, afirmar a nossa negritude na poesia. A poesia de Agostinho lembrava os elementos da sociedade angolana, os componentes alienados: a quitandeira, o contratado. Todos os elementos da alienação colonial começam a aparecer no que ele escrevia. O sábado nos musseques, um panorama dos homens alienados que habitavam o musseque de Luanda¹⁰⁸. (ANDRADE, 1977 Apud AZEVEDO; RODRIGUES, 1977, p. 88).

¹⁰⁷ Uma freguesia – bairro – da cidade de Lisboa, capital de Portugal.

¹⁰⁸ Uma explicação histórica sobre o surgimento dos musseques na capital de Angola, Luanda: “O crescimento urbanístico de Luanda nos últimos vinte anos afastou para trás de linhas definidas pelo termo do asfalto as casas miseráveis da sua população aborígine, e os musseques saíram do centro da cidade, onde, ainda há menos de meio século, se espalhavam pela orla da baía, pelos coqueiros e pelas ingombotas, e, há menos de quinze anos, se localizavam em pontos hoje ocupados pelo aristocrático bairro de Alvalade e pelas avenidas burguesas que se estendem para além do Quinaxixe. Pouco a pouco, os seus humildes moradores têm sido afastados da cidade em que trabalham, desordenadamente, para distâncias onde não chega a luz e escasseia a água, verdadeiros “ghetos” de uma discriminação medieval. Formam-se assim os musseques suburbanos, onde vive, em condições desumanas, o proletariado negro que está colaborando naquilo a que chamam o progresso da cidade” (MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE ANGOLA, 1974, p. 19). Agostinho Neto dá protagonismo para um extrato social alienado, esquecido, excluído historicamente da sociedade angolana: as mulheres pobres que vendem quitutes e o (a) contratado (a) para realizar os mais variados trabalhos para uma classe privilegiada ligada a burocracia administrativa colonial na então colônia angolana. Do ponto de vista de uma historiografia colonial, de uma das grandes personagens políticas e os grandes acontecimentos da História, a quitandeira que vive num musseque e trabalha arduamente para sobreviver não existe. Agostinho Neto desaliena, desvela, por meio da poesia, a verdadeira Angola.

Mario de Andrade menciona a criação do Centro de Estudos Africanos, a leitura de livros específicos sobre a história da África e a leitura e a recepção de literatura africana de Língua Francesa.

Ao ver que já éramos muito, decidimos formar o Centro de Estudos Africanos. Francisco José Tenreiro, geógrafo e poeta, e eu ficamos encarregados de delinear um plano de trabalho. Iniciamos um conjunto de palestras, em regime de seminário, tocando os problemas gerais da África e do homem negro no mundo. Por volta de 1950-51 nos reuníamos todos os domingos em casa da família Espírito Santo. Em volta de uma grande mesa retangular cada universitário fazia uma das palestras. Francisco foi o primeiro, falou sobre a geografia da África. A maioria não conhecia a geografia do próprio continente (...). Com os livros, os seminários, as intermináveis discussões sobre África, os seminários, as intermináveis discussões sobre África, a *reafricanização* deixa de ser apenas uma palavra de ordem. Já é uma prática. Homens como Amílcar Cabral passam a *adaptar para o contexto africano* os estudos feitos na universidade. Há uma utilização da técnica, da formação cultural. Nas suas conferências procurava dar *um panorama dos problemas da terra na África*. Ele não estudou tudo isso no curso de agronomia, nada lhe foi dito. Aprofundou os seus conhecimentos para servir e interpretar os fenômenos do continente. (ANDRADE, 1977 Apud AZEVEDO; RODRIGUES, 1977, p. 92-93).

Percebe-se que a formação de uma consciência nacional que desperta para o direito a liberdade e soberania dos povos africanos não foi, desde o início, isolacionista, e sim continental, internacional. Angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e são-tomenses juntos, com suas diferenças, para reafricanizar os espíritos na direção da descolonização e independência de suas terras de origem. Dá-se destaque para a palavra *contexto* usada por Andrade (1977), que Cabral usa a palavra *realidade*, uma das mais importantes do pensamento de Amílcar Cabral e que ele usará muito quando fundar e escrever sobre os princípios e objetivos do PAIGC.

Ele afirmará que “qualquer que seja o lugar onde tenhamos a nossa cabeça, os nossos pés estão fincados no chão da nossa terra, na Guiné e Cabo Verde, na realidade concreta da nossa terra” (CABRAL, s/d, p. 21). Constatamos aqui, seguramente, uma convergência entre o pensamento freireano e o de Cabral no que diz respeito ao *partir* da realidade na qual se está inserido, penetrá-la para compreendê-la e apreendê-la, “capturar” a *mundanidade*, como diz Freire. Como dois intelectuais da *práxis*, não basta conjugar apenas teoricamente os verbos compreender, apreender e penetrar na realidade concreta.

O objetivo é a transformação de uma determinada realidade injusta, de exploração e opressão: o neocolonialismo imperialista. A visão de Cabral funciona com movimentos analíticos simultâneos. Primeiro a sua perspectiva mais geral da realidade histórica de todo o continente africano, das colônias portuguesas e das especificidades de Cabo-Verde e Guiné-Bissau. É preciso melhor conhecer a realidade da Guiné e Cabo Verde para melhor planejar e agir contra o colonialismo (CABRAL, 1978; 2008).

O conteúdo cultural, histórico e político de poemas africanos não despertaram apenas as consciências para a libertação nacional, a descolonização. Inspira e faz surgir o amor entre dois mundos. Cabral conheceu sua primeira esposa, Maria Helena Rodrigues, uma jovem mulher branca portuguesa. Cabral utilizou sua veia literária, poética e dedicou diversas cartas de amor para Maria Helena. Dissemos de mundos diferentes, pois Cabral enfrentou enorme preconceito. Imaginemos um guineense, um preto africano se relacionar com uma mulher branca metropolitana.

Em suas diversas cartas endereçadas a “Lena”, Cabral fala do amor. Casado e de volta a Guiné em 1952-53, vai escrever posteriormente à esposa para reportar o dia-a-dia da luta de libertação nacional, sua viagem para o Senegal, sua presença em Angola¹⁰⁹ e o conhecimento da realidade de extrema exploração econômica das terras angolanas, visando à exportação de bens primários da agricultura em detrimento da produção alimentar destinada a população indígena. (CASTANHEIRA, 2016). Entretanto, destacamos um dos vários textos poéticos que Cabral escreveu para “Lena”:

Quero a Poesia inebriante da primavera em flor
e a música selvagem dos ventos do Noroeste.
Quero a força invencível de um maremoto agreste
para compor o soneto do nosso Amor.

Quero o sofrimento imenso das crianças sem veste
lá na rua dos invernos sem Pão e sem Calor.
Para compor o soneto do nosso Amor
combatarei a injustiça das esmolas que tu deste.

¹⁰⁹ Em sua temporada de trabalho com agrônomo em Angola “ligou-se a um pequeno grupo de africanos educados que então preparavam o caminho para a criação de um movimento de libertação, e em Dezembro de 1956, com seu antigo colega de Lisboa, Agostinho Neto, tornou-se um dos membros fundadores do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), necessariamente clandestino” (DAVIDSON, 1975, p. 30).

Na voz dos oprimidos chama por nós a Vida
e eu quero-te ao meu lado na luta desmedida
para compor o soneto do nosso Amor.

E no fim só no fim eu cantarei teus beijos
e à luz do teu olhar libertarei meus desejos
nas horas celestiais de uma Vida sem Dor.

Amílcar Cabral (Lx 1948)

(CASTANHEIRA, 2017, online)

Amílcar Lopes Cabral conhece Maria Helena Rodrigues em 1946. Começam um namoro a sério em 1948. Casam-se, e na Guiné nasce a primeira filha de Cabral, Iva Maria Cabral, e a relação dura até 1966, quando se separam. Cabral teve uma segunda esposa, Ana Maria Voss de Sá, e Maria Helena Rodrigues também se casa após se separar de Cabral e retorna para Portugal após a Revolução dos Cravos em 1974. Cabral retorna para a Guiné em 1952 e em 1953 trabalha no censo agrícola como funcionário português.

Figura 42 Amílcar Cabral e sua primeira esposa Maria Helena (Lena) Rodrigues recém-chegados a Bissau, Guiné-Bissau, 1952.



(Fonte: <<https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/search?q=Am%C3%ADlcar+Cabral>> acesso em 06.01.2020).

Cabral era fã de esportes, especialmente o futebol. O futebolista Cabral “esteve na origem da criação da Agremiação Desportiva e Recreativa de Bissau”. Decide fazer o pedido de criação da agremiação esportiva que pudesse ser freqüentada

também por indígenas e assimilados, e não exclusiva aos portugueses metropolitanos. A segregação racial, como se verifica, atingia até a prática de esportes. A agremiação desportiva “não foi autorizada pelo regime, por ser considerada “suspeita” ¹¹⁰. Sem dúvida, a PIDE viu naquele pedido de criação de uma associação esportiva, não apenas um momento de atividade física, um bom motivo para “reuniões políticas” (DUPRÉ, 1979, p. 83), e mobilização anticolonial. Cabral “foi aconselhado a abandonar a Guiné em 1955, podendo, no entanto visitar a sua mãe uma vez por ano” ¹¹¹.

Por consequência desse ultimato, Cabral fixou residência em Lisboa, mas não se desconectou das primeiras movimentações políticas que culminariam na criação do PAIGC e justamente em uma de suas visitas à Bissau, funda clandestinamente o PAI, Partido Africano para a Independência, que depois será o PAIGC, Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. Como se pode visualizar no quadro a frente, o massacre dos operários no porto em Bissau foi o divisor de águas entre uma luta com as armas do diálogo e da diplomacia e o confronto bélico oficial em 1963¹¹². Aliás, para sermos mais claros, nós dividimos a luta de libertação nacional do partido em duas fases:

¹¹⁰AMÍLCAR CABRAL: o percurso de um herói nacional. **Nós Genti – Cabo Verde**, 30 set. 2012. Disponível em: <<https://nosgenti.com/amilcar-cabral-o-percurso-de-um-heroi-nacional/>> acesso em 12.08.2019.

¹¹¹ AMÍLCAR CABRAL: o percurso de um herói nacional. **Nós Genti – Cabo Verde**, 30 set. 2012. Disponível em: <<https://nosgenti.com/amilcar-cabral-o-percurso-de-um-heroi-nacional/>> acesso em 12.08.2019.

¹¹²Basil Davidson (1975) faz a pergunta e ele mesmo responde os motivos pelos quais houve um considerável hiato entre a criação do PAIGC e a declaração oficial de optar pelo viés bélico na luta de libertação. Uma coisa é colocar no papel como opção de luta a guerra de guerrilhas. Outra bem diferente é ter as condições necessárias para o enfrentamento real. A primeira e dura missão foi a propaganda para esclarecer e convencer o povo guineense, no contexto camponês primeiramente, a abraçar o movimento de libertação. Trabalhar na terra que tradicionalmente é sua, mas não é sua, pois era confiscada pelos colonizadores e a exploração voltada para a produção e exportação, desabastecendo a colônia, tanto que Cabral denuncia, como mostramos, a desnutrição e a infestação parasitária crônicas entre a população (paludismo). Cabral afirma que muitos “homens grandes” (anciãos) de certas comunidades, tabancas, ofereciam apoio à luta de libertação nacional, menos por um ideal nacional maior, de soberania, e mais por alterar as suas realidades mais imediatas: expulsar os tugs de suas terras tradicionais e do retorno ao gozo pleno de explorá-las. No âmbito urbano, o apoio dado por um pequena burguesia nacional se refletia na expectativa de ocupar cargos estratégicos de comando que seriam então abandonados por portugueses metropolitanos no retorno à Portugal. O vazio de poder político burocrático deixado pelos colonos brancos seria, então, preenchido por nacionais. O envio de militantes do partido na preparação militar na União Soviética, na China, a cooperação médica, enfermagem, militar e técnico-mecânica com Cuba fazia parte de todo o processo de atingir as condições de ir para o enfrentamento direto com as tropas do colonialismo português.

- I. Luta de libertação com foco na diplomacia. A denúncia do colonialismo português e a procura de apoios no âmbito da ONU para isolar Portugal, tanto no âmbito da opinião pública global, quanto isolar Portugal dentro de si mesmo, ou seja, obter apoio dos próprios cidadãos portugueses metropolitanos. A exigência do reconhecimento da soberania da então Guiné dita Portuguesa é legítima e justa, amparada pelos documentos oficiais na ONU, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e outros documentos posteriores aprovados em votação em assembléias.
- II. Luta de libertação nacional de viés militar. Enquanto que a delegação do PAIGC exigia de Portugal sua independência, o partido inicia a luta armada em 1963. A guerra de guerrilha de inspiração vietnamita foi a estratégia: aproveitar o maior conhecimento da geografia local para surpreender o inimigo, destruir postos de comando do inimigo, interromper linhas de comunicação e vias de transporte, tomar armamentos e suprimentos os mais diversos do inimigo colonialista.

3.7- A fundação de um partido: do PAI ao PAIGC

Em 19 de setembro de 1956, Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes e Alísée Turpin, reunidos em Bissau, fundam o PAI - Partido Africano de Independência – União dos Povos da Guiné e Cabo Verde, que depois vem a ser o PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. A respeito do partido:

O nosso Partido desenvolveu-se a partir da realidade da nossa terra e das exigências da luta, mas evidentemente alguns de entre nós conhecem certas experiências de partidos sobretudo em Portugal, na clandestinidade. Primeiro é necessário dizer que o conceito de partido não caiu do céu, ele é um resultado da luta de classes na própria Europa. Se adotámos a palavra partido foi porque, tendo em conta o futuro do nosso povo, nos convencemos de que era melhor falar de Partido do que de Movimento. O Partido é o instrumento de transformação da nossa sociedade, primeiro para expulsar da nossa terra o colonialismo, em segundo lugar, para construir o progresso do nosso país. Para nós, nas condições concretas do

nosso país, tendo em conta as características sociais e culturais do nosso povo e da repressão permanente praticada pelos colonialistas portugueses, era necessário organizar este instrumento numa maneira muito sólida e nós reconhecemos que isso não seria possível se o Partido não fosse centralizado. Os fatos demonstraram que esta centralização era necessária. É a direção do Partido que comanda verdadeiramente as coisas e, a cada nível, há uma direção estreitamente ligada ao nível superior. (CABRAL,s/d).

A fundação deste partido foi, é claro, uma atividade classificada como clandestina e vigiada de perto pela PIDE, bastante atuante na Guiné dita Portuguesa e nas outras colônias. “Nós estamos apertados e perseguidos por agentes da PIDE. E o nosso secretário Cumba Indjai determinou a suspensão (das atividades do PAIGC). Continuaremos quando possível”. Esta afirmação é parte de um relatório, sem indicação de data, escrito a mão e assinado pelo escrivão Jean Touré e o secretário Cumba Indjai, mostrando as atividades de espionagem e repressão da PIDE¹¹³.

Diante dessa repressão diária dos espões da PIDE, o partido também tinha que lidar com os próprios compatriotas que aceitaram trabalhar como informantes do colonialismo português como, é de referir, membros do grupo étnico fula. O próprio Amílcar Cabral, em anotação manuscrita sem indicação de data, menciona guineenses que trabalham para os “tugas” (portugueses), aqueles que são de confiança, e de como abordar as pessoas e atraí-las para a luta. “É preciso ter cuidado ao falar com as pessoas, desconfiar sempre. Saber primeiro a opinião do (ilegível), antes de falar. Sondar primeiro antes de dizer as (ilegível)”. Além disso, deve-se “procurar as pessoas de confiança de noite”, e “evitar contacto com pessoas suspeitas”¹¹⁴.

Por certo é angustiante e paranoico desconfiar sempre de qualquer pessoa que pode muito bem ser uma informante das autoridades colonialistas e, naquelas em que se pode confiar, podem de uma hora para a outra se tornar traidoras da causa. A delação pode levar a prisão de pessoas inocentes, como podemos ver na

¹¹³ Casa Comum/Fundação Mário Soares/Fundo Documentos Amílcar Cabral/Pasta 04609.056.024 (online).

¹¹⁴CABRAL, Amílcar. “Notas sobre trabalho clandestino”. CC/FMS/FDAC/Pasta 07056.001.021. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/>>acesso em 17.07.2019

mensagem abaixo, sem data, assina por Zain Lopes, membro do setor de Informações e Controle do PAIGC, endereçada ao Senhor Governador da Guiné¹¹⁵:

Em primeiro de tudo princípio por apresentar a Vossa Excelência os meus cínseros e respeitosos cumprimentos.

Tenho a comunicar a Vossa Excelência desde janeiro último para cá, prisões sobre prisões aos inocentes que não fazem nem fizeram parte de nenhuma organização, que vantagem tem isso para Portugal. Acho que não tem nenhuma. Segundo fontes bem informadas temos conhecimento que pretendem transferirem esses inocentes para Metrópole; por tudo pedimos que não tentem fazer isso nem praticar actos de envenenamento pois bem sabemos que todos aqueles que são transferidos para a Metrópole vão para campo de morte. Vossa Excelência vive agora muito bem no seu palácio e o Sr. Inspector da Pide bem instalado com a sua família e a passear no seu automóvel e a Igreja Católica continua muito bem caladinha, que faça, injustiça de todo isto. Os dirigentes do PAI, Guineenses e caboverdeanos não teem por princípio a vingança, estão a trabalhar por um fim único que é o da libertação de suas terras e povo.

Que não nos seja obrigado a fazer o pior do que está passando no Congo, e digo que não conseguem liquidar o Abel Djaci como fizeram ao Lumumba. Vossa Excelência tem plenos poderes junto do Governo Central e com a vossa influencia esperamos que os referidos presos inocentes sejam postos em liberdade para o sossego das suas famílias. Sem outro assunto, subscrevo-me muito respeitosamente¹¹⁶.

O respectivo documento não é datado. Entretanto, podemos calcular a época na qual foi escrito: após 17 de janeiro de 1961 e o ano de 1962, a partir de algumas informações contidas no mesmo. Zain Lopes cita o que ocorrera com Lumumba. Ele se refere a Patrice Lumumba, que foi um dos fundadores do Movimento Nacional Congolês, agremiação partidária anticolonial. Lumumba nasceu no então Congo Belga, (República Democrática do Congo), em 1925. Quando Lopes fala “do que está se passando no Congo”, ele fornece a pista dos eventos que ocorreram naquele país. O então Congo Belga se torna independente em junho de 1960.

Lumumba é eleito 1º Ministro de seu país ainda em 1960 e permanece no cargo por um brevíssimo período de tempo, não conseguindo completar sequer três meses na posição de chanceler. Rebeliões separatistas internas imediatamente

¹¹⁵Zain Lopes também não cita o nome do Governador da Guiné naquele momento histórico. Entretanto, verificando, o Governador provavelmente foi Vasco António Martinez Rodrigues.

¹¹⁶ “Prisão de guineenses. PIDE. Abel Djassi”. CC/FMS/Fundo DAC/ Pasta 07063.036.030. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07063.036.030> Acesso em 17.07.2019

após a independência e o embate político entre Lumumba e o Presidente da República Joseph Kasavubu resultou em um caos político, causando a detenção de Patrice Lumumba. Lumumba consegue fugir e se esconder em região remota no próprio país. Talvez mais tarde, tentaria deixar o seu Congo Kinshasa¹¹⁷ e procurar refúgio no exterior (WACKNAGEL, 2018).

Patrice Lumumba é capturado, torturado e acaba sendo fuzilado por opositores em 17 de janeiro de 1961¹¹⁸. Esta seqüência cinematográfica de acontecimentos produziu caminho livre para se arquitetar e consolidar um golpe de estado comprovadamente apoiado pela própria Bélgica e pelos Estados Unidos¹¹⁹, e que levou ao poder o ditador Mobutu Sese Seko, o “presidente leopardo”¹²⁰, em 1965¹²¹.

¹¹⁷ Período colonialista: Estado Livre do Congo (1877-1908) e Congo Belga (1908-1960). Período pós-independência: República do Congo com a capital Leopoldville (1960-1964); República Democrática do Congo (1964-1971); República do Zaire (1971-1997) e, desde 1997, voltou a se chamar República Democrática do Congo, ainda também conhecido como Congo Kinshasa.

¹¹⁸ NZONGOLA-NTAJALA, Georges. Patrice Lumumba: the most important assassination of the 20th century. **The Guardian**, 17 jan 2011. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global-development/poverty-matters/2011/jan/17/patrice-lumumba-50th-anniversary-assassination>> acesso em 19.08.2019.

¹¹⁹ O SONHO de união de Patrice Lumumba. **Geledés Instituto da Mulher Negra**, 13 jul 2014. Disponível: <<https://www.geledes.org.br/o-sonho-de-uniao-de-patrice-lumumba/>> acesso em 19.08.2019.

¹²⁰ Mobutu era chamado de “presidente leopardo” ou “grande leopardo”, devido ao barrete (um tipo de chapéu) feito de pele de leopardo que ele usava muito freqüentemente. O nome de nascimento de Mobutu era Joseph-Desiré Mobutu. Ao se tornar o presidente, deu a si mesmo o longo e intimidador nome: “Mobutu Sese Seko Nkuku Ngbenduwa ZaBanga”, que numa tradução aproximada para o Português encontrada na Wikipedia seria: “O Todo Poderoso Guerreiro que, Por Sua Força e Inabalável Vontade de Vencer, Vai de Conquista em Conquista, Deixando Fogo em Seu Rastro”. No texto “Após 32 anos, Mobutu deixa um Zaire falido”, de João Batista Natali, publicado na Folha de São Paulo Mundo em 17 de maio de 1997, a tradução do nome de Mobutu é: “O Galo que Canta Vitória, o Guerreiro que Conquista Sem Nunca Ser Detido”.

¹²¹ RAMME, Oliver. 1965: Mobutu dá golpe e se torna presidente do Congo. **Deutsche Welle**, s/d. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/1965-mobutu-d%C3%A1-golpe-e-se-torna-presidente-do-congo/a-335596>> acesso em 20.08.2019.

Figura 43 – Mobuto Sese Seko, ditador da RDC, usando seu famoso barrete de pele de leopardo



(Fonte: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2019/10/o-que-voce-precisa-saber-sobre-segunda-guerra-do-congo.html>> acesso em 28.12.2019)

Por falar em golpes de estado, eles serão eventos recorrentes na história da maioria dos países africanos na pós-independência. E tais golpes serão de tipos diferentes dos clássicos golpes militares, quando as forças armadas de um país ocupam o poder. Haverá também golpes civis, como o que aconteceu no Senegal quando o governo do Presidente Senghor proibiu os partidos de oposição. Os recém-nascidos e frágeis estados africanos experimentarão a instabilidade política que não permitirá a formação de coalizões políticas duradouras o suficiente para dar conta da reconstrução das soberanias nacionais que encarassem a superação da herança colonial: a total falta de infraestrutura. Entretanto, esse instigante tema ultrapassa o recorte histórico. Obedecendo-o, interrompe-se aqui esta discussão.

A parca e limitada estrutura de transporte, comunicação, saneamento básico, saúde e educação deixada pelos portugueses atendia apenas os que se beneficiavam diretamente do sistema colonial. Memmi (2007) trata da precariedade e/ou mesmo da ausência das estruturas sanitárias básicas nas cidades da Tunísia. Um funcionário europeu recém-chegado à colônia, na Tunísia, fica “estupefato desde seus primeiros contatos com os pequenos aspectos da colonização, a

multidão de mendigos, as crianças que circulam quase nuas, o tracoma” (MEMMI, 2007, p. 55).

Mas, logo, a estupefação se transforma em aceitação e indiferença à tragédia, pois esse funcionário europeu cumprirá seu contrato e retornará para casa (MEMMI, 2007). Estrutura tubular de captação de esgotos e distribuição de água potável e energia elétrica existia no perímetro urbano, beneficiando uma quantidade limitadíssima de pessoas. Instalações sanitárias básicas era um privilégio do sistema colonial.

Zain Lopes, na carta destinada ao Governador da Guiné, desafia a PIDE e o próprio colonialismo português, ao afirmar que as forças do sistema colonialista na África não conseguiriam fazer o mesmo que fizeram com Lumumba: assassinar Abel Djassi, o nome de guerra de Amílcar Cabral. De fato, teriam êxito uma década mais tarde, assassinando Cabral na Guiné Conacri em janeiro de 1973. “Forçado pela opressão colonial e pela repressão policial, a agir na clandestinidade” (CABRAL, 2008, p. 67), o PAIGC abre um bureau político internacional no vizinho independente: a Guiné Conacri. É da Guiné que o secretário geral Amílcar Cabral e companheiros (as) vão chefiar o combate e a resistência para a liquidação do colonialismo português na Guiné dita portuguesa e em cabo Verde (Cabral, 2008).

3.8- O PAIGC e a cooperação internacional com os vermelhos: China e União Soviética.

O PAIGC e Amílcar Cabral não se preocupavam apenas com a formação militar de seus membros para a luta revolucionária contra o colonialismo português. A reconstrução do novo homem e da nova mulher não iniciará somente após a obtenção da libertação nacional. Devido à urgência, o novo homem e a nova mulher precisavam ser formados já no processo de criação do próprio partido e no desenrolar da luta e do envolvimento dos povos da Guiné e de cabo Verde nela. Essa concepção de Cabral do partido enquanto instância educativa se inspira, na nossa visão, ao pensamento de A. Gramsci (2004).

Bem, o que interessa é a inspiração gramsciana implícita no pensamento de Cabral sobre o partido como lugar de educação. Gramsci demonstrou no seu pensamento “que a educação era uma dimensão estratégica na luta pela transformação da sociedade” (DORE, s/d), tanto que Cabral se preocupava, como será demonstrado, com a formação integral de quadros, desde a formação militar, política e a educacional.

Como Cabral denunciou em sua obra e refez a denúncia perante a ONU nos anos 1960, o apoio que a OTAN e o Governo dos Estados Unidos davam às forças militares do colonialismo português. O PAIGC tentou equilibrar a balança da disputa bélica, buscando e recebendo apoio internacional. Cabral cita uma “ética da ajuda”:

«A nossa ética da ajuda é a seguinte: recebemos a ajuda de qualquer um que deseje dá-la. Estamos a bater-nos pela libertação do nosso povo e lamentamos que os dadores não sejam lá muito numerosos. Nós não pedimos a ajuda de que precisamos. Esperamos que cada qual que deseje ajudar-nos dê aquilo que puder dar. Por outro lado não admitimos condições à ajuda que recebemos.

A contrapartida à ajuda que nos dão é a garantia que damos de utilizar essa ajuda o melhor possível, com a maior eficácia, para a libertação do nosso povo. A África ajuda-nos. Como se sabe, somos um movimento que goza de muito prestígio no seio da OUA. Esta ajuda é muito útil, mas não corresponde às necessidades da luta, porque não se desenvolve como o impulso da luta o exige. Consideramos a comunidade socialista também como um aliado na luta e recebemos também uma ajuda desta comunidade socialista, pelo menos de certos países. Esta ajuda é-nos também muito útil e esperamos que ela se desenvolva na medida em que a luta se desenvolve. No que respeita à Europa e aos países ocidentais em geral, há correntes de opinião e organizações que nos apoiam. E contamos muito com este apoio moral e político. Infelizmente, esse apoio não se desenvolveu ainda bastante, talvez porque as nossas condições não são muito brilhantes ou porque temos a pouca sorte de ter como adversário um país subdesenvolvido que as pessoas não consideram muito. Mas nós também sofremos a guerra e uma guerra injusta que os portugueses fazem contra nós. Esperamos que a opinião anticolonialista, particularmente na Europa, se desenvolva e se manifeste mais fortemente a nosso favor».

(CABRAL, s/d)

Como a ajuda podia ser de qualquer um que estivesse disposto a dá-la, ela veio não apenas de países do bloco comunista: Cuba, China e União Soviética, como também do bloco ocidental capitalista, como da Suécia.

Mas o suporte sueco foi com materiais não bélicos, como alimentos e medicamentos e também ser anfitrião de Amílcar Cabral ao recebê-lo em Estocolmo e enviar delegação para visitar as áreas libertadas (AZEVEDO; RODRIGUES, 1977). A demonstração de conquista do apoio socialista está, por exemplo, em três cartas com datas de setembro de 1960, 07 de novembro de 1960 e de 04 de janeiro de 1961, endereçada ao Secretário Geral Adjunto de Negócios Estrangeiros da República Popular da China.

Apesar dos suportes conquistados, a Guiné-Bissau, como toda a África, a maioria dos países Ásia e da América Latina, países pobres do chamado “terceiro-mundo”, faziam parte dos “países não-alinhados” à bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética.

A Europa ocidental era alinhada aos Estados Unidos e os países africanos e asiáticos colonizados pela França, Inglaterra, Bélgica e Portugal, por exemplo, buscavam manter distância de seus antigos colonizadores para evitar novas formas de dependência.

Depois de conquistar a liberdade, de forma pacífica ou através de luta, tais Estados, chamados então de “novos países”, da África e da Ásia, temiam o surgimento de uma nova forma de dependência. No seu caminho para a neutralidade, esses países – independentes, mas pobres – não puderam, contudo, evitar a aceitação de ajudas pelo menos rudimentares dos dois blocos para garantir a subsistência inicial.

Para o Movimento dos Não Alinhados, o “terceiro caminho” designa também uma nova concepção de economia. Não se busca nem o caminho capitalista nem o caminho comunista da economia: a meta é uma mescla dos dois sistemas. (...).

No início dos anos 1950, os Estados asiáticos buscaram uma aliança mais estreita com os países africanos. Em abril de 1955, Indonésia, Birmânia, Ceilão, Índia e Paquistão promoveram a legendária Conferência de Bandung, na Indonésia. Os 29 países participantes representavam mais da metade da população mundial.

A conferência refletiu a insatisfação que predominava nos países iniciadores do movimento. A pauta incluía temas como a tensão reinante entre a República Popular da China e os Estados Unidos. O colonialismo foi condenado em todas as suas formas e conseqüências, da mesma forma como a influência da França sobre o Norte da África ou o conflito da Indonésia com a Holanda, motivado pela região ocidental da Nova Guiné.

A conferência de uma semana de duração foi encerrada com uma declaração de dez pontos, contendo sobretudo a conclamação à paz mundial e à observância dos princípios das Nações Unidas.

A primeira Conferência dos Países Não Alinhados que utilizou este nome foi realizada em Belgrado, capital da então Iugoslávia, e encerrou-se em 6 de setembro de 1961. Seu anfitrião foi o marechal Josip Broz Tito.

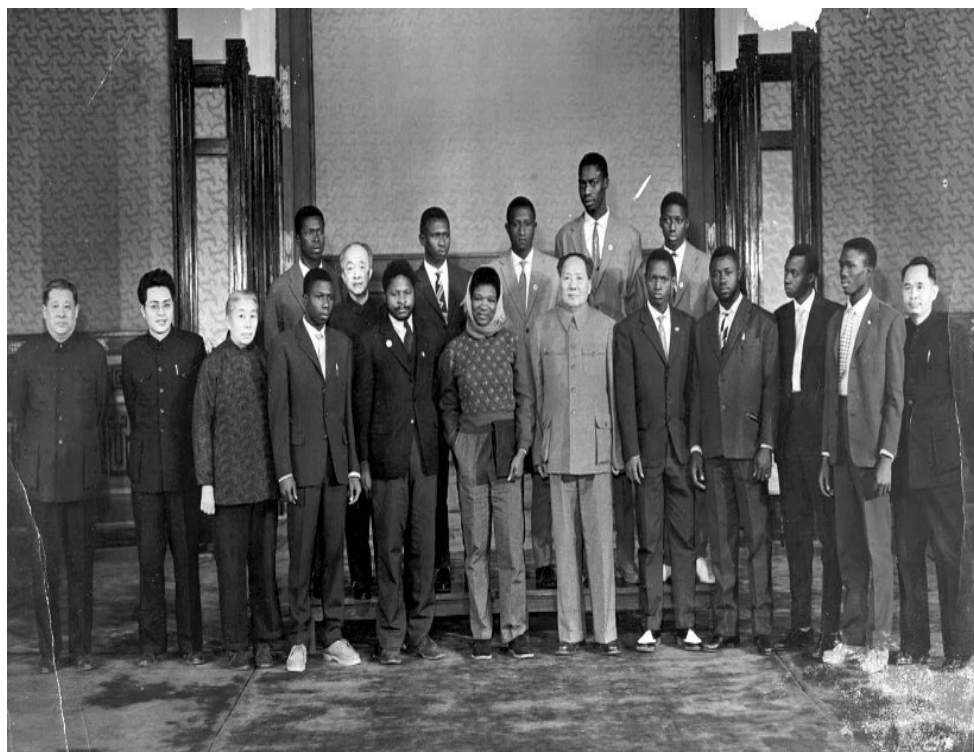
Tornaram-se óbvios os conflitos entre os delegados. A Índia, por exemplo, foi criticada por ter abandonado o princípio da neutralidade e votado a favor da União Soviética na ONU, em 1956, após a invasão da Hungria por tropas soviéticas.

Já no caso de um conflito de fronteira com a China, a Índia buscou – com êxito – o apoio dos países ocidentais: os chineses se retiraram do território indiano. Também a anfitriã Iugoslávia buscara um caminho próprio. O então presidente da República Socialista da Iugoslávia, Josip Tito, negociava preferencialmente com os países que não se envolviam no conflito Leste-Oeste. Na época, seus parceiros prediletos eram o Egito e a Índia. Cuba, por sua vez, destacava-se entre os não alinhados pelo enorme engajamento contra os países ocidentais (BULAU, 2019).

O discurso de Cabral era de não-alinhamento aos Estados Unidos ou à URSS. Mas o PAIGC se beneficiou dos auxílios fornecidos justamente do Bloco Soviético. Do rol dos países ditos não-alinhados, o PAIGC recebeu ajuda de Cuba. Mas para fazer frente ao poderio bélico que a OTAN emprestou à Portugal, nada mais justo e estratégico para o PAIGC que buscar apoiadores igualmente poderosos. Por isso a comunicação com a China, apesar de não fazer parte dos declarados “não-alinhados”. Uma carta refere a possibilidade de envio de uma delegação do então PAI (PAIGC) para Pequim, “como uma etapa importante no desenvolvimento da luta de libertação, amizade e solidariedade entre os povos”. A segunda carta trata de negociar o envio de membros do PAIGC para a formação militar na Academia Militar de Nanquim. Na terceira correspondência, Amílcar Cabral confirma o envio de aproximadamente dez militantes do PAIGC para formação militar na mencionada Academia¹²².

¹²² Casa Comum/Fundação Mário Soares/Fundo Documentos Amílcar Cabral/Pasta 07066.091.018; CC/FMS/Fundo DAC/Pasta 07066.091.019; CC/FMS/Fundo DAC/Pasta 07066.091.029; Disponíveis em: <<http://casacomum.org/cc/arquivos>> acesso 30.08.2019

Grupo de quadros do PAIGC são recebidos por Mao Tse-Tung na República Popular da China, para iniciarem treinamento na Academia Militar de Nanquim, 1961.



(Fonte: <<https://gramho.com/explore-hashtag/vozdeafrika>> acesso em 17.12.2019.)

3.9-A cooperação vermelha: os internacionalistas cubanos.

“É uma oportunidade rara para uma ampla troca de experiência entre os combatentes duma mesma causa, para o estudo e a resolução de problemas centrais de nossa luta comum”, disse Cabral em seu discurso na Conferência Tricontinental em Havana, Cuba, em 1966 (CABRAL, s/d). Além do envio de soldados para a China com o objetivo de passarem por formação militar, a luta de libertação nacional recebeu ajuda dos denominados internacionalistas cubanos (MOREIRA; BISSIO, 1979). A solidariedade da Cuba castrista com a África começou logo após o triunfo da Revolução em 1959, quando a ilha começou a receber africanos em intercâmbio amplo, focado principalmente na formação educacional de quadros técnico-acadêmicos para suprir o quanto antes o vazio deixado pelos colonialistas europeus, ao repatriarem os quadros profissionais da administração colonial para seus respectivos países (MOREIRA; BISSIO, 1979).

A delegação do PAIGC, liderada por Amílcar Cabral, esteve presente na Conferência Tricontinental em Solidariedade aos Povos da África, América e Ásia, sediada em Havana entre os dias 03 e 15 de janeiro de 1966, não apenas como conferencistas, mas para selar um acordo direto de cooperação militar guerrilheira, médica, técnica e educacional.

Estiveram presentes centenas de dirigentes de organizações revolucionárias, políticas e sociais, entre eles Amílcar Cabral de Cabo Verde, Luis Augusto Turcios Lima da Guatemala, o guianense Cheddy Jagan, Pedro Medina Silva da Venezuela, Nguyen Van Tien, do Vietnã do Sul, e o uruguaio Rodney Arismendi. Pelo Chile participou uma delegação em que se contava com as presenças do escritor Manuel Rojas, Clodomiro Almeyda, Salvador Allende¹²³ e outros mais (ORELLANA, 2016)

No caso do continente africano em específico, Cuba foi mais do que o país sede de tal conferência. Cabral aproveitou a rara oportunidade para obter ajuda formal direta dos cubanos para triunfar na luta revolucionária de libertação nacional na Guiné-Bissau e Cabo Verde. Manoel Santos, conhecido como Comandante Manecas do PAIGC esteve em Cuba para receber treinamento militar em 1965, antes da Conferência Tricontinental (ISSUFO, 2016).

Os chamados internacionalistas cubanos possuíam formação em diversas especialidades: desde mecânicos de motores Diesel, médicos, enfermeiros, engenheiros, e até especialistas em técnicas de guerrilha, como se verifica em um documento no qual está estruturado um curso de técnicas de guerrilha com duração de três meses: táticas de guerrilha, Infantaria, tiro (armamento), morteiro 82 mm, engenharia, canhões, topografia, saúde, canhões 75 mm e B-10 e reserva do curso, totalizando 456 horas¹²⁴. É necessário fazer alianças para combater o inimigo.

¹²³ O então Senador Salvador Allende será eleito Presidente da República do Chile em 1970. Allende será deposto por meio de um golpe do estado militar em setembro de 1973, golpe este apoiado por setores da sociedade civil nacional chilena e envolvimento externo direto dos EUA.

¹²⁴ CURSO de guerrilha. Sábado, 6 de julho de 1968. Não está 100% claro para nós se os especialistas cubanos em técnicas de guerrilha viajaram até a sede internacional do PAIGC na Guiné Conacri ou se integrantes do partido viajaram para Cuba com o objetivo de passarem pelo destacado curso de guerrilha. O correto seria a primeira opção, dado que o treinamento ocorreria na realidade da densa floresta tropical e sua hidrografia entre a Guiné e a Guiné Conacri. Casa Comum/Fundação

Figura 44– Amílcar Cabral (de óculos e usando relógio), do lado de Fidel Castro. Cuba, anos 1960.



(Fonte: <<http://conosaba.blogspot.com/2016/09/presidente-da-guine-bissau-atribui.html>> acesso em 06.09.2019).

Os cubanos foram realmente internacionalistas no continente africano. “Os primeiros médicos e enfermeiros cubanos chegaram à Argélia em 1962” (MOREIRA; BISSIO, 1979, p. 15), e a solidariedade, então, pelo que se consta não se restringiu ao apoio à Guiné. O apoio foi ampliado a todas as colônias portuguesas na África: Angola¹²⁵ e Moçambique. Também é muito conhecida a viagem de iniciativa individual que Ernesto Guevara, fez para fazer a guerrilha no Congo Kinshasa em 1965. Após a conquista da independência, como se sabe, com a morte da Patrice Lumumba em 1961, Mobuto deu o golpe de estado em 1965, com apoio explícito da CIA (Estados Unidos). Em pólo oposto havia Laurent Kabila, que fazia aceno ao bloco soviético. Com esta experiência frustrada de Che Guevara em construir um socialismo alternativo ao soviético na África resultou no Diário do Congo (1965)¹²⁶.

Estabeleceu-se uma estrutura social formada de colonos (portugueses), assimilados (civilizados) e os indígenas. Cabral explica que os chamados assimilados / civilizados eram uma pequeníssima porcentagem de guineenses

Mário Soares/Fundo Documentos Amílcar Cabral/Pasta 07199.002.001. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07199.002.001#17>> acesso em 03.09.2019.

¹²⁵ De acordo com o que diz o narrador do filme cubano O envio de instrutores militares cubanos aconteceu em outubro de 1975.

¹²⁶ GUEVARA, Ernesto Che. **Passagens da guerra revolucionária: Congo**. São Paulo: Record, 2000.

inseridos na “civilização europeia” ao conquistarem o status de “cidadãos portugueses” por meio do pagamento de impostos, demonstrando estabilidade financeira e excelente formação educacional. Ainda nos baseando em Cabral (2008), este destaca a rigidez das exigências, pois uma grande parcela dos próprios portugueses metropolitanos não atingiriam a condição de cidadãos se fossem submetidos aos requisitos exigidos dos guineenses.

No campo da economia, os portugueses exploravam o solo por meio de companhias agrícolas. Arrozais, produção de óleo de palma, amendoim¹²⁷, castanha de caju e etc., eram administrados por empresas coloniais. Os (as) trabalhadores (as) recebiam salários miseráveis. Muitos destes camponeses lavraram a terra outrora pertencente a eles e tomadas foram nos conflitos. Esta “grilagem” de territórios tradicionais e ancestrais gerou extrema pobreza, pois a auto-suficiência foi praticamente destruída pela guerra e também devido ao confisco de gado e até de galinhas para recebimento de tarifas e impostos. A população adoeceu e empobreceu.

“Na Guiné quase toda a gente tem paludismo¹²⁸, se formos agora fazer análise a todos os camaradas que aqui estão quase todos tem bichos na barriga. Há lepra em quantidade, doença de todo o gênero” (CABRAL, 1978, p. 138). Amílcar Cabral se refere aos camaradas do PAIGC, Partido Africano para a Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde fundado nos anos 1950, em 1956 para ser mais preciso, com o nome de PAI. No seu início, o PAIGC objetivava uma libertação negociada politicamente. Mas Portugal do ditador Antônio Salazar não demonstrava o mínimo interesse em desfazer-se de suas “províncias ultramarinas”.

Greves de trabalhadores eram reprimidas com extrema violência e a militância política considerada “ilegal” pela administração metropolitana era punida com prisão, como será assinalado no capítulo III. A libertação por parte dos cabo-verdianos e de Bissau guineenses sem recorrer ao uso da violência não aconteceu. O massacre de Pidjiguiti em 1959 foi como a chama de um palito de fósforos que cai sobre o rastilho de pólvora.

¹²⁷ Na Guiné-Bissau o amendoim (*Arachishypogaea L.*) é chamado de “mancarra”.

¹²⁸ MALÁRIA e/ou Paludismo é uma doença causada por parasita do gênero *Plasmodium* transmitida através da picada do mosquito do gênero *Anopheles*. Conferir OMS: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs094/es/>> acesso em 09.01.2017.

A greve dos trabalhadores do porto de Bissau (Guiné), de estivadores e marinheiros que reivindicavam um aumento salarial. Foi violentamente reprimida pelas autoridades coloniais, registrando-se cerca de 50 mortos e uma centena de feridos. Em princípio, não houve enquadramento partidário. Este acontecimento ficou para a história com o nome de "Massacre de Pidjiguiti". O "3 de Agosto" foi transformado num dos momentos da luta de libertação da Guiné-Bissau¹²⁹ (CASA COMUM-FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES, s/d, online).

Nos anos 1960 optou-se pela via da luta armada (LINHARES, 1981). No contexto internacional, o mundo estava em plena guerra fria e é justo nos anos 1960 que ocorre o aumento significativo das tensões entre os blocos capitalista e socialista com a crise dos mísseis envolvendo Estados Unidos, Cuba e União Soviética em 1962 e, anterior a este fato, houve a tentativa de invasão americana pela Baía dos Porcos. O PAIGC recebia auxílio médico-militar e financeiro da URSS, de Cuba e até da China, como será destacado no capítulo III. Nas florestas da Guiné-Bissau ocorreram os conflitos entre o exército português e soldados do PAIGC. Se o partido recebia auxílio socialista, os portugueses tinham apoio da OTAN. Além do *napalm*¹³⁰ que foi usado contra as forças do PAIGC na Guiné, as forças colonialistas usaram, de acordo com denúncia de Cabral, bombas de fósforo branco, elemento químico altamente inflamável em contato com o ar e cause queimaduras gravíssimas.

Anexo
Armamento
Fuzis automáticos / metralhadoras automáticas / fuzis / metralhadoras antiaéreas /
Bazucas (lança-foguetes) / morteiros 60 e 82 mm / minas antitanque / minas antipessoal / granadas DF e OF / munições.

O quadro acima foi feito a partir do Anexo contido na carta datada de 26 de maio de 1964 e enviada pelo próprio Secretário Geral do PAIGC, Amílcar Cabral, ao Presidente do Conselho de Ministros e Secretário Geral do Partido comunista da União Soviética, Nikita Khrouchtchev.

¹²⁹ MASSACRE de Pidjiguiti. **Fundação Mário Soares**, s/d. Disponível em: <<http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=040885>> acesso em 31.05.2019.

¹³⁰ Agente gelificante (gel) destinado à fabricação de bombas incendiárias. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Larousse**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007, p. 709.

Figura 45– Criança guineense exhibe destroços de bomba napalm encontrado na densa floresta da Guiné.



(Fonte: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07934.006.001>> acesso em 14.11.2017)

A imagem acima é reveladora da insistência violenta do neocolonialismo em permanecer com sua “posse” e minar por completo com a resistência anticolonial. Lançar bombas de gasolina gelatinosa, incendiando o que tiver pela frente. A fotografia se transforma em documento-denúncia da violência neocolonial. O fotógrafo é desconhecido. Os colonialistas portugueses lançaram o projétil cujos fragmentos são encontrados por um menino. Onde essa e muitas outras unidades de bomba napalm foram fabricadas? Ao detonar, esta unidade cumpriu seu “objetivo” que era de tentar eliminar a resistência da luta de libertação em Guiné-Bissau e em outros países onde foi utilizada? Quem eram as possíveis vítimas? Os destroços do projétil bélico mencionado poderiam ter sido localizados por um rastreador treinado, um guerrilheiro.

No entanto, quem os expõe é uma criança maltrapilha, quase nua. O menino está magricela, pés descalços, barriga proeminente. Estaria, ao mesmo tempo, subnutrido e parasitado por vermes? A condição da criança registrada desnuda a pobreza da população colonizada e agudizada pela luta de libertação. Seria morador de uma aldeia próxima e/ou buscou abrigo na floresta juntamente com outras pessoas fugindo de soldados do exército português? O Napalm é eficiente e sua fórmula não é complexa, mas suas propriedades são letais (BROWNE, 1991, online). Pele e carne de soldados e civis ardiam.

O napalm, assim como os grandes explosivos vem sendo usado em África pelos portugueses desde os primeiros meses da Revolta angolana em 1961. Usam bastante o napalm, embora não o fabriquem ele mesmos, como também não fabricam aviões de jacto. Os hospitais e clínicas da Guiné já ocupadas pelos guerrilheiros estão cheios das suas vítimas, e não só homens, mas mulheres e crianças. Alguns morriam em consequência das queimaduras; outros ficam mutilados (DAVIDSON, 1975, p. 17).

Mais de uma década de luta contra o exército português, e tendo também o apoio da opinião pública internacional e a solidariedade de outros países africanos, a Guiné-Bissau teve sua independência reconhecida no Acordo de Argel em setembro de 1974 (LINHARES, 1981). Era preciso agora nos pós libertação e, apesar de Amílcar Cabral ter sido morto em Conacri, Guiné, em 1973, o seu sonho de construir seu novo país teria continuidade. Como “na Guiné 97% da população não podia ir à escola” (CABRAL, 1974, p. 62), “escolas” de alfabetização de adultos haviam sido instaladas nas chamadas “zonas libertadas”. Dupla batalha: a conquista da independência e a luta contra o analfabetismo. Diante do desafio educacional, o educador Paulo Freire seria convidado pelo estado guineense a dar sua contribuição.

Quadros e Cronologias 1 PAIGC 20 Anos de luta

19 de set. de 1956	Criação do PAIGC, em Bissau.
3 de ago. de 1959	Massacre de Pidjiguiti. A polícia portuguesa mata 50 marinheiros e fere mais de 100 no cais de Bissau. Após esses acontecimentos o PAIGC optou pela luta armada e intensificou a organização.
1 de dez. de 1960	Fundação do jornal “Libertação”, órgão oficial do Partido.
15-30 de jan. de 1962	Uma de outras revisões dos estatutos do PAIGC, aprovados durante uma conferência de quadros superiores.
Jun. de 1962	Apresentação de um relatório sobre o colonialismo português ao Comitê especial da ONU para os Territórios Administrados por Portugal.
23 de jan. de 1963	Ataque a caserna de Tite por um comando guerrilheiro. Declaração oficial da luta armada na Guiné.
Julho de 1963	Abertura da guerra na frente Norte.
Jan. – mar. de 1964	Batalha de Como. Maior derrota do exército colonial na Guiné: 650 mortos entre as forças armadas portuguesas.
13 – 17 de fev. de 1964	Primeiro congresso do Partido em Cassacá, uma região já libertada no Sul do país.
Nov. de 1964	Constituição das primeiras unidades armadas regulares. Abertura da frente Leste.
Ago. de 1965	Visita da primeira delegação militar da Organização da Unidade Africana às regiões libertadas.

9 de dez. de 1966	Reorganização das Forças Armadas Revolucionárias do Povo. Nova fase de luta: continuação da guerra de guerrilhas com um exército móvel.
16 de jul. de 1967	Inauguração da Rádio Libertação.
Out. de 1967	Primeira remessa de armas aos habitantes das aldeias, na região de kitafine.
15 de fev. de 1968	Tomada do campo fortificado de Madina-Boé, concluindo a libertação da região do Boé.
19 de fev. de 1968	Ataque ao aeroporto de Bissalanca, na capital, por um comando das Forças Armadas do PAIGC.
22 de nov. de 1970	Agressão portuguesa contra a Guiné-Conacry. Plano organizado por Spínola com o objetivo de prender dirigentes do PAIGC e libertar soldados portugueses presos pelo partido.
Ago. de 1971	Reunião do conselho superior de luta do PAIGC. Decisão: proclamar o Estado independente da Guiné-Bissau, ainda sob ocupação portuguesa.
Abril de 1972	Missão da ONU visita as regiões libertadas.
20 de jan. de 1973	Assassinato de Amílcar Cabral em Conakry.
25 de mai. de 1973	“Operação Amílcar Cabral” para a tomada do campo fortificado de Guiledje.
18 – 22 de jul. de 1973	Segundo Congresso nas regiões libertadas do Leste. Eleição de Aristide Pereira para secretário-geral do partido.
23 a 24 de set. 1973	Reunião da primeira Assembleia Popular da Guiné-Bissau nas regiões libertadas do Boé.
24 de set. de 1973	Proclamação unilateral da independência. Eleição de Luiz Cabral para a presidência do Conselho de Estado.
06 de mai. de 1974	O comitê executivo de luta estabelece condições para negociar com o Governo Português, após o golpe de 25 de abril.
25 – 31 de mai. de 1974	Início das conversações em Londres entre Pedro Pires, atual Primeiro-Ministro de Cabo Verde e Mário Soares.
9 a 23 de ago.	Ultima fase das negociações, assinatura do Acordo da Argel.
10 de set. de 1974	Portugal reconhece oficialmente a República da Guiné-Bissau.
15 de out. de 1974	Retirada das ultimas tropas coloniais.
5 de jul de 1975	Independência do Arquipélago de Cabo-Verde.

(Fonte: AZEVEDO; RODRIGUES, 1977, p. 127-128)

Tabela 3 Algumas viagens internacionais do andarilho da descolonização africana Amílcar Cabral

Data	Atividades/País
Entre 1961-65	Amílcar Cabral, sec. geral do PAIGC, Visita a URSS.
6 mar 1961	Amílcar Cabral visita a Universidade de Leningrado, Leningrado (São Petersburgo), URSS.
Entre 1963-73	Cabral visita a Mauritânia, África.
1964	Amílcar Cabral viaja à Tanzânia para a Conferência Afro-asiática.
1966	Cabral visita Argel, Argélia.
1968	Cabral se reúne com o Presidente da Argélia Houari Boumediene
1968	Amílcar Cabral se reúne com Julius Nyerere, Presidente da Tanzânia
1969	Encontro com Diori Hamani, Presidente do Níger.
Jul 1969	Em Dakar, Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Agostinho Neto se reúnem Com Leopold Sédar Senghor, presidente do Senegal, após sessão do Comitê de Libertação da África.
Ago 1969	Em Bucareste Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos santos se reúnem com membros do PC da Romênia.
27 – 29 jun 1970	Amílcar Cabral participa da Conferencia de Solidariedade com os Povos das Colônias Portuguesas, Roma, Itália.
19-21out 1971	Cabral visita Helsinque, capital da Finlândia, para várias atividades, como conhecer uma fábrica de produção de medicamentos.
Dez 1971	Em Argel, outro encontro com o presidente da Argélia HouariBoumediene
1972	Cabral e delegação do PAIGC visitam a Iugoslávia
Jul 1972	Uma delegação do PAIGC liderada por Amílcar Cabral visita a Coreia do Norte.
25 dez 1972	Amílcar Cabral em nova visita a ex-URSS

(Quadro de viagens internacionais feitas por Amílcar Cabral a partir de imagens do Arquivo Amílcar Cabral, Casa Comum, Documentos Amílcar Cabral.)

3.10-Colher os frutos da liberdade da árvore colonial: o léxico diplomático de Amílcar Cabral na ONU

O colonialismo imperialista, no pensamento de Cabral (1978; 2008), é uma grande árvore, a árvore colonial, nutrida pelos colonizados africanos durante séculos, ao custo de muito suor, sangue e lágrimas. Os colonizados não saboreavam os frutos colhidos da árvore. Estava na hora, com a luta de libertação

nacional, de os colonizados tomarem esta árvore para si e fazer com que os frutos deixassem de ter o gosto amargo da exploração colonialista de outrora e passassem a ter o sabor cítrico adocicado de frutos da liberdade.

Anteriormente, existiu uma árvore mais antiga e que, segundo a lenda, testemunhou as atrocidades cometidas nos mais de 300 anos de tráfico de escravos. Trata-se da “árvore do esquecimento”. O jornalista e escritor brasileiro Laurentino Gomes, autor da trilogia da História do Brasil dos anos 1800: (1808, 1822, 1889), lançou no ano de 2019, pela Globo Livros: “História da escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares”, (vol. 1). Mas antes de iniciar a escrita do livro, Laurentino Gomes visitou, como trabalho de investigação, alguns países africanos ligados historicamente com o tráfico atlântico de escravos e as suas instalações depósitos remanescentes que são monumentos documentos da escravidão em escala industrial e junto com ela o surgimento do racismo, afirma o autor do lançamento.

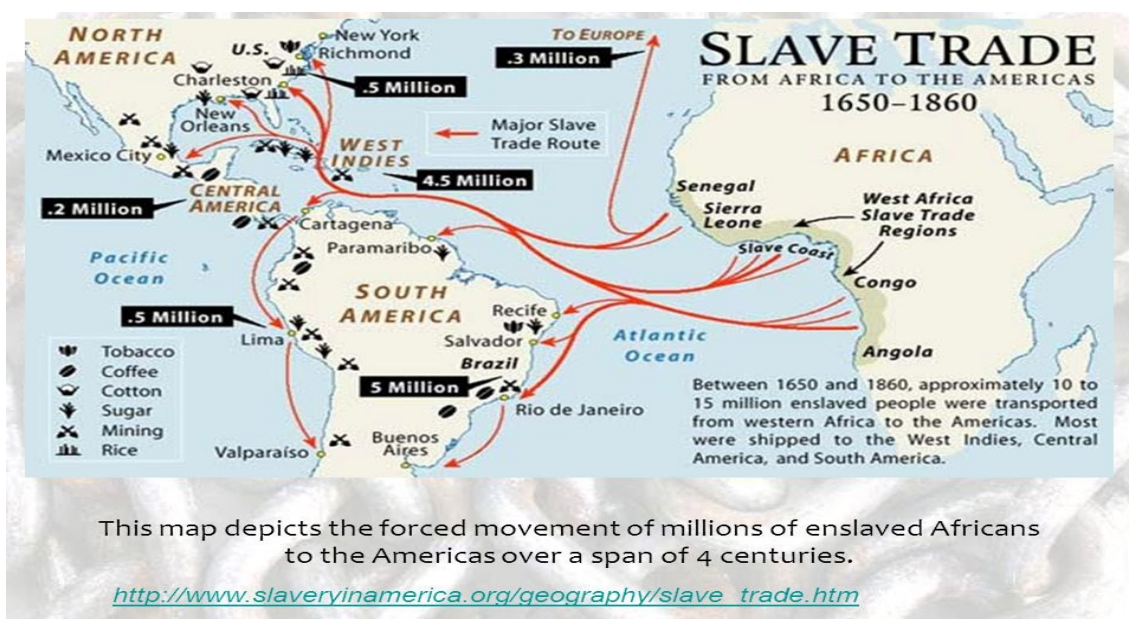
Nas diversas instalações de armazenamento de escravos que aguardavam a chegada dos navios para embarque na costa ocidental atlântica do continente africano, havia os “portões do nunca mais” ou os “portões do não-retorno”, pois ao passar pelo estreito portão o escravizado jamais voltaria a rever a sua terra de origem em África. Laurentino Gomes conta, ao visitar o Benim, localizado na chamada antiga Costa dos Escravos (Gana, Togo, Benim e Nigéria) do período colonial, a lenda da “árvore do esquecimento”.

Uma grande árvore na qual as mulheres davam sete e os homens nove voltas ao redor de seu tronco para esquecer toda a sua vida pregressa antes de atravessar o atlântico para as Américas, o Novo Mundo (Gomes, 2019). A maior parte das viagens tendo como destino o Brasil¹³¹. Apesar do tráfico Atlântico de escravizados ter iniciado ainda no século XV, com o primeiro leilão de cativos em Lisboa, como

¹³¹ De acordo com L. Gomes, aproximadamente 12,5 milhões de escravizados atravessaram o Atlântico. Desses 12,5 milhões de escravizados retirados de África, 10 milhões e 700 mil chegaram à América. Gomes afirma que 1,8 milhões de pessoas morreram durante a travessia e lançadas no oceano. São 14 corpos lançados diariamente ao mar durante 350 anos. Dos 5 milhões de escravos que chegaram ao Brasil, muitos possuíam até 5 marcas de ferro quente no corpo indicando os proprietários anteriores, o capitão do navio, e, para mostrar que haviam sido batizados, recebia uma marca de ferro quente em formato de cruz cristã. PROGRAMA Roda Viva com o escritor Laurentino Gomes – Escravidão. **Youtube**, 26 nov 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IlnG5nY_wrU> acesso em 30.11.2019.

afirma Gomes (2019), o mapa abaixo demonstra o fluxo entre os séculos XVII e XIX. A maior parte dos africanos escravizados trazidos a força para o Brasil tinha origem no Congo e em Angola.

Figura 46– Tráfico de Escravizados da África para as Américas entre 1650 – 1860. Observe o arco da Costa dos Escravos



(Fonte:

<<https://slideplayer.com/slide/5685582/18/images/36/This+map+depicts+the+forced+movement+of+millions+of+enslaved+Africans+to+the+Americas+over+a+span+of+4+centuries..jpg>> acesso em 28.12.2019.)

Cabral tinha o objetivo de transformar a árvore do esquecimento, a árvore colonial, em árvore da libertação, da soberania, do autogovernar. Para Cabral a luta de libertação nacional era “como árvore plantada junto a um riacho e que dá fruto no tempo devido”, com “sua folhagem que não seca jamais” (SALMO 1, 3) ¹³². Oposta à “árvore colonial” e à “árvore do esquecimento” existe o Poilão, árvore de grande porte que possui uma ligação cultural com os povos da Guiné-Bissau, desde as questões mais simples do cotidiano como servir de ponto de referência e de encontro entre pessoas, como sua ligação com sagrado, servindo de portal do nosso mundo para o mundo espiritual. Também recebe na base de seu largo tronco sacrifícios e oferendas, de acordo com às crenças religiosas animistas na Guiné.

¹³² NOVA BÍBLIA PASTORAL. São Paulo: Paulus, 2014, p. 659.

Figura 47– O Poilão, árvore portal para outro mundo e ponto de sociabilidades na Guiné-Bissau



(Fonte:<<http://www.didinho.org/Arquivo/Poilao.jpg>>acesso 24.09.2019.)

Além disso, o Poilão está diretamente ligado com o sagrado (MAIA, 2018). Os adeptos de religiões animistas o utilizam como “testemunha” e “receptáculo” diretamente envolvido de sacrifícios de pequenos animais como galinhas e porcos. Na base de seu largo tronco são deixadas oferendas de alimentos, garrafas, e sob sua monumental copa se pratica danças e se fazem orações aos espíritos, tanto para se protegerem dos maus, como acalmar os bons. Os guineenses animistas chamam os espíritos de “Irãs”.

Os espíritos são intitulados irãs e estes são representados por serpentes. Por causa dessa predominância cultural muitas pessoas desde crianças à idosos usam um cordão no corpo com um pacotinho pendurado (normalmente ao redor da cintura ou do pulso) como um amuleto – chamado “Cordão de Irã”, significando que estão protegidos dos maus espíritos (MAIA, 2018).

As árvores são parte integrante da cultura de povos africanos e inclusive no Candomblé, religião de matriz africana trazida ao Brasil pelos escravizados. Por conta da ligação dos Orixás com o mundo da natureza, os terreiros geralmente são bastante arborizados e uma árvore é vestida a caráter para representar a divindade

Loko, como no terreiro do Bogum, no estado da Bahia¹³³. O Poilão da Guiné- Bissau, as mangueiras de Freire no Brasil. Raízes comuns conectadas mesmo com as dimensões do Atlântico. Mas antes de definir estratégias militares para derrotar o exército colonialista português e planejar com urgência no calor intenso da guerrilha o futuro da reconstrução da Guiné como Estado soberano¹³⁴ sob as sombras de grandes Poilões. As árvores foram mais que testemunhas da luta de libertação nacional e a intensificação dos esforços de reconstrução. Elas ofereceram acolhimento, proteção e foram canais de ensinamento e aprendizagem para e junto com Freire.

Era a primeira vez que, no processo de nossa aprendizagem da realidade da Guiné-Bissau, entrávamos em contato com um grupo de camponeses. Interessava-nos, obviamente, captar, tanto quanto possível, sobretudo, com se viam a si mesmos em suas relações com o Partido e com o Governo, no quadro geral da luta pela reconstrução nacional. O que significava para eles esta luta, enquanto continuidade da outra, a libertação nacional, à qual haviam dado seu apoio, na medida do possível, em face da repressão colonialista a que se achavam submetidos. A reunião se realizou, não numa sala arrumada e para ela preparada, mas *à sombra de uma enorme árvore centenária*. A melhor maneira que tinha a população de demonstrar sua hospitalidade era a de receber a delegação naquela *sombra acolhedora* e, em íntima relação com seu mundo natural, conversar sobre os seus problemas. A impressão que tive é de que a área sombreada daquela árvore é uma espécie de *centro político-cultural da população*. Um *lugar de encontro*, em que se conversa informalmente, mas também em que se discutem os planos de trabalho comum. Pensei, então, como se poderia aproveitar aquela sombra em programas de educação informal. Quando me dirigia à árvore, olhando sua fronde, me lembrava de que, à sombra também de árvores como aquela, na mata, Amílcar Cabral costumava realizar, durante a luta, muitos dos seminários em que avaliava, com os “militantes armados”, sua ação contra o exército colonialista. (FREIRE, 1978, p. 61).

Cabral se reunia com militantes armados na sombra de árvores cúmplices da causa de libertação, “árvores militantes”. A luta de libertação era binacional e, com o

¹³³ SODRÉ, Jaime. Educaxé – Bogum Parte IV. **Blog Mundo Afro**, 14 jul 2009. Disponível em: <<http://mundoafro.atarde.uol.com.br/tag/arvores-sagradas/>> acesso em 22.09.2019. Sobre o terreiro do Bogum há o livro da Everaldo Conceição Duarte: **Terreiro do Bogum**: memórias de uma comunidade Jeje-Mahi na Bahia. Lauro de Freitas-BA: Solisluna, 2018.

¹³⁴ A reconstrução era urgente para Amílcar Cabral. Em realidade, o futuro da Guiné já estava a ser construído nas regiões libertadas e no estrangeiro (Guiné Conacri), com a formação de jovens quadros para as fileiras do PAIGC e que ocupariam, na projeção futura de Cabral, posições estratégicas no Governo do Estado que estava nascendo.

passar do tempo, passou para o patamar internacional¹³⁵. Não é desnecessário lembrar que as colônias portuguesas na África e na Ásia foram uma das últimas a obterem suas independências nos dois continentes entre a primeira e a segunda metade do século XX. A Conferência de Bandung em 1955 colocou mais pressão sobre as potências coloniais da Europa. Líderes dos “países de cor” (ALAI, 2015, online) tinham o discurso uníssono de uma nova geopolítica global. Sukarno, Presidente da Indonésia; o primeiro Primeiro-Ministro da Índia Jawa harlal Nehru, e Gamal Abdel Nasser, Presidente do Egito, lideraram a conferência.

A Conferência de Bandung expressou vontade das nações da Ásia e da África para reconquistar sua soberania e completar sua independência através de um processo de autêntico desenvolvimento, coerente e independente, para o benefício de todas as classes trabalhadoras (ALAI, 2015).

Para se ter uma ideia, cinco anos depois, o ano de 1960 seria chamado de “Ano da África”¹³⁶, e também de “Sol das independências” (MORAIS, 2010), porque a maioria das colônias africanas conseguiu se livrar dos grilhões do imperialismo no referido ano, com a resolução na ONU, reafirmando o livre direito da autodeterminação de todos os povos e nações.

“Um povo sela a sua libertação na medida em que ele reconquista a sua palavra” (FREIRE, 2003, p. 29). Não é a palavra oca da educação bancária-colonial. É a palavra encarnada de cultura e história dos povos, dos povos colonizados da África e do mundo. O “habitat natural” (VERÍSSIMO, 1996, p. 9) dos povos colonizados em África e nos outros mundos colonizados não é estar “a margem dos acontecimentos” (VERÍSSIMO, 1996, p. 9), da história. Cabral assume a liderança de reconquista da palavra encharcada de história dos povos africanos nos fóruns

¹³⁵ A formação de discursos nacionalistas surgiu, como vimos, no seio do Centro de Estudos Africanos na Casa dos Estudantes do Império em Lisboa na década de 1950. Desde o início os discursos não eram nacionalitários, ou seja, nacionalismos isolados, se isolando do restante do continente africano. Conhecer as especificidades históricas que diferenciam cada colônia e, ao mesmo tempo, destacar as similitudes: a exploração econômica, opressão e violência colonial ordinária que legou não só feridas físicas, mas também na psique coletiva colonizada em todas as colônias Portuguesas na África. As similitudes são importantes para delinear estratégias de luta e resistências internacionalizadas e localizadas (Guiné e Cabo Verde) contra o sistema colonial. Curar a “ferida absoluta” (FANON, 2008, p. 93) produzida pelo colonialismo português.

¹³⁶ Países africanos que conseguiram o reconhecimento de suas independências, em 1960, pela Bélgica: Congo e República Democrática do Congo (Ruanda e Burundi também foram colonizados pelo Império Belga, mas obtiveram suas independências em 1962); França: Costa do Marfim, Guiné Conacri, Senegal, Madagascar, Mali,

internacionais apropriados nos quais ele teve a oportunidade, destaca-se, de fazer uso de dois verbos freireanos: *anúncio* / *denúncia*, buscando selar de uma vez por todas a libertação da Guiné e Cabo Verde e de todos os povos colonizados.

As conjunções entre Anúncio/Denúncia expressam uma sintaxe que não pode ser considerada de menor importância. Até chego a dizer que qualquer cartografia da obra de Paulo Freire, nela considerando a própria estética de sua existência, sem as lógicas do anunciar, denunciando, ou de denunciar, anunciando que a impregnam, torna-se um mapa simplificado. Nessa expressão transbordam não só relações de poder, forças dialógicas, mas também sinergias, afetuais, amorosas que a saturam e a renovam em incessante devir, enquanto recriam quem as engendra, quem as desdobra, quem as pronuncia e nesse exercício político de deferir, vão reinventando politicamente outro mundo. Para produzir anúncios/denúncias, Paulo Freire mergulhou, nas culturas mestiças, plurais e híbridas dos oprimidos e dos opressores, procurando romper com isolamentos e com dicotomias para investir em esperanças que habitam entre lugares pouco investigados. Essas pesquisas foram confirmando que “não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação” (FREIRE, 1987, p. 78). Daí o tratamento com que ressaltou os “inéditos viáveis”, possibilitando que as “situações-limite”, consideradas como determinantes diante das quais nada mais restaria senão a resignação fosse confrontada com os anúncios de “soluções praticáveis, desperdiçadas” (FREIRE, P., 1987, p. 107). Uma ilustração, dessa forma própria de denunciar, anunciando, se pode encontrar no uso do verbo “sulear”. Como que enveredando num atalho, Paulo Freire nos faz atentar para nosso pertencimento geográfico e político ao Sul, mostrando possibilidades de re-alinharmos nossos registros de orientação, promovendo uma reversão do noroeste para o “sulear”, chamando-nos a atenção para mil maneiras, com que fomos habituados a falar, a pensar e a escrever, negando nossas realidades históricas (FREIRE, P., 1993, p. 24). (LINHARES, 2017 Apud STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2017, p. 45-46).

Amílcar Cabral se mostra um astuto oponente no jogo de xadrez das relações internacionais e toma como arma de ataque o léxico legal multilateral das Nações Unidas, dando a carga de denúncia, indignação, e anunciar que “o colonialismo português tem os dias contados” (CABRAL, 2008, p. 64). Após o Ano da África (1960), Cabral endurece seu discurso e denuncia o crime do colonialismo português em África ao descumprir as determinações das Nações Unidas. “O estado português” está “na ilegalidade e contra os interesses da civilização, continua a perpetuar no nosso país, como em demais países africanos, o “crime de colonialismo”. Desta maneira ele, o colonialismo português, “põe, assim, em perigo a paz e a segurança internacionais” (CABRAL, 2008, p. 93). Amílcar Cabral completa seu argumento:

Nós africanos das colônias portuguesas, lutamos contra o colonialismo português, para defender os *direitos do nosso povo* e os verdadeiros interesses de todos os povos do mundo. *Os africanos querem que Portugal respeite rigorosamente as observações definidas na Carta das Nações Unidas*. Exigimos que Portugal siga o exemplo de Inglaterra, da França e da Bélgica e reconheça o *direito dos povos* que domina à *autodeterminação e à independência*. (CABRAL, 2008, p. 63)

Amílcar Cabral faz a defesa, não apenas dos africanos, mas de todos os povos colonizados do mundo, para exigir nada mais além do que o cumprimento da lei. O colonialismo imperialista português sempre reagiu, antes e depois das denúncias de Cabral. Apresentamos abaixo uma publicação favorável, um editorial, à manutenção do status quo imperialista. Texto impresso na própria “província ultramarina” da Guiné:

Toda a gente sabe ou pode facilmente saber que *não existem nos territórios portugueses ultramarinos quaisquer indícios de “colonialismo”*; que *as leis portuguesas asseguram iguais direitos a brancos, negros ou asiáticos*; que, nos momentos oportunos, todas as raças pertencentes ao conjunto nacional afirmam claramente a sua solidariedade com a “Mãe-Pátria”; que temos sacrificado sempre o desenvolvimento da metrópole à necessidade de impulsionar a vida espiritual, moral, social e econômica nas províncias ultramarinas; que a nossa expansão no mundo se fez com enormes sacrifícios e foi sempre de caráter centrífugo e não centrípeto como o que adoptaram as outras nações, visto que promovemos a integração dos nossos territórios distantes no espírito de nacionalidade e no conceito de civilização que nos levou a procurá-los. Independências a regiões e povos sem a necessária maturidade política, assentou um programa de “libertação” que não serve nem respeita a paz dos que não querem ser libertados (O ARAUTO, 1960, s/p).

É notável como o colonialismo português, mesmo após mais de quinhentos anos de vigência, tenta manter vivo o discurso de Portugal como a “mãe-pátria” generosa e dedicada que abdica de si mesma em benefício do bem-estar de seus filhos, sem fazer predileção por nenhum, sejam asiáticos, brancos ou pretos. Mesmo diante da turbulência revolucionária causada pelas lutas de libertação nacional, a administração colonial portuguesa insiste em passar a existência de uma “zona de paz” nos territórios portugueses do ultramar (O ARAUTO, 1960). Mas, pela cronologia das resoluções da ONU em favor dos povos colonizados do mundo que pegavam em armas para se libertarem dos colonialistas, percebe-se que o

colonialismo português se encontra acuado e responde com artigos negando a exploração e o racismo.

No dia 6 de janeiro de 1963, jornalistas americanos, representando a *National Editorial Association of America*, visitaram Angola. António Augusto Peixoto Correia (1913-1988), que fez carreira de Estado digna de nota ao ser Governador da Guiné, de Cabo Verde e Ministro do Ultramar Português, tenta esclarecer, em discurso aos tais jornalistas¹³⁷, o que estava “realmente acontecendo” no território angolano, rebatendo as acusações oriundas do exterior de massacre cometido por parte das forças militares portuguesas. Em realidade, na fala de CORREIA (1965), tropas terroristas vindas do exterior “quiseram perturbar a paz portuguesa, ou melhor, a ‘zona de paz’ que no continente africano constituíam” (CORREIA, 1965, p. 47), parte do território português. O colonialismo português nomeou a luta dos colonizados africanos de “guerra subversiva” (PINHEIRO, 1963, p. 21). Como ainda, a guerra subversiva

É a luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, reforçados e ajudados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas nesse território, com a finalidade de lhes retirar o domínio desse território e da sua população ou, no mínimo, paralisar a acção dessas autoridades (PINHEIRO, 1963, p. 21)

A guerra subversiva dos colonizados africanos é inspirada, na visão de PINHEIRO (1963), na guerra revolucionária de Karl Marx:

O conceito de guerra revolucionária é de Marx, sucessivamente detalhado por Lenine, Trotsky, Estaline e Mao-Tsé-Tung. É o conceito de guerra permanente, total e universal, que opõe o comunismo e o Ocidente. O Comunismo, recorrendo a este tipo de guerra, fez cair na esfera de influencia comunista milhões de seres humanos, sem que, no entanto, a conquista operada tenha sido fruto de uma guerra, no sentido tradicional do termo. A guerra revolucionária é, essencialmente, um empreendimento que visa o apodrecimento da vontade do ocidente, tal como, em 1917, Lenine o definiu, ao afirmar: “dentro de cinquenta anos não haverá recontros entre os exércitos. Nós teremos apodrecido suficientemente os nossos inimigos, para que o conflito militar não seja necessário (PINHEIRO, 1963, p. 21)

¹³⁷ Obs.: os nomes dos jornalistas da National Editorial Association of America em visita a Angola não são mencionados no texto. Correia faz cumprimentos gerais, sem mencionar pessoas em específico.

Além de demonstrar as origens e inspiração da guerra subversiva, o autor a divide em fases:

- 1ª fase- Fase preparatória ou de preparação da subversão;
- 2ª fase – Fase de agitação ou da criação do ambiente subversivo.
- 3ª fase – Fase do terrorismo e da guerrilha ou consolidação da organização subversiva.
- 4ª fase – Fase do Estado subversivo, corresponde à criação de bases, de governo rebelde e de força pseudo-regulares.
- 5ª fase – Fase final ou da insurreição geral e de guerra propriamente dita. (PINHEIRO, 1963, p. 24-25)

Diante de toda essa organização dos subversivos africanos para a guerra, o que Portugal fez foi reagir para não deixar sem proteção “as populações portuguesas” (CORREIA, 1965, p. 47) e evitar que as forças terroristas destruíssem a “situação de perfeita tranquilidade” (CORREIA, 1965, p. 47), que reinava nos territórios ultramarinos. Além disso, de acordo com Pinheiro (1963), o que estava em jogo era a própria manutenção da civilização ocidental.

O corpo burocrático colonial possuía um discurso afinado, e Antônio Augusto Peixoto Correia é mais um funcionário colonial a citar a longa missão portuguesa de quinhentos anos, ou até mais, em algumas colônias como a Guiné e Cabo Verde. Para CORREIA (1965), os portugueses não estão

Em África com intuítos exploradores. Estamos ali há quase 500 anos – quanto a Guiné e Cabo Verde os cinco séculos foram já ultrapassados – com o mesmo espírito que iluminou as descobertas para levar às populações portuguesas menos evoluídas os benefícios da civilização. Da civilização ocidental e cristã. E é suficiente examinar a História de Portugal em África para concluir esta verdade. Levamos os benefícios da medicina, da ciência e da investigação nos vários setores, criámos escolas, desbravamos florestas, construimos cidades, levantamos obras de fomento, etc. Aproveitamos e intensificamos as fontes de prosperidade dos territórios. Cuidamos intensamente da valorização espiritual das populações. E a sua “promoção social” tem sido para nós um principal objetivo. Sempre desconhecemos a discriminação racial. (CORREIA, 1965, p. 46).

O período dos grandes descobrimentos portugueses ibéricos nos séculos XV e XVI é a “obra de caridade” praticada pelo ocidentalismo lusitano cristão, e os

portugueses foram os primeiros a receber esta missão. Obviamente era uma missão divina, pois foi garantida por uma bula papal¹³⁸ *Romanus Pontifex* (1445) do Papa Nicolau V:

[...] PELA QUAL CONCEDEU AO REI D. AFONSO V E AO INFANTE D. HENRIQUE E A TODOS OS REIS DE PORTUGAL SEUS SUCESSORES, TODAS AS CONQUISTAS DE ÁFRICA COM AS ILHAS NOS MARES A ELA ADJACENTES, DESDE OS CABOS BOJADOR E NÃO E TODA A COSTA DA GUINÉ, E QUE NELAS POSSAM MANDAR EDIFICAR IGREJAS CUJOS PADROADOS LHE FICARÃO PERTENCENDO¹³⁹

A “mãe-pátria” portuguesa é Maria que responde ao anjo Gabriel: “Eis a serva do Senhor. Faça-se em mim como você me disse” (Lucas 01: 38) ¹⁴⁰, ao aceitar seu destino anunciado por Deus de gestar e parir o salvador dos homens, Jesus, que se tornará o Cristo, o Messias. Maria se sacrifica em nome da humanidade ao ser mãe de Jesus. A mãe-pátria portuguesa se sacrifica em assumir a tutoria da vida espiritual, moral, social e econômica de povos inexperientes politicamente, ajudando-os a trilharem o caminho correto para a civilização e deixarem o limbo histórico.

Amílcar Cabral esperava que o colonialismo português se rendesse à pressão internacional e se retirasse do território guineense e das outras colônias africanas que viviam sob sua tutela ilegal, criminosa e injusta. Tony Tcheka, jornalista na Guiné-Bissau, afirma que “Amílcar Cabral era um homem da paz que foi obrigado a fazer guerra para conseguir a paz” (TCHEKA, 2017 Apud FERNANDES, 2017, online). Além disso,

O PAIGC era originalmente um movimento pacífico, e sua primeira estratégia foi pedir a retirada pacífica das tropas portuguesas da colônia de Guiné. Como esta via pacífica falhou, visto que Portugal negou ceder aos apelos do grupo nacionalista, o PAIGC passou a utilizar medidas mais violentas para conseguir independência. A luta armada contra a ocupação portuguesa começou em 1962. (PAIGC, 2018)

¹³⁸ Outra Bula Papal muito importante será a Bula *Inter Coetera* (1493) do Papa Alexandre VI.

¹³⁹ Bula Papal *Romanus Pontifex* (1445). Arquivo Nacional Torre do Tombo. Disponível em: <<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3907997>>

¹⁴⁰ BÍBLIA PASTORAL. São Paulo: Paulus, 2014, p. 1252.

Em discurso no âmbito da ONU em 1962, com a presença de autoridades de Portugal, Cabral chega ao ponto de apelar, antes da deflagração oficial da guerra em 1963, para que os colonialistas portugueses usassem o bom senso e procurassem uma solução pacífica, acatando as exigências das colônias em reconhecer suas independências, e não levar o povo de Portugal para uma guerra que não seria boa para ninguém.

Acreditamos no interesse e na possibilidade real duma solução pacífica do conflito que opõe os nossos povos ao governo português e estamos conscientes da justiça da nossa posição e de invencibilidade das nossas forças nesse conflito. Acreditamos ainda que, por uma simples questão de bom senso, esse Governo não chegará por certo a cometer o erro de empurrar o povo de Portugal para o sacrifício inglório e vão duma guerra colonial na Guiné e Cabo Verde (CABRAL, 2008, p. 74).

Similarmente, Frantz Fanon, mais de 10 anos antes do discurso de Cabral na ONU, no contexto da dura guerra dos argelinos contra as forças francesas na década de 1950, também questiona a insistência do colonialismo francês em não reconhecer a independência da Argélia:

Algeria is virtually independent. The Algerians already consider themselves sovereign. It remains for France to recognize her. This is obviously of utmost importance. But the real situation is too important. It deserves to be known, for it fundamentally limits the military or political hopes of French colonialism. Why does the French government not put an end to the Algerian war? Why does it refuse to negotiate with the members of the Algerian government? Such are the questions that an honest man, in 1959, is entitled to ask¹⁴¹. (FANON, 1965, p. 28)

Fanon (1965) colocou os questionamentos em 1959. A Argélia, outras colônias da chamada África árabe, e outros países da África negra de colonização francesa conquistaram suas independências em 1960. Como se pode constatar na história, a tentativa de solução pacífica negociada não surtiu efeito.

¹⁴¹ “Argélia é virtualmente independente. Os argelinos já se consideram soberanos. Resta à França reconhecê-la. Isto é obviamente da maior importância. Mas a situação real também é importante. Merece ser conhecida, pois limita fundamentalmente as esperanças militares ou políticas do colonialismo francês. Por que o governo francês não pôs fim à guerra argelina? Por que se nega a negociar com os membros do governo argelino? Tais são as perguntas que um homem honesto, em 1959, tem o direito de perguntar”. Tradução e adaptação: Rafael Domingues da Silva.

Assim, o PAIGC, liderado por Cabral, recorre à Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU de 1948, evocando principalmente os artigos I e II que tratam do direito humano à liberdade, igualdade e dignidade, mas também os direitos e liberdades previstos na Declaração, sem qualquer tipo de distinção.

(...) A nossa luta tinha um carácter estritamente nacional. Na realidade, mesmo uma ligeira análise jurídica da situação no nosso país, poderia revelar que, tanto na Guiné como em Cabo Verde, o nosso povo está privado de personalidade própria e sujeito à soberania portuguesa, à dominação estrangeira. Nós lutávamos então para reconquistar a nossa própria personalidade de povo africano, absolutamente distinto do povo português, para libertar o nosso país do jugo estrangeiro, pelo nosso direito a dispor do nosso próprio destino e a ter uma pátria livre e independente. No plano internacional, a nossa luta se apoiava, então, no direito que tem qualquer povo de se rebelar contra a dominação estrangeira, nos direitos fundamentais do homem e no direito dos povos à autodeterminação, consagrados pela Carta das Nações Unidas. No entanto, faltava-nos uma base legal que, condenando irremediavelmente o sistema colonial e exigindo a sua liquidação imediata, nos permitisse lançar mão de todos os meios para liberar o nosso país da dominação estrangeira. Esta, através de todos os subterfúgios, e enquanto reprimiam silenciosamente a nossa luta, procurava iludir os princípios da Carta das Nações Unidas de que Portugal é signatário (CABRAL, 2008, p. 92-93)

Doze anos após a Carta das Nações Unidas de 1948, uma nova Resolução da ONU veio reforçar a legitimidade da luta de libertação nacional, a “Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais”¹⁴². Cabral se mostrou um habilidoso diplomata, utilizando a lei internacional em favor dos povos afro-asiáticos colonizados. Se os colonialistas portugueses descumpriam o que está estabelecido na Declaração de 1948 e a Declaração sobre os povos coloniais, o imperialismo português estava cometendo crimes contra a humanidade. As colônias portuguesas na África e depois no longínquo Timor-Leste¹⁴³, no Sul da Ásia, se

¹⁴²Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral de 14 de dezembro de 1960. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Bem-estar-Paz-Progresso-e-Desenvolvimento-do-Social/declaracao-sobre-a-concessao-da-independencia-aos-paises-e-povos-coloniais.html>> acesso em 14.08.2019

¹⁴³ Para um perfil geral do pequeno Timor-Leste, verificar: WALDMAN, Maurício; SERRANO, Carlos. **Brava gente de Timor: a saga do povo maubere**. Prefácio de Noam Chomsky. São Paulo: Xamã, 1997. Sobre o partido revolucionário: A FRETILIN – Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente, foi um partido criado mais tardiamente, em 1974, comparando-se ao PAIGC, que foi fundado em 1956. O povo do Timor-Leste não teve tempo suficiente de gozar de sua soberania. Forças militares da Indonésia invadiram o Timor-Leste em 1975, ocupando o território por aproximadamente 20 anos. Mas, a respeito do Partido: “O que é a FRETILIN? É a Frente Revolucionária de Timor Leste Independente que reúne todas as forças nacionalistas e anti-colonialistas num objetivo comum: a libertação do povo do Timor do jugo colonialista. (...) a FRETILIN

utilizavam do legítimo direito do povo ser livre, gozar da liberdade, de exercitar a soberania e de reafirmar suas múltiplas identidades étnicas.

Figura 48– Amílcar Cabral, Secretário-Geral do PAIGC, conversa com Marcelino dos Santos, vice-presidente da Frelimo (Moçambique). Nova York, sede da ONU, s/d.



(Fonte: <<https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/search?q=escola+piloto>> acesso em 04.01.2020)

“repudia qualquer forma de colonialismo e neocolonialismo a fim de que o povo do Timor possa vir a ser verdadeiramente independente livre e próspero. Por que se diz uma Frente? É uma Frente porque ela é contra o divisionismo. A experiência dos fracassos dos nossos antepassados na sua luta de libertação (...) ensinanos que, neste momento, é necessário a UNIDADE de todos os anticolonialistas e nacionalistas sem qualquer distinção étnica, de credo religioso, de tendência política, de sexo e de categoria social. Por que se diz revolucionária? É Revolucionária porque para a autêntica libertação do Povo é necessário modificar, transformar, num sentido, REVOLUCIONARIZAR as velhas estruturas herdadas ao longo dos cinco séculos de colonialismo em Timor”. FRETILIN. **Manual e Programa Políticos**. Lisboa: FRETILIN, 1974, p 03-05. CC/FMS/Arquivo da Resistência Timorense - Barbedo de Magalhães/Pasta 05005.002. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=05005.002#15>> acesso em 13.08.2019.

Figura 49– Amílcar Cabral em diálogo com Sevilha Borja, Presidente da Comissão Especial da ONU que visitou as regiões libertadas no Sul da Guiné-Bissau nos anos 1970. Nova York, sede das Nações Unidas, s/d exata.



(Fonte: <<https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/search?q=escola+piloto>> acesso em 04.01.2020)

Mencionando novamente a Carta das Nações Unidas assinada em junho de 1945, na cidade de São Francisco, Califórnia, Estados Unidos, a própria entidade Nações Unidas e este documento referido são frutos do trabalho de erigir um futuro melhor para a humanidade após a série de hecatombes que deixaram feridas profundas na nossa história global e suas cicatrizes são bem visíveis até hoje. O Ocidente, representado pela Europa, herdeira do cânon greco-romano, até então, conduzia os rumos da humanidade. Há, por exemplo,

O triunfo da cartografia europeia na história científica e intelectual mundial. São os europeus que deram nome à maioria dos continentes e oceanos, a muitos rios e lagos, bem como a maioria dos países. A Europa fixou a *posição* do mundo de tal forma que nós pensamos o continente europeu como situado acima da África, no cosmos, e não abaixo dela. Ela fixou o tempo do mundo de tal maneira que a hora universal se determina a partir do meridiano de Greenwich. Ela também nomeou os trópicos de Câncer e de Capricórnio. Além do mais, foram em geral os europeus que decidiram onde terminava um continente do planeta Terra e onde começava outro (MAZRUI, 2010, p. 11).

Essa plena capacidade de governo não impediu que se culminasse nas duas grandes guerras, nas bombas atômicas, com a participação dos Estados Unidos. A nação americana, que deixou de ser tutelada pela Europa no século XVIII, tornou-se

um centro importante da Revolução Industrial e da modificação do capitalismo para os conglomerados empresariais, os monopólios e oligopólios e a financeirização do capital global, na passagem do século XIX para o XX.

Com efeito, os acontecimentos terríveis na primeira metade século XX fizeram com que o homem repensasse a sua própria existência. ALMEIDA (1988) faz uma síntese mórbida do século passado.

Foi quase um aborto o nascimento deste nosso século. Uma infinidade de conflitos regionais culminou com a explosão de um novo modo de fazer guerra: a 1ª Guerra Mundial, iniciada em 1914. Nunca tantos mortos (20 milhões de soldados e civis, por bombardeios, massacres, fome ou epidemias), nunca tanta sofisticação de gases asfixiantes, metralhadoras, balas explosivas, canhões e tanques. Em 1917 estourou a Revolução russa, prenúncio de uma nova sociedade, radicalmente diversa da capitalista, também com milhões de mortos, deportados e mutilados. Em 1929 a quebra da Bolsa de Valores de Nova York carregou de cores sombrias esse cenário, causando desemprego em massa, fome, extorsões e contrabandos, além de pressões econômicas das nações ricas sobre os países pobres. Mal refeito da 1ª Guerra e dos abalos da economia, o mundo se envolveu, em 1939, numa 2ª Guerra Mundial, ainda mais destruidora e cruelmente sofisticada. Os tiros dos campos de batalha terminaram em 1945, mas o conflito ainda permaneceu aberto, pulsante como uma chaga viva. Não contentes com os 45 milhões de mortos, os interesses das nações e de seus dirigentes inauguraram a guerra fria. O clima da guerra fria se caracterizou pelo medo generalizado diante da constante ameaça de uma guerra nuclear, acusações mútuas entre americanos e soviéticos, espionagem e contra-espionagem, perseguições ideológicas e censura às artes e ao pensamento. Mas não pense você que isto foi o fim do mundo. Em meio aos gritos de dor, debaixo dos bombardeios e contando com recursos de milhões de dólares, a ciência e a tecnologia se desenvolveram espantosamente. Dia e noite trabalhavam para (além de artefatos bélicos) produzir invenções que trouxessem benefícios para a humanidade. (ALMEIDA, 1988, p. 7-8).

O documento da ONU surge a fim de curar a chaga viva dos dois grandes conflitos enfatizando a convivência democrática, a solução negociada de todo e qualquer conflito, o respeito às liberdades individuais, como se pode ler no Capítulo I, Propósitos e Princípios, Artigo I (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, p. 5-6).

Apesar de a recém-criada Nações Unidas se esforçar ao máximo para aplicar um bálsamo legal humanitário nas feridas históricas, ainda encontramos, na nossa visão, um resquício colonial no texto, como se pode ler abaixo, sobre “os povos que *não atingiram a plena capacidade* de governarem a si mesmos”.

Os membros das Nações Unidas, que assumiram ou *assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos*, reconhecem o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios são da mais alta importância, e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem estar dos habitantes desses territórios e, para tal fim, se obrigam a: (a). Assegurar, com o devido respeito à cultura dos povos interessados, o seu progresso político, econômico, social ⁴⁷ e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua proteção contra todo abuso; (b). Desenvolver sua capacidade de governo próprio, tomar devida nota das aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo de suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes e os diferentes graus de seu adiantamento; (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, p. 47-48)

O colonialismo português, no caso em destaque, se utilizou durante muito tempo, até quando foi possível, desta justificativa da inexperiência, da imaturidade política, para se recusar a reconhecer a independência de suas colônias na África e do Timor-Leste no Sul da Ásia.

O ganês Kwame Nkrumah (1909-1972) ¹⁴⁴, liderança política que levou seu país - naquele momento conhecido como região da Costa do Ouro¹⁴⁵ - a ser uma das primeiras nações que conseguiram se libertar do colonialismo na África em 1957, rebate a justificativa paternalista da imaturidade política. Nkrumah¹⁴⁶ enfatiza que “the best way of learning to be an independent sovereign state is to be an independent sovereign state”¹⁴⁷ (NKRUMAH, 1967, p. 51).

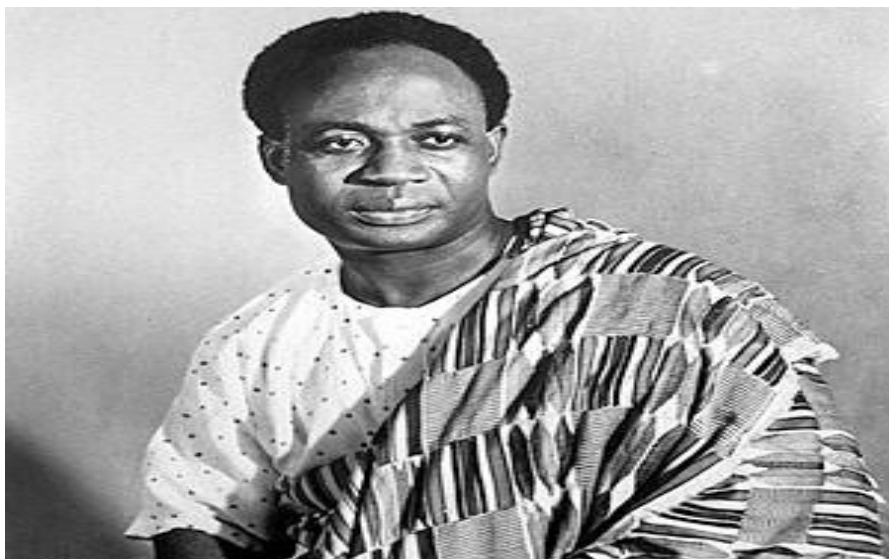
¹⁴⁴ PINA, Rute. Quem foi Kwame Nkrumah, líder da primeira independência africana. **Brasil de Fato**, 22 set 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/09/22/quem-foi-kwame-nkrumah-lider-da-primeira-independencia-na-africa/>> acesso em 06.11.2019.

¹⁴⁵ Gold Coast / Costa do Ouro, na região do Golfo da Guiné, foi colonizada e explorada primeiramente pelos portugueses já no século XV. Depois vieram os holandeses e por último os britânicos a partir da segunda metade do século XIX até 1957, no século XX.

¹⁴⁶ Amílcar Cabral, secretário geral do PAIGC, envia uma carta ao então Presidente da República de Gana, Kwame Nkrumah, com data de 13 de abril de 1963, lhe agradecendo a doação de £ 5000 (cinco mil) Libras de Gana para a continuidade da luta do partido contra o colonialismo português. Cabral destaca na correspondência a experiência de Nkrumah como grande líder e lutador pela liberdade do povo de Gana e da África (Cabral, 1963). Casa Comum, Fundação Mário Soares, Fundo Arquivo Amílcar Cabral, Pasta 04621.115.019. Acesso em 27.11.2019.

¹⁴⁷ “O melhor caminho para se aprender a ser um estado independente e soberano é ser um estado independente e soberano” (Speech in Legislative Assembly moving the adoption of the Government’s White Paper, 18 May 1956). Trad. e adaptação Rafael Domingues da Silva.

Figura 50 – Kwame Nkrumah (1909-1972), líder político e intelectual da libertação de Gana



(Fonte: <<http://conscienciarevolucionaria-kassan.blogspot.com/2009/12/kwame-nkrumah-pensador-politico-e.html>> acesso em 03.12.2019.)

Além de ter apoio militar na OTAN, que fornecia material bélico e apoio aéreo de aviões que as forças armadas não possuíam a administração colonialista (DAVIDSON, 1975), lançou mão de meios não violentos para combater as forças do PAIGC na Guiné e Cabo Verde e nas outras colônias africanas.

A administração colonial tem vindo a recorrer a táticas não-violentas-donativos, suborno, visitas de “chefes” tradicionais a Portugal, concessão de bolsas de estudo, emissões radiofônicas especiais para os “indígenas” e fomento de dissidências e querelas entre os vários grupos étnicos – para tentar, simultaneamente, conquistar uma parte da população e “dividir para reinar” (CABRAL, 2008, p. 69).

Os colonialistas buscavam atingir algo que era simultaneamente a fragilidade e a riqueza da sociedade guineense: a diversidade étnica, com suas estruturas sociais, línguas e bases econômicas diferentes que dificultavam a manutenção da unidade conquistada arduamente pelo PAIGC. A adoção de táticas não violentas não significou a redução da repressão militar.

Com o fim de reforçar o apoio militar com que conta, da parte de certas potências, o Governo português tem vindo a fazer generosas concessões a

capitais não portugueses (principalmente americanos, alemães ocidentais e holandeses). Para a exploração dos recursos naturais (petróleo, bauxita, etc.) e dos valores humanos da Guiné. Além disso, no intuito de garantir uma maior força a repressão militar contra os nossos povos, o Governo português está muito interessado em transformar a Guiné e Cabo Verde em bases militares da OTAN e numa potência desta organização (CABRAL, 2008, p. 70).

Cabral e o PAIGC precisaram lidar com interesses geoestratégicos maiores, além do objetivo de derrotar as forças militares de Portugal. Estamos falando da década de 60 do século XX, decênio que pode ser considerado de maior tensão, pois o mundo vivia “sob o signo da Guerra Fria” (VELOSO, 1988, p. 11), que quase passou dos casos de espionagens recíprocas entre capitalistas e comunistas, propaganda ideológica nos variados meios de comunicação e das artes¹⁴⁸ e a corrida bélico-tecnológica¹⁴⁹, para um desastre nuclear que teria sido sem precedentes na história da humanidade.

Quadro 1 Cronologia dos Direitos Humanos (1945-1974)

Sistema ONU	
1945	Carta das Nações Unidas. Assinada em São Francisco, dia 26 de junho de 1945, após o término da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional.
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral em sua Resolução de 10 de dezembro de 1948.
1959	Declaração dos Direitos da Criança. Assembleia Geral, Resolução 1386 (XIV), de 1959.
1960	Declaração sobre a Outorga da Independência aos Países e Povos Coloniais de 14 de dezembro de 1960 (Resolução n. 1514 (XV) da Assembleia Geral)
1963	Declaração a eliminação de todas as formas de discriminação racial.

¹⁴⁸ Com destaque para a arte cinematográfica de Hollywood: “Os boinas-verdes” (1968), “Apocalypse Now” (1979), a franquia Rambo: “Rambo: programado para matar” (1982); “Rambo 2: a missão” (1985); “Rambo III”; “Top Gun: ases indomáveis” (1986), “Platoon” (1986). Em todos os enredos, de maneira geral, a força militar do Tio Sam tem que lidar e tentar sempre derrotar o inimigo do bloco socialista no final.

¹⁴⁹ Um exemplo rápido e de destaque da corrida tecnológica entre Estados Unidos e União Soviética foi a Corrida Espacial. Os cientistas soviéticos lançaram o satélite artificial Sputnik 1 em 1957, e enviaram a cadela Laika ao espaço numa viagem sem volta no Sputnik 2 em 1958, no Governo Khrushchev. Com o sucesso do Sputnik 1 e da Missão de Laika, os Estados Unidos fundam a NASA ainda em 1958. Três anos depois, em 1961, Yuri Gagarin se torna o primeiro ser humano a viajar ao espaço. Com o Programa Mercury, a NASA enviou o astronauta Alan Shepard ao espaço pilotando a nave Freedom 7 em maio de 1961. Em maio de 1969, com a Missão Apollo 11, Lewis Armstrong e Edwin E. Aldrin Jr. pisam o solo lunar. KRECHETNIKOV, Artem. Laika, a vira-lata 'pioneira' enviada ao espaço há 60 anos em missão 'sem volta'. **BBC News** (Rússia), 03 nov 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41860261>> acesso em 02.09.2019.

	Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, dia 20 de novembro de 1963 [resolução 1904 (XVIII)]
1965	Declaração sobre o fomento entre a juventude dos ideais de paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos. Adotada pela Assembleia Geral da ONU, em sua Resolução 2037 (XX), de 07 de dezembro de 1965.
1965	Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Adotada e aberta à assinatura e ratificação pela Assembleia Geral em sua Resolução 2106 A (XX), de 21 de dezembro de 1965.
1966	Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos e Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Adotados pela Resolução n.2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de dezembro de 1966.
1974	Recomendação a educação para a compreensão, cooperação e a paz internacionais e a educação relativa aos Direitos Humanos e às liberdades fundamentais. Aprovada pela Conferência Geral da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura, em sua 18. ^a reunião, dia 19 de novembro de 1974.

(Fonte: <<http://www.odh.unicamp.br/cronologia-dos-direitos-humanos>> acesso 10.10.2019)

3.11- O Papa Paulo VI e a tríade subversiva africana: o líder da Igreja Católica oferecendo seu apoio para comunistas terroristas?

Além de lutar contra o colonialismo português tendo primeiramente a legislação da ONU como respaldo e buscar cooperação diversificada com países do bloco socialista e de países declarados não-alinhados ao mundo bipolar, Amílcar Cabral e outros líderes revolucionários africanos buscaram apoio religioso. Portugal é um país fortemente cristão católico, como uma ligação umbilical secular entre a Coroa Portuguesa e o próprio papado, bastando recordar a própria Bula Papal de 1445, a *Romanus Pontifex*.

A solicitação de reconhecimento da posse e exploração lusitana dos “achamento” do novo mundo foi atendida no século XV. Está claro que o reconhecimento beneficiava a própria Igreja na sua missão de catequese, evangelização e conversão das longínquas ovelhas desgarradas pelo sacramento do batismo, além do quê erigir novos templos trazia consigo também a posse de terras, fazendo da Igreja Católica uma grande proprietária de terras.

O Vaticano publicou documentos papais que se identificavam e se somavam aos princípios dos documentos da ONU. Naquela conjuntura, acontecia na América

Latina o Concílio Vaticano II nos anos 1960 e logo depois o Concílio Ecumênico Vaticano II em Roma, Itália. O Papa Paulo VI fez discurso¹⁵⁰ na Assembleia Geral das Nações Unidas em 04 de outubro de 1965 pela ocasião do vigésimo aniversário da entidade, criada em outubro de 1945. O conteúdo do discurso papal, efetivamente, é uma versão preliminar da Encíclica *Populorum Progressio* publicada dois anos mais tarde, em 1967.

A Carta Encíclica *Populorum Progressio*¹⁵¹ (Progresso dos Povos) é mais munção favorável às reivindicações dos chamados rebeldes subversivos das colônias afro-asiáticas. Mas, antes de ir direto ao encontro entre o Papa Paulo VI e os três líderes revolucionários de colônias portuguesas, podemos começar por analisar brevemente um trecho do documento, na Primeira Parte, na qual o Papa Paulo VI fala de supostos aspectos positivos do colonialismo.

Diante da amplitude e urgência da obra a realizar, os meios herdados do passado, apesar de insuficientes, não deixam contudo de ser necessários. Sem dúvida, deve reconhecer-se que as potências colonizadoras se deixaram levar muitas vezes pelo próprio interesse, pelo poder ou pela glória, e a sua partida deixou, em alguns casos, uma situação econômica vulnerável, apenas ligada, por exemplo, ao rendimento da monocultura sujeita a variações de preço bruscas e consideráveis. Reconhecendo, embora, os defeitos de certo colonialismo e das suas conseqüências, não podemos deixar, todavia, de render homenagens às qualidades e às realizações dos colonizadores que levaram a ciência e a técnica a tantas regiões deserdadas e nelas deixaram frutos felizes da sua presença. Por muito incompletas que sejam, permanecem as estruturas que fizeram recuar a ignorância e a doença, estabeleceram comunicações benéficas, e melhoraram as condições de existência. (PAPA PAULO VI, 1967, s/p).

Na encíclica a Sua Santidade confirma o legado positivo ao levar o progresso e a civilização em cantos obscuros do mundo com a colaboração da Igreja, como se na África, por exemplo, não houvesse noções próprias de civilização, progresso e vida política na *civitas* e até mesmo de Ciência.

¹⁵⁰ PAULO VI, Papa. "Nunca mais a guerra! O Papa às Nações Unidas. Casa Comum, Fundação Mário Soares, Documentos Felicidade Alves, Pasta 07536.031.001. Acesso em 27.11.2019.

¹⁵¹ PAULO VI, Papa. **Carta Encíclica Populorum Progressio**, 26 de março de 1967. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html> acesso em 26.11.2019.

Como foi dito, nosso parêntese analítico seria breve. Não se tem as ferramentas exegéticas suficientes para analisar e interpretar um texto no campo teológico emitido pelo Pastor maior da Igreja Católica. O que se faz é tentar analisá-lo no campo da história. A encíclica aborda diversos assuntos como a solidariedade entre os povos, o combate ao racismo, que os tratados internacionais sejam respeitados para a redução das distorções de poder que prejudiquem as nações “mais fracas”, bem como a defesa da concorrência global no âmbito das transações comerciais do capitalismo “para além do liberalismo”, buscando a igualdade de condições de competitividade entre países desenvolvidos e em vias de se desenvolver (ENCÍCLICA POPULORUM PROGRESSIO, 1967, s/p).

Como se pode ver, a Encíclica vai ao encontro dos objetivos das lutas pela descolonização da África: independência, soberania, autodeterminação. O item “Povos artífices do seu destino”, no item 65 da Segunda Parte, afirma.

A isto temos de chegar: a que a solidariedade mundial, cada vez mais eficiente, permita a *todos os povos tornarem-se artífices do seu destino*. Demasiadas vezes o passado esteve marcado por relações de força entre as nações: virá um dia em que as relações internacionais hão de possuir o cunho de respeito mútuo e de amizade, de interdependência na colaboração e de promoção comum sob a responsabilidade de cada indivíduo. Os povos mais novos ou mais fracos reclamam a sua parte ativa na construção de um mundo melhor, mais respeitador dos direitos e da vocação de cada um. É reclamação legítima: a todos compete ouvi-la e satisfazê-la. (ENCÍCLICA POPULORUM PROGRESSIO, 1967, s/p).

Nota-se que a encíclica dá mais um aval, dessa vez sustentado pelo líder da Igreja Católica, o sopro mais forte de legitimidade da luta de libertação nacional em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Com a resistência do colonialismo português em reconhecer a independência de suas colônias, a opção foi pegar em armas. O artifício dos colonizados para se tornarem senhores de seus próprios destinos foi bélico: a guerra de guerrilhas.

Três anos depois da *Populorum Progressio*, em 1º de julho de 1970, os denominados rebeldes revolucionários: Amílcar Cabral (PAIGC), Agostinho Neto (MPLA) e Marcelino dos Santos (FRELIMO) conseguem uma audiência com o Papa Paulo VI no momento em que se encerravam as atividades da "Conferência Internacional de Solidariedade com os Povos das colônias portuguesas" em Roma.

Figura 51– Notícia, em Francês, da audiência do Papa Paulo VI com os subversivos africanos das colônias portuguesas. Revista *PAIGC Actualités* nº 19 / julho 1970.



(Fonte: <<https://docplayer.com.br/52774492-Grupo-i-politica-colonial-portuguesa-este-grupo-baseia-se-na-analise-dos-seguintes-documentos.html>> acesso em 17.12.2019.)

É de referir que o Papa Paulo VI, ainda como Cardeal Giovanni Montini, Arcebispo de Milão, visitou o continente africano nos anos 1960. Esse “gesto do Papa Paulo VI teve um enorme clamor midiático e não faltaram também diversos protestos diplomáticos”¹⁵². O Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal emitiu a seguinte nota:

Teve o governo português conhecimento, através das agências informativas internacionais de notícias contraditórias relativas às circunstâncias em que chefes dos movimentos terroristas que atacam as fronteiras portuguesas haviam sido recebidos por sua santidade o Papa Paulo VI. Perante a extrema gravidade de tais notícias entendeu o governo não perturbar a

¹⁵²QUANDO Paulo VI recebeu no Vaticano, 48 anos atrás, três líderes de movimentos armados: Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos. **REVISTA IHU ON-LINE (Unisinos)**, 02 jul 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/580466-quando-paulo-vi-recebeu-no-vaticano-48-anos-atras-tres-lideres-de-movimentos-armados-amilcar-cabral-agostinho-neto-e-marcelino-dos-santos>> acesso em 26.11.2019.

consciência dos portugueses antes de serem esclarecidos os fatos. Mas logo que pôde apurar os termos em que havia ocorrido a audiência, o Governo Português deu imediatas instruções ao embaixador de Portugal junto da Santa Sé para que entregasse ao Cardeal secretário de Estado do Vaticano uma jota exprimindo o protesto e a profunda mágoa do governo e da Nação Portuguesa. Seguidamente, o embaixador de Portugal foi chamado a Lisboa para consultas esperando-se que nos sejam prestados pela Santa Sé os esclarecimentos convenientes. Entretanto o jornal do Vaticano 'Osservatore Romano' publicou uma nota em que confirma que Sua Santidade recebeu, no decurso da audiência colectiva que normalmente concede todas as semanas, os referidos chefes terroristas, esclarecendo que a audiência tem carácter puramente religioso e que a ela são admitidos "quantos procuram o conforto da bênção" pontifícia. Mas sua Santidade teria acedido a que os chefes terroristas, em rebelião contra um Governo constituído que mantém secularmente relações com a Santa Sé e que são responsáveis pelos actos de violência cotidianamente produzidos em território português com sacrifício de numerosas vidas, se aproximassem da Sua pessoa, dialogando com eles e dirigindo-lhes "palavras de saudação e exortação de fidelidade aos princípios cristãos em que foram educados" ¹⁵³.

A audiência do Papa Paulo VI com Amílcar Cabral (PAIGC), Agostinho Neto (MPLA) e Marcelino dos Santos (FRELIMO), durou menos de 10 minutos, mas foi o suficiente para despertar forte descontentamento, não somente do governo português. A publicação jornalística afirma, em adição, que católicos tradicionalistas da França, Itália, Áustria, Suíça, Espanha e etc, se comunicaram com o Professor Marcello Caetano¹⁵⁴, e subscreveram uma carta ao Vaticano mostrando enorme preocupação com o comportamento de Sua Santidade¹⁵⁵. Por certo estavam com o temor de que os chamados terroristas africanos das colônias portuguesas cooptassem Paulo VI para a "revolução comunista" global. Seguramente Paulo VI colaborou, nas limitações de sua atuação devido ao cargo que ocupava, com a independência das colônias africanas de língua portuguesa, os países remanescentes no processo continental de libertação.

¹⁵³ Diário de Lisboa nº 17075, Ano 50, Domingo 5 de julho de 1970, 1ª edição (Diretor Ruella Ramos). Casa Comum, Fundação Mário Soares, Documentos Ruella Ramos, Pasta 06615.153.24906

¹⁵⁴ (1906-1980). Professor catedrático de Direito da Universidade de Lisboa que, paralelo à sua atividade académica, também ocupou funções importantes no governo salazarista, como Presidente do Conselho de Ministros de Portugal.

¹⁵⁵ Diário de Lisboa nº 17075, Ano 50, Domingo 5 de julho de 1970, 1ª edição (Diretor Ruella Ramos). Casa Comum, Fundação Mário Soares, Documentos Ruella Ramos, Pasta 06615.153.24906.

3.12- O assassinato de Cabral: uma derrota temporária na luta global de libertação de todos os mundos colonizados e a Independência da Guiné.

O escritor Leopold Sédar Senghor, primeiro Presidente da República do Senegal independente, precursor no movimento da *Negritude*, autor do livro que muito contribuiu na formação política e cultural (reafricanização cognitiva) de muitos jovens estudantes africanos das colônias portuguesas, esteve no Seminário na cidade da Praia, Cabo Verde, em 1983, por ocasião dos dez anos da morte de Amílcar Cabral. Posicionou-se da seguinte maneira:

(...) Cabral era não só um homem de cultura, mais ainda um homem de lucidez e de medida; mestiço no sentido mais nobre da palavra. Ele sabia e dizia que a verdade não era dada antes de tudo: ela nascia do diálogo, isto é, da confrontação, melhor ainda, da simbiose entre ideias e temas opostos. Entre a cultura e a política, a poesia e a ciência, a teoria e a ação, o combate pela descolonização e a luta pela civilização do universal, ele tinha escolhido a simbiose viva, dinâmica, criadora entre as duas formas de actividade (SENGHOR, 1984 [1983], p. 25).

Senghor captou e sintetizou o pensamento de Cabral. No aspecto específico da *gnose*, o conhecimento, o problema de Cabral não era, obviamente, a existência do legado cognitivo ocidental¹⁵⁶ em si. Cabral se opunha com afinco a imposição do mesmo como único modelo epistêmico-civilizatório a ser seguido e imposto às populações colonizadas da África. Cabral era um mestiço do ponto de vista étnico, filho de pais cabo-verdiano e bissau-guineense, e um mestiço cultural, ao completar toda sua formação educacional na escola colonial e na universidade metropolitana. Cabral critica a escola colonial por excluir maciçamente os estudantes incapazes de arcar economicamente com as propinas escolares. Havia a exclusão dos incapazes intelectuais. Além disso a escola colonial ignorava (a colonização cognitiva) os saberes e fazeres africanos.

¹⁵⁶ O legado cognitivo ocidental é, na verdade, tributário das antigas trocas culturais feitas com o continente africano, que remontam aos tempos mitológicos. Menon, na mitologia grega, foi um rei das terras etíopes (África) que ajudou Príamo, o rei de Tróia, a expulsar os gregos invasores (atenienses) na Guerra de Tróia. Ainda de acordo com o mito, Mênnon acabou sendo morto por um semideus, o herói grego Aquiles.

Os assimilados abortados de maneira intencional, quer dizer, os estudantes excluídos, é a massa mutilada, tanto física, como psicologicamente. O aspecto físico devido ao uso recorrente da palmatória e pancadas na cabeça. O aspecto psicológico se manifesta sob o rótulo da incapacidade, da expulsão da escola e o humilhante retorno à localidade da qual saiu para ser iniciado na verdadeira civilização, a ocidental europeia. A morte de Cabral não poderia interromper a luta pela universalidade. Mas, antes disso, lutas “localidades variadas” da África. Não se parte para o universal sem antes penetrar na própria localidade de pertencimento.

Início de janeiro de 1973. Amílcar Cabral faz um discurso contagiado pelo espírito do ano novo que se iniciava e que trazia boas perspectivas de vitória contra o colonialismo português, apesar de todos os tipos de estratégias violentas para tentar derrotar o PAIGC e impedir a libertação de Cabo-Verde, da Guiné e das outras colônias. Uma delegação do Comitê de descolonização da ONU havia visitado as zonas libertadas da Guiné em 1972.

Dias depois de seu discurso relatório a respeito dos momentos da luta de libertação nacional em 1972, ano que havia terminado de acabar, e falar das perspectivas pro ano que se iniciava, como a iminente declaração de independência da Guiné e Cabo Verde, sem aguardar por permissão e/ou reconhecimento dos colonialistas portugueses, Cabral foi assassinado em uma emboscada enquanto estava na Guiné Conacri, em 20 de janeiro de 1973. Amílcar Cabral foi morto por dois membros do PAIGC¹⁵⁷. O próprio Cabral anteviu a sua morte ao afirmar certa vez que "se alguém me há de fazer mal, é quem está aqui entre nós. Ninguém mais pode estragar o PAIGC, só nós próprios." (PAIGC, 2018). Cabral foi substituído por Aristides Pereira na chefia do PAIGC.

¹⁵⁷ Até hoje o assassinato de Amílcar Cabral em 20 de janeiro de 1973 é envolto em mistério sobre quem foram de fato os assassinos e quem foi o mandante ou os mandantes. Uma prévia do documentário “The heart of Amílcar Cabral” traz a informação que Cabral foi assassinado por um ex-membro corrupto do PAIGC chamado Inocêncio Kani. Conferir: THE HEART of Amílcar Cabral - Preview. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zXHDqu78ZWw>> acesso em 27.01.2020. Oferecemos sugestões de leitura: MORREU um dos presumíveis assassinos de Amílcar Cabral. **RTP Notícias**, 21 fev 2008. Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias/mundo/morreu-um-dos-presumiveis-assassinos-de-amilcar-cabral_n145480> acesso em 05.12.2019.; “ESTAMOS tramados”. A resposta de Spínola ao assassinio de Amílcar Cabral. **Diário de Notícias**, 24 out 2017. Disponível em: <<https://www.dn.pt/artes/bem-estamos-tramados-respondeu-spinola-ao-saber-do-assassinio-de-amilcar-cabral-8869019.html>> acesso em 05.12.2019.; MEDEIROS, Tomás de. **A verdadeira morte de Amílcar Cabral**. 1ª edição. Lisboa: Althum.com, 2012; SOUSA, Julião Soares. **Amílcar Cabral: vida e morte de um revolucionário africano**. Lisboa: Veja, 2011. (Coleção O Fato e a Verdade).

O assassinato de Cabral foi um grande revés na luta pela descolonização. O colonialismo português pensou que havia feito um ousado movimento final e dado o “xeque mate” no jogo de xadrez bélico na guerra contra os subversivos do PAIGC. Mesmo com o assassinato de Cabral o PAIGC declarou independência de Portugal oito meses depois de sua morte, em 23 de setembro de 1973, depois de mais de quatrocentos anos de exploração colonial.

A morte de Cabral foi terrível, mas o recuo da luta foi temporário. Essa é a afirmação da filósofa e mundialmente conhecida militante do movimento negro estadunidense, Angela Davis¹⁵⁸.

A few months ago, Amílcar Cabral was ruthlessly assassinated by agents of Portuguese colonialism, because He and his movement were becoming far too dangerous, far to great threat in Portuguese colonialism and to the imperialist hold over Africa in general and of course, the death of Amílcar Cabral was a serious setback for the national liberation movement. In the first place for the movement in Guinea Bissau and Cape Verde. But also for the national liberation movements throughout Africa: in Mozambique, in Angola, in Zimbabwe, and throughout the continent and where there continues to be colonial domination. Yet those of us who are involved in the global battle against imperialism know that setbacks are only temporary. They are not permanent defeats because they cannot halt the tide of resistance (DAVIS, 1973)¹⁵⁹.

A propaganda colonial da “Guiné Melhor”¹⁶⁰ (CABRAL, 1973) no final dos anos 1960 com a chegada do novo Governador, António de Spínola, procurava desmobilizar a luta de libertação nacional. “O governador “Spínola começou uma campanha de construção maciça de escolas, hospitais, novas unidades

¹⁵⁸ DAVIS, Angela. **Angela Davis on Amilcar Cabral and Guinea Bissau (1973 Speech)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ortQbPg51AM>> acesso em 27.11.2019.

¹⁵⁹ “Há alguns meses, Amílcar Cabral foi cruelmente assassinado por agentes do colonialismo português, porque ele e seu movimento estavam se tornando muito perigosos, muito ameaçadores para o colonialismo português e ao domínio imperialista sobre a África em geral e, é claro, a morte de Amílcar Cabral foi um sério revés para o movimento de libertação nacional. Em primeiro lugar para o movimento na Guiné-Bissau e Cabo Verde. Mas também para os movimentos de libertação nacional em toda a África: em Moçambique, em Angola, no Zimbábue e em todo o continente e onde continua a haver dominação colonial. No entanto, aqueles de nós envolvidos na batalha global contra o imperialismo sabem que os contratempos são apenas temporários. Não são derrotas permanentes porque não podem deter a maré de resistência”. Tradução e adaptação Rafael Domingues da Silva.

¹⁶⁰ A estratégia da “Guiné Melhor” tinha o objetivo de convencer a opinião pública internacional e dos próprios colonizados da não necessidade da independência, já que a Guiné e as outras colônias não eram colônias, e sim a continuidade geográfica de Portugal no continente africano.

habitacionais”. Procurou ampliar a “melhoria das telecomunicações e de um sistema de estradas”. Tudo isso era uma “tentativa de ganhar favor público na Guiné” (PAIGC, 2018, online). Não surtiu efeito e não fez recrudescer o movimento ininterrupto em direção à soberania nacional da Guiné e Cabo Verde.

A derrocada do Estado Novo Fascista em Portugal começou com a queda de António Salazar em 1968, vitimado por um acidente doméstico que o fez bater com a cabeça no chão. Quando estava prestes a deixar o hospital no qual estava internado, foi acometido por um AVC (SERRA, 2019). Em seguida foi a queda inevitável de Marcelo Caetano com a Revolução dos Cravos em abril de 1974 (VALENTE, 2006). O colonialismo português e o fascismo já estavam totalmente emparedados e foram finalmente derrotados com o fim das negociações bilaterais entre o Governo Português e o PAIGC no âmbito do Acordo de Argel, Argélia, de 26 de agosto de 1974¹⁶¹.

Artigo 1º O reconhecimento de *jure* da República da Guiné-Bissau, como Estado Soberano, pelo Estado Português, terá lugar no dia dez de Setembro de mil novecentos e setenta e quatro. Artigo 2º Com a assinatura deste Protocolo de Acordo o cessar-fogo mutuamente observado de facto em todo o território da República da Guiné-Bissau pelas forças de terra, mar e ar das duas partes converte-se automaticamente em cessar-fogo de *jure*. (ACORDO ENTRE O GOVERNO PORTUGUÊS E O PAIGC / [ACORDO DE ARGEL], 1974).

Cabral não conseguiu estar presente nesse momento tão esperado, mas tinha plena consciência que ele chegaria. Por outro lado, o legado político-cultural de um intelectual africano radical se fez presente nas negociações do Acordo de Argel. Conquistada a independência, era preciso dar seguimento a reconstrução nacional que havia começado nas zonas libertadas: a alfabetização, a produção agrícola. É na continuidade do processo de reconstruir a nação recém partejada, alicerçada em novas bases: histórica, política e cultural, que Paulo Freire entra em cena.

¹⁶¹ O PAIGC, apesar de ser Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, não fez uma declaração unilateral conjunta da independência entre Guiné e Cabo Verde em 1973. A proclamação da independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde foram processos diferentes. A Guiné-Bissau teve sua independência oficialmente reconhecida em agosto de 1974 aconteceu e Cabo-Verde em 5 de julho de 1975

3.13- Paulo Freire entra em cena na Guiné-Bissau

Nos anos 1960, mais especificamente em 1963, Paulo Freire coordenava e organizava a experiência de alfabetização de adultos na cidade de Angicos-RN. Antes da experiência exitosa em Angicos, se envolveu na campanha “De pé no chão também se aprende a ler” em Natal, sob a gestão do então prefeito Djalma Maranhão (FREIRE, 2017). Freire esteve também diretamente ligado ao Movimento de Cultura Popular, MCP, e os CPCs, Centros Populares de Cultura, e foi convidado para coordenar a Campanha Nacional de Alfabetização, durante o governo João Goulart¹⁶². Um ano mais tarde, Freire deixava o país de modo forçado em decorrência do golpe civil-empresarial-militar de 1964.

Viajou para a Bolívia, fazendo breve parada, e terminou se estabelecendo no Chile graças à sua rede de amizades, que o ajudaram a encontrar segurança naquele país. Trabalhou quase cinco anos com a alfabetização de camponeses em assentamentos de reforma agrária por meio do Instituto de Desarrollo Agropecuario, INDAP, e logo depois no Instituto de Capacitación y Investigación en Reforma Agraria, ICIRA. Lá escreveu aquela que é considerada sua maior obra, “Pedagogia do Oprimido”.

No ano de 1969, o educador Paulo Freire viaja para Cambridge, Estados Unidos, contratado para prestar serviço de assessoria e lecionar na Harvard University; é também convidado a visitar outras instituições naquele país. Ainda durante sua estadia em solo estadunidense, recebe convite para trabalhar no setor de educação do World Council of Churches (Conselho Mundial de Igrejas). Aceito o convite, Freire e sua família se mudam para a Suíça em 1970.

O CMI, com sede em Genebra, Suíça (...), agrega cerca de 400 milhões de cristãos de mais de 300 igrejas, denominações e comunidades de igrejas em mais de 100 países. São filiados ao CMI a maioria das igrejas cristãs do bloco ortodoxo e um número considerável de igrejas do bloco protestante (históricas da Reforma Protestante – ou herdeiras da Reforma), entre eles os anglicanos, os batistas, os luteranos, os metodistas e os reformados, muitas igrejas unidas, como a do Canadá e igrejas independentes. Quando da sua fundação, o CMI era composto basicamente de igrejas da Europa e dos Estados Unidos da América. Atualmente a maioria das igrejas

¹⁶² Para detalhes sobre a participação de Paulo Freire em movimentos políticos, educacionais e culturais no Brasil dos anos 1960, conferir a excelente biografia: FREIRE, Ana Maria Araújo. *Paulo Freire: uma história de vida*. 2ª ed. rev. Atualizada. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, p. 125-152.

componentes está em países da África, da Ásia, da América Latina e do Caribe, do Oriente Médio e das ilhas do Pacífico. O CMI se apresenta como um espaço de reflexão, ação conjunta, oração e trabalho. As Igrejas-membro são chamadas a proclamar a unidade visível da igreja sob uma só fé e uma só unidade eucarística, a promoção de programas de combate à violência, à quebra de preconceitos e discriminações de toda ordem, à busca da justiça e dos direitos humanos e à luta pela integridade da criação, à renovação constante da unidade, do culto, da missão e do serviço (diaconia) (ANDREOLA; RIBEIRO, 2005). Em 1970 Freire foi trabalhar no Departamento de Educação e Formação Ecumênica (Office for Education) do CMI, em Genebra. Vinculado ao CMI, Freire viajou pela África, Ásia, Austrália, Nova Zelândia, Pacífico Sul e América Central. Suas atividades se desenvolveram especialmente na África, com países que se tornaram independentes do jugo colonial português. O objetivo de Freire e sua equipe do IDAC foi a de contribuir na organização dos sistemas de educação dos países africanos, sempre a partir de um princípio básico: a autodeterminação (...). Da sua experiência de 10 anos no CMI Freire declarou em entrevista ao jornal *One World*, do CMI, em julho de 1980, quando de retorno ao Brasil, que o tempo passado no CMI foi um dos melhores da sua vida, apesar da distância do seu país, de suas raízes e do seu povo. (RIBEIRO, 2017 Apud STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2017, p. 90).

Em 1971, Paulo Freire e um grupo de brasileiros: Elza Freire, a primeira esposa de Paulo, Claudius Ceccon, Rosiska e Miguel Darcy de Oliveira - fundam o Instituto de Ação Cultural, IDAC (FREIRE, 2017). A vivência forçada em vários países devido ao exílio, Freire chamou de “contextos de empréstimo”.

É difícil viver o exílio. Esperar a carta que se extraviou a notícia do fato que não se deu. Esperar às vezes gente certa que chega às vezes ir ao aeroporto simplesmente esperar, como se o verbo fosse intransitivo. É muito mais difícil viver no exílio se não nos esforçamos por assumir criticamente seu espaço-tempo como a possibilidade de que dispomos. É esta capacidade crítica de mergulhar na nova cotidianidade, despreconceituosamente, que leva o exilado ou a exilada a uma compreensão histórica de sua própria situação. É por isso que, uma coisa é viver a cotidianidade no contexto de origem, imerso nas tramas habituais de que facilmente podemos emergir para indagar, e outra é viver a cotidianidade no contexto de empréstimo, que exige de nós não só fazermos possível que a ele nos afeiçoemos, mas também que o tomemos como objeto de nossa reflexão crítica, muito mais que fazemos no nosso (FREIRE, 2017, p. 181-182).

Exilado em países com histórias e culturas diversas da sua, Freire aprendeu que não existem culturas melhores ou piores do que outras; elas são diferentes. Como o próprio Freire destaca a cotidianidade no contexto de empréstimo lhe permitiu a reflexão crítica sobre o seu estar sendo naquele tempo, fazendo o esforço

de compreendera formação histórica do Brasil, que culminou no golpe civil-militar e o obrigou ao exílio.

Trabalhando no Conselho Mundial de Igrejas e no IDAC, Paulo Freire conheceu grandes teólogos e intelectuais das mais diversas áreas, estabelecendo com estes, conseqüentemente, uma rede capilarizada de relações profissionais acadêmicas e, como era da característica de Paulo Freire, uma rede de relações de amorosidade (FREIRE, 2017). Sobre o IDAC:

(...) O IDAC representa uma plataforma para o diálogo das ideias e experiências de Paulo Freire com outras realidades socioeducativas. Ao longo da década de 1970, o IDAC realiza seminários e debates sobre a educação, sociedade e política na Europa e na América do Norte. Novos temas começam a ser abordados: a emergência das mulheres como fator de democratização das sociedades, a formação política dos operários, a relação entre educação e desenvolvimento, a crítica da escola nas sociedades avançadas. O IDAC serve de base institucional para o envolvimento de Paulo Freire e sua equipe na implantação de programas de alfabetização de adultos nos países africanos recém-libertos da dominação portuguesa: Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe. As constantes viagens à África e o enfrentamento com uma realidade que, por alguns traços, lembra fortemente o Nordeste brasileiro, revigoram em Paulo Freire a alegria de viver e criar. Como relatado no livro *Cartas a Guiné-Bissau*: registro de uma experiência em processo, a autoridade moral de Paulo e a clareza de suas ideias influenciaram os dirigentes dos movimentos de libertação no poder na busca de uma relação inédita entre cultura e poder. Em 1979, com a anistia e a redemocratização do Brasil, Paulo e a equipe do IDAC retornam ao Brasil. É o tempo da educação popular, das comunidades eclesiais de base e do novo sindicalismo, que reinventam a educação e a política. A convite do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, o IDAC presta assessoria a iniciativas educativas da Arquidiocese de São Paulo (...). Em 1982 Paulo Freire deixa a presidência do IDAC para se dedicar à escrita e às atividades acadêmicas (...) (OLIVEIRA, 2017 Apud STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2017, p. 214-215).

Graças às duas instituições, Freire pôde percorrer os quatro cantos do mundo, visitando países na África, Américas, Ásia, Europa e Oceania. Tornou-se “andarilho da utopia” ¹⁶³ (BRANDÃO, 2017 Apud STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2017, p. 41) no mundo e com o mundo.

¹⁶³ Sobre o conceito detalhado de ANDARILHAGEM em Paulo Freire escrito por Carlos Rodrigues Brandão, conferir no “Dicionário Paulo Freire”, 3ª edição, 2017, p. 41-42.

Figura 52– Entrevista de Paulo Freire na Guiné-Bissau, 1974.



(Fonte: <<http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/422>> acesso em 28.11.2019)

No contexto de viagens e trabalho intenso no IDAC, Paulo Freire recebeu uma carta convite de Mário Cabral, primeiro Comissário de Educação do governo da Guiné-Bissau. Na carta, Cabral convidava Freire e demais membros de sua equipe para visitar a Guiné-Bissau e colaborar na campanha de alfabetização de adultos, já em processo pelo menos desde os anos 1960. A alfabetização e a educação de um modo geral representavam um dos grandes desafios na longa caminhada do processo de reconstrução nacional (Freire, 1978). Freire (1978) afirma, em resposta a Mário Cabral, que não havia outra resposta senão aceitar o convite mantendo sua coerência política.

Mas, fundamentalmente sabíamos que a ajuda que nos pediam só seria verdadeira na medida em que, em seu processo, jamais pretendêssemos ser os exclusivos sujeitos dela, reduzindo, assim, os nacionais que a solicitavam, a puros objetos da mesma. A ajuda autêntica, não é demais insistir, é aquela cuja prática os que nela se envolvem se ajudam mutuamente, crescendo juntos no esforço comum de conhecer a realidade que buscam transformar. (FREIRE, 1978, p. 15).

A história da Guiné-Bissau não era desconhecida de Freire, que estava a par dos esforços do PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde¹⁶⁴ - para libertar os povos destes dois países da exploração colonial de Portugal, que já durava mais de meio milênio. “Não nos era estranha, de modo algum, a luta em que o povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde, sob a liderança extraordinária de Amílcar Cabral e de seus camaradas do PAIGC”, pois “se tinha empenhado para a expulsão do colonizador português” (FREIRE, 1978, p. 15).

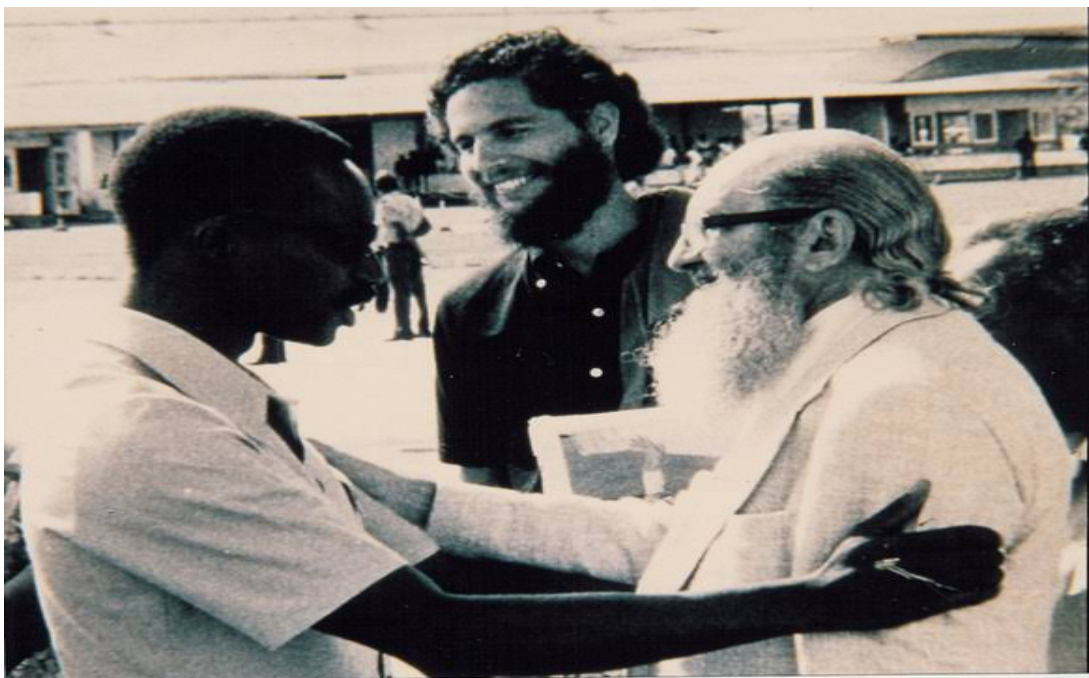
Na correspondência Cabral convida Paulo Freire para visitar e contribuir no processo de alfabetização de adultos em Guiné. Freire (1978) afirma que não havia outra resposta senão aceitar o convite mantendo sua coerência política.

Mas, fundamentalmente sabíamos que a ajuda que nos pediam só seria verdadeira na medida em que, em seu processo, jamais pretendêssemos ser os exclusivos sujeitos dela, reduzindo, assim, os nacionais que a solicitavam, a puros objetos da mesma. A ajuda autentica, não é demais insistir, é aquela cuja prática os que nela se envolvem se ajudam mutuamente, crescendo juntos no esforço comum de conhecer a realidade que buscam transformar. (FREIRE, 1978, p. 15).

Em complemento, Freire esclarece sua contribuição e de sua equipe como militantes engajados e contribuiria de fato após conhecer a realidade da Guiné-Bissau, conhecendo todo o território em oportunidades entre 1974-78.

¹⁶⁴ Várias agremiações partidárias foram criadas na Guiné para reivindicar a independência nacional, como pode ser verificado em Monteiro (2011, p. 234). Mas apenas o PAIGC conseguiu se destacar e alcançar legitimidade suficiente para aglutinar diferentes grupos étnicos em torno da unidade e luta contra os colonizadores portugueses em Cabo Verde, na Guiné Portuguesa e em outras colônias de Portugal na África (Monteiro, 2011). O PAIGC foi fundado em 1956 por Amílcar Cabral e outros, com o nome inicial de PAI, Partido Africano para a Independência. A modificação do nome se deu por dois motivos: para se diferenciar de uma agremiação partidária de mesmo nome no Senegal e para a unificação da luta pela independência com Cabo Verde. O partido não tinha como primeira opção a luta armada. Seu plano A era a pressão política nacional e a opinião pública internacional, que via a manutenção de colônias como símbolo de atraso em pleno século XX. Sua criação se deu em reunião fora do país, na Guiné Conacri, independente desde 1960. Agremiações partidárias e sindicatos eram proibidos pela administração colonial portuguesa, exceto se atrelado às condições impostas pelas autoridades administrativas da metrópole.

Figura 53– Mário Cabral, Darcy de Oliveira e Paulo Freire na Guiné-Bissau, entre 1976-78¹⁶⁵.



(Fonte: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/432> acesso em 20.11.2019)

Seu primeiro contato com o continente africano fora visitando a Tanzânia e conhecendo Universidade Dar es Salaam no início dos anos 1970. Ao pisar o solo de África, na Tanzânia, disse sentir-se como alguém que retornava para casa, não como quem visitava o continente pela primeira vez.

Meu primeiro encontro com a África não se deu, porém, com a Guiné-Bissau, mas com a Tanzânia, com a qual me sinto, por vários motivos, estreitamente ligado. Faço esta referência para sublinhar quão importante foi, para mim, pisar pela primeira vez o chão africano e sentir-me nele como quem voltava e não como quem chegava (...). Daquele momento em diante, as mínimas coisas – velhas conhecidas – começaram a falar a mim, de mim. A cor do céu, o verde-azul do mar, os coqueiros, as mangueiras, os cajueiros, o perfume de suas flores, o cheiro da terra; as bananas, entre elas a minha bem amada banana-maçã; o peixe ao leite de coco; os gafanhotos pulando na grama rasteira; o gingar do corpo das gentes andando nas ruas, seu sorriso disponível à vida; os tambores soando no fundo das noites; os corpos bailando e, ao fazê-lo, “desenhando o mundo”, a presença, entre as massas populares, da expressão de sua cultura, que os colonizadores não conseguiram matar, por mais que se esforçassem para fazê-lo, tudo isso me tomou todo e me fez perceber que eu era mais africano do que pensava. (FREIRE, 1978, p. 13-14).

¹⁶⁵ No livro de Walter Kohan: Paulo Freire mais do que nunca: uma biografia filosófica (2019) está mesma imagem está com data de 1978.

A forte experiência de reviver cheiros, cores e sabores resultaram em muito mais que um momento de nostalgia, de sentir-se no contexto de origem estando no de empréstimo. Freire usou de sua curiosidade epistemológica para penetrar na realidade tanzaniana e bissau-guineense. O gingar dos corpos e o som dos tambores, por exemplo, foram dados capturados para entender a diversidade cultural africana e, ao penetrar o legado histórico-cultural da Guiné, trabalhar junto com as autoridades para a superação da educação colonial.

Figura 54– Cronologia biointelectual de Paulo Freire (1921 - 1997)

1921	Paulo Reglus Neves Freire nasce no Recife – PE – Brasil.
1927	Aos seis anos é alfabetizado pelos pais.
1931	Os Freires se mudam para Jaboatão – PE, a 18 quilômetros do Recife.
1934	Morre Temístocles Freire, um homem amoroso e afetuoso, pai de Paulo Freire.
1937	Paulo Freire ingressa no Colégio Osvaldo Cruz, em Recife, como bolsista.
1941	Ganha seu primeiro emprego como docente no Colégio Osvaldo Cruz, sendo convidado a lecionar Língua Portuguesa.
1943	Inicia o curso de Direito na Faculdade de Direito do Recife.
1944	Casa-se com a professora primária Elza Maia Costa Oliveira.
1944	Paulo Freire é dispensado do serviço militar, por estar exercendo a docência.
1947- 1954	Assume a função de Diretor do setor de Educação e Cultura do SESI.
1952- 1961	Professor da Escola de Belas Artes da Universidade do Recife (UFPE).
1954- 1956	Exerce o cargo de superintendente do SESI.
1956- 1964	Teve atuação importante nos quadros do SESI.
1958	Apresenta “A educação de Adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos”, no II Congresso Nacional de Educação de Adultos.
1959-	Defende a Tese “Educação e Atualidade Brasileira” e obtém o título de Doutor em

1960	Filosofia e História da Educação, na Universidade do Recife.
1961	Torna-se Livre-Docente da escola de Belas Artes da Universidade do Recife, assumindo a Cadeira de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Recife.
1962	Cria o Serviço de Extensão Cultural (SEC), da Universidade do Recife e foi seu diretor até 64
1962-1963	Desenvolve as primeiras experiências de alfabetização de adultos, no Recife, utilizando o “Método Paulo Freire”.
1963	Extende a experiência com seu Método para Natal (RN), João Pessoa (PB) e Angicos (RN). Em Angicos alfabetiza 300 trabalhadores. Este trabalho obteve grande repercussão nacional e internacional
1963	Extende a experiência com seu Método para Natal (RN), João Pessoa (PB) e Angicos (RN). Em Angicos alfabetiza 300 trabalhadores. Este trabalho obteve grande repercussão nacional e internacional
1964	Coordena o “Programa Nacional de Alfabetização”, no governo João Goulart.
1964	Golpe Militar no Brasil: instaura-se a ditadura. Paulo Freire é preso (prisão política) por 70 dias.
1964	Paulo Freire exila-se na Bolívia, por pouco tempo. Neste mesmo ano exila-se no Chile por causa do golpe militar na Bolívia.
1967	Publica, no Brasil, Educação como prática da liberdade
1969	Leciona na Universidade de Harvard, por dez meses.
1970	Publica, nos Estados Unidos, Pedagogia do Oprimido.
1970	Muda-se para Genebra para trabalhar como consultor do Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas.
1971	Paulo Freire e um grupo de brasileiros fundam o Instituto de Ação Cultural (IDAC).
1975-1979	Atua com a equipe do IDAC nos programas de educação e de alfabetização da Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola e São Tomé e Príncipe, na África.
1979	Pressionado pelos “exilados internos”, o governo militar foi obrigado a conceder a Anistia. Paulo obteve, então, seu primeiro passaporte e visita o Brasil.
1980	Depois de 16 anos, Paulo Freire volta, definitivamente, do exílio.
1980	Ingressa como docente na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).
1980-1990	Professor da Universidade Estadual de Campinas–UNICAMP.
1986	Recebe o prêmio “Educação para a Paz” da UNESCO, em Paris-França.

1986	Falece Elza Maia Costa Oliveira Freire, a primeira esposa de Paulo Freire.
1988	Casa-se com a professora universitária Ana Maria Araújo Hasche, depois Freire.
1989	Assume a Secretaria de Educação do Município de São Paulo, na gestão de Luiza Erundina. De 1989 a 1991, atuou no sentido de “mudar a cara da escola”, na política popular de educação. Implementou o projeto MOVA-SP (Movimento de Alfabetização de Adultos).
1991	Participa da criação do Instituto Paulo Freire.
1992	Publica Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido
1996	Publica Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.
1997	Falece Paulo Freire aos 75 anos, no dia 2 de maio, de infarto agudo do miocárdio, na cidade de São Paulo.

Fonte: (VALE; GORGE; BENEDETTI, 2005, p.64)

Neste capítulo evidenciamos e analisamos da melhor maneira possível algumas dimensões da trajetória de vida e o legado intelectual de Amílcar Cabral e Paulo Freire, destacando algumas coincidências ilustrativas e convergências de pensamento. Usando a expressão síntese de Mário de Andrade, tanto Cabral como Freire eram especialistas na “captação do homem”, ou seja, viver em comunhão. Comungar com as pessoas, “compartilhar” ¹⁶⁶, partilhar com alguém valores e sonhos de outro mundo possível. No caso de Cabral, outra Guiné-Bissau possível, com uma “nova mulher” e um “novo homem”. É por meio da educação ampliada que se atinge tal objetivo. O próximo capítulo é o processo de busca de um sonho tão caro à Amílcar Cabral.

¹⁶⁶ (DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO ILUSTRADO LAROUSSE, 2007, p. 286)

CAPÍTULO IV - “SENTADO À SOMBRA ACOLHEDORA DE UMA ENORME ÁRVORE, CONVERSANDO COM HOMENS GRANDES”: O PROCESSO DA DESCOLONIZAÇÃO COGNITIVA

*Toma os meus braços para abraçares o Mundo,
dá-me os teus braços para que abrace a Vida.
A minha Poesia sou eu.*

(Amílcar Cabral) ¹⁶⁷

“Amílcar Cabral sabia que os canhões sozinhos não faziam a guerra...”

(FREIRE, 1978, p. 24)

4.1- A escola corânica e a escola colonial dos “comedores de porcos” no Mali, África Ocidental Francesa.

“Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é a sua visão do mundo”, afirma Leonardo Boff (1998, p. 09). Amadou Hampâté Bâ relata em “A escola dos brancos”, uma das histórias de “Amkoullel, o menino fula” (2003), a sua saga de como foi educado na escola ocidental francesa no Mali. A cada ano um menino de cada setor de sua cidade Bandiagara (Mali) ¹⁶⁸ era escolhido para estudar na escola dos brancos.

Essa preparação era necessária para se tornar funcionário da burocracia colonial francesa. Um africano malinês mesmo ocupando uma posição de prestígio do alto escalão era, em última instância, subalterno, pois sua palavra não se sobrepunha a da chefia local que era ocupada por um colono branco francês (BÂ, 2003). Nós apontamos algo muito semelhante na burocracia colonialista portuguesa em África.

¹⁶⁷ CABRAL, Amílcar. “A minha poesia sou eu”. Publicado originalmente em uma edição da Revista Seara Nova, 1946. Disponível em: <<https://garcote.blogs.sapo.cv/4817.html>> acesso em 26.12.2019.

¹⁶⁸ Esse procedimento se repetia, de maneira geral, na extensa África Ocidental Francesa.

Do ponto de vista do alto chefe francês que o menino Hampâté Bâ conheceu, a bela língua francesa era o idioma da civilização e do poder (BÂ, 2003, 209-283). O menino Hampâté foi tirado à força de sua vida feliz na escola corânica e obrigado a passar pela escolarização ocidental imposta pelo colonialista francês. Não havia a possibilidade de recusa no caso, se um chefe de um dos chamados setores de Bandiagara escolhesse um determinado menino a mando do chefe maior da circunscrição.

Do ponto de vista do branco europeu, a escolha para ir à escola dos brancos era uma ótima oportunidade. De outro ponto de vista a obrigatoriedade de ir estudar na escola dos “comedores de porcos”, como os franceses eram chamados, era a pior coisa que podia acontecer para uma criança muçulmana iniciada na educação corânica (BÂ, 2003, 209-283).

Todo “cidadão” colonizado tinha que “prestar serviços voluntários” em retribuição ao “desenvolvimento” que a metrópole francesa alegava fazer nas colônias. Caso um funcionário da administração local, no Mali, ou um colonizado qualquer cometesse qualquer falta grave, o pior dos castigos não era ser enjaulado na prisão ou quebrar rochas com uma enorme bola de aço presa ao tornozelo (BÂ, 2003, p. 209-283).

O pior dos castigos difundido na *psiquê* coletiva dos colonizados seria ser forçado a beber vinho tinto francês misturado com leite de porca, já que os muçulmanos não consomem bebidas alcoólicas e não comem carne suína. Fazer duas coisas totalmente proibidas pelo Alcorão, mesmo que contra a vontade individual, era um largo passo para uma condenação “à infelicidade eterna, ao convívio com o grande satã” (VAZ, 2002, p. 54). A existência de um castigo pior que as dores físicas, que pode condená-lo à permanência eterna do inferno é uma maneira eficiente de provocar temor, obter obediência e evitar surtos de rebeldia colonizada.

Para os colonialistas franceses, os hábitos culturais, religiosos e as línguas dos colonizados muçulmanos eram o símbolo do atraso civilizatório. O chefe regional, obviamente francês, faz uma pergunta ao menino Hampâté Bâ: “você quer ir à escola para aprender a ler, a escrever e falar o francês que é uma *língua de chefe*,

uma língua que faz adquirir *poder e riqueza?*” ¹⁶⁹ (BÂ, 2003, p. 220). Do outro ponto de vista dos malineses muçulmanos, como o então menino Hampâté (BÂ, 2003, p. 209-283), o consumo de vinho e a ingestão de carne suína eram e são atitudes totalmente condenáveis sob o ponto de vista do cânone sagrado dos muçulmanos que é o Alcorão. Duas visões do mundo da cultura e da história que considera uma à outra como atrasadas. Os malineses, colonizados pelos franceses, os consideravam pecaminosos.

Outra história interessante contada por Hampâté Bâ (2003) por meio de sua prodigiosa memória tem um conteúdo escatológico. O historiador malinês conta que alguns assuntos sobre os brancos eram tabus, ou mesmo legendários. O primeiro tema era o lixo produzido pelos colonos. Outra lenda bem estranha era o debate sobre a cor negra das fezes dos colonos brancos, tão negra quanto a pele dos colonizados, devido à sua dieta de ingestão de vinho e carne suína. A curiosidade juvenil superou a proibição expressa de ultrapassar os limites da cidade branca e explorar o lixo dos colonos para encontrar coisas reutilizáveis e até brinquedos.

Outro exemplo de assimilação por meio da escola colonial é aquele do famoso historiador de Burquina-Fasso, Joseph Ki-Zerbo, que fala de seu próprio processo educacional na perspectiva cognitiva colonial francesa. O processo de assimilação passou por fazer os “estudos no âmbito francês, com manuais franceses” (KI-ZERBO, 2006, p. 14). Destaca-se que “não havia nada no programa que tratasse da África”. Ki-Zerbo fala de uma “formação deformada”, pois o alunado repetia “maquinalmente o que queriam inculcar-nos” (KI-ZERBO, 2006, p. 14). Um depoimento contundente da educação bancária colonial. Ki-Zerbo, viaja para a França para continuar seus estudos na Universidade de Paris I, e lhe causou grande incomodo o fato de não ter qualquer disciplina referente à história da África no currículo acadêmico, tanto na graduação, como no doutorado na Sorbonne.

Esse vazio histórico, de conhecimento de seu próprio continente, o levou a dedicar-se a investigação sobre a África. Trata-se de um currículo colonizado e ensinado de forma bancária (FREIRE, 2011, p. 79-86), ao recorrer à repetição mecânica e incutir o conteúdo nas vasilhas ocas, que são as cabeças vazias dos alunos (as) colonizados (as), preenchidas com a história da legítima civilização

¹⁶⁹ O destaque é nosso.

ocidental que é no caso de Cabral e Ki-Zerbo. É a “educação como prática da dominação”, com o objetivo de “acomodação” dos oprimidos do sistema colonial português em África “ao mundo da opressão” (FREIRE, 2011, p. 92).

Analisando por outra dimensão, a educação ocidental francesa imposta à Hampâtê Bâ e a Ki-Zerbo, cheia de pré-conceitos e estereótipos em relação ao continente africano e aos colonizados, foi utilizada por ambos para justamente romper com o paradigma cognitivo colonial que sempre tiveram contato nos manuais escolares, em obras científicas e na própria universidade metropolitana. No caso de Ki-Zerbo, o que o incomodava era o silêncio, a ausência de pesquisas e de uma Literatura de referência sobre a História do continente africano.

Nada justifica a violência, muito menos ainda no âmbito da escola. Tomaram para si os instrumentais da Ciência colonial para descolonizá-la, africanizar a África. Appiah¹⁷⁰, filósofo britânico de descendência ganesa, destaca que “até as crianças, arrancadas da cultura tradicional de seus pais e avós”, como aconteceu com o menino malinês Hampâtê Bâ, “e colocadas nas escolas coloniais, estavam, ainda assim, imersas numa experiência primária de suas próprias tradições” (APPIAH, 1997, p. 25).

Mesmo que seja uma hipótese plausível, a resistente imersão das crianças na cultura original não anula a ação violenta do colonialismo francês. Kwame Appiah afirma ainda, tendo como base os contextos da África anglófona e francófona, o que nos permite inferir que de certo modo ocorreu o mesmo na África lusófona, que a escolarização colonial fracassou “em seu propósito de ‘libertar’ seus objetos”, os colonizados, “de suas raízes culturais” (1997, p. 28).

¹⁷⁰Kwame A. Appiah nasceu em Londres em 1954. Gana alcançou sua independência em 1957, quando tinha apenas 3 anos. Appiah passou pela infância, juventude e chegou à fase adulta na Gana pós-descolonização.

4.2- A escola colonial: uma síntese histórica

A escola colonial tinha por objetivo a “desafricanização” dos (as) africanos (as) (FREIRE, 1978, p. 20). A igreja católica, de acordo com a citação abaixo retirada de TCHUDA (2017, p. 26), teve grande participação no processo de desafricanizar:

A igreja educava nos moldes da religião e da cultura portuguesa e o governo usava essas pessoas que foram civilizadas, pela igreja, para seus fins econômicos, ou seja, usavam essas pessoas para servirem de intermediários com a população indígena ou também para trabalharem por eles. A educação dos africanos, principalmente dos guineenses, nunca foi no nível tão alto porque isso poderia criar ameaças na administração colonial. Os pequenos números recebiam instruções (educação) com uma única finalidade: apoiar a hegemonia portuguesa e servir de intermediária entre a administração colonial e a população autóctone (indígena). O segundo objetivo era, que o colonialismo pretendia falsificar a história colonial portuguesa na África, porque segundo os cronistas portugueses, os governos coloniais desviaram dos seus objetivos, ou seja, a missão principal já não está sendo cumprida. Essa falsidade continha a glorificação do passado, que se destinava a despertar um patriotismo que levasse o próprio regime português a considerar a política oficial (as guerras coloniais), como um dever nacional e justificava para o mundo a intenção de apresentar o colonialismo como uma contribuição religiosa para o progresso da humanidade (FERREIRA, 1977 apud CÁ, 2015, p. 212).

Em complemento, o império colonial português era ele próprio, “uma grande escola”. O Dr. Agostinho de Campos (1870-1944), escritor, professor e jornalista português, convidado a colaborar com a edição número 01 da revista Portugal Colonial¹⁷¹, abre seu texto com as seguintes indagações: “Por que é que se coloniza? Para que se teem colônias? Que sentido se contém hoje em dia na expressão “império colonial”? (CAMPOS, 1931, p. 05).

A visão paternalista do autor defende a pretensa proteção dos povos que ele julga órfãos da história e da civilização, no estágio ainda infantil da mesma, incapazes de “disponerem de si próprias” (CAMPOS, 1931, p. 05). O colaborador articulista Dr. Campos sustenta os “motivos puramente naturais e humanos” para se

¹⁷¹Portugal Colonial: revista mensal de propaganda e expansão colonial. Lisboa, ano 01, nº 01, mar / 1931. **Hemeroteca digital da Câmara Municipal de Lisboa.** Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/PortugalColonial/N01/N01_master/PortugalColonialN01.pdf acesso em 03.05.2019.

colonizar, e fecha determinado parágrafo de seu texto respondendo as indagações iniciais. Vejamos:

Coloniza-se porque é sábio. Tem-se colônias para dar aula. E um império colonial não pode ser hoje em dia, senão uma espécie de colégio ou kindergarten – jardim-de-infância para povos, onde uma nação mestra, que adora crianças, ensina os meninos brincando, e sem lhes dar com a palmatória (CAMPOS, 1931, p. 05).

Não se menciona em momento algum no artigo a exploração econômica, a formação social piramidal guiada pelo racismo e exclusão econômica. Entendidos os povos africanos colonizados como crianças, são lhes ensinados conteúdos que os levarão a ser adultos, como Portugal, num futuro próximo. Agostino de Campos alega que se ensina sem o uso da violência, dos golpes de palmatória. O depoimento do guineense Estevão António Tavares, 28 anos, perante a Comissão Especial da ONU em 1962¹⁷² demonstra o funcionamento do processo de expulsão do racismo segregador que toma forma com a junção de dois elementos: o elemento econômico e a cor preta da epiderme das crianças.

Embora o ensino seja, em princípio, gratuito, uma grande parte das crianças mestiças e negras assimiladas é forçada a abandonar os estudos por falta de meios para aquisição do material escolar e até de vestuário (roupas e calçado) que são obrigadas a possuir para entrar na escola. (TAVARES, 1962,).

Mário Cabral, primeiro Comissário de Educação e Cultura na Guiné independente e que convidou Freire a trabalhar com a reconstrução nacional guineense, desmente a alegação de Campos (1931) ao registrar o seguinte:

O professor era o homem que sabia tudo e que ensinava tudo, os alunos só tinham que aprender. E tinham que aprender, porque se não aprendessem apanhavam de palmatória. Eu ainda fui do tempo da palmatória, da vara. (...) éramos nós que batíamos em substituição ao professor. (...) Ele utilizava os velhos métodos, em que a pancada era a chave para abrir as

¹⁷² “O ensino na Guiné ‘Portuguesa’” (Estevão António Tavares). Depoimento na Comissão Especial na ONU, 1962. Casa Comum, Fundação Mário Soares, Fundo Documentos Amílcar Cabral, Pasta 07072.127.010. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/>>

consciências (...). O relacionamento entre os professores e os alunos era muito hierarquizado. (...) na minha quarta classe freqüentei uma escola missionária. E aí havia outro espírito, um espírito missionário, de tentar evangelizar. (CABRAL, 2003 Apud FREIRE, 2003, p. 172-173).

Como os colonizados africanos se assemelham a crianças e não conseguem governar a si próprios, as pancadas com a palmatória e vara justificam-se, apesar do grau elevado da violência, quando eram os próprios alunos que castigavam uns aos outros.

O violento processo de “desafricanização das consciências”, citado acima, é combatido por Amílcar Cabral na luta de libertação nacional; e também, em certa dimensão, por Freire, desde Angicos, no Rio Grande do Norte, e principalmente a partir do momento em que começou a colaborar com a experiência revolucionária de educação que estava em processo naquele momento na Guiné-Bissau. Para FANON (2008, p. 27), os colonialismos causaram, ao longo de séculos, “anomalias afetivas” nas populações colonizadas, afetando o “complexo psicoexistencial” coletivo (2008, p. 27). Visto que a colonização foi um processo longo, curar tais anomalias afetivas é um processo contínuo de descolonização cognitiva.

Por essa razão, a libertação nacional torna-se ao mesmo tempo, “uma autêntica desalienação” (FANON, 2008, p. 29), uma desalienação cognitiva, um fator cultural e um fator da cultura. Por um lado, a luta de libertação nacional necessita, para se fortalecer, do apoio do fator cultural, vale dizer, da educação da população, como pensava Amílcar Cabral (1978). Por outro lado, a cultura precisa se libertar do colonialismo que a domina e a libertação nacional se torna um fator da cultura. Uma cultura nova em processo de criação; ousamos acrescentar ao pensamento de Amílcar Cabral (2008).

4.4- As escolas do mato: quase sempre não tinham teto, não tinham quase nada.

A formação educacional do povo guineense era primordial para Cabral na reconstrução de uma nova Guiné-Bissau independente e soberana. Havia duas

lutas. A luta armada e a luta pela educação em sentido amplo, mas principalmente na alfabetização de adultos, pois o índice de analfabetismo na perspectiva da Língua portuguesa¹⁷³ era imenso.

Tabela 4 Analfabetismo nas colônias de expressão portuguesa em África - 1950.

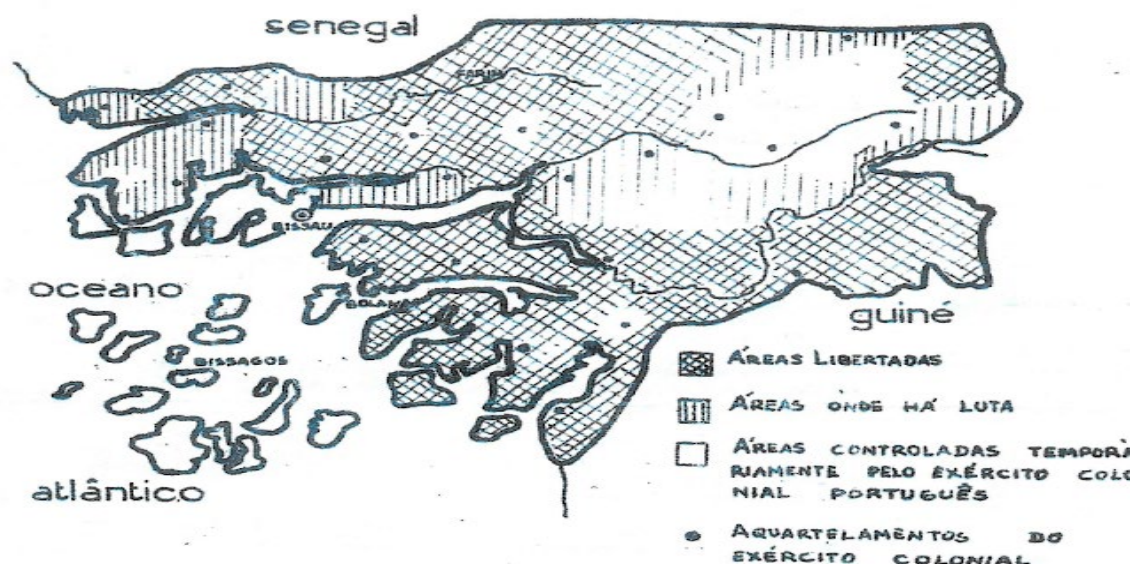
Colônia	População total	População Analfabeta	Porcentagem dos analfabetos
Angola	4.125.226	4.019.834	96,97%
Cabo verde	148.331	116.884	78,50%
Guiné-Bissau	510.777	504.928	98,85%
Moçambique	5.738.911	5.615.053	97,86%

(Fonte: Instituto nacional de Estatística [ALMEIDA, 1981, p. 40 Apud TCHUDA, 2017 p. 26]).

As informações acima nos dão a dimensão do trabalho hercúleo do povo guineense em reconstruir a nação. Esta aí na pressa de Cabral em formar os melhores quadros entre a população. Foi nas áreas libertadas que o PAIGC construiu escolas na floresta nos anos 1960. Escolas precárias com mesas e bancos improvisados feitos com madeira bruta oriunda da própria floresta. Uma campanha de alfabetização em meio da brutalidade da guerra, com crianças descalças pisando o chão da própria floresta.

¹⁷³ O tema lingüístico não foi resolvido até hoje na Guiné-Bissau. Existe a chamada língua oficial que se ensina nas escolas e a língua de comunicação do Estado. O Crioulo, chamado de Língua Nacional, é a língua franca que aglutina todas as etnias, mas que não tem um alfabeto padronizado e não é ensinado nas escolas nos moldes do Português.

Mapa 5— Áreas libertadas da Guiné-Bissau e aquelas ainda sob domínio provisório do colonialismo português, 1972.



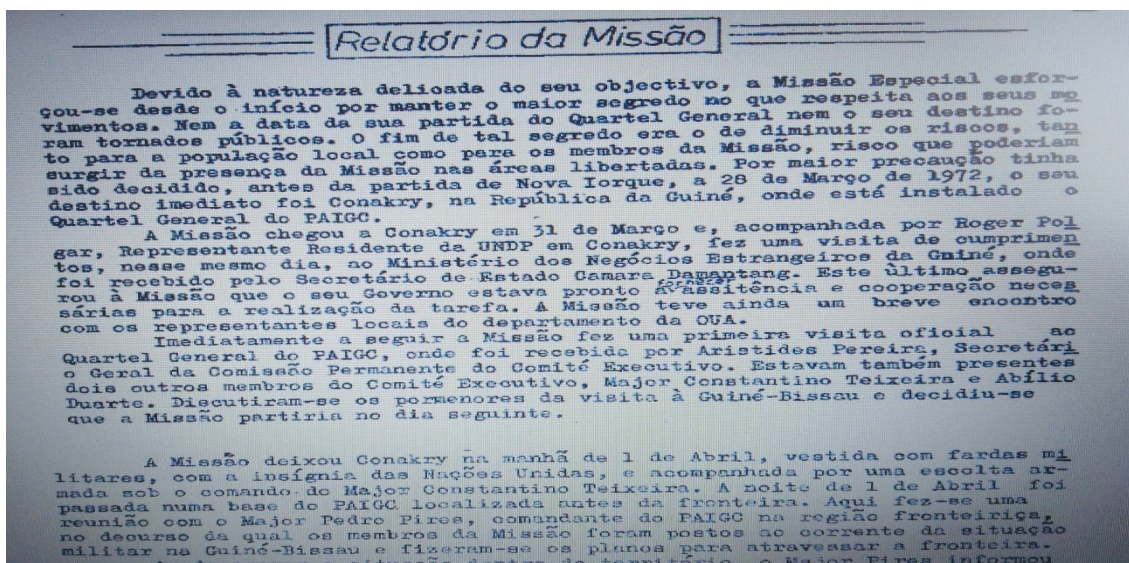
(Fonte: Luís Graça & Camaradas da Guiné. Disponível em: <http://camaradas10.rssing.com/channel-40597126/all_p242.html> acesso em 16.12.2019).

Esse mapa acima que garimpamos muito para encontrar, demonstra a conjuntura da guerra de libertação nacional no início dos anos 1970, mais especificamente um mapa que compõe a capa do relatório de uma missão na ONU enviada à Guiné em 1972¹⁷⁴ para visitar as regiões libertadas. O relatório foi publicado originalmente com o nome: "*Report of the Mission of the United Nations Special Committee on Decolonization after visiting the liberated Areas of Guinea-Bissau (A/AC. 109/L. 804; 3 July 1972)*"¹⁷⁵ (LUÍZ GRAÇA & CAMARADAS DA GUINÉ, s/d, online).

¹⁷⁴ Essa é a mesma missão da ONU na qual menciona Cabral no seu último discurso transmitido pela Rádio Libertação nos primeiros dias de janeiro de 1973, antes de ser assassinado no dia 20 de janeiro: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RAbQNs9T9dk> acesso em 16.12.2019.

¹⁷⁵ "Relatório da Missão do Comitê Especial das Nações Unidas para Descolonização depois de visitar as áreas libertadas da Guiné-Bissau, 3 julho de 1972". Não foi possível encontrar o Relatório original publicado em Inglês. O relatório em Português encontrado na internet foi traduzido pelo PAIGC e não se sabe quem foram os tradutores. Além disso, não se pode descartar possíveis alterações feitas pelo partido. Tradução e adaptação Rafael Domingues da Silva

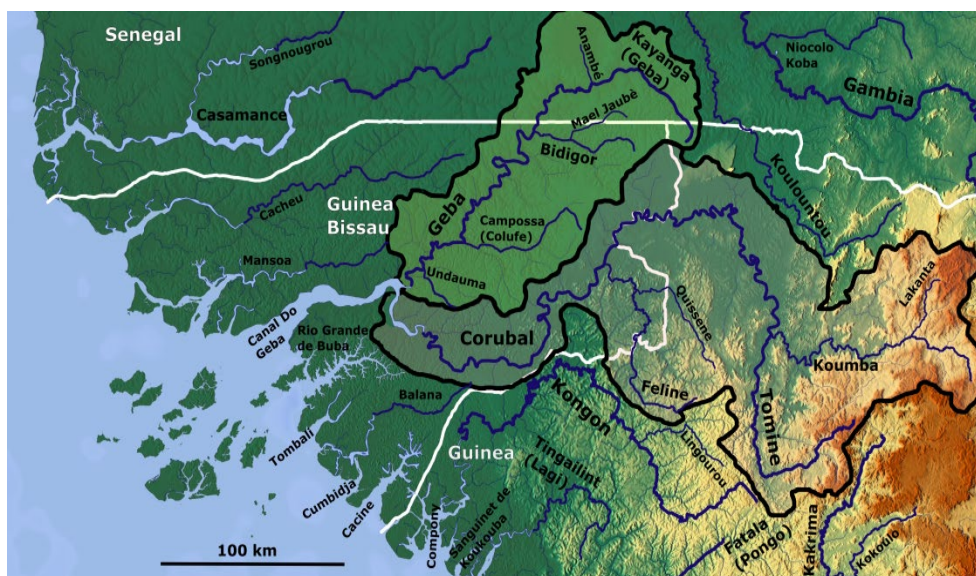
Figura 55– Relatório da Missão especial da ONU, 2 de abril de 1972



(Fonte: Luís Graça & Camaradas da Guiné, s/d. Disponível em:
http://camaradas10.rssing.com/chan-40597126/all_p242.html> acesso em 16.12.2019.)

A missão do Comitê Especial para a Descolonização da ONU viajou, ou pelo menos tentou, viajar secretamente de Nova Iorque até a Guiné Conakry a convite do PAIGC, chegando à capital Conakry em 31 de março de 1972.

Mapa 6– A Guiné-Bissau e os países fronteiriços: Senegal e Guiné Conacri. Observe o Rio Kongon.



(Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Corubal> acesso em 17.12.2019.)

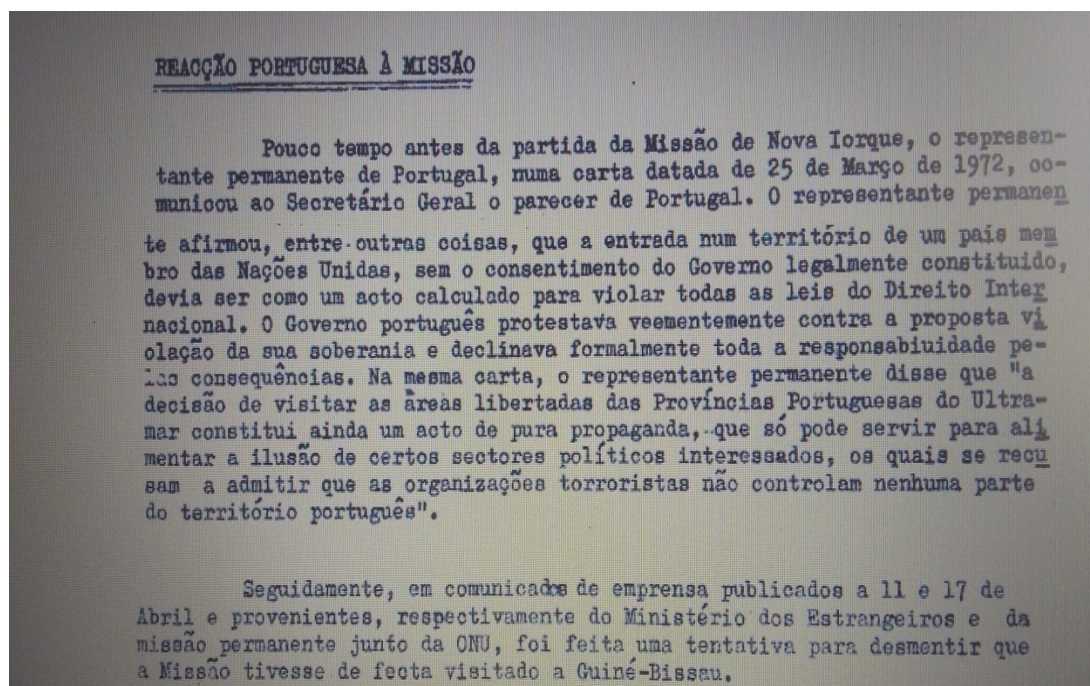
Os três integrantes da missão¹⁷⁶ visitaram o QG do PAIGC em Conakry, sendo recebidos por Aristides Pereira, um dos fundadores do PAIGC. Em seguida deixaram a capital na manhã de 1º de abril de 1972 em direção à fronteira. Devido à existência de áreas de conflito, como se pode verificar no mapa, e de bombardeamentos do exército português, atravessaram a fronteira para a Guiné num jipe na região de Kandiafara, no rio Gogon que pode ser visto no mapa (Rio Kongon, Guiné Konacri), às 23h e 25 min da noite do dia 2 de abril. Estavam acompanhados de 60 soldados do PAIGC (Relatório da Missão Especial da ONU, 1972, s/p). A missão da ONU permaneceu na Guiné visitando as áreas libertadas entre os dias 02 e 08 de abril de 1972¹⁷⁷.

A visita da missão que, a princípio, era para ser secreta, não manteve esse status, pois a representação do Governo Português na ONU já havia tomado ciência da viagem antes de a delegação deixar os Estados Unidos. A reação foi rápida.

¹⁷⁶ Horácio Sevilla Borja (Equador); o presidente da missão Folke Löfgren (Suécia) e Kamel Belkhiria (Tunísia). (Fonte: Relatório da Comissão Especial da ONU, 1972, s/p.)

¹⁷⁷ Comissão especial da ONU visita área libertada da Guiné-Bissau. Casa Comum, FMS, DAC, Pasta 05222.000.044 e 05222.000.136.

Figura 56– A reação portuguesa, Relatório da Missão Especial da ONU, 1972.



(Fonte:

Luís Graça & Camaradas da Guiné. Disponível em: <http://camaradas10.rssing.com/channel/40597126/all_p242.html> acesso em 16.12.2019.)

A representação permanente de Portugal na ONU comunicou o Estado Maior Português na Guiné que mobilizou forças militares com o objetivo de atemorizar os membros da missão, destruir obras / estruturas sociais e culturais que já haviam sido construídas nas zonas libertadas pelo PAIGC e evitar que a população local colaborasse com o êxito da visita (Relatório da Missão Especial da ONU, 1972, online).

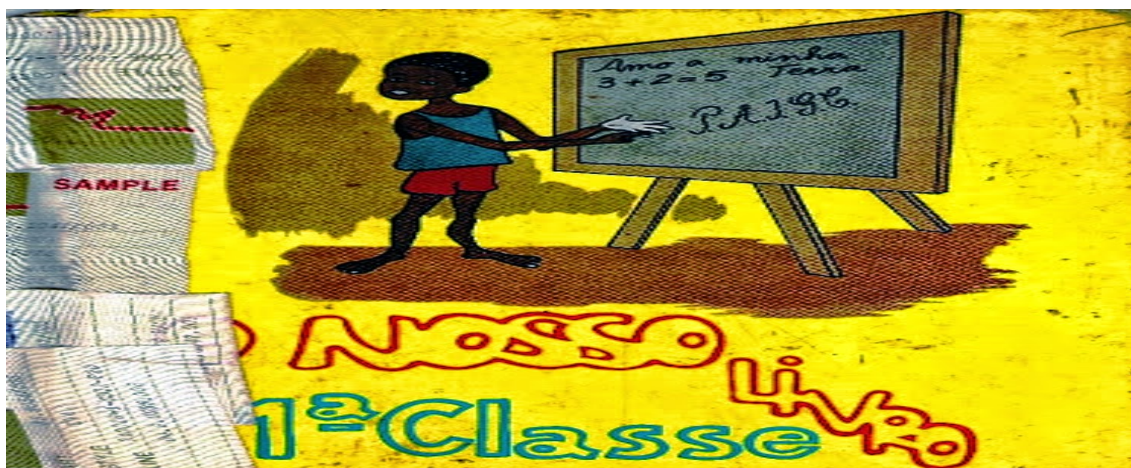
A visita da missão analisou as condições da Educação, Reconstrução da Economia, Saúde, Sistema de Justiça e a construção de uma Assembleia Popular para consolidar a existência da Guiné-Bissau como uma nação livre e soberana.

Figura 57– Jovens seguram o material didático: "O Nosso Livro de 1ª Classe". Guiné-Bissau, nov. 1970.



(Fotógrafo: Knut Andreasson. Fonte: <<https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/2014/11/guine-6374-p13853-da-suecia-com-saudade.html>> acesso em 17.12.2019.)

Figura 58 – Imagem da capa do livro "O Nosso Livro 1ª Classe". Guiné-Bissau, nov 1970.



(Fotógrafo: Manuel Maia. Fonte: <https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/2014/11/guine-6374-p13853-da-suecia-com-saudade.html> acesso em 17.12.2019.)

Como foi dito anteriormente, a Guiné-Bissau recebeu ajuda de diversos países, por meio da ética da ajuda adotada pelo PAIGC que aceitava ajuda dos países que

estivessem dispostos a oferecê-la, sem a imposição de determinadas condições. É o caso da Suécia¹⁷⁸, que forneceu ajuda no campo da educação.

Figura 59– No canto superior esquerdo, delegação sueca visita escola do mato em área libertada da Guiné-Bissau, novembro de 1970.



(fonte: <<http://bissauresiste.blogspot.com/2016/01/manobras-para-interromper.html>> acesso em 19.12.2019).

As duas pessoas que estão no canto superior esquerdo da imagem são provavelmente o fotógrafo norueguês Knut Andreasson (1887-1980) e a ex-política e ex-oradora do Parlamento da Suécia Birgitta Dahl (1937-), visitando uma “escola do mato”, tomando conhecimento *in loco* os esforços do povo guineense da dimensão educacional, já que, mais uma vez recordando, tanto a Noruega como a Suécia forneceram auxílio não-bélico ao PAIGC. Na visão de Cabral, estes dois países escandinavos forneceram um material mais poderoso do que granadas, minas terrestres, lança foguetes, artilharia antiaérea ou fuzis AK-47: cadernos e livros. Constata-se que os auxílios não vinham propriamente dos governos norueguês e sueco na forma de doações oficiais.

Pelo contrário, tinham origem em grupos da sociedade civil que angariavam recursos financeiros para, entre variados usos, financiar a impressão de materiais didáticos, a exemplo do livro “Nosso Livro 1ª Classe” destacado em imagem anterior.

¹⁷⁸ Cabral, na sua *Análise de alguns tipos de resistência*, afirma que Portugal a romper reações diplomáticas com a Suécia pelo apoio dado ao Paigc (Cabral, 1979)

A Noruega é membro da OTAN, uma organização militar fundada no pós Segunda Guerra Mundial que tinha como objetivo primordial se proteger de um possível ataque soviético e barrar a expansão global do comunismo enquanto ideologia e sistema político de governo.

Figura 60– Cartaz sueco: "Apoie o PAIGC". Comitê Africa do Sul em Uppsala, Suécia, final dos anos 1960.



(Fonte: <https://www.liberationafrica.se/audiovisual/posters/sweden/2008/11/18/supportpaigc/Stod-PAIGC.jpg> acesso em 10.01.2020.)

A Suécia, ao contrário, nunca foi membro da OTAN, mas estava inserida no bloco capitalista da Guerra Fria, e se envolver diretamente na ajuda aos subversivos africanos que tendiam para o comunismo era se indispor com o líder Tio Sam (*Uncle Sam*). Enquanto a OTAN impunha sua influência por meio de sua força belicista, a Suécia buscava atuar na África por meio da diplomacia suave (*Soft Power*) e de paz.

4.5-A Escola Piloto da PAIGC na Guiné-Conacri.

“Se eu pudesse, fazia uma luta só com livros, sem armas”, afirmou uma vez Amílcar Cabral em conversa com Maria da Luz Boal, a Lilica Boal, que assumiu a direção da Escola Piloto do PAIGC, na Guiné Conacri, em 1965, após seu retorno de Portugal. Como as atividades de um partido revolucionário eram clandestinas na

Guiné e nas outras colônias de Portugal, a direção do PAIGC tomava as decisões mais importantes no bureau político do partido no estrangeiro, na Guiné Conacri independente da França.

Um dos legados nefastos dos “tugas” foi “não deixar os nossos filhos avançarem, aprender, entender a realidade da nossa vida, da nossa terra, da nossa sociedade, entender a realidade da África, do mundo de hoje” (CABRAL, 1974, p. 22). Dessa maneira, A Escola Piloto do PAIGC trabalhava o mais rápido possível para reverter a “limitação cognitiva” ao recolocar a escola enquanto direito e não privilégio.

Figura 61 – Maria da Luz Boal (Lilica Boal), na Escola Piloto do PAIGC, recepciona uma delegação da União Soviética. Guiné Conacri, África, 1965.



(Fonte: <<https://www.dw.com/pt-002/lilica-boal-a-eterna-diretora-da-escola-piloto-do-paigc/a-17678843>> acesso em 23.12.2019.)

O pensador italiano Antonio Gramsci afirma que “cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes estratos uma determinada função” (GRAMSCI, 2004, p. 49). Essa determinada função pode ser uma “função tradicional, dirigente ou instrumental” (GRAMSCI, 2004, p. 49). Os colonialistas portugueses permitiram que certo número de pessoas estudassem porque

“precisavam de gente para fazer agentes do colonialismo” (CABRAL, 1974, p. 22). Os agentes do colonialismo, portanto, tinham uma função instrumental gramsciana de manutenção do colonialismo português.

Em oposição à função instrumental colonial, o PAIGC queria tornar realidade o projeto do próprio Cabral de um novo homem e uma nova mulher formados a partir de um paradigma cultural-cognitivo descolonizado. Para concluir esse projeto é preciso um princípio educativo (GRAMSCI, 2004) que o materialize. A criação da Escola-Piloto era a proposta colocada em prática de “um tipo único de escola preparatória (primária-média)”, que tinha o objetivo de levar as crianças e os jovens da nova Guiné-Bissau “até os umbrais da escolha profissional”. Durante sua trajetória por esse modelo de escola preparatória única, a criança, o jovem seria formado “como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige” (CABRAL, 2004, p. 49).

Figura 62 – Amílcar Cabral jogando ping-pong com estudantes da Escola Piloto do PAIGC, Guiné Conacri, 1971. Fotografia: Bruna Polimeni.



(Fonte: Casa Comum, FMS, DAC, Pasta 05359.000.013)

A capacidade de controlar quem dirige é tão ou mais importante do que a capacidade de direção. Controlar quem dirige é definir limites da autoridade. A ausência desses limites no nascente Estado guineense faria reviver (e fez) as

características das relações coloniais, é a manifestação do autoritarismo na vigência de ditaduras. A Escola-Piloto¹⁷⁹, fundada por decisão do 1º Congresso do PAIGC em Cassacá em 1964, visava dar aos filhos de militantes do PAIGC e aquelas crianças e jovens órfãos cujos pais morreram em combate, uma educação completa, desde o jardim de infância até a formação secundária (Ensino Médio).

Figura 63 – Amílcar Cabral (Com as mãos sobre a mesa) no I Congresso do PAIGC em Cassacá, Frente Sul, Guiné-Bissau, entre 13 e 17 de fevereiro de 1964.



(Fonte: Casa Comum, FMC, DAC, Pasta 05360.000.030)

¹⁷⁹ Além da Escola Piloto fundada em Conacri, na Guiné, o PAIGC fundou a Escola Piloto Teranga, na região de Ziguinchor, no vizinho Senegal, com o objetivo de receber crianças refugiadas da guerra colonial. O PAIGC recebeu ajuda fundamental dos vizinhos independentes mais próximos ao longo da luta de libertação nacional. Verificar imagem em: Casa Comum, FMS, DAC, Pasta 05222.000.149

Figura 64— Amílcar Cabral com crianças; provavelmente em área libertada da Guiné ou na Escola Piloto na Guiné Conacri, s/d.



(Fonte: Fundação Amílcar Cabral. Disponível em: <<https://www.voaportugues.com/a/amilcar-cabral-poeta/4215763.html>> acesso em 26.12.2019).

Cabral olha com atenção para as crianças bem próximas a ele. Elas, as crianças, que são “as flores da nossa luta e a razão do nosso combate” (CABRAL, s/d). Amílcar Cabral,

“Antes de ir à frente de combate, visitava as crianças das escolinhas e compartia com elas de seus jogos e de seus brinquedos e a quem tinha sempre uma palavra correta a dizer. Crianças a quem costumava chamar de “flores da revolução” (FREIRE, 1978, p. 24).

Como as crianças eram a razão dos combates pela libertação, Cabral queria que, “mesmo antes da idade escolar, as crianças se” habituassem “a uma certa disciplina coletiva” e adquirissem “noções e aptidões pré-escolares” (GRAMSCI, 2004, p. 38). Se a Escola Piloto era uma instituição mantida pelo Estado nascente, a escola ensinava os princípios ideológicos do PAIGC além das disciplinas normais e atividades físicas e artísticas. A caboverdiana Lilica Boal¹⁸⁰ assumiria a diretoria da

¹⁸⁰ Maria da Luz Boal nasceu em Tarrafal de Santiago, Cabo Verde, em 1934. Estudou em Lisboa nos anos 1950, tendo também frequentado a Casa de Estudantes do Império. Fugiu de Portugal

escola piloto em 1969. A Escola Piloto, em nossa visão, se inspirava nos fundamentos da escola unitária gramsciana (Gramsci, 2004), cobrindo todos os níveis de ensino, desde o jardim de infância até a formação técnica de jovens.

Figura 65 – Jovem numa aula de mecânica de automóveis na Escola-Piloto do PAIGC, Guiné-Conacri (1963-1973)



(Fonte: Casa Comum, FMS, DAC, Pasta 05248.000.027. Acesso em 29.12.2019)

No capítulo anterior abordamos a cooperação internacional com vários países para o treinamento técnico nas mais variadas áreas, como a mecânica de motores movidos a óleo diesel. O objetivo é deixar de depender da ajuda externa, dependência cognitiva, ao longo do tempo com uma juventude tecnicamente qualificada para dar respostas rápidas, em outras palavras, dar uma “prestação produtiva imediata” (GRAMSCI, 2004, p. 36) aos desafios diários da reconstrução nacional. A escola também tinha uma preocupação com o bem-estar físico.

juntamente com um grupo de estudantes angolanos para se juntar a luta de libertação nacional na Guiné.

Figura 66 – Aula de ginástica na Escola-Piloto do PAIGC, Guiné Conacri, 1965.



(Fonte: Casa Comum, FMS, FDAC, Pasta 05222.000.147. Acesso em 29.12.2019)

Para que tenhamos uma mente sã é preciso um corpo são, saudável. Essa relação harmônica dual entre corpo e a mente foi abordada há muitos séculos como, por exemplo, por Platão no *Fédon*. A Escola do PAIGC deu atenção à saúde física dos educandos. A formação dos melhores quadros também passava pela formação de quadros preparados fisicamente para compor as forças guerrilheiras nas frentes de batalha para expulsar o colonizador.

4.6- Português, a língua do colonizador, e a divergências quanto ao ensino do Crioulo como língua oficial.

Freire, depois de sua visita à recém nascida Guiné-Bissau soberana, e ter tomado contato com a história e a diversidade étnica daquele país, chegou à conclusão de que o sucesso limitado das campanhas de alfabetização na Guiné foi a escolha da Língua Portuguesa com idioma oficial a ser ensinado nas escolas do mato para jovens e adultos que nunca tinham tido contato com o Português anteriormente, mas que eram fluentes em suas línguas étnicas maternas e no

Crioulo, a língua que se ramificava em todo o país, mas não chegava a ser hegemônica também.

A língua portuguesa, com suas regras, condutas e normas a seguir não foi, inicialmente, inteiramente assimilada pelos originais. Eles e elas, em quase sua totalidade, não a falavam. Contraditoriamente foi a língua escolhida pelos seus dirigentes diante de sua praticidade – é conhecida e falada em outros continentes – pois outras dezenas faladas a poucos quilômetros uma da outra não eram entendidas entre si. A língua **crioulo**, a mais difundida delas, não era hegemônica em nenhuma dessas nações nos anos 70 e também por não ser uma língua que contasse com o código gráfico, ofereceu dificuldades para o trabalho consistente e eficaz de alfabetização que Paulo empreendeu **com** as elites dirigentes em alguns dos países recém-libertados (FREIRE, 2003 Apud FREIRE; GUIMARÃES, 2003, p. 19).

Compreende-se que a tabela logo a frente mostra um analfabetismo relativo em relação à língua do colonizador português. Analfabetismo em qual perspectiva? Rosa María Torres, num pequenino texto de três páginas escrito em 1994 afirma que não faltaram pessoas para apontar o dedo e atribuir a Paulo Freire e sua equipe do IDAC a pouca efetividade da alfabetização em Português no contexto do mato na Guiné-Bissau (TORRES, 1994).

Atribuir essa responsabilização a Freire e sua equipe é algo injusto e incorreto, pois não coube a eles a decisão de escolher o Português como a língua de instrução e sim as autoridades dirigentes do PAIGC no recentíssimo Estado guineense em processo de consolidação. Pelo contrario, Rosa María Torres afirma que “la preocupación em torno a la lengua de alfabetización es una constante a lo largo del libro” (TORRES, 1994, p. 01). Ela se refere às “Cartas a Guiné-Bissau”. A autora afirma que numa carta de 3 de fevereiro de 1976, Freire cita “o problema da língua em que alfabetizar”.

[...] O processo de libertação de um povo não se dá, em termos profundos e autênticos, se esse povo não reconquista a sua palavra, o direito de dizê-la, de “pronunciar” e de “nomear” o mundo. Dizer a palavra enquanto ter voz na transformação e recriação de uma sociedade: dizer a palavra enquanto libertar consigo sua língua da supremacia da língua dominante do colonizador. A imposição da língua do colonizador ao colonizado é uma condição fundamental para a dominação colonial, que se estende na dominação neocolonial. Não é por acaso que os colonizadores falam de sua língua como língua e da língua dos colonizados como dialeto; da

superioridade e riqueza da primeira a que contrapõem a “pobreza” e a “inferioridade” da segunda. Só os colonizadores “têm” história, pois que a dos colonizados “começa” com a chegada ou com a presença “civilizatória” daqueles. Só os colonizadores “têm” cultura, arte, língua e são civilizados cidadãos nacionais do mundo salvador. aos colonizados lhes falta história, antes do esforço “benemérito” dos colonizadores. São incultos e bárbaros “nativos”. Sem o direito de autodefinição, são “perfilados” pelos colonizadores. Não podem, por isso mesmo, “nomear-se” nem “nomear” ao mundo que lhes é roubado.

Em um dos textos em que discute o papel da cultura na luta de libertação, Amílcar Cabral faz análises que se aplicam, necessariamente, ao problema da língua. Precisamente quando fala da assimilação – desafricanização – das minorias urbanas que, vivendo sob e em volta do poder colonial, se entregam à cultura e à língua dominante, em oposição às grandes maiorias camponesas que, escapando ao poder mais destruidor do colonizador, sobrevivem na preservação dos traços marcantes da sua cultura. (...) Tanto mais alienadas essas minorias urbanas quanto mais se esforçam por negar suas raízes, para esquecer ou jamais aprender a língua de seu povo, definida pelo colonizador como dialeto, como algo pobre e inferior. Desta maneira, “nostalgicamente” atraídas pela cultura dominante, que as perfila como inferiores, se negam na negação de sua cultura. Daí, a insistência, com que Amílcar Cabral falava na necessidade de “reafricanização” daqueles intelectuais que se dessem verdadeiramente à causa da libertação.

A sociedade que, superando o seu estado de dependência colonial, procura refazer-se revolucionariamente, como é o caso da Guiné-Bissau, não pode escapar, realmente, ao equacionamento de seu problema lingüístico. Problema que já estava posto na etapa mesma da luta por sua libertação. Daí a urgência, caso o crioulo, que deve estar para o português como este para o latim, se afirme como língua nacional, de um sério esforço a ser feito no sentido de sua “regulamentação”, como língua escrita, pois que, enquanto língua que se fala, já tem sua estrutura. O papel que o crioulo vem jogando (...) na unidade nacional, desde os tempos duros da luta, parece indiscutível. Não temeria, por isso mesmo, colocar o trabalho de sua orientação de lingüistas competentes, entre as prioridades da luta pela reconstrução do país (FREIRE, 1978, p. 145-146).

Paulo Freire, como se constata de forma cristalina, insistiu para a resolução da problemática lingüística e, em sua opinião, o Crioulo devia substituir o Português num primeiro momento.

Paulo Freire não pensava como Amílcar. Para ele, a escolha do crioulo como língua oficial e nacional representaria a possibilidade de criar uma sociedade nova (...). Para Paulo Freire, não era possível reafricanizar o povo, utilizando o meio que os desafricanizou; ele entendia que o uso da língua portuguesa não era neutro, pois a língua reproduzia valores colonialistas (ROMÃO; GADOTTI, 2012, p. 69).

Seguindo sua coerência, Freire jamais imporá as diretrizes (invasão cultural) sobre o que deveria ser feito com relação ao tema lingüístico. O ponto de discordância de Freire em relação a Cabral foi este ter afirmado que a língua portuguesa foi uma das melhores coisas que os portugueses haviam deixado para o povo da Guiné-Bissau (CABRAL, 1978; 2008). Freire sustenta que Cabral havia incorrido em erro ou mesmo ter sido ingênuo em adotar a língua do colonizador, como se a língua fosse neutra.

Cabral explica sua afirmação ao ressaltar que a escolha da Língua Portuguesa é estratégica para a reconstrução nacional e para a manutenção da Unidade nacional. Outro argumento consiste no fato de não ser possível expressar temas científicos no Crioulo: explicar equações matemáticas ou Astronomia, por exemplo, era um enorme desafio pela ausência de termos em crioulo e nas outras línguas nacionais que dessem conta de expressar os significados. Ademais, para Amílcar, “A língua do colonizador – seja ela árabe, espanhol, francês, inglês ou português – pode ser um instrumento indispensável e eficaz na luta de libertação e na construção do Estado nacional” (CABRAL, s/d). Jorge Montezinho, ao escrever um texto de opinião para o “Público” de Portugal (2014)¹⁸¹, entrevista o pesquisador cabo-verdiano Corsino Tolentino, e ele assinala:

“O que me parece extraordinário é Amílcar Cabral ter tido a lucidez e a coragem de defender a língua portuguesa, como o fez naquele tempo, ao mesmo tempo que promovia o Crioulo da Guiné e Cabo Verde como língua franca e de identidade nacional” (TOLENTINO, 2014 Apud MONTEZINHO, 2014).

Cabral fez do Português uma arma útil contra os colonialistas e defendia o Crioulo como língua nacional após seu estudo profundo em médio e longo prazo. É neste ponto que começam os problemas, pois o vislumbre de Cabral de um dia o Crioulo ser uma língua nacional oficial a ser ensinada e aprendida nas escolas não se tornou realidade mesmo após mais de quarenta anos de independência. Por conta da escolha do português pelo grupo dirigente nacional naquele período, como

¹⁸¹ MONTEZINHO, Jorge. “A língua portuguesa é uma das melhores coisas que os portugueses nos deixaram”. **Público (Ípsilon/Opinião)**, 27 jul 2014. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/07/27/culturaipsilon/opiniao/a-lingua-portuguesa-e-uma-das-melhores-coisas-que-os-portugueses-nos-deixaram-1664276> > acesso em 31.12.2019.

frisou Ana Maria Araújo Freire (2003), a percentagem de analfabetismo era desse modo, altíssima.

4.7- Amílcar Cabral e os tipos de resistência: a luz focalizada na resistência cultural.

A luta de libertação nacional é um conjunto de “resistência” que forma um todo completo.

A resistência é uma coisa natural. Toda a força que se exerce sobre uma coisa qualquer, dá lugar a uma resistência, quer dizer, uma força contrária. E a força contrária da força colonialista e imperialista é o movimento de libertação nacional. Isso só se pode resolver com trabalho político ou, então, em certas condições, pode tomar a forma de luta armada, que é o nosso caso concreto (CABRAL, 1979, p. 09).

Amílcar Cabral elencou quatro tipos de resistência. O primeiro tipo a ser colocada em prática foi a própria fundação de um partido político, o PAIGC, “um instrumento político” (CABRAL, 1979, p. 13). O líder revolucionário sustenta que “é preciso lutar com consciência política na cabeça” (CABRAL, 1979, p. 13). A resistência armada é contra os colonialistas portugueses. Não se podia deixar de ter em mente que “é a consciência do homem que guia a arma e não a arma que guia o homem” (CABRAL, 1979, p. 14). Na resistência política o objetivo principal é a união do povo.

Unir, criar a pouco e pouco a consciência nacional, porque nós partimos dum ponto em que não tínhamos uma consciência nacional, em que tanto pela nossa História como pelo trabalho dos tucas, estávamos divididos em grupos. Civilizados e indígenas, gentes da cidade e gentes do mato, balantas, papéis, Manjacos e mandingas, etc. O nosso primeiro trabalho é criar num certo número de nossa gente, a consciência nacional, a ideia de unidade nacional, tanto na Guiné como em Cabo Verde. Por isso mesmo o Programa do Partido foi claro: unidade nacional na Guiné, unidade nacional em cabo Verde (CABRAL, 1979, p. 14).

Tendo obtido o objetivo principal da resistência política interna e no exterior, “conquistar aliados, conquistar apoio político e isolar o inimigo politicamente” (CABRAL, 1979, p. 20), foi possível obter a eficiência necessária na resistência armada. A guerra de guerrilha tinha o objetivo de obter vitórias diárias, enfraquecendo as forças portuguesas por meio da interrupção das estruturas de comunicações e de transportes, danificando-as ou capturando veículos de

transportes e armamentos utilizáveis que foram deixados pelos “tugas” em áreas libertadas.

Enquanto as forças das Forças Armadas Revolucionárias do Povo, as Farp, lutavam diariamente para enfraquecer e expulsar os colonialistas portugueses, Cabral se preocupava enormemente com o fortalecimento da resistência econômica.

O Partido deu palavras de ordem importante, no sentido de desenvolvermos a nossa agricultura, de melhorarmos a nossa produção, aumentar a produção da agricultura, fazer outras coisas como obras de artesanato, mesmo passar a fazer mais sabão dentro da nossa terra, procurar desenvolver todas as indústrias caseiras da nossa população. (...) Aumentar a produção de arroz, aumentar a produção de mandioca, da batata, de outros produtos alimentares, garantir a produção em todas as áreas da nossa terra que nós controlamos, por exemplo. Aumentar a produção em grande. Isso podemos fazer e, nas nossas condições de luta é uma base fundamental para a nossa resistência econômica (...). (CABRAL, 1979, p. 43-44)

Cabral aborda um aspecto negativo que enfraquece a resistência econômica:

Um golpe grande na nossa resistência econômica foi, e continua a ser, a saída de grande número de gente da nossa terra, para o Senegal. É um golpe na nossa resistência econômica, porque toda essa gente são braços capazes de trabalhar nas condições das nossas regiões libertadas e que vão trabalhar no Senegal, aumentando a economia do Senegal e diminuindo a nossa economia para uma resistência econômica diante dos colonialistas portugueses. (CABRAL, 1979, p. 44).

Além de enfrentar os desafios de garantir a segurança alimentar interna da população em geral e lidar com a considerável fuga de braços fortes para o vizinho Senegal, o PAIGC precisava

Garantir a economia de guerra, para podermos garantir o abastecimento das frentes de luta, o abastecimento das frentes de luta, o abastecimento dos nossos combatentes e o abastecimento de nosso povo, em artigos de primeira necessidade. (...) nós temos de ser capazes, no quadro da nossa resistência econômica, de fazer um trabalho político grande, para convencer o nosso povo, a nossa população, a cada um de nós, cada dia mais de que lavrar nossa terra, cultivar plantas, não só para comer, mas para podermos ter muitos produtos para exportar, vender, transformar noutros produtos – é o trabalho mais importante, mais digno, mais elevado da nossa terra, seja na Guiné seja em cabo Verde camaradas. (CABRAL, 1979, p. 45-46).

Paulo Freire verificou *in loco* os esforços do povo da Guiné-Bissau em conquistar sua suficiência alimentar e a distribuição organizada das unidades dos chamados armazéns do povo localizados estrategicamente nas regiões libertadas (Freire, 1978). Cabral também vislumbrava a criação de cooperativas, tanto de agricultores como de artesãos para aumentar e consolidar a economia de um Estado em construção (CABRAL, 1979). Em suma, a resistência econômica é restituir as “forças produtivas” (CABRAL, 1979, p. 34) ao povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

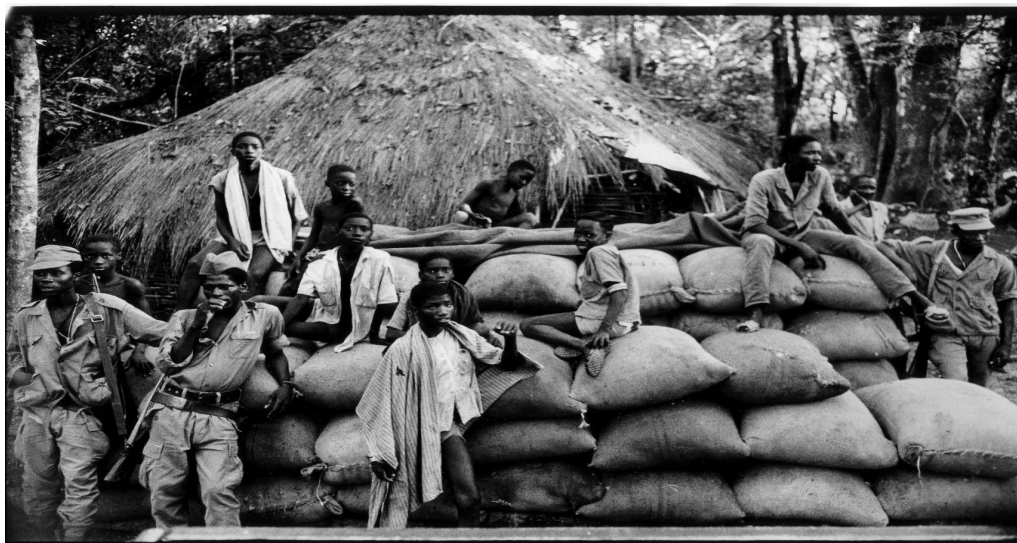
Figura 67 – Soldados do Paigc se encontram com agricultores em campo de arroz de uma área libertada na Guiné-Bissau, novembro de 1970.



(Imagem: Knut Andreasson. Fonte:

<https://www.liberationafrica.se/audiovisual/photos/guinea_bissau/2007/02/22/008/index.xml> acesso em 09.01.2020).

Figura 68 – Soldados do Paigc e garotos de uma vila próxima guardam um estoque de arroz do lado de fora de um "armazém do povo" na mata. Guiné-Bissau, nov 1970.



(Imagem: Knut Andreasson. Fonte: https://www.liberationafrica.se/audiovisual/photos/guinea_bissau/2007/02/22/014/14.jpg acesso em 09.01.2020).

Figura 69 – Enfermeira de prontidão em hospital de campanha improvisado na mata. Guiné-Bissau, nov 1970.



(Imagem: Knut Andreasson. Fonte: https://www.liberationafrica.se/audiovisual/photos/guinea_bissau/2007/02/22/019/19.jpg acesso em 09.01.2020.)

Outro tipo de resistência é a cultural. “A própria criação” do PAIGC “que planificou e avançou a nossa luta de libertação nacional, é um facto de cultura” (CABRAL, 1979, p. 72) com a construção das escolas do mato, a inauguração da escola Piloto do PAIGC na Guiné Conacri em 1964-65 e outra unidade em Ziguinchor, no Senegal. A resistência cultural se faz na formação de novos homens e novas mulheres re-africanizados e conectados com todo o legado cultural construído pela comunidade humana.

A nossa resistência cultural consiste no seguinte: enquanto liquidamos a cultura colonial e os aspectos negativos da nossa própria cultura no nosso espírito, no nosso meio, temos que criar uma cultura nova, baseada nas nossas tradições também, mas respeitando tudo quanto o mundo tem hoje de conquista para servir o homem (CABRAL, 1979, p. 74).

Os aspectos negativos dos quais Cabral se refere é a crença em entidades espirituais que podem ser bondosas ou más, os *irãs*, que tem o poder de interferir, controlar a vida de homens e mulheres no plano terreno. Para que a maldade de um “*Irã*” não recaia sobre uma pessoa ou que um pedido feito ao “*irã*” se realize, é preciso satisfazer a sua vontade, recorrendo ao sacrifício de animais e até mesmo o de crianças (CABRAL, 1979, p. 72-73)¹⁸².

O que Cabral quer dizer é que essas crenças não são debilidades da cultura em si mesmas, mas que interferiam no dia-a-dia da luta de libertação nacional, como acreditar que atrocidades cometidas pelos colonialistas portugueses foram possíveis graças ao controle que os tucas obtiveram de *irãs*. Cabral conta uma história que um dia, um tal de Lúcio o procurou e disse:

Que o “Iran” no Gabú não queria que lutássemos, a não ser que o filho dele fosse sacrificado. Eu interpretei isso da seguinte maneira: ele originário do Gabú, estava à procura de uma maneira de ser chefe, porque queria ser chefe no Gabú, e então quis mostrar que o “Iran” tinha interesse no seu filho, portanto ele é que devia ser chefe. Eu disse-lhe: camarada, se é assim

¹⁸² Outra dimensão de um complexo tema cultural que já abordamos em outra oportunidade na Guiné-Bissau são as “crianças feiticeiras” / “crianças bruxas” que nascem com alguma doença ou deficiência física, elas são abandonadas para morrer ou sacrificadas pela família por hospedarem um “*Irã*” em seus corpos. Um caso de repercussão mundial aconteceu em 2016 quando a dinamarquesa Anja Lovén, que até naquele ano trabalhava num centro de acolhimento de crianças no Sul da Nigéria, África Ocidental, resgatou das ruas um menino raquítico, o qual foi chamado por Anja de Hope. O menino era ignorado pela população local do vilarejo por ser considerado um “menino bruxo”.

que vamos lutar no Gabú, vamos nós buscar esse “iran” até o encontrarmos, para matar, porque isso é um “Iran” dos tucas, foi o tuga que o pôs lá, não é da nossa terra. (CABRAL, 1979, p. 73)

Outra crença é aquela em amuletos, como os *mesinhos*. Que simplesmente portar amuletos (mesinhos) possa livrar soldados do PAIGC de serem alvejados pelas armas do inimigo. Esses aspectos ditos negativos da cultura, de acordo com Cabral, precisavam ser liquidados. O que se busca é o conhecimento científico (Cabral, 1979). O acesso a Ciência e à cultura para Cabral deve ser por princípio, equânime.

A nossa cultura tem que ser popular, quer dizer, cultura de massas. Toda a gente tem direito a cultura. Além disso, respeitando aqueles valores culturais do nosso povo que merecem ser respeitados. A nossa cultura não pode ser para uma elite, para um grupo de pessoas que sabe muito, que conhece as coisas. Não, todos os filhos da nossa terra, na Guiné e em Cabo Verde, têm que ter direito a avançar culturalmente, a manifestar e a criar cultura (CABRAL, 1979, p. 86-87).

O próprio Cabral, como dissemos, é resultado da colisão de mundos. Ele próprio um assimilado, um construto humano formado pelas suas tradições culturais da Guiné-Bissau, pela cultura insular de Cabo Verde e sua formação educacional na escola e na universidade dos tucas. Com essa formação identitária diversa, Cabral não rechaçaria por completo o paradigma cognitivo ocidental, posto que seja em parte fruto do mesmo.

O que Cabral rechaça são as relações coloniais que se manifestam de variadas formas, como nos conteúdos dos manuais didáticos da escola colonial que privilegiam a História e a Geografia de Portugal e, portanto, da Europa, e ignoram qualquer conteúdo curricular referente à África. Mas antes da descolonização cognitiva é condição essencial obter a descolonização econômica, pois, para Cabral o colonialismo, a dominação imperialista “é primeiro uma dominação econômica” (CABRAL, 1979, p. 34).

Essa afirmação nos faz lembrar o que disse Gramsci nos “Escritos Políticos” (2004, vol. 1, 1910-1920) de que, na verdade, o que o Imperialismo europeu almejava era o comércio. A entrega da *civilização* pelos europeus como donativo humanitário ao continente africano era um meio para se conquistar um fim: novos

mercados (Gramsci, 2004). O continente africano, nesse ponto, oferecia passagem livre.

4.8- Paulo Freire na Guiné-Bissau: a impossibilidade de ser um técnico neutro que surge do estrangeiro com sua valise cheia de soluções

Em 1975 Paulo Freire e sua família estavam no exílio em Genebra, Suíça. Freire trabalhava no setor de educação do Conselho Mundial de Igrejas, com sede genebrina. Em meados do referido ano, Paulo Freire recebe carta de Mário Cabral, chefe do Comissariado de Educação de Adultos da República de Guiné-Bissau. Na correspondência Mário Cabral convida Paulo Freire para visitar e contribuir no processo de alfabetização de adultos em Guiné. Freire (1978) afirma que não havia outra resposta senão aceitar o convite mantendo sua coerência política.

Mas, fundamentalmente sabíamos que a ajuda que nos pediam só seria verdadeira na medida em que, em seu processo, jamais pretendêssemos ser os exclusivos sujeitos dela, reduzindo, assim, os nacionais que a solicitavam, a puros objetos da mesma. A ajuda autentica, não é demais insistir, é aquela cuja prática os que nela se envolvem se ajudam mutuamente, crescendo juntos no esforço comum de conhecer a realidade que buscam transformar. (FREIRE, 1978, p. 15).

Em complemento, Freire esclarece sua contribuição e de sua equipe como militantes engajados que contribuiriam de fato após conhecer a realidade da Guiné-Bissau, conhecendo todo o território em duas oportunidades em 1975/1976. No livro “Extensão ou comunicação?”, originalmente escrito no Chile antes da “Pedagogia do Oprimido”, Paulo Freire relata a relação entre os camponeses dos assentamentos de reforma agrária e o engenheiro agrônomo do Governo Chileno.

O técnico agrícola fazia visitas nas glebas dos assentados com o objetivo de passar diretrizes de como “corretamente proceder” na lavra da terra do ponto de visão técnica e científica, ou seja, “extender” aos camponeses o verdadeiro conhecimento das práticas agrícolas, desconsiderando os saberes de experiências feitos de homens e mulheres que nasceram e cresceram lavrando a terra. Paulo

Freire aborda a questão semântica da palavra extensão, mas ressalta que é mais do que semântica, é ideológico e gnoseológico.

A extensão coloca o camponês como “coisa” (CHONCHOL, 1968 Apud FREIRE, 2013, p. 6), em posição passiva de receptor do discurso científico do técnico agrícola. Eis a definição freireana de um tipo de extensão:

Extensão... Transmissão.

Extensão... Sujeito ativo (o que estende).

Extensão... Conteúdo (escolhido por quem estende).

Extensão... Recipiente (do conteúdo).

Extensão... Entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra “atrás do muro” àqueles que se encontram “além do muro”, “fora do muro”. Daí que se fale em atividades extra muros).

Extensão... Messianismo (por parte de quem estende)

Extensão... Superioridade (do conteúdo de quem entrega)

Extensão... Inferioridade (dos que recebem)

Extensão... Mecanicismo (na ação de quem estende)

Extensão... Invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem) (FREIRE, 2013, p. 12).

Desta maneira Freire sustenta que a sua presença na Guiné deveria se pautar por uma verdadeira PARTICIPAÇÃO, em outras palavras, AÇÃO PARTIDA, PARTILHADA *com* as autoridades locais e com o povo da Guiné-Bissau, sem a imposição arrogante de soluções prontas.

Figura 70 – Da esquerda para a direita: Mário Cabral, Darcy de Oliveira (IDAC) e Paulo Freire (IDAC / Conselho Mundial de Igrejas) no aeroporto de Bissau, entre 1976-78.



(Fonte:

<<http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/432>> acesso 14.11.2017)

É notável em Paulo Freire a alegria do encontro. Encontrar-se com o outro, desarmado, preparado para a busca. Freire “gentifica” e é “gentificado”. A humanidade na sua radicalidade. Chega a Guiné-Bissau para contribuir com a construção da soberania nacional após a descolonização. A descolonização é processual. Não pode ser interrompida com o risco de retrocesso. Fanon adverte que a libertação nacional, a conjuntura pós-colonial, não pode limitar-se a esta etapa em si mesma.

“A luta de libertação nacional não consiste em transpor um espaço com um único salto. A epopeia é cotidiana, difícil” (FANON, 2015, p. 142). Também para FERNANDES (1977, p. 06), “a descolonização constitui um processo difícil, lento e contraditório”. Mas, antes do trabalho com a alfabetização e a pós-alfabetização, Paulo Freire percorre a nação guineense, pratica a escutatória, reúne-se com homens sábios à sombra de enormes árvores.

Não é possível elaborar um plano no campo educacional, como de qualquer outra área, se não se conhece a história de um povo. Freire se encontra com Mário Cabral, ministro da educação da Guiné-Bissau. Um africano e um latino americano

exilado e os esforços de descolonização da escola. Como as experiências não se transplantam se reinventam, não poderia levar um pacote pronto, formatado e doá-lo ao povo. Na concepção freireana a educação, não importa o nível, implica em uma teoria do conhecimento.

Do ponto de vista de uma tal teoria e da educação que a põe em prática – não é possível:

- a) Dicotomizar prática de teoria
 - b) Dicotomizar o ato de conhecer o conhecimento hoje existente do ato de criar o novo conhecimento
 - c) Dicotomizar ensinar de aprender; de educar e educar-se.
- (FREIRE, 1978, p. 109)

Em Guiné-Bissau foram feitas visitas em comunidades camponesas com a tarefa de conversar com os locais com vistas a conhecer a (s) realidade(s) de vida e fazer o levantamento das palavras geradoras¹⁸³. Os círculos de cultura também foram adotados com resultados animadores testemunhados por Freire em sua visita ao país, observando um animador de um círculo de cultura trabalhar com a palavra limpeza, palavra geradora.

É interessante salientar, também, a imaginação criadora que nos foi possível observar entre alguns animadores. Um deles, por exemplo, chega ao local do Círculo de Cultura, cumprimenta os camaradas alfabetizando e começa, em seguida, a varrer, com uma vassoura rústica, a sala toda. Pacientemente, fazia que sua vassoura passasse de um canto a outro. Às vezes detinha-se, curvava-se para olhar sob os bancos em que, sentados, os alfabetizando começavam já a revelar sinais de inquietação. Não podiam compreender a razão de ser do comportamento do animador, a insistência com que ia e vinha com sua vassoura, limpando o que lhes parecia já limpo. Em certo momento, um deles, expressando o estado de espírito dos demais, disse: “camarada, quando começamos a nossa ‘aula’/” “A ‘aula’ começou desde que cheguei”, respondeu o animador, perguntando em seguida: “que fiz eu até agora?” “a limpeza da sala”, disseram. Dirigindo-se, então, ao quadro negro improvisado, escreveu, lentamente, o animador, a palavra Limpeza e disse: “exatamente, limpeza é a palavra geradora que estudaremos hoje”. (FREIRE: 1978: p. 32).

Apesar de Freire ser crítico em relação ao uso de cartilhas nos processos educacionais de alfabetização, a Coordenação de Educação de Adultos do Comissariado de Educação da Guiné-Bissau em parceria de trabalho com Paulo

¹⁸³ Em **Cartas a Guiné-Bissau**, (3ª edição: Paz e Terra, 1978), Freire afirma que são um total de 20 palavras geradoras obtidas no levantamento feito a nível nacional. Entretanto, elas não estão listadas na publicação e infelizmente não conseguimos localizá-las

Freire e sua equipe elaboraram cadernos para animadores¹⁸⁴ dos Círculos de Cultura e alfabetizando. Prepararam,

Um caderno do alfabetizando, que, por sugestão do Comissário Mario Cabral, se chama *Nô Pintcha – Primeiro Caderno de Educação Popular*. Um caderno que, idêntico, em espírito, ao que sugerimos também Elza e eu à Comissão Coordenadora dos Círculos de Cultura Popular de São Tomé e Príncipe, tem, contudo, aspectos próprios, em função da realidade guineense.

Com duas partes ou dois momentos dinamicamente relacionados entre si, na composição de seu todo, O Primeiro Caderno de Educação Popular tem três objetivos principais, igualmente entrelaçados. Oferecer aos alfabetizando uma ajuda, um suporte que lhes dê maior segurança no processo de sua aprendizagem, estimulando-lhes, ao mesmo tempo, a criatividade. Possibilitar-lhes uma transição mais fácil e mais rápida à pós alfabetização, e ajudar os animadores na sua tarefa político-pedagógica. (FREIRE, 1978, p. 81)

Estes cadernos básicos, além do mais, continham a totalidade das palavras geradoras da Guiné Bissau, 20 palavras, e suas codificações e, além disso, estes cadernos tinham espaços em branco reservados aos alfabetizando. Espaços estes livres para a criatividade e inventividade. Nestes cadernos também havia fotografias e desenhos que submetidos eram ao exercício de decodificação. Na educação revolucionária de adultos a alfabetização é atividade criadora e os alfabetizando são chamados a serem sujeitos dela.

A decodificação de palavras, fotografias e desenhos não se limitava na atividade em si mesma. Um dos objetivos era “a leitura crítica e compreensiva que, ultrapassando sua ‘estrutura superficial’ alcance, a pouco e pouco, sua ‘estrutura profunda’, com a qual se estabelece a relação entre o texto e o contexto” (FREIRE, 1978, p. 82).

O terrível legado deixado pelo colonizador português somente seria superado com a mudança radical dos conteúdos curriculares carregados de ideologia colonial (FREIRE, 1978) em escolas da Guiné-Bissau. A Geografia e a História ensinadas nas instituições escolares tinham como referencia Portugal. Não se aprendia a geografia e a história nacionais.

Nesse sentido, a reformulação dos programas de Geografia, de História e de língua portuguesa, ao lado da substituição dos textos de leitura,

¹⁸⁴ Infelizmente não foi possível localizar tais Cadernos de Educação Popular”.

carregados de ideologia colonialista, era um imperativo. Fazia-se necessário que os estudantes guineenses estudassem, prioritariamente, sua geografia e não a de Portugal, que estudassem seus braços de mar, seu clima e não o Rio Tejo. Era preciso que os estudantes guineenses estudassem, prioritariamente, sua história, a história da resistência de seu povo ao invasor, a da luta por sua libertação que lhe devolveu o direito de fazer sua história, e não a história dos reis de Portugal e das intrigas da Corte. (FREIRE, 1978, p. 25).

Na perspectiva revolucionária da educação de adultos e na pós-alfabetização, é preciso que os educandos “percebam ou aprofundem a percepção de que o fundamental mesmo é fazer história e por ela serem feitos e refeitos” (FREIRE, 1978, p. 27). O objetivo do herói nacional de Cabo Verde e Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, era este, ou seja, que os povos dos países africanos libertados da colonização fizessem sua própria história descolonizada, na “re-africanização” gnoseológica.

Os pontos do exame de História da 5ª Classe na Escola Piloto do PAIGC
 --Quais são as principais actividades do homem durante o regime da comunidade primitiva.
 --- Diz o que sabes sobre a 1ª divisão social do trabalho
 ---Como se formou o Império do Mali?
 -- Diz o que sabes sobre a civilização Kouchita.
 -- Quais são as duas principais maneiras de datar os acontecimentos? De qual tu te serves nos teus cadernos de exercícios?
 -- Quais eram os poderes do Imperador no Império do Ghana?
 -- Diz qual a importância da cidade de Tombuctou¹⁸⁵.

Junho de 1968.

Este documento de 1968¹⁸⁶, elaborado alguns anos antes da experiência de freire na Guiné-Bissau mostra a importância dada à história da África, com perguntas específicas sobre o Império do Mali e sua capital Tombuctu. Vale lembrar que o território do império se estendia até onde hoje se localiza a Guiné-Bissau, e os grupos sociais existentes na Guiné eram vassallos e pagavam tributos ao poderoso reino. Como afirmar que não havia civilização no continente africano, se havia inclusive sistemas de cobrança de tributos mais antigos e semelhantes aos existentes na Europa?

¹⁸⁶“Ponto de exame de História da Escola-Piloto do PAIGC”. CC/FMS/FDAC/Pasta 07200.171.012. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07200.171.012>> acesso em 10.08.2019.

A Escola Piloto do PAIGC tinha como objetivo central formar os melhores quadros para ocuparem posições estratégicas na reconstrução nacional da nova Guiné. Novos homens e novas mulheres com formação educacional a partir de uma nova concepção descolonizada, por isso mesmo os pontos da prova de História sobre o Império do Mali, O Império Cuchita (reino do Kush)¹⁸⁷ e o de Gana.

4.9- Mãe África, não há frutos de vosso ventre?

Alda do Espírito Santo (1926-2010), escritora são-tomense e ex-ministra da Educação de seu país logo após a independência (1975), relata que até no ensino de geografia colonial os conteúdos passavam primeiramente por ensinar sobre os rios, montanhas e serras de Portugal; a geografia são-tomeense era ignorada. (Freire, 2003).

¹⁸⁷ O Reino do Kush foi uma antiga e poderosa civilização que floresceu no vale do rio Nilo. Kush foi uma superpotência africana e sua influência se estendeu até o atual Oriente Médio.

“O reino existiu por centenas de anos e, no século 8º antes de Cristo, conquistou o Egito, também na África, governando-o por décadas. E o que restou dessa civilização é impressionante (...). A civilização do Kush deixou um impressionante legado, com “Mais de 300 pirâmides continuam intactas, praticamente inalteradas desde que foram construídas, há cerca de 3 mil anos.

As mais suntuosas se encontram em Jebel Barkal, uma pequena montanha no Sudão do Norte que, junto com a cidade de Napata, são consideradas patrimônio da humanidade pela Unesco, o braço da ONU para educação, ciência e cultura.

No local, além das pirâmides, há tumbas, templos e câmaras funerárias completas, com pinturas e desenhos que a Unesco descreve como “obras-primas de um gênio criativo que mostram os valores artísticos, sociais, políticos e religiosos de uma comunidade de mais de 2 mil anos” (BADAWI, 2017, online).

Mapa 7 – As Ilhas de São Tomé e Príncipe, África insular. Observe a Linha do Equador, o Gabão e a Guiné Equatorial no continente.



(Fonte: <http://diakadi.com/afriquecentrale/pays/sao_tome_et_principe/sao_tome_et_principe.htm> acesso em 26.12.2019).

Professores portugueses e professores são-tomenses com a formação didática colonizada chegavam a dizer às crianças que em São Tomé e Príncipe não havia frutos, diz a escritora Alda do Espírito Santo em seu relato. “Eu tinha uma afilhada” que uma vez chega a casa e diz: “madrinha, eu estou muito indignada, porque a professora disse-nos que em São Tomé não há frutos! Frutos são peras, uvas, maçãs. O resto não são frutos” (FREIRE, 2003, p. 79). Os professores portugueses afirmavam que o ventre da velha mãe África, em outras palavras, o solo africano, não era capaz nem mesmo de gerar frutos verdadeiros!

Desconsiderar a existência de frutos em São Tomé clarifica a não preocupação com os aspectos naturais básicos da flora e fauna do país. Paulo Freire, bem como Amílcar Cabral, reforça a denúncia contra a educação colonialista dizendo que “a história dos colonizados ‘começava’ com a chegada dos colonizadores, com sua presença ‘civilizatória’; a cultura dos colonizados, expressão de sua forma bárbara de compreender o mundo. Cultura, só a dos colonizadores” (FREIRE, 1978, p. 20). Aquilo que se ensinava nas escolas coloniais, de acordo com Franz Fanon, era “a história do homem branco e não daqueles que ele oprime, violenta, pilha e mata” (FANON 1983 Apud FERRO, 1983, p. 23).

4.10- Paulo Freire e seu envolvimento com a campanha de alfabetização em São Tomé e Príncipe nos anos 1970: uma análise.

São Tomé e Príncipe, apesar de não ter experimentado uma guerra violenta contra os colonialistas portugueses, também teve seu partido para reivindicar a independência. A inexperiência da guerra colonial não significou ausência de violência nas reivindicações populares demandando a independência. O MLSTP, Movimento pela Libertação de São Tomé e Príncipe, fundado em 1972, assim como o Paigc na Guiné-Bissau, era o único e legítimo representante de São Tomé e Príncipe nos fóruns internacionais de discussão pela descolonização. O partido não precisou chegar às vias de fato da luta armada para obter a libertação.

O único movimento independentista com expressão relativamente significativa era o MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe). Fundado em 1972 num encontro de independentistas na Guiné Equatorial, o MLSTP substituiu o CLSTP (Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe), criado em 1960. Embora não possuísse a legitimidade e o apoio interno de movimentos análogos como o MPLA, a FRELIMO ou o PAIGC por não ter desenvolvido uma luta no terreno, o MLSTP fora membro fundador da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas) em 1961 e contava com o reconhecimento internacional por parte da OUA (Organização da Unidade Africana) desde 1962¹⁸⁸.

“A luta continua” é um nome justo para o momento vivido pelo povo são-tomense. Após negociações entre lideranças do MLSTP e representantes do governo de Portugal que ocorreram a partir de setembro de 1974 em Libreville, no Gabão. Posteriormente em Argel, na Argélia, foi costurado um acordo em 26 de novembro de 1974 no qual o colonialismo português reconheceu a independência daquele pequeno país da África insular que seria oficialmente proclamada em 12 de julho de 1975. Foi montado em governo de transição e o primeiro Presidente da República de São Tomé e Príncipe foi Manuel Pinto da Costa (1937 -). Alda Espírito Santo, a jovem estudante são-tomense que conheceu Amílcar Cabral em Lisboa nos

¹⁸⁸ S. TOMÉ E PRÍNCIPE – 12 de julho de 1975 (Independências africanas). **Rádio e Televisão de Portugal – rtp**, s/d. Disponível em: <http://media.rtp.pt/descolonizacaoportuguesa/pecas/s-tome-e-principe-12-de-julho-de-1975/> acesso em 12.01.2020.

anos 1940, foi ministra da educação e logo depois ministra da informação e cultura no governo de transição a partir de 26 de novembro de 1974. Espírito Santo se encontrou com Freire entre 1976-77.

Paulo Freire não ficou restrito à África continental na sua andarilhagem pelo continente. Freire também conheceu a África insular ao visitar São Tomé e Príncipe, com a sua independência reconhecida por Portugal em 1975. Apesar do tamanho diminuto da colônia de São Tomé e Príncipe quando comparada com Angola e Moçambique, por exemplo, as pequenas ilhas não deixaram de sofrer a exploração colonial com a descoberta das ilhas pelos navegadores portugueses em 1471 e a presença da escola colonial com um currículo que ignora até a existência de frutos nativos nas ilhas.

Paulo Freire no 1º Seminário Nacional de Alfabetização de São Tomé e Príncipe, África insular, 1977-78.



(Fonte: <<http://www.acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/452>> acesso em 26.12.2019)

Era muito difícil para Paulo Freire estar sempre presente nas atividades pedagógicas para desenvolver materiais de alfabetização e pós-alfabetização em São Tomé e Príncipe. Em diálogo com Sérgio Guimarães no inverno de 1978 em Genebra, Freire afirma estar engajado com as atividades na África:

Atividade na qual me encontro mesmo quando não estou lá, quando não viajo para um desses países. Aí, eu continuo trabalhando aqui sobre as atividades lá. No momento, por exemplo, o que me preocupa enormemente, junto com as equipes nacionais de São Tomé e Príncipe, é a criação de materiais, de textos, de pequenos livros, com os quais se possa dar suporte ao processo de alfabetização e de pós-alfabetização no país. Então estou muito dedicado à criação desses materiais, ora com eles lá – onde vou quando eu faço as minhas visitas --, ora aqui. (FREIRE, 2003, p. 55).

Freire já havia se tornado um andarilho global da educação crítica-libertadora naquela década dos anos 1970 e era difícil encontrar agenda para viajar com mais frequência ao continente africano. Em virtude dessa demanda mundial por sua presença, Freire adotou o gênero epistolar como canal permante de diálogo com autoridades da Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, conforme se pode verificar facilmente nas “Cartas a Guiné-Bissau” e a “Importância do Ato de Ler”, este último com cartas que Freire enviou às autoridades do setor de Educação (alfabetização de adultos) em São Tomé.

Como as realidades africanas ensinavam a Freire mais do que o contrário (FREIRE 2003). Nas cartas endereçadas a São Tomé não há a preocupação destacada de Paulo Freire com a língua a ser escolhida para alfabetizar. Entretanto, Freire também esteve diante de um problema lingüístico que era alfabetizar na Língua Portuguesa, apesar de existir em São e Príncipe uma língua crioula: o *Santomé* ou *Forro*, nos cinco séculos de colonização portuguesa nas ilhas. Além do Forro, em São Tomé se fala “o *angolar*, o *Tonga* e o *monco* (línguas locais), além do português” (MEDEIROS, 2006).

O forro (ou são-tomense) é um crioulo de origem portuguesa, que se originou da antiga língua falada pela população mestiça e livre das cidades. No século XVI, naufragou perto da ilha um barco de escravos angolanos, muitos dos quais conseguiram nadar até a ilha e formar um grupo étnico a parte. Este grupo fala o angolar, um outro crioulo de base portuguesa mas com mais termos de origem bantu. Há cerca de 78% de semelhanças entre o forro e o angolar. O tonga é um crioulo com base no português e em outras línguas africanas. É falado pela comunidade descendente dos “serviçais”, trabalhadores trazidos sob contrato de outros países africanos, principalmente Angola, Moçambique e Cabo-Verde (MEDEIROS, 2006).

Desenvolver cadernos de educação popular para alfabetizar não será uma missão simples, dado a diversidade cultural. “Somos um produto da miscigenação de culturas – gente que veio de Angola, de Moçambique e de outros lados da África – somos um mosaico de culturas. E, então, há um linguajar próprio de cada região” (ESPÍRITO SANTO, 2003 Apud FREIRE; GUIMARÃES, 2003, p. 83), explicou Espírito Santo em entrevista a Sérgio Guimarães.

Freire também precisou, na medida do tempo possível, inserir-se na realidade cultural e histórica são-tomense para definir *com* as autoridades nacionais um programa de alfabetização que pudesse contemplar minimamente o “mosaico de culturas” (ESPÍRITO SANTO, 2003, p. 83). Freire não deixa de frisar que o povo são-tomense precisa aprender pronunciar a sua palavra descolonizada.

(...) Dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais. O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para *pronunciá-lo*, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu (FREIRE, 2011, p. 109).

Pronunciar o mundo é um pronunciar gnoseológico (conhecimento), é um ato de diálogo coletivo, em comunhão, como ocorre com o círculo de cultura do qual Freire foi testemunha e parte participante na sua estadia em São Tomé e Príncipe.

Figura 71 – Educandos da comunidade pesqueira Monte Mário participam de um círculo de cultura com a palavra BONITO como "tema gerador". São Tomé e Príncipe, 1978.



(Foto: autor desconhecido. Fonte: Acervo Paulo Freire.

<<http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/244>> acesso em 10.01.2020)

O desenho da vila pesqueira de Monte Mário com o nome do peixe Bonito consta na página cinco da publicação “A luta continua: primeiro caderno de cultura popular”¹⁸⁹, elaborado pelo Ministério da Educação Nacional e do Desporto/Departamento da Educação de Adultos e Alfabetização, com a colaboração de Paulo Freire (Conselho Mundial de Igrejas / Idac). O caderno possui, além do conjunto de palavras escolhidas para o trabalho de alfabetização, conteúdo político com a tríade imperativa: “Unidade, Disciplina e Trabalho”. A Unidade não é apenas entre o povo de São Tomé e Príncipe, mas convoca uma Unidade entre as outras ex-colônias de Portugal no continente africano.

Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde são nossos amigos. O camarada José Eduardo dos Santos é o presidente de Angola. O camarada Samora Machel é o presidente de Moçambique. O camarada Luiz Cabral é o presidente da Guiné-Bissau. O camarada Aristides Pereira é o presidente de Cabo Verde. O nosso presidente é o camarada Manuel Pinto da Costa. Com Unidade, disciplina, trabalho e vigilância a vitória é certa. Viva o povo de São Tomé e Príncipe. Viva o povo de Moçambique. Viva o povo da Guiné e Cabo Verde. Viva o povo de Angola (A LUTA CONTINUA: PRIMEIRO CADERNO DE CULTURA POPULAR, 1978, p. 51).

¹⁸⁹ “A LUTA continua: primeiro caderno de Cultura Popular”. Ministério da Educação e Desportos de São Tomé e Príncipe, 1980. Disponível em:

<<http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/1164>> acesso em 11.01.2020.

A Disciplina é fundamental para o sucesso da reconstrução nacional do jovem Estado são-tomense. Na campanha nacional de alfabetização de adultos não era diferente.

BONITO é o nome de uma espécie de peixe muito comum no mar próximo a São Tomé e muito apreciado pela população. O BONITO é a fonte de sobrevivência financeira dos pescadores e presença cotidiana na alimentação, fonte importante de proteína saudável. O peixe está presente nos mais diversos aspectos da vida da comunidade pesqueira. O lugar e os saberes da experiência daquela comunidade com o mar e o peixe BONITO determinaram o tipo de temática geradora a ser discutida com os alfabetizando adultos. O próprio Freire relata o contexto da imagem acima:

Entre as inúmeras recordações que guardo da prática dos debates nos Círculos de Cultura de São Tomé, gostaria de referir-me agora a uma que me toca de modo especial. Visitávamos um Círculo numa pequena comunidade pesqueira chamada Monte Mário. Tinha-se como geradora a palavra bonito, nome de um peixe, e como codificação um desenho expressivo do povoado, com sua vegetação, as suas casas típicas, com barcos de pesca ao mar e um pescador com um bonito à mão. O grupo de alfabetizando olhava em silêncio a codificação. Em certo momento, quatro entre eles se levantaram, como se tivessem combinado, e se dirigiram até a parede em que estava fixada a codificação (o desenho do povoado). Observaram a codificação de perto, atentamente. Depois, dirigiram-se à janela da sala onde estávamos. Olharam o mundo lá fora. Entrelaçaram-se, olhos vivos, quase surpresos, e, olhando mais uma vez a codificação, disseram: “É Monte Mário. Monte Mário é assim e não sabíamos”. Através da codificação, aqueles quatro participantes do Círculo “tornavam distância” do seu mundo e o re-conheciam. Em certo sentido, era como se estivessem “emergindo” do seu mundo, “saindo” dele, para melhor conhecê-lo. No Círculo de Cultura, naquela tarde, estavam tendo uma experiência diferente: “rompiam” a sua “intimidade” estreita com Monte Mário e punham-se diante do pequeno mundo da sua quotidianidade como sujeitos observadores. (FREIRE, 1989, p. 25).

A discussão na perspectiva crítica libertadora partiu do local, mas não permanece preso a ele, ao localismo. Seria até ilógico escolher, por exemplo, o salmão. Ilógico, ou então, uma opção político-ideológica, como dizer que em São Tomé e Príncipe não havia frutos. Primeiro partimos da leitura do mundo conhecido mais imediato, ou o mundo mais imediato que supomos que realmente conhecemos. O desenho acima é uma “ficha de cultura”, o mesmo método utilizado por Paulo Freire no Brasil nos anos 1960, anterior a experiência do exílio.

Figura 72 – Ficha de cultura em Nanquim e guache feita por Francisco Brennand (1927-2019) para Paulo Freire e sua equipe no âmbito da Campanha Nacional de Alfabetização, 1963.



(Foto: Celso Pereira Jr. Fonte: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/06brennand.jpg> acesso em 10.01.2020).

Os homens e mulheres são “seres em ‘situação’, se encontram enraizados em condições tempo-espaciais que os marcam e a que eles igualmente marcam” (FREIRE, 2011, p. 141). Os sertanejos que Freire conheceu na zona da mata de Pernambuco, pescadores são-tomenses, o camponês chileno antes de ser assentado pelo programa de reforma agrária e passa ter a propriedade de uma pequena gleba de terra, o africano indígena e o assimilado igualmente marcam e são marcados pelo espaço e tempo nos quais estão situados.

Os pescadores de Monte Mário estavam totalmente *imersos* na sua realidade e precisaram tomar distância do objeto em análise, a própria comunidade, para reconhecer-la e investigá-la. Homens e mulheres não podem se contentar com a simples *emersão*, apesar de ser uma etapa anterior do processo de *inserção* no mundo. “A *inserção* é um estado maior que a *emersão*”. A *emersão* significa literalmente o movimento de um corpo que vem à tona, como um submarino. A *inserção* vem de *inserir*, e tem como uma das definições “fazer com que seja parte integrante de”¹⁹⁰ algo, do fenômeno social. Se *inserir* na luta de libertação nacional. Se *inserir* ativamente na reconstrução nacional.

¹⁹⁰ DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO ILUSTRADO LAROUSSE, 2007, p. 569.

4.11- Amílcar Cabral e Paulo Freire, andarilhos globais da descolonização cognitiva, e a re-disseminação do gênio da África.

Amílcar Cabral, apesar de ter sido assassinado aos 49 anos, deixou seu nome entre os intelectuais do pensamento africano pós-colonial com alcance comparável à obra intelectual clássica da estatura de Franz Fanon. Os escritos de Cabral não ganharam, digamos, a mesma repercussão, mas sua produção intelectual é igualmente densa e importante para os estudos pós-coloniais. Poderíamos dizer importantes para os ditos estudos subalternos, mas quem determinou e determina o que é subalterno e o que é hegemônico? De onde parte o discurso determinante da hierarquia epistemológica?

Cabral ecoou seu grito de revolta, se tornou um andarilho da descolonização da África e de qualquer povo em qualquer canto do globo submetido à opressão e à exploração. Cabral cita um antigo ditado africano: “quando a tua palhota arde (pega fogo), de nada serve tocar o tam-tam”. Diante de um incêndio, devemos buscar formas para combatê-lo e liquidá-lo. Música não surtirá nenhum efeito para extinguir as chamas. O que Cabral quis dizer é “que não é gritando nem atirando palavras feias faladas ou escritas contra o imperialismo, que vamos conseguir liquidá-lo” (CABRAL, 2018, p. 72) ecoou a revolta e pronunciou firmemente nos fóruns internacionais no continente africano, na Europa e nos Estados Unidos, o sonho de “liquidação total da dominação estrangeira nas nossas pátrias africanas” (CABRAL, 2018, p. 72).

Cabral falava em liquidar verdadeiramente as relações coloniais mesmo após a expulsão do colonialismo português. Todo o enorme esforço dos povos guineense e cabo-verdiano seria em vão se os colonialistas portugueses fossem expulsos, por exemplo, do edifício de administração na colônia e os antigos cargos, principalmente os mais desejados cargos de chefia, fossem ocupados por nacionais que passassem a dar continuidade às mesmas relações de poder próprias da situação colonial.

O nosso objetivo não é destruir os colonialistas portugueses, a sua dominação, para um grupo de gente nossa ficar no seu lugar. O nosso objetivo não pode ser o de ir tomar conta do palácio do governador para fazer na nossa terra, o que aquele governador queria fazer. Nem na casa do chefe de posto ou do administrador. O nosso objetivo é rebentar com o estado colonial na nossa terra para *criarmos um estado novo, diferente, na base da Justiça, do trabalho e da igualdade de oportunidades* para todos os filhos da nossa terra, na Guiné e em Cabo Verde (CABRAL, 1979, p. 10)

Se você for a Fanon, particularmente no livro “Os condenados da terra” (2015), vai se deparar com a mesma preocupação de Cabral citada acima, com a diferença de ser no contexto da luta dos argelinos contra as forças colonialistas francesas.

“Sou um simples africano que decidiu pagar sua dívida para com o seu povo”. Assim se definiu Cabral ao encampar coletiva e cooperativamente a missão de combater e extrojetar o imperialismo tricontinental a partir do continente africano. Sua preocupação é para com os povos africanos. Entretanto, Cabral expande sua visão para os mais diversos cantos do globo que estavam sob o jugo dos colonialismos imperialistas. Demolir o imperialismo econômico e as outras formas de imperialismos enraizados no fenômeno social e que impedem o pleno desenvolvimento cognitivo, de expressar artisticamente os talentos reprimidos.

“A resistência dum povo, exige a coragem para nos transformarmos em sementes para criar uma nova plantação que dará então a felicidade desse povo, na liberdade” (CABRAL, 1979, p. 08). Não é possível a felicidade e a liberdade se as sementes foram plantadas em terra infestada pela erva daninha colonialismo. As sementes até podem germinar, mas os pequeninos brotos disputarão recursos do solo junto com as ervas daninhas e terão seu desenvolvimento retardado pela competição. CABRAL chamou esses obstáculos para o germinar das sementes e o pleno estabelecimento da nova plantação de “riscos da resistência” (1979, p. 08).

Gostaríamos agora de levar um novo ponto de discussão. Cabral defende que o colonialismo português seja liquidado e que sejam preservados alguns aspectos positivos (Ciência, tecnologia) que os tucas possam ter deixado na sua longa presença colonial. Mas que tais aspectos positivos sejam descolonizados. Cabral conseguiu encontrar flores desabrochando nos escombros. O neocolonialismo europeu pode ter deixado algum legado que possa ser resgatado e preservado. Por outro lado, de uma tragédia humana, como diz Ki-Zerbo (1987), que foi a diáspora

africana forçada para o Novo Mundo principalmente, a África e seus povos também deixaram um legado global.

Uma equipe brasileira do Cutne Doc esteve em Dacar, Senegal, no ano de 1987 por ocasião do lançamento do projeto de construção do monumento Gorée-Almadies¹⁹¹ na Ilha Gorée. Um monumento erigido em memória dos milhões de escravizados que foram embarcados em navios negreiros para serem enviados ao novo mundo. Gorée é uma ilha no litoral senegalês, símbolo do tráfico negreiro, pois era um porto chave no comércio de escravizados capturados e trazidos do interior continental. Os membros do Cutne tiveram a oportunidade de entrevistar Joseph Ki-Zerbo¹⁹². Na primeira pergunta Ki-Zerbo¹⁹³ destaca:

Depois de a África ter sido a origem, o berço da humanidade, de haver disseminado a espécie humana por todos os continentes: a Europa, a Ásia; restava o novo mundo. Esse novo mundo foi povoado pela África também, mas infelizmente em condições muito difíceis. Através de um drama, de uma tragédia, única no gênero. Essa tragédia do tráfico de negros. Em consequência, o memorial de Gorée vai significar esse momento importante em que a África, independente de sua vontade, por meio da força, do suplício, da tortura é obrigada a enviar parte de seus filhos para o outro lado do Oceano Atlântico e assim constituir outras sociedades, outras comunidades, outros povos negros que levaram consigo o gênio da África, o dinamismo da África. A vitalidade africana na técnica, na produção econômica, assim como nas artes, nas letras e na cultura, para o outro lado do oceano (KI-ZERBO, 1987, online).

A África não apenas foi o ponto inicial de dispersão da espécie humana moderna (*Homo sapiens sapiens*). Os porões dos tumbeiros, sinônimo de aflição, violência e morte também levou para a América e outras partes do mundo o “gênio da África” (KI-ZERBO, 1987, online). Por outro lado Cabral, levando em conta que teve sua vida abreviada de maneira bárbara, e mesmo Paulo Freire, não deram merecido destaque específico à essa outra face da moeda.

Deve-se ressaltar, no entanto, que na parte dedicada à “evolução histórica do continente africano” (Cabral, 1979, p. 111-123) e as relações com os exploradores portugueses a partir do século XV, Amílcar Cabral demonstra que havia “países”

¹⁹¹ O monumento memorial Gorée-Almadies (Dakar, Senegal) é de autoria do arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer e foi inaugurado no início dos anos 1990.

¹⁹² CULTNE DOC – Joseph Ki-Zerbo em África – 1987. **Youtube**, 10 out 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZuQ0M4sGHCU>> acesso em 01.01.2020.

¹⁹³ A tradução e adaptação da fala de Joseph Ki-Zerbo do Francês para o Português foi feita pela equipe do Cutne Doc. A transcrição da fala para texto foi feita por Rafael Domingues da Silva.

africanos que “estavam verdadeiramente mais desenvolvidos que Portugal” (CABRAL, 1979, p. 112) e Cabral faz um panorama histórico do comércio atlântico de escravos que ele nomeia “escravatura” (CABRAL, 1979, p. 114-116).

Cabral afirma que o início da legislação de proibição do tráfico de escravos e depois a proibição total da instituição escravidão partiu principalmente da Inglaterra, “não como sentimento de humanidade, mas uma necessidade econômica para combater o avanço do desenvolvimento da América, a ideia de acabar com a escravidão” (CABRAL, 1979, p. 115). O intelectual deixou de mencionar que houve uma enorme resistência à escravidão entre os próprios escravizados em toda a América. A luta pela libertação protagonizada pelos próprios escravos (afroaméricas) foi baseada na revolta violenta, por meio do engodo e da sabotagem.

No próprio Brasil tivemos diversos exemplos de resistência: desde se “aquilombar”, até assassinar o senhor dono da senzala e seu capitão-do-mato. Mas os louros da História dita oficial não ficaram com as lideranças negras, mas sim com a “princesa redentora dos escravos”. Esse paradigma historiográfico foi rompido, mas há sempre setores conservadores que insistem em querer reunir os elos de um discurso ultrapassado do ponto de vista da produção historiográfica na academia brasileira.

Encerrando essa digressão acima, voltamos a tratar da atualidade dos pensamentos descolonizantes de Cabral e Freire. Ambos propunham e propõem a prática de uma Pedagogia das diferenças e da igualdade, ou seja, igualdade de oportunidades para que todos e todas, sem exclusões de qualquer natureza. A igualdade na diversidade ao mesmo tempo em que se combate a anti-pedagogia da indiferença colonial.

Os dois intelectuais amorosos e radicais defendem naquele momento dos anos 60 e 70 do século anterior, embora não sejam pioneiros na proposição, uma perspectiva econômica com os abandono da intensa exploração predatória¹⁹⁴ que

¹⁹⁴ A palavra predatória tem sentido negativo na argumentação, mas os predadores carnívoros são muito importantes para o equilíbrio populacional entre as espécies. Os leões, crocodilos, leopardos e cães selvagens, por exemplo, são predadores dos guínus na savana africana. A população de guínus, mesmo com pelo menos as quatro espécies de animais carnívoros que os caçam, é muito superior a dos leões, crocodilos, leopardos e cães selvagens. A ação predatória natural dos carnívoros num bioma em equilíbrio, nesse sentido, não ameaça os guínus com a extinção.

beneficia um determinado grupo seletivo enquanto as consequências danosas, e muitas vezes irreversíveis para a natureza, atingem bilhões de seres humanos pobres ao redor do mundo.

Cabral e Freire se posicionam firmemente contra a visão de uma economia corrosiva, necrófila, em outras palavras, devasta florestas, contamina o solo, o subsolo e as águas com metais pesados e agrotóxicos e colocam animais e a própria flora e fauna global em ameaça de extinção. Foi um paradoxo ontem e continua sendo hoje. A preocupação mundial alertando para a adoção de uma economia biofílica não é nova. Um discurso que ressoa há algumas décadas e que confronta o discurso que não se sustenta, de que os impactos ambientais de grandes proporções são trágicos, mas não há outro jeito de explorar dos recursos naturais do planeta.

Por outro lado é como esse discurso da economia verde fosse inédito. Está na “ordem do dia” há várias décadas e principalmente mais recentemente com as preocupações pelos efeitos agudos do aquecimento global com a aproximação da humanidade a um “ponto de não retorno” quanto às emissões dos gases de efeito estufa que elevam as médias de temperatura em escala global.

A dupla intelectual radical, primeiro Cabral em seus escritos, e depois Freire na sua experiência africana na Guiné-Bissau, apontam para a necessidade da segurança alimentar, como o exemplo que demos dos estoques de arroz mantidos sob vigilância nos armazéns do povo. Amílcar Cabral, um engenheiro agrônomo preocupado com bem estar de seus compatriotas na Guiné e Cabo Verde, ressaltava a urgência e preocupação de que os alimentos fossem distribuídos organizada e justamente para a população, dado que a maioria sofria com a ingestão insuficiente de calorias, resultando em subnutrição crônica e doenças.

Além do arroz, Cabral menciona batatas, mancarra (amendoim) e outras culturas agrícolas precisavam ser introduzidas no solo guineense. Quando Freire (1978) visitou a Escola de Cói na Guiné-Bissau em 1975-76, ficou impressionado e relatou o esforço de cultivar a terra. Além de ser uma estratégia para aumentar a produção, era parte da formação educacional por meio do trabalho para romper com a dicotomia entre trabalho intelectual e manual. Esse detalhe nos remete justamente

à sustentação de Gramsci (2004) de que a mais bruta das atividades braçais exige o uso do intelecto. Um trabalhador quebrando pedras procura meios de mover as rochas com o mínimo de esforço, um método mais eficaz de reduzi-las em pedaços menores, procurando a redução de tempo e desperdício de força muscular.

Amílcar, em seminários com militantes do PAIGC¹⁹⁵, propunha uma resistência econômica. Essa resistência passa pela prática concreta de economia solidária como superação da predatória colonial que buscou explorar intensamente os recursos da terra e para atingir tal objetivo explorando os colonizados, bastando recordar os trabalhadores contratados de Cabo Verde que foram trabalhar até morrer em São Tomé e Príncipe (Cabral, 1979) e trabalhadores (as) contratados nas minas diamantíferas de Angola.

Cabral não trata de reforma agrária porque as terras tradicionais dos povos da Guiné-Bissau, de acordo com a alegação documental dos colonialistas, permaneciam com os proprietários balantas, manjacos, fulas etc. Mas, como já se destacou, não é a concepção ocidental de propriedade privada de uma gleba de terra. Ela pertence a todos. Os colonialistas portugueses insistiam que as terras permaneciam com os donos originários. Obviamente realmente não era necessário ter a posse explicitada no papel, se os cultivadores eram obrigados a ceder boa parte da produção de arroz para a exportação por meio das companhias agrícolas privadas.

Sob o jugo colonial os estoques estavam sob o controle dos empresários agrícolas quem impunham os mais baixos preços internos de compra para maximizar o lucro no momento de exportar para Portugal e outros países da Europa (CABRAL, 1974; 1978; 2008). A resistência dos portugueses em reconhecer a independência das colônias africanas tinha o fundo no setor privado com os investimentos feitos pelo empresariado internacional. Os estoques de arroz, nas áreas libertadas, pertenciam ao povo da Guiné-Bissau, e logo com a libertação total seria interrompida a longa espoliação. Esse é o nome que deve ser dado, e não uma relação comercial, na relação entre agricultores das colônias portuguesas em África e as companhias agrícolas.

¹⁹⁵ O livro: "Análise de alguns tipos de resistência", com a edição de 1979 que temos citado é um conjunto de intervenções de Cabral em seminários do PAIGC.

Os pensamentos de Cabral e Freire pensando a África no prisma econômico convergem para o pensamento de Ki-Zerbo (2006) da primeira década deste século XXI, ao afirmar que a África e os africanos não podem continuar se contentando com trocas comerciais desiguais com o mundo, principalmente Europa e Estados Unidos. A velha lógica do continente que exporta bens primários sem valor agregado e importa bens de consumo manufaturados, sofisticados tecnologicamente.

Os produtos industrializados têm uma carga cultural embutida, por exemplo, no design no qual o produto foi concebido e que tem o poder de influenciar comportamentos e modos de ser dos africanos de modo geral (Ki-Zerbo, 2006). Então, cabe aos governos de países africanos exportarem para o mundo produtos industrializados que também funcionem como difusores das culturas dos povos africanos, numa troca comercial e cultural justas. Essa assimetria nas trocas econômicas e culturais compõem a colonização cognitiva. Cognição refere-se ao conhecimento. Produtos industrializados com softwares patenteados exigem a mobilização de um espectro amplo de conhecimentos que dão forma real ao produto idealizado.

Os países do continente africano precisam afinar o diálogo como Amílcar Cabral propunha ao se referir à importância dos países vizinhos e próximos da Guiné-Bissau: Senegal, Guiné Conacri, Mauritânia e Cabo Verde como ele mesmo exemplifica. Se referindo a estes países mais aproximados em específico e ao continente africano Cabral afirma que “nós fazemos um conjunto em que as partes estão dependentes umas das outras (CABRAL, 1974, p. 17).

É como na citação que fizemos de Ki-Zerbo (1987) sobre a disseminação dos povos africanos no novo mundo por meio da diáspora forçada da escravidão, e esses povos trouxeram para este continente a vitalidade africana nas artes, na técnica, nas letras etc. O continente africano e as outras partes do Sul epistemológico ainda devem superar o papel de vasilhas nas quais os centros das novidades da técnica e da tecnologia enviam de seu hemisfério e depositam, mas não como doação, e sim com o pagamento de licenças e royalties pela permissão de uso. É preciso disseminar o gênio da África (Ki-Zerbo, 1987).

Cabral e Freire denunciaram o colonialismo que se ramificou nas mais variadas dimensões da vida dos colonizados para além daquelas mais notáveis como a exploração econômica, a escola com seu currículo colonial, a segregação entre colonos, africanos civilizados (assimilados) e africanos indígenas. Mesmo que “os colonizadores nunca tiveram um controle pleno” (APPIAH, 1997, p. 26) dos colonizados na África, foi mais que o suficiente para ter tumultuado e até mesmo destruído, por exemplo, sistemas econômicos primários¹⁹⁶ eficientes e em equilíbrio entre seres humanos e natureza.

A descolonização é uma epopeia, um processo desafiador que passa pela liquidação do colonialismo enquanto presença física, descolonizar a escola e seu currículo. O vetor que orienta nossa direção cognitiva não é o Norte, de nortear. Fazer do Sul cognitivo o nosso Norte referencial. O legado e a atualidade dos pensamentos de Amílcar Cabral e Paulo Freire nos mobiliza para uma outra etapa: do Sulear cognitivo para Afro-Sulear cognitivo.

¹⁹⁶ Usamos “primário” no sentido de “primeiros” de “originais”.

CAPÍTULO V – O LEGADO INTELECTUAL DE PAULO FREIRE E AMÍLCAR CABRAL POR MEIO DOS SÍMBOLOS AFRICANOS ADINKRA: UMA INTRODUÇÃO.

(...) *Minha preta formosa não temo a tua sorte,
Que a vida que vives não tarda findar...
Minha preta formosa, amanhã terás filhos
Mas também amanhã...
... amanhã terás vida!*

(Amílcar Cabral, *Rosa Negra*) ¹⁹⁷

O objetivo deste capítulo derradeiro é apresentar os símbolos africanos antigos chamados ADINKRA¹⁹⁸. Símbolos que carregam consigo *Valores* éticos e filosóficos de uma visão de mundo (cosmovisão) de alguns povos da África ocidental¹⁹⁹. Mas não é apenas uma cosmovisão subjetiva. Os Adinkra estruturam um paradigma cognitivo, em outras palavras, ordenam o conhecimento. O objetivo foi utilizar apenas alguns dos diversos símbolos existentes *para* formar, espera-se que com sucesso, uma síntese que represente as pedras primordiais do alicerce que sustenta o legado intelectual de Cabral e Freire deixado para a humanidade.

Os símbolos Adinkra que são africanos, desenvolvidos pelos Akan (grupo cultural presente em Gana, Costa do Marfim e no Togo, países da África do Oeste), que destacam-se pela utilização de símbolos que para transmitir ideias. Cada um representa um conceito, ditado ou provérbio, específico, enraizado na experiência dos Akan. O conjunto deles, chamados Adinkra, formam um sistema de preservação e transmissão dos valores acumulados pelos Akan. Esses símbolos são um tipo de escritura pictográfica, utilizada amplamente no cotidiano dessa sociedade e que está presente nos tecidos tradicionais, cerâmica, decoração de utensílios domésticos, arquitetura, em objetos de bronze e rituais (ALMEIDA, s/d, online).

¹⁹⁷ CABRAL, Amílcar. Rosa negra. In: **Antologia poética da Guiné-Bissau**. Lisboa: Editorial Inquérito, 1990. Disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/apoesiadeamilcarchabral.htm>> acesso em 29.12.2019.

¹⁹⁸ A dissertação de Mestrado de Eliane Fátima Boa Morte do Carmo, “História da África nos anos iniciais do Ensino Fundamental: os Adinkra”, defendida na UFRB em 2016, traz uma tabela (p. 56-77) bem mais completa dos símbolos Adinkra. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/mphistoria/images/Dissertações/Turma_2014/Eliane_Fatima_Boa_Morte_Do_Carmo.pdf> acesso em 27.01.2020.

¹⁹⁹ A citação literal de ALMEIDA (s/d, online) afirma que o povo Akan está presente em Gana, Costa do Marfim e Togo. Entretanto, Carmo (2016, p. 27) afirma que o povo Akan (grupo cultural) está atualmente circunscrito ao Gana, território original dos símbolos Adinkra.

Os Adinkra mais uma vez vem colocar por terra a ideia de que as civilizações africanas permaneciam na escuridão da não-história devido, entre outras frágeis alegações, pela falta de sistemas de escrita gráfica.

Figura 73 – Peças de Tecido com símbolos Adinkra



(Fonte: <<http://www.afreaka.com.br/notas/adinkra-um-dicionario-de-valores-na-arte-dos-carimbos/> acesso em 27.01.2020> acesso em 27.01.2020)

Figura 74– Artesão demonstra o uso de carimbos Adinkra para estampar tecidos, s/l e s/d.



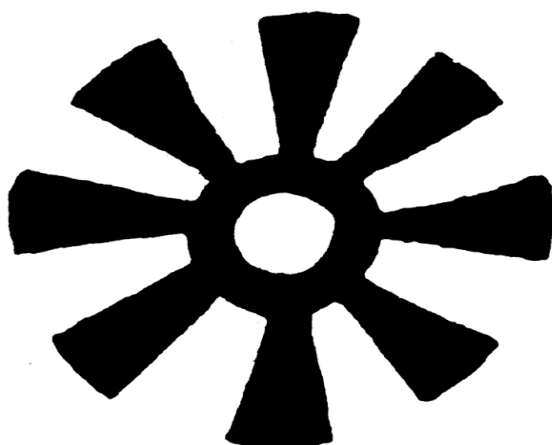
(Fonte: <http://www.afreaka.com.br/notas/adinkra-um-dicionario-de-valores-na-arte-dos-carimbos/> acesso em 27.01.2020.)

O Adinkra é uma escrita pictórica africana (ideogramas). A escrita oral e a cultura escrita grafada coexistiram no continente. Apresentamos abaixo um reforço de definição:

Adinkra refletem os costumes e valores tradicionais específicos, conceitos filosóficos, códigos de conduta e as normas sociais do povo Akan. Eles são uma expressão da visão de mundo Akan. Os símbolos de Adinkra têm significados em várias camadas e níveis de interpretação. Estes símbolos Akan são carimbados em panos de cores variadas e simbolizam parábolas, aforismos, provérbios, ditos populares, eventos históricos, penteados, traços do comportamento animal ou formas de objetos inanimados ou feitos pelo homem. (WILLIS, 1998, p. 15-16 Apud CARMO, 2016, p. 52).

Depois do trabalho de apresentação dos ideogramas Adinkra (Carmo, 2016), introduzimos os símbolos eleitos que consideramos condensar o legado intelectual de Cabral e Freire.

ANANSE NTONTAN representa a teia da aranha. Simboliza a sabedoria, complexidade da vida.



(Fonte: <<https://ipeafro.org.br/wp-content/gallery/adinkra/20100616-6ad7b.jpg>> acesso em 24.12.2019)

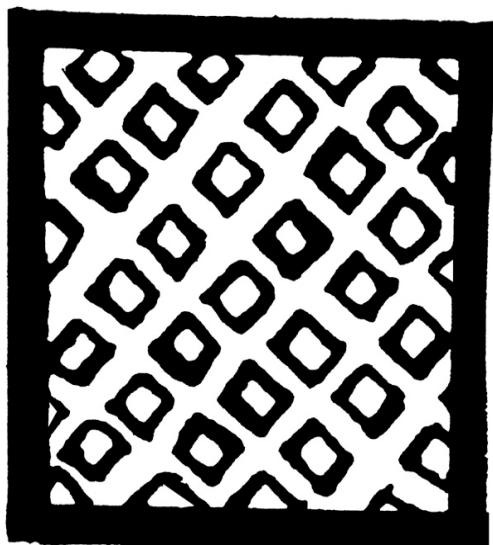
Quer algo mais complexo do que as mais de uma dezena de povos étnicos na Guiné-Bissau com suas próprias línguas, ritos religiosos, hábitos e presença ou não

de hierarquias? As teias de uma aranha são construídas, se fixando a partir fixam em extremidades, em objetos: cantos de paredes, galhos de árvores e etc. Ela, a teia, tem sempre um centro, que a torna uma unicidade.

Cabral usou de sabedoria para investigar e entender as realidades complexas da Guiné e Cabo Verde. O próprio Cabral foi o aracnídeo que teceu a teia da unidade. Entretanto não bastava tecer a teia, ela precisava e foi resistente o suficiente para suportar os ataques das forças colonialistas. As forças coloniais se manifestavam de outras formas para além do poderio bélico, como a estratégia que mencionamos da “Guiné Melhor”. Melhorias estruturais que não haviam sido feitas em mais de quinhentos anos de exploração de repente começaram a ser erguidas para dissuadir os colonizados a recuarem com ideia de independência.

Como afirma Paulo Freire, a vida é possibilidade, e não determinismo e/ou fatalismo. O futuro deve ser problematizado e não tomado como destino do qual não se pode fugir, incontornável. A nossa “orientação no mundo só pode ser realmente compreendida na unidade entre dialética entre subjetividade e objetividade. Assim entendida, a orientação no mundo põe em questão das finalidades da ação ao nível da percepção crítica da realidade” (FREIRE, 1981, p. 35). Essa afirmação de Freire sobre a orientação no mundo, o *estar sendo* na mundanidade, vai ao encontro do que diz Cabral quando afirma que a orientação para a luta de libertação não deve vir apenas por questões, convicções que temos na cabeça, e sim a partir da apreensão do que mostra a complexa realidade concreta da vida.

FIE MMOSEA – Símbolo da cautela para prevenir o conflito doméstico, as brigas e conflito interno



(Fonte: <<https://ipeafro.org.br/wp-content/gallery/adinkra/20100616-5aaa1.jpg>>)

Amílcar Cabral foi um revolucionário, um homem de ação. Entretanto a cautela no agir sempre fez parte de sua conduta ética. Cabral buscava sempre a conciliação em meio às contradições existentes no seio das sociedades guineense e cabo-verdiana, mas principalmente na Guiné-Bissau. O símbolo Adinkra da cautela e pra evitar o conflito doméstico foi diariamente usado. As terríveis escaramuças com o colonialista português eram inevitáveis. Entretanto Cabral também travou lutas internas não-violentas no seu país para obter a UNIDADE em torno do consenso da libertação que superou todas as divergências e interesses diversos. Esse símbolo se liga ao “Nó da pacificação / reconciliação”.

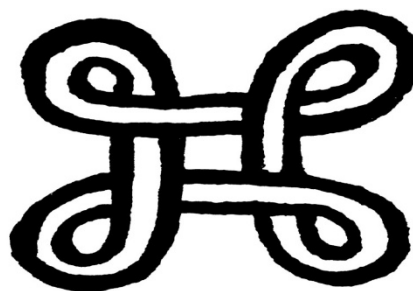
SANKOFA (1) – Símbolo da Sabedoria de aprender com o passado para construir o futuro



(Fonte: <<https://ipeafro.org.br/wp-content/gallery/adinkra/20100528-9d63f.jpg>>)

Sankofa é um dos símbolos centrais da tradição africana do povo Akan: o respeito aos anciões e suas experiências de vida. É preciso respeitar os saberes de pura experiência feitos, ou seja, o conjunto de saberes e fazeres dos anciãos, construídos e acumulados ao longo do percurso de vida neste mundo. Cabral (1974; 1978; 2008) afirma que é preciso respeitar e analisar a Palavra, que tem conteúdo sagrado, dos “homens grandes” durante uma assembleia em uma tabanca tradicional, mesmo que suas falas destoem completamente da lógica dos acontecimentos no processo de luta pela libertação. A sapiência ancestral contribui para a construção do futuro.

MPATAPO "nó de pacificação / reconciliação". Símbolo da paz, reconciliação e pacificação após a contenda



(Fonte: <<https://ipeafro.org.br/wp-content/gallery/adinkra/20100527-f4969.jpg>>)

Os líderes revolucionários africanos precisaram pacificar interesses diversos desavenças e conflitos étnicos tradicionais em torno de um objetivo comum. Reatar laços em torno da Unidade para obter independência. Entretanto, com as independências, o nó da pacificação não se mostrou difícil de desatar e antigas contendas e interesses .

AYA - representa força e quando vencemos desafios. Esse desenho mostra uma semente que, mesmo com todas as dificuldades, consegue gerar uma planta forte.



(Fonte: <<https://ipeafro.org.br/wp-content/gallery/adinkra/20100527-eab0d.jpg>>)

A imagem acima, Aya, é a folha de uma samambaia. A samambaia representa muito bem a perseverança, a resistência. As samambaias são, talvez, uma das plantas mais antigas da história da formação do planeta terra com mais de dez mil espécies em todo o mundo. Elas são frequentemente encontradas fossilizadas, com datação de milhões de anos, destacando sua fantástica antiguidade. Elas

sobreviveram às diversas eras geológicas da Terra e todas as forças implícitas que foram manifestadas nos processos de transformação evolutiva. Esse símbolo se relaciona com os tipos de resistência definidas por Cabral que existiam na guerra de libertação.

A resistência é uma coisa natural. Toda a força que se exerce sobre uma coisa qualquer, dá lugar a uma resistência, quer dizer, uma força contrária. E a força contrária da força colonialista e imperialista é o movimento de libertação nacional. Isso só se pode resolver com trabalho político ou, então, em certas condições, pode tomar a forma de luta armada, que é o nosso caso concreto (CABRAL, 1979, p. 09).

Amílcar Cabral elencou quatro tipos de resistência. O primeiro tipo e a primeira a ser colocada em prática foi a própria fundação de um partido político, o PAIGC, “um instrumento político” (CABRAL, 1979, p. 13). O líder revolucionário sustenta que “é preciso lutar com consciência política na cabeça” (CABRAL, 1979, p. 13). A resistência armada é contra os colonialistas portugueses. Não se podia deixar de ter em mente que “é a consciência do homem que guia a arma e não a arma que guia o homem” (FREIRE, 1979, p. 14). Na resistência política o objetivo principal é a união do povo.

Unir, criar a pouco e pouco a consciência nacional, porque nós partimos dum ponto em que não tínhamos uma consciência nacional, em que tanto pela nossa História como pelo trabalho dos tucas, estávamos divididos em grupos. Civilizados e indígenas, gentes da cidade e gentes do mato, balantas, papéis, Manjacos e mandingas, etc. O nosso primeiro trabalho é criar num certo número de nossa gente, a consciência nacional, a ideia de unidade nacional, tanto na Guiné como em Cabo Verde. Por isso mesmo o Programa do Partido foi claro: unidade nacional na Guiné, unidade nacional em Cabo Verde (CABRAL, 1979, p. 14).

Tendo obtido o objetivo principal da resistência política interna e no exterior: “conquistar aliados, conquistar apoio político e isolar o inimigo politicamente” (CABRAL, 1979, p. 20), foi possível obter a eficiência necessária na resistência armada.

A guerra de guerrilha tinha o objetivo de obter vitórias diárias, enfraquecendo as forças portuguesas por meio da interrupção das estruturas de comunicações e de transportes danificando-as ou capturando veículos de transportes e armamentos utilizáveis que foram deixados pelos “tucas” em áreas libertadas.

O Partido deu palavras de ordem importante, no sentido de desenvolvermos a nossa agricultura, de melhorarmos a nossa produção, aumentar a produção da agricultura, fazer outras coisas como obras de artesanato, mesmo passar a fazer mais sabão dentro da nossa terra, procurar desenvolver todas as indústrias caseiras da nossa população. (...) Aumentar a produção de arroz, aumentar a produção de mandioca, da batata, de outros produtos alimentares, garantir a produção em todas as áreas da nossa terra que nós controlamos, por exemplo. Aumentar a produção em grande. Isso podemos fazer e, nas nossas condições de luta é uma base fundamental para a nossa resistência econômica (...). (CABRAL, 1979, p. 43-44)

Cabral aborda um aspecto negativo que enfraquece a resistência econômica:

Um golpe grande na nossa resistência econômica foi, e continua a ser, a saída de grande número de gente da nossa terra, para o Senegal. É um golpe na nossa resistência econômica, porque toda essa gente são braços capazes de trabalhar nas condições das nossas regiões libertadas e que vão trabalhar no Senegal, aumentando a economia do Senegal e diminuindo a nossa economia para uma resistência econômica diante dos colonialistas portugueses. (CABRAL, 1979, p. 44).

Além de enfrentar os desafios de garantir a segurança alimentar interna da população geral e lidar com a considerável fuga de braços fortes para o vizinho Senegal, o PAIGC precisava

Garantir a economia de guerra, para podermos garantir o abastecimento das frentes de luta, o abastecimento das frentes de luta, o abastecimento dos nossos combatentes e o abastecimento de nosso povo, em artigos de primeira necessidade. (...) nós temos de ser capazes, no quadro da nossa resistência econômica, de fazer um trabalho político grande, para convencer o nosso povo, a nossa população, a cada um de nós, cada dia mais de que lavrar nossa terra, cultivar plantas, não só para comer, mas para podermos ter muitos produtos para exportar, vender, transformar noutros produtos – é o trabalho mais importante, mais digno, mais elevado da nossa terra, seja na Guiné seja em cabo Verde camaradas. (CABRAL, 1979, p. 45-46).

Paulo Freire verificou *in loco* os esforços do povo da Guiné-Bissau em conquistar sua suficiência alimentar e a distribuição organizada das unidades dos chamados armazéns do povo localizados estrategicamente nas regiões libertadas (Freire, 1978). Cabral também vislumbrava a criação de cooperativas, tanto de agricultores como de artesãos para aumentar e consolidar a economia de um Estado

em construção (Cabral, 1979). Em suma, a resistência econômica é restituir as “forças produtivas” (CABRAL, 1979, p. 34) ao povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Outro tipo de resistência é a cultural. “A própria criação” do PAIGC “que planificou e avançou a nossa luta de libertação nacional, é um facto de cultura” (CABRAL, 1979, p. 72) com a construção das escolas do mato, a inauguração da escola Piloto do Paigc na Guiné Conacri em 1964-65 e outra unidade em Ziguinchor, no Senegal. A resistência cultural se faz na formação de novos homens e novas mulheres re-africanizados e conectados com todo o legado cultural construído pela comunidade humana.

A nossa resistência cultural consiste no seguinte: enquanto liquidamos a cultura colonial e os aspectos negativos da nossa própria cultura no nosso espírito, no nosso meio, temos que criar uma cultura nova, baseada nas nossas tradições também, mas respeitando tudo quanto o mundo tem hoje de conquista para servir o homem (CABRAL, 1979, p. 74) .

Os aspectos negativos dos quais Cabral se refere é a crença em entidades espirituais que podem ser bondosas ou más, os *irãs*, que tem o poder de interferir, controlar a vida de homens e mulheres. Para que a maldade de um “*Irã*” não recaia sobre uma pessoa ou que um pedido feito ao “*irã*” se realize é preciso satisfazer a sua vontade, recorrendo ao sacrifício de animais e até mesmo o de crianças (Cabral, 1979, p. 72-73).

O que Cabral quer dizer é que essas crenças não são debilidades da cultura em si mesmas, mas que interferiam no dia-a-dia da luta de libertação nacional, como acreditar que atrocidades cometidas pelos colonialistas portugueses foram possíveis graças ao controle que os tucas obtiveram de *irãs*. Cabral conta uma história que um dia, um tal de Lúcio o procurou e disse:

Que o “Iran” no Gabú não queria que lutássemos, a não ser que o filho dele fosse sacrificado. Eu interpretei isso da seguinte maneira: ele originário do Gabú, estava à procura de uma maneira de ser chefe, porque queria ser chefe no Gabú, e então quis mostrar que o “Iran” tinha interesse no seu filho, portanto ele é que devia ser chefe. Eu disse-lhe: camarada, se é assim que vamos lutar no Gabú, vamos nós buscar esse “iran” até o encontrarmos, para matar, porque isso é um “Iran” dos tucas, foi o tuga que o pôs lá, não é da nossa terra. (CABRAL, 1979, p. 73)

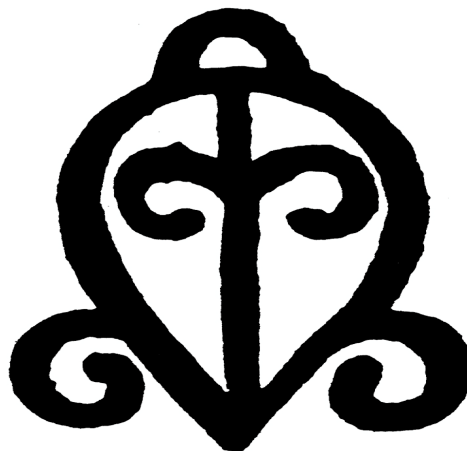
Outra crença é aquela em amuletos, como os *mesinhos*. Que simplesmente portar amuletos (mesinhos) possam livrar soldados do PAIGC de serem alvejados pelas armas do inimigo. Esses aspectos negativos da cultura nativa precisavam ser liquidados. O que se busca é o conhecimento científico (Cabral, 1979). O acesso a Ciência e à cultura para Cabral deve ser por princípio, equânime.

A nossa cultura tem que ser popular, quer dizer, cultura de massas. Toda a gente tem direito a cultura. Além disso, respeitando aqueles valores culturais do nosso povo que merecem ser respeitados. A nossa cultura não pode ser para uma elite, para um grupo de pessoas que sabe muito, que conhece as coisas. Não, todos os filhos da nossa terra, na Guiné e em Cabo Verde, têm que ter direito a avançar culturalmente, a manifestar e a criar cultura (CABRAL, 1979, p. 86-87).

O próprio Cabral, como dissemos, é resultado da colisão de dois mundos. Ele próprio um assimilado, um construto humano formado pelas suas tradições culturais da Guiné-Bissau, pela cultura insular de Cabo Verde e sua formação educacional na escola e na universidade dos tucas. Com essa formação identitária diversa, Cabral não rechaçaria por completo o paradigma cognitivo ocidental, posto que seja em parte fruto do mesmo.

O que Cabral rechaça são as relações coloniais que se manifestam de variadas formas, como nos conteúdos dos manuais didáticos da escola colonial que privilegiam a História e a Geografia de Portugal e, portanto, da Europa, e ignoram qualquer conteúdo curricular referente à África. Mas antes da descolonização cognitiva é condição essencial obter a descolonização econômica, pois, para Cabral o colonialismo, a dominação imperialista “é primeiro uma dominação econômica” (CABRAL, 1979, p. 34). Essa afirmação nos faz lembrar o que disse Gramsci nos “Escritos Políticos” (2004, vol. 1, 1910-1920) de que, na verdade, o que o Imperialismo europeu almejava era o comércio. A entrega da civilização europeia como donativo humanitário aos africanos era um meio para se conquistar um fim: novos mercados. O continente africano, nesse ponto, oferecia passagem livre.

ODO NNYEW FIE KWAN: "O amor nunca perde o seu caminho para casa". Símbolo do poder do amor.



(Fonte: <<https://ipeafro.org.br/wp-content/gallery/adinkra/20100528-14453.jpg>> acesso em 24.12.2019).

Cabral e Freire foram amorosos homens de ação. Encerramos esse capítulo com o AMOR que é o princípio fundante da ação revolucionária. O próprio Paulo Freire afirma que “a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade” (FREIRE, 1974, p. 96). Pode-se afirmar que o “poder do amor” é um fundamento do pensamento de Cabral, a agulha da bússola que aponta em direção à libertação da Guiné e a soberania de seu povo.

Compreender, por exemplo, que compatriotas principalmente do povo Fula, imbuídos com a promessa de receberem benesses agrárias e de cargos com certos privilégios, se aliassem aos colonialistas portugueses como soldados e como delatores. A própria obra de Cabral é um permante debate analítico sobre a realidade da Guiné e se amplia para o continente africano. Paulo freire foi entrevistado por Edney Silvestre em abril de 1997 em Nova Yorque²⁰⁰. O repórter pergunta a Freire: “Professor, como o senhor quer ser lembrado?” Paulo Freire responde: “Eu gostaria de ser lembrado como um sujeito que AMOU profundamente o mundo, as pessoas, os bichos, as árvores, as águas, a vida ”. Sem o Amor como rudimento, Cabral não teria conseguido lutar e aglutinar a notável diversidade étnica em torno da Unidade necessária para descolonizar o território da Guiné e descolonizar os espíritos.

²⁰⁰ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Tolerância**.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Democracia é como mandioca importada. Apodrece rápido”. O que levou a personagem Trywell Kamkwamba, pai do adolescente Willian Kamkwamba, no filme “O menino que descobriu o vento” (Dir. Chiwetel Ejiofor, 2019), a fazer uma afirmação tão desesperançada, desconfiada e negativa? A História do continente africano após as independências mostra que a personagem tem razões suficientes para o enorme ceticismo e descrédito ao regime político democrático sólido que a personagem não havia experimentado de forma duradoura em seu país, o pequeno Malaui.

As independências africanas ocorreram num espaço de aproximadamente duas décadas, entre os anos 50 e 70, com as independências conquistadas e concentradas principalmente em 1960. A Eritreia finalmente conquistou sua independência muito tardia em 1993²⁰¹, mas depois de ter sido ocupada por força militar endógena, da vizinha Etiópia, nos anos 1990. As independências não foram seguidas por estabilidade política e econômica interna.

O que vimos na história foram instabilidades políticas agudas que desembocaram em golpes de estado, autoritarismos, massacres étnicos, crises econômicas crônicas. As crises econômicas se caracterizaram de maneira geral em enormes desvalorizações de moedas nacionais, picos inflacionários tão altos quanto o cume do Kilimanjaro²⁰², bancos centrais nanicos totalmente desprovidos de reservas internacionais, sem defesa alguma contra a criatura feroz de humor instável chamada mercado internacional.

Faz-se uso do exagero, mas que tem lastro na realidade, para enfatizar o drama vivido por populações libertadas e que se encontraram quase que imediatamente presas constantes ao presente e ao futuro totalmente incertos.

²⁰¹ Mas, no caso da Eritreia, ela se declarou independente da Etiópia nos anos 1990, o que não muda o fato de ter sido comandada por forças de um país africano. Tal acontecimento não é novidade na história dos conflitos geopolíticos.

²⁰² Um caso que chama a atenção, embora seja mais recente, dos anos 2000, é a crise financeira no Zimbábue, ex-colônia britânica, com hiperinflação que chegou a atingir o incrível índice de 231.000.000% ao ano em 2008 e foi preciso 175 quadrilhões de dólares zimbabuanos (175.000.000.000.000.000) para serem trocados por US\$ 5 dólares americanos. Fonte: ANTE inflação, Zimbábue troca moeda: 175 quadrilhões valem US\$ 5. **BBC News Brasil**, 12 jun 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150612_zimbabue_dolar_mdb> acesso em 02.01.2020.

Os socorros financeiros criaram um novo-velho ciclo capitalista colonial financeiro por meio de empréstimos, re-empréstimos, moratórias. Países soberanos na aparência, mas periféricos no circuito capitalista global, novamente reféns de antigos países colonizadores e submetidos, seguindo à risca conjuntos de reformas do FMI e Banco Mundial, as bulas papais do capitalismo. Para fazer o dever de casa em troca das ajudas financeiras. A América Latina conhece igualmente muito bem essa ladainha capitalista mundial: manda quem pode e obedece quem tem juízo para ver a cor esverdeada dos dólares. O Brasil conheceu muito bem. “O remédio tem gosto amargo no começo, mas depois virão os resultados”. É mais ou menos assim.

As antigas colônias de Portugal não escaparam ao script histórico daquilo que cientistas políticos especialistas em África chamaram de estados colapsados (Zartman et al, 1995), desintegrados e na procura por restauração. A Angola é um exemplo de uma longa guerra civil que durou 27 anos (1975-2002). A unidade em torno do objetivo de se obter a libertação nacional se transformou em desintegração com as disputas por hegemonia política, por poder. Três partidos: MPLA, FNLA e UNITA, protagonizaram um conflito sangrento estimulado externamente pelo contexto global da Guerra Fria.

Em sua dissertação de Mestrado, LIBERATTI (2000, s/p) “mostra que tanto as divisões originadas durante a fase colonial quanto a intervenção externa durante a Guerra Fria foram fundamentais no desenvolvimento do conflito”. A guerra civil angolana continuou muitos anos depois do fim da União Soviética e da queda do Muro de Berlim. Sob o signo da Guerra Fria os três partidos angolanos (MPLA, FNLA e UNITA) eram naquele momento histórico marionetes manipuladas pelas forças antagônicas do mundo bipolar.

Com a derrocada soviética (1991), os fios que ligavam uma parte das marionetes com o manipulador foram rompidos. No entanto as marionetes passaram a se movimentar sozinhas e a guerra por poder político partidário em território angolano atravessou os milênios, e só se encerrando com um acordo de paz assinado em 2002. Encerramos o assunto sobre Angola e lancemos luz rapidamente na Guiné-Bissau pós-independência.

Pois bem, a frase inicial “democracia é como mandioca importada. apodrece rápido”, é oportuna também para a Guiné-Bissau, pois, de acordo com Raquel

Loureiro, a Guiné-Bissau é “o país onde nenhum Presidente terminou o mandato” (2017, online)²⁰³. A Guiné-Bissau vivenciou duas décadas de ebulição política traumática. A década de 1980 deu o ar de sua graça com o golpe de Estado de 14 de novembro²⁰⁴. O povo da Guiné-Bissau, em vias de entrar no século XXI, se viu diante de um novo tremor político interno com uma guerra civil entre 1998 e 1999.

(...) No dia 7 de Junho de 1998, deu-se o início da guerra civil na Guiné-Bissau. Naquele dia, o brigadeiro Ansumane Mané, que tinha acabado de ser demitido das suas funções de Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas pelo então Presidente Nino Vieira que o acusava de ser responsável do tráfico de armas do exército guineense para a guerrilha da Casamança, no vizinho Senegal, conduziu um levantamento militar que resvalou para uma guerra civil. Vários meses e cerca de 2000 mortos depois (segundo estimativas de ONGs), o equilíbrio de forças inverteu-se em desfavor do Presidente Nino Vieira que se viu forçado ao exílio em 1999, antes de ser eleito em 2000 um novo Presidente, KumbaYalá. (HENRIQUES, 2018, online)

Superada a guerra civil, a vida política nacional iria incorrer em novo golpe de estado em 12 de abril 2012²⁰⁵. O país precisou de interferência externa, como da Missão Militar Angolana, a Missang, com o objetivo de tentar acalmar os ânimos, mas que não logrou êxito e foi cancelada pelo próprio Governo de Angola devido aos desentendimentos entre as forças militares angolanas e da Guiné-Bissau²⁰⁶. Recentemente, o Estado guineense possuía orçamento insuficiente para financiar os gastos com as últimas eleições nacionais: as legislativas em 2018 e as presidenciais

²⁰³ LOUREIRO, Raquel. Guiné-Bissau: o país onde nenhum presidente terminou mandato. **Deutsche Welle**, 14 mar 2017. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/quin%C3%A9-bissau-o-pa%C3%ADs-onde-nenhum-presidente-terminou-o-mandato/g-37918406>> acesso em 07.01.2020.

²⁰⁴ GUINÉ-BISSAU: o golpe de estado de 14 de novembro de 1980. Portal de Angola, 09 jan 2012. Disponível em: <<https://www.portaldeangola.com/2012/01/09/o-golpe-de-estado-de-14-de-novembro-de-1980/>> acesso em 07.01.2020.

²⁰⁵ GOLPE de estado na Guiné-Bissau. **Deutsche Welle**, 16 mai 2012. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/golpe-de-estado-na-quin%C3%A9-bissau/a-15887010>> acesso em 07.01.2020.

²⁰⁶ MISSÃO angolana para a Guiné-Bissau começa a sair na quarta-feira. **RTP-Rádio e Televisão de Portugal**, 5 jun 2012. Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias/mundo/missao-angolana-para-a-quine-bissau-comeca-a-sair-na-quarta-feira_n560063> acesso em 07.01.2020.

em 2019, necessitando de doações das Nações Unidas via PNUD e de outros parceiros da comunidade internacional²⁰⁷.

Diante da exposição do cenário político-econômico mais atual da Guiné-Bissau, o legado intelectual e a total dedicação de Amílcar Cabral na luta de libertação nacional e a participação de Paulo Freire nos esforços de reconstrução nacional parecem distantes e caíram no esquecimento. Todavia, defendemos o argumento de que o legado intelectual e as atividades políticas e pedagógicas de ambos estão como sementes em dormência, com todas as energias que expressam sua capacidade produtiva contidas no interior. A práxis educativa de Freire em África vai ultrapassar os limites daquilo para que foi convidado, a alfabetização de adultos. Centra-se no trabalho de anunciar sistemas de educação, tomada num sentido ampliado; não uma educação abstrata e necessariamente voltada para os problemas de produção econômica, de saúde e de política:

Estou convencido de que, se deixa o país (São Tomé e Príncipe) em paz, é possível desenvolver lentamente (...) um trabalho no campo da educação de adultos, que tem que ver com a educação geral, em que se vão terminar por oferecer – desde que você não faça uma educação abstrata, que você ligue isso tudo à problemática da produção, da saúde, da política –, oferecer, não doar, instrumentos que constituem uma forma crítica de pensar, de pensar a prática” (FREIRE, 2003, p. 64).

A partir das conquistas de suas soberanias nacionais, países como a Guiné-Bissau tinham a tarefa urgente, dentre outras, de reorganizar o modo de produção econômica, direcionando-o agora para a segurança alimentar interna e não mais para alimentar o sistema capitalista colonizador ao mesmo tempo em que grande parte da população convivia com a fome. Para tal reorganização era fundamental o envolvimento crítico dos (as) trabalhadores (as) do campo, que eram convocados a compreender criticamente o seu próprio processo de trabalho ao lidarem com a terra (FREIRE, 1978).

Ao denunciar a subnutrição em países africanos, não pela ausência da produção de alimentos em si, mas indicando a quem aquela se destinava, Paulo

²⁰⁷ COMUNIDADE internacional garante financiamento para eleições na Guiné-Bissau. **Observador (Agência Lusa)**, 20 set 2018. Disponível em: <<https://observador.pt/2018/09/20/comunidade-internacional-garante-financiamento-para-eleicoes-na-guine-bissau/>> acesso em 08.01.2020.

Freire faz o anúncio de estratégias de como aumentar a produção agrícola, conforme se pode ler em “Cartas a Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo” (3ª ed., 1978). Freire denuncia a educação herdada do colonizador e anuncia um sistema radical de educação em processo para um novo homem e uma nova mulher, formados a partir de um novo paradigma da própria cultura, como propunha Amílcar Cabral (1978; 2008). Amílcar Cabral sempre evitou o ressentimento da experiência de seu “povo colonizado, forçado a aceitar a presença arrogante do colonizador” (APPIAH, 1997, p. 24). Mesmo que o “ressentimento” e o “revanchismo” fossem justos, esses sentimentos descontrolados de fundo biliar poderiam ter colocado um denso nevoeiro no céu limpo dos objetivos da luta de libertação nacional.

Essa defesa necessária do legado histórico-cultural dos africanos por parte de Amílcar Cabral e Paulo Freire não significa uma recusa aos conhecimentos ditos ocidentais no processo de alfabetização. Cabral e Freire partem dos saberes e histórias locais, para depois seguir ao universal. Freire trabalhou para que os povos que conheceu no continente africano pudessem por si mesmos, e não por doação, dizerem suas próprias palavras, serem donas da própria história (Freire, 2011). Cabral e Freire não tiveram a oportunidade de se conhecerem, pois Amílcar foi assassinado em janeiro de 1973 na Guiné Conakry. Ambos denunciaram as mazelas sociais resultantes da herança colonial como a escassez na abundância. Em síntese, Paulo Freire em suas andarilhagens revolucionárias colaborou para anunciar projetos globais de sociedade para uma nova África descolonizada que se sonhava.

Retornado à entrevista com Ki-Zerbo (1987), o entrevistador Carlos Alberto Medeiros, do Cutne, fez uma segunda pergunta para Ki-Zerbo na ocasião do lançamento do Memorial Gorée-Almadies: “estamos em vias de entrar no século XXI. O memorial de Gorée poderia ser uma mensagem de paz, de esperança, de fraternidade, 200 anos após a revolução Francesa, agora que estamos entrando no século XXI?” O historiador burquinês assim respondeu:

Assim, penso que esse memorial será um momento importante que representa a união genética entre a África e os povos de origem africana no

novos mundo. Penso que o memorial será uma obra, *um monumento de combate, de luta*. Penso que estamos numa posição de pessoas que foram escravizadas, mas foram libertadas. Já falei muitas vezes sobre *a dialética do senhor e do escravo. O senhor também era de certa forma um escravo. Escravo do sistema que ele havia estabelecido. Escravo da posição de senhor. Ele também precisava ser libertado da mesma forma que o escravo*. E essa mensagem libertadora de toda a humanidade é o que queremos relançar agora por meio do memorial. Creio que o status quo atual no mundo não é satisfatório. Todo mundo exige um novo desenvolvimento porque por toda a parte que existe é um desenvolvimento ruim, tanto na África quanto na Europa. E algumas partes com o subdesenvolvimento; em outras com a superexploração, o excesso de consumo. A própria terra, o oceano, a biosfera, o espaço, tudo começa a ser contaminado por um tipo de civilização, do desenvolvimento que tem sido promovido em nossos dias. Tudo exige que o homem revise esse desenvolvimento, que instaure uma alternativa. Penso que a mensagem do memorial consistirá em dizer ao mundo que é hora de mudar. É necessário mudar. Penso que os escravos de ontem, hoje em dia libertos, devem ajudar os antigos senhores a se libertarem e a libertarem o conjunto da humanidade. (KI-ZERBO, 1987, online).

Apesar de a fala de Ki-Zerbo ter sido feita há mais de 30 anos, ela é mais atual do que nunca. A humanidade está completando duas décadas de entrada no terceiro milênio e tudo que foi pontuado na sua argumentação ainda não foi solucionado ou está sendo em passos bem lentos. O nosso paradigma de consumo energético ainda é majoritariamente de combustíveis fósseis. Temos explorado intensamente os recursos naturais e a distribuição de tais recursos está longe de ser justa para a população mundial, principalmente a mais pobre.

O chamado mundo desenvolvido consome muito mais energia elétrica e água potável do que os países subdesenvolvidos e emergentes. Os países mais ricos produzem um volume monumental de lixo que não é totalmente reciclado e reutilizado e ou utilizado como recurso na produção de eletricidade por meio da queima do lixo. A queima de lixo gera uma grande quantidade de gases tóxicos que precisam passar por imensos filtros antes de ser purificados e expelidos para o meio ambiente.

O mundo já havia passado pela importante Conferência de Estocolmo (1972) no momento da fala de Ki-Zerbo e tivemos várias outras depois dela: a ECO 92 sediada no Rio de Janeiro, A Conferência das Partes com o Protocolo de Kyoto de 1997 e o mais recente Acordo de Paris, no qual as nações se comprometem a cumprir metas de redução de gases poluentes e redução gradativa de consumo de combustível fóssil e matriz energética sustentável.

As relações coloniais se atualizam e se tornam mais nefastas, ao ponto de um país africano, no aparente gozo de sua soberania, se tornar uma nação depósito de lixo a serviço de países desenvolvidos. É o caso de Gana, por exemplo, que recebe o lixo eletrônico²⁰⁸ de nações ricas, se transformando em país-lixão. Os catadores do “cemitério eletrônico” em Acra, Gana, conseguem retirar a sobrevivência imediata com a venda de metais retirados de materiais eletrônicos recicláveis, mas são expostos diariamente aos mesmos metais pesados e à fumaça tóxica da queima de plásticos que revelam os metais valiosos²⁰⁹.

Pois bem, Ki-Zerbo faz uma análise de conjuntura breve e precisa da então velha concepção humana de desenvolvimento predatório que insistimos em não abandonar. Ki-Zerbo fala de dois tipos de escravidão. O primeiro tipo é a escravidão atlântica clássica. O segundo é justamente a escravidão de um paradigma econômico e de consumo que não conseguimos nos libertar mesmo com o alerta do historiador burquinês feito naqueles anos 1980.

Uma ínfima parcela da população mundial detém a mesma riqueza do que bilhões de pessoas restantes, consequência da financeirização especulativa do capital que começou a ser construída ainda no século XIX, antigos senhores do capital que se perpetuam e se enriquecem ao longo do tempo. Vivemos num mundo no qual 2.153 indivíduos bilionários detém mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas. É o mundo do 1%²¹⁰ mais rico.

Mesmo que a colocação de Ki-Zerbo tenha sido feita em momento posterior a luta de libertação na Guiné-Bissau e dos esforços feitos e interrompidos no processo de reconstrução nacional com a participação de Paulo Freire, o pensamento de Ki-Zerbo está impregnado com o mesmo desejo de mudança, de transformação das relações violentamente assimétricas de subserviência que caracterizam o colonialismo. Qual era, em síntese, a utopia viável de Cabral, compartilhada por Freire?

²⁰⁸ TVs, computadores, lâmpadas, laptops, pilhas, baterias e etc.

²⁰⁹ O PAÍS da África que se tornou um 'cemitério de eletrônicos'. **BBC News Brasil**, 10 jan 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160109_lixao_eletronicos_ab> acesso em 08.01.2020

²¹⁰ TEMPO de cuidar. **Oxfam Brasil**, ©2020. Disponível em: <<https://oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>> acesso em 20.01.2020

O nosso objetivo é rebentar com o estado colonial na nossa terra para criarmos um estado novo, diferente, na base da justiça, do trabalho e da igualdade de oportunidade para todos os filhos da nossa terra, na Guiné e em cabo Verde (...). Queremos o seguinte ao fim e ao cabo: possibilidades concretas e iguais para qualquer filho da nossa terra, homem ou mulher, avançar como ser humano, dar tudo da sua capacidade, desenvolver o seu físico e o seu espírito, para ser um homem e uma mulher à altura da sua capacidade de facto. Tudo que seja contra isso, temos de destruir na nossa terra camaradas. (CABRAL, 1979, p. 10).

Está evidenciado, não apenas nesse trabalho, mas em anteriores (Romão; Gadotti, 2012) que o trabalho de Freire e a equipe do Idac na Guiné-Bissau entre 1975 e 1980 obtiveram resultados tímidos e limitados para o que se almejava como resultado de alfabetização massiva. É evidente também que o analfabetismo ainda é um problema marcante como se nota no perfil socioeconômico da Guiné-Bissau bem no início do texto. Cabral, vale lembrar, foi um homem de paz que foi impelido a pegar em armas, não por seu gosto, mas pela recusa do colonialismo português em reconhecer e aceitar a independência da Guiné-Bissau por meio da diplomacia em clima de paz.

Participando de uma sessão de comunicação coordenada no último dia (06/12/2019) do “VIII Encontro de Psicologia Política”, organizado pelo GEPSIPOLIM - Grupo de Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo - na EACH – USP (Campus Leste, Guarulhos-SP)²¹¹, no momento das discussões após nossa apresentação, o Professor Alessandro Soares da Silva, lotado naquele campus da USP e coordenador da sessão, sugeriu que Paulo Freire foi uma figura “externa” que se insere na África num processo de busca por uma “cultura de paz”, de pacificação, e de uma nova perspectiva de conceber uma educação não-colonial.

É nítido que nessas considerações finais tenhamos ampliado o leque de assuntos analisados, partindo desde a instabilidade política e econômica de países africanos após suas independências concentradas na segunda metade do século XX, até preocupações ambientais e a alta concentração da riqueza característica no capitalismo financeirizado e global.

²¹¹“VIII Encontro de Psicologia Política”, organizado pelo GEPSIPOLIM - Grupo de Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo -na EACH – USP (Campus Leste, Guarulhos-SP), de 04 a 06 de dezembro de 2019.

As obras de Amílcar Cabral e de Paulo Freire encapsulam estes temas que estavam presentes naquele passado e ainda atuais. De nada adiantaria descolonizar o currículo escolar, descolonizar as relações comerciais, econômicas e a própria convivência humana numa biosfera tornada imprópria por nós mesmos para abrigar a humanidade. Mas, nas balizas histórica e temática deste trabalho, os pensamentos destes dois homens de ação são dedicados aos “esfarrapados do mundo” (FREIRE, 2011, s/p) colonial. Esfarrapados da intensificada exploração econômica, esfarrapados pela violência imposta pela segregação racial.

Esfarrapados pela propaganda colonial como veículo difusor de estereótipos e preconceitos que “demonstravam” a inferioridade dos povos africanos e, por isso mesmo, justificavam a invasão e a espoliação da África e da Ásia. Os esfarrapados do mundo em dado momento da história descobriram-se nessa situação e se solidarizaram com o sofrimento comum. As conferências de solidariedade afro-asiática e a conferência de solidariedade tricontinental nos anos 1960 não serviram apenas como espaço para partilhar lágrimas de sofrimento. Foram espaços próprios para ecoar e ressoar o grito de revolta, como disse o poeta Cabral. Foram espaços para planejar ações coordenadas de luta pela libertação dos continentes. Sofrer, mas, sobretudo, lutar (Freire, 2011).

O projeto global idealizado por Cabral, com a colaboração discente de Paulo Freire, numa experiência na qual mais aprendeu do que ensinou, de reconstrução da Guiné-Bissau e do continente africano, contemplava duplamente a libertação dos colonizados, dos antigos senhores colonialistas do continente africano, de toda a humanidade. Desta maneira, a utopia sonhada por Cabral e Freire não está morta no passado. Ambos foram andarilhos da democratização e internacionalização do continente africano (Mbembe, 2014, 27-30). A África já estava integrada ao movimento de internacionalização há vários séculos, mas como vagões da locomotiva colonial. A nova internacionalização recoloca o continente e suas populações como perfeitamente livres e capazes de definirem suas próprias estratégias de internacionalização. A descolonização “é um acontecimento cujo significado político essencial residiu na *vontade activa de comunidade*”, em outras palavras, “*na vontade de viver*” (MBEMBE, 2014, p. 13). Vontade de viver, não “sobreviver” apenas. Viver e pensar com a própria cabeça (Cabral, 1979). De acordo

com historiador camaronês Achille Mbembe, convergindo com as ideias de Cabral e Freire, afirma que a descolonização “visava a realização de uma obra partilhada: sustentar-se a si própria e construir uma herança”, um legado (MBEMBE, 2014, p. 13).

O sentimento de comunidade e de viver, a construção de uma herança de que trata Mbembe, movem a humanidade na nossa existência de ontem, de hoje, e no depois. A noção de Unidade teorizada por Cabral, a perspectiva da *vontade activa de comunidade* de Mbembe e o sentido de comunhão, de coletividade definidos por Freire na “Pedagogia do Oprimido” (2011) se ligam aos princípios de um antigo princípio filosófico da África Subsaariana do povo *Bantu* que é a Filosofia Ubuntu. “Uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas” é um provérbio dos Zulus que ilustra bem o espírito da filosofia Ubuntu” (VASCONCELOS, 2017, p. 101)

Homens de ação como o próprio Amílcar Cabral “estavam dispostos a arriscar a sua vida” (MBEMBE, 2014, p. 13), e Cabral de fato a perdeu, pela afirmação dos ideais da “vontade activa de comunidade”, da “vontade de viver”. Mesmo que os analistas críticos do meio acadêmico coloquem óbices à forma como ocorreram as independências, independências aleijadas, foi um esforço monumental dos países colonizados terem conquistado o que conquistaram diante de todas as pedras no caminho existentes naquele tempo histórico.

Cabral, outras lideranças africanas e Freire lutaram por “uma nova redistribuição da linguagem e uma nova lógica do sentido e da vida” (MBEMBE, 2014, p. 13-14). É o que definimos como o processo da descolonização cognitiva na Guiné-Bissau e em todo o continente africano, que podem ser tipificados como interrompidos, incompletos, mas não como descolonizações fracassadas.

ARQUIVOS / DOCUMENTAÇÃO

01-Centro de Referência Paulo Freire / Acervo Paulo Freire.

Disponível em: <www.acervopaulofreire.org>

Artigos: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/15>

Áudios: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/16>

Diálogos com Paulo Freire sobre Amílcar Cabral, 16 de Junho de 1976.

Disponível:<<http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/3356>> acesso em 26.12.2017.

Fotografias: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/4>

Fundação Amílcar Cabral. Disponível em: <<https://www.voaportugues.com/a/amilcar-cabral-poeta/4215763.html>> acesso em 26.12.2019).

Casa Comum / Fundação Mário Soares / Arquivo Amílcar Cabral

(a) O Arauto: diário da Guiné Portuguesa. Ano XVIII nº 4197, Quarta, 01.06.1960. Casa Comum/Fundação Mário Soares/Fundo DAC/Pasta 070059.025.008.

(b) Continuar Cabral: Simpósio Internacional Amílcar Cabral. Praia, Cabo Verde, 17 – 20 de janeiro de 1983. Casa Comum / Fundação Mário Soares. Pasta 007348. <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=007348#!29>>

Casa Comum, Fundação Mário Soares, Fundo Documentos Amílcar Cabral, Pasta²¹².

CC, FMS, FDAC, Pasta 07199.002.001.

CC, FMS, Documentos Felicidade Alves, Pasta 07536.031.001.

²¹² Para localizar os documentos citados basta acessar o sítio eletrônico Casa Comum / Fundação Mário Soares: <<http://casacomum.org/>>, ir até ícone localizador e escolher a opção Nº da Pasta, digitá-lo, e será direcionado para o documento que é procurado.

CC, FMS, Arquivo da Resistência Timorense – Barbedo de Magalhães, Pasta 05005.002.

CC, FMS, Documentos Ruella Ramos, Pasta 06615.153.24906.

CC, FMS, FDAC, Pasta 07072.127.010.

CC, FMS, FDAC, Pasta 07066.091.018.

CC, FMS, FDAC, Pasta 07066.091.019.

CC, FMS, FDAC, Pasta 04621.115.019.

CC, FMS, FDAC, Pasta 07056.001.021.

CC, FMS, FDAC, Pasta 04609.056.024.

CC, FMS, FDAC, Pasta 05248.000.027.

CC, FMS, FDAC, Pasta 07066.091.029.

CC, FMS, FDAC, Pasta 07063.036.030.

CC, FMS, FDAC, Pasta 05222.000.147.

Portugal Colonial: revista mensal de propaganda e expansão colonial. Lisboa, ano 01, nº 01, mar / 1931. **Hemeroteca digital da Câmara Municipal de Lisboa.** Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/PortugalColonial/N01/N01_master/PortugalColonialN01.pdf acesso em 03.05.2019.

CABRAL, Amílcar. **Amílcar Cabral – último discurso jan 1973.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RAbQNsqt9dk>

Instituto Paulo Freire – Centro de Referência Paulo Freire

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório da Missão do Comitê Especial das Nações Unidas para Descolonização depois de visitar as áreas libertadas da Guiné-Bissau, 3 julho de 1972.** Disponível em: http://camaradas10.rssing.com/chan-40597126/all_p242.html acesso em 17.12.2019.

2 DE MAIO de 2017: 20 anos da morte de Paulo Freire. **Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação**, 03 maio 2017.

Conferir: <<http://www.cnte.org.br/index.php/comunicacao/noticias/18368-2-de-maio-de-2017-20-anos-da-morte-de-paulo-freire.html>> acesso em 07.12.2017.

20 ANOS da morte de Paulo Freire, patrono da educação brasileira. **Centro do Professorado Paulista**, 02 maio 2017.

Conferir: <<https://www.cpp.org.br/informacao/noticias/item/10778-20-anos-da-morte-de-paulo-freire-patrono-da-educacao-brasileira>> acesso em 07.12.2017.

20 ANOS sem Paulo Freire. **Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra**, 02 maio 2017. Conferir: <<http://www.mst.org.br/2017/05/02/20-anos-sem-paulo-freire.html>> acesso em 07.12.2017.

20 ANOS sem Paulo Freire: saiba suas principais contribuições para a educação integral. **Educação e Participação**, 02 mai 2017. Conferir:

<<https://educacaoeparticipacao.org.br/acontece/20-anos-sem-paulo-freire-saiba-suas-principais-contribuicoes-para-educacao-integral/>> acesso em 07.12.2017.

20 ANOS sem Paulo Freire: uma memória atual e necessária. **Carta Educação**, 2 maio 2017. Conferir: <<http://www.cartaeducacao.com.br/artigo/20-anos-sem-paulo-freire-uma-memoria-atual-e-necessaria>> acesso em 07.12.2017.

A ENORME fenda que pode separar o Chifre da África do resto do continente. **BBC Brasil**, 02 abri 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43620442>> acesso em 17.05.2019.

ACORDO ENTRE O GOVERNO PORTUGUÊS E O PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE. **Centro de Documentação 25 de abril – Universidade de Coimbra**. Disponível em:

<<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon05>> acesso em 04.12.2019.

ADINKRA. **Ipeafro**, s/d. Disponível em:

<<https://ipeafro.org.br/acoes/pesquisa/adinkra/>> acesso em 03.12.2019.

AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR. **Cabo Verde**: uma pequena monografia. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.

AGÊNCIA GERAL DO ULTRAMAR. **Portugal overseas provinces**: facts and figures. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1965.

AGUIAR, Armando. **Guiné**: minha terra. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1964.

ALENCASTRE, Amílcar. **A rebelião dos povos coloniais**. Rio de Janeiro: Livraria Prado Editora, 1962.

ALMEIDA, Taise. Tatuagem Adinkra. **Consulado Geral de Angola em São Paulo**, s/d. Disponível em:

<<http://consuladogeraldeangolasp.net/det.asp?cod=87&caminho=mulher>> acesso em 03.12.2019.

AMAHARIC. **National African Language Resource Center** / Indiana University-Bloomington, Indiana, USA. Disponível em:

<<https://nalrc.indiana.edu/doc/brochures/amharic.pdf>> acesso em 09.10.2019.

ANCIENT Egyptian Hieroglyphic Writing. **Discovering Egypt**, 2019. Disponível em:

<<https://discoveringegypt.com/egyptian-hieroglyphic-writing/egyptian-hieroglyphic-alphabet/>> acesso em 28.09.2019.

ANCIENT Egyptian Hieroglyphic Writing. **Discovering Egypt**, c2019.

ANDERSON, Perry. **Portugal e o fim do ultracolonialismo**. Tradução de Eduardo de Almeida. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. (Coleção Documentos da História Contemporânea).

ANDRENI, Jean-Claude; LAMBERT, Marie-Claude. **La Guinee-Bissau: d' Amílcar Cabral à la reconstruction nationale**. Paris: L'Harmattan, 1978.

ANTE inflação, Zimbábue troca moeda: 175 quadrilhões valem US\$ 5. **BBC News Brasil**, 12 jun 2015. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150612_zimbabue_dolar_mdb> acesso em 02.01.2020.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Tradução Vera Ribeiro. Rev. da tradução Fernando Rosa Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARAÚJO, Ana Paula de. Gaia. **Infoescola**, s/d. Disponível em:

<<https://www.infoescola.com/mitologia/gaia/>> acesso em 15.09.2019.

ARNAUT, Luiz. História de África. **Fafich UFMG**, s/d. Disponível em:

<<http://www.fafich.ufmg.br/luarnaut/Afrika%20docs.html>> acesso em 16.06.2019.

ARNAUT, Luiz. Império do Mali. **Fafich UFMG**, s/d. Disponível em:

<http://www.fafich.ufmg.br/luarnaut/mp_MALI_1300-1500.PNG> acesso em 16.05.2019.

ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. São Paulo: Companhia dos Livros, 2005.

AVENNE, Cécile Van den. Bambara e atirador francês: Uma análise da política linguística no exército colonial francês: a Grande Guerra e depois. **Documents pour l'histoire du français langue étrangère ou second**. N° 35, 2005.

AVERILL, Victoria; RENGURA, Renate; HILSE, Gwendolin. Hendrick Witbooi: o lutador namibiano com astúcia política. **Deutsche Welle**, c2018. Disponível em:

<<https://www.dw.com/pt-002/hendrik-witbooi-o-lutador-namibiano-com-ast%C3%Bacia-pol%C3%ADtica/a-43508254>> Acesso em 23.04.2019.

AZEVEDO, Licínio; RODRIGUES, Maria da Paz. **Diário da libertação: a Guiné-Bissau da nova África**. Prefácio de Florestan Fernandes. São Paulo: Versus, 1977. (Coleção Testemunhos 2).

BÂ, Amadou Hampâté. A tradição viva. In: **História Geral da África I: metodologia e pré-história da África**. Editor J. Ki-Zerbo. 2ª ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

BÂ, Amadou Hampâté. **Amkoullel, o menino fula**. Tradução Xina Smith de Vasconcelos. São Paulo: Palas Athena / Casa das Áfricas, 2003.

BADAWI, Zeinab. A superpotência africana que chegou a conquistar o Egito, mas foi esquecida pela história. **BBC News Internacional**, 8 jul 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40484880> acesso em 23.12.2019.

BARRADAS, Ana. **Ministros da morte: livro negro da expansão portuguesa**. Lisboa: Edições Antígona, 1992.

BATSÍKAMA, Patrício. As origens do reino do Kôngo segundo a tradição oral. **Sankofa**. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana. Ano III nº 5, julho/2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/download/88765/91646/> acesso em 02.06.2019.

BATSÍKAMA, Patrício. **Origens do Reino do Congo: consoante a bibliografia e a tradição oral**. Luanda: Mayâmba, 2010.

BELINCANTA, Rafael. O "papel fundamental" do Papa Paulo VI nas independências. **DW (Angola)**, 10 março 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/o-papel-fundamental-do-papa-paulo-vi-nas-independ%C3%Aancias/a-18305399> acesso em 26.11.2019.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou o ofício de historiador. Prefácio: Jacques Le Goff. Apres. à edição brasileira: Lília M. Schwartz. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio França e Inglaterra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BOFF, Leonardo. Todo ponto de vista é a vista de um ponto. **Campinas. sp.gov.br**, s/d. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/gestao-e-controle/cursos/anexo-encontro-conselheiros/ponto-de-vista.pdf> acesso em 25.10.2019.

BOTSWANA celebra hoje 48 anos de independência. **Agência Angola Press**, 30 set 2014. Disponível em: http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2014/8/40/Botswana-celebra-hoje-anos-independencia,3980dc15-d59a-49ad-ac55-166e7309bb3c.html acesso em 30.09.2019.

BOTZÀRIS, Alejandro. **A África e o comunismo**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar / Centro de Estudos Políticos e Sociais, nº 27, vol. 1, 1959.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **História do menino que lia o mundo**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. 1ª edição 1981. 33ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2013. (Coleção Primeiros Passos, 38).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Paulo Freire, educar para transformar**: fotobiografia. São Paulo: Mercado Cultural, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura rebelde**: escritos sobre a Educação Popular ontem e hoje. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação Popular 2).

BRITO, A. I. A. Patativa do Assaré- porta-voz do sertão. In: **Conexão – Comunicação e Cultura**. UCS, Caxias do Sul, v. 08, nº 16, jul./dez. 2009.

Disponível em:

<<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/133/124>> acesso em 27 fev. 2017.

BROWNE, Malcolm W. War in the gulf: weapons; Napalm's formula is simple, but its properties are lethal. **New York Times**, 23 fev 1991. Disponível em:

<<http://www.nytimes.com/1991/02/23/world/war-in-the-gulf-weapons-napalm-s-formula-is-simple-but-its-properties-are-lethal.html>> acesso em 05.12.2017.

BRUIT, H. H. **O imperialismo**. 3ª edição. São Paulo: Atual; Campinas-SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988. (Discutindo a História).

BULAU, Doris. 1961: Acaba a primeira Conferência dos Países Não Alinhados. **DW Calendário Histórico**, 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/1961-acaba-a-primeira-confer%C3%Aancia-dos-pa%C3%ADses-n%C3%A3o-alinhados/a-319303>> acesso em 22.11.2019.

BURK, Peter. **A Escola dos Annales**: a revolução francesa da historiografia. 4ª reimp. Trad. Nilo Odália. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CA, Lourenço Ocuni. **Perspectiva histórica da organização do sistema educacional da Guiné-Bissau**. 2005. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253256/1/Ca_LourencoOcuni_D.pdf> acesso em 13.12.2019.

CABRAL, Amílcar. **Alguns Princípios do Partido**. Lisboa: Seara Nova, 1974. (Coleção de Leste a Oeste).

CABRAL, Amílcar. **Amílcar Cabral**: livro, s/d. Disponível em: <<http://www.amilcarchabral.org/livro.pdf>> acesso em 09.08.2019

CABRAL, Amílcar. **Análise de alguns tipos de resistência**. 2ª edição. Lisboa: Seara Nova, 1975. (Coleção de Leste a Oeste).

CABRAL, Amílcar. **Análise de alguns tipos de resistência**. Edição do PAIGC. Bolama/Guiné-Bissau: Imprensa Nacional, 1979.

CABRAL, Amílcar. **Análise de alguns tipos de resistência**. Edição do PAIGC. Bolama, Guiné-Bissau: Imprensa Nacional, 1979. Disponível em: http://www.cd25a.uc.pt/media/pdf/Biblioteca%20digital/Nreg%200715_%20Amilcar%20Cabral_Analise%20se%20alguns%20tipos%20de%20resistencia.pdf acesso em 07.01.2020.

CABRAL, Amílcar. **Documentário**: textos políticos e culturais. Apresentação de António E. Duarte Silva. Lisboa: Cotovia, 2008. (Coleção Biblioteca Editores Independentes).

CABRAL, Amílcar. **Estudos agrários de Amílcar Cabral**. Lisboa/Bissau: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1988.

CABRAL, Amílcar. **Nacionalismo y cultura**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2014.

CABRAL, Amílcar. **Obras Escolhidas de Amílcar Cabral**: A Arma da Teoria: unidade e luta I. Textos coordenados por Mário de Andrade. 2ª edição. Lisboa: Seara Nova, 1978.

CABRAL, Ana Maria; ELÍSIO, Filinto; SOUTO, Márcia. **Itinerários de Amílcar Cabral**. Lisboa: Rosa de Porcelana, 2018.

CAMPOS, Fabio. O novo exílio de Paulo Freire. Coluna; **Revista Época**, 03 set 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/coluna-o-novo-exilio-de-paulo-freire-23923787> acesso em 02.12.2019.

CANTALICE, Tiago. Du Bois e o Pan-africanismo. **Palmares Fundação Cultural**, 24 fev 2016. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=40672> acesso em 31.12.2019.

CARDOSO, João. O colonialismo português no Estado Novo. **Youtube**, 25 abri 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ltPEPjy1DBo> acesso em 04.10.2019.

CARLOS, João. Para Amílcar Cabral, a educação era a principal arma da libertação. **DW Cabo Verde**, 19 jan 2015. Disponível em: www.dw.com/pt-002/para-amilcar-cabral-a-educacao-era-a-principal-arma-da-libertacao/a-18200807 acesso em 20.09.2019.

CARLOS, João. Portugal pactuou com o apartheid contra a libertação de Angola e Moçambique. **Deutsche Welle / 25 de abril e independências**, 07 jan 2016. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/portugal-pactuou-com-o-apartheid-contra-a-liberta%C3%A7%C3%A3o-de-angola-e-mo%C3%A7ambique/a-18965172> acesso em 04.10.2019.

CARMO, Eliane Fátima Boa Morte do. **História da África nos anos iniciais do ensino fundamental**: os Adinkra. Salvador: Artegraf, 2016. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/mphistoria/images/Dissertações/Turma_2014/Eliane_Fatima_Boa_Morte_Do_Carmo.pdf acesso em 27.01.2020.

CARVALHO, Henrique Martins de. **Política externa portuguesa**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar / Centro de Estudos Políticos e Sociais, nº 70, 1964.

CASTEL RONDA, Elisa. Egipto: signos y símbolos de lo sagrado – Letra I. **Amigos del antiguo Egipto**, ago 2007 (© 2014). Disponível em: http://amigosdelantiguoegipto.com/?page_id=134 > acesso em 09.10.2019.

CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo**: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). 1ª edição. Porto: Edições Afrontamento, 1998. (Biblioteca das Ciências do Homem).

CASTRO, Haroldo. Forçados a viver em áreas inóspitas durante séculos, bosquímanos ainda lutam pela sobrevivência. **Revista Época**, 05 jul 2017. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/viajologia/noticia/2017/07/forcados-viver-em-areas-inospitas-durante-seculos-bosquimanos-ainda-lutam-pela-sobrevivencia.html> > acesso em 30.10.2019.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução: Noémia de Sousa. 1ª Edição. Prefácio: Mário de Andrade. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a negritude**. Org.: Carlos Moore. Trad.: Ana Maria Gini Madeira. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. (Coleção Vozes da Diáspora Negra, vol. 03). Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/362133061/Aime-Cesaire-Discurso-sobre-a-negritude-pdf> > acesso em 31.12. 2017.

CHABAL, Patrick; DALOZ, Jean-Pascal. **Africa works**: disorder as political instrument. Bloomington: Indiana University Press, 1999. (African Issues).

CHALIAND, G. **A luta pela África**: estratégia das potências. Prefácio: José Maria Nunes Pereira. Tradução: Daniel Aarão Reis Filho. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CHANDA, T. A redescoberta da literatura indiana, **Le Monde Diplomatique Brasil**, 08 ago 2007. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-redescoberta-da-literatura-indiana/> > acesso em 06.12.2017.

CHASE, Susie; PETREE, Jessica. The great Rift Valley of Eastern Africa. **University of Washington**, Tacoma, Interdisciplinary Arts and Sciences, 25.05.2007. Disponível em: https://courses.washington.edu/tesc243/rift_valley/Main_Page.shtml > acesso em 21.05.2019.

CHEIKH Anta Diop derrubou o racismo científico, ao provar que o Egito antigo era uma civilização negra. **Geledés Instituto da Mulher Negra**, 21 jan 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cheikh-anta-diop-derrubou-o-racismo-cientifico-ao-provar-que-o-egito-antigo-era-uma-civilizacao-negra/> > acesso em 28.09.2019

CHESNEAUX, Jean. A reanimação do passado tradicional nas jovens nações da Ásia e África. In: SANTIAGO, Theo. (org.). **Descolonização**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 75-83.

CLARKE, John Henrik. Foreword. In: DIOP, Cheikh Anta. **Civilization or barbarism: an authentic anthropology**. 1st edition. New York: Lawrence Hill Books, 1990, posição 122-288.

CLUZEL, Clemence. Senegal comemora seus heróicos escaramuçadores. **La Croix(África)**, 06 nov 2018. Disponível em: <<https://www.la-croix.com/Monde/Afrique/Le-Senegal-commemore-heroiques-tirailleurs-2018-11-06-1200981073>> acesso em 02.12.2019.

COMO INVESTIR EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE. S. Tomé: Imprensa Nacional, 1970.

COMO vivia Mansa Musa, o homem mais rico da história. **Época Negócios**, 09 jun 2016. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Curiosidades/noticia/2016/06/como-vivia-mansa-musa-o-homem-mais-rico-da-historia.html>> acesso em 11.12.2019.

COMUNIDADE internacional garante financiamento para eleições na Guiné-Bissau. **Observador (Agência Lusa)**, 20 set 2018. Disponível em: <<https://observador.pt/2018/09/20/comunidade-internacional-garante-financiamento-para-eleicoes-na-guine-bissau/>> acesso em 08.01.2020.

CORREIA, António Augusto Peixoto. **Lutar na paz**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1965.

CORTELLA, Mário Sergio. Conversas com Paulo Freire. Auditório da Escola de Aplicação da USP, 20 set 2017. **Youtube**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LWxFQwJGEi8>> acesso em 15.12.2017.

COSENZA, Ramon M.; GUERRA, Leonor B. **Neurociência e educação: como o cérebro aprende**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CULTNE DOC – Joseph Ki-Zerbo em África – 1987. **Youtube**, 10 out 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZuQ0M4sGHCU>> acesso em 01.01.2020.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira**. 2ª edição revista e acrescida de 124 páginas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CUNHA, Diana A. **As utopias na educação: ensaio sobre as propostas de Paulo Freire**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Col. Educação e Comunicação vol 14).

D'ÁVILA, Jerry. Entre dois mundos: Gilberto Freyre, a ONU e o apartheid sul-africano. **História Social**, n. 19, segundo semestre de 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/9740882/Downloads/319-Texto%20do%20artigo-1041-1-10-20110612%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/9740882/Downloads/319-Texto%20do%20artigo-1041-1-10-20110612%20(1).pdf)> acesso em 04.10.2019.

DAVIDSON, Basil. "No fist big enough to hide the sky": a report on the further liberation of Guinea. **Socialist Register**, 1975. Disponível em: <<https://socialistregister.com/index.php/srv/article/download/5358/2259/>> acesso em 25.10.2019.

DAVIDSON, Basil. **A Libertação da Guiné**: aspectos de uma revolução africana. Prefácio de Amílcar Cabral. Lisboa: Sá da Costa, 1975. (Coleção Terceiro Mundo).

DAVIDSON, Basil. **Can Africa survive?** Arguments against growth without development. London: Heinemann, 1975.

DAVIDSON, Jacob. The 10 Richest People of All Time. **Money**, 30 jul 2015. Disponível em: <<https://money.com/the-10-richest-people-of-all-time-2/>> acesso em 11.12.2019.

DAVIS, Angela. Angela Davis on Amilcar Cabral and Guinea Bissau (1973 Speech). **Youtube**, publicado em 21 ago 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ortQbPg51AM>> acesso em 03.11.2019.

Deutsche Welle/Calendário histórico, s/d. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/1965-mobutu-d%C3%A1-golpe-e-se-torna-presidente-do-congo/a-335596>> acesso em 24.05.2019.

DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO ILUSTRADO LAROUSSE. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007.

DIOP, Cheikh Anta. An interview with Dr. Cheik Anta Diop. **For the People** (program), 1985 (publicado no Youtube em 01 ago 2017). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XpqzEytY4Bc>> acesso em 23.10.2019.

DIOP, Cheikh Anta. **Civilization or barbarism**: an authentic anthropology. 1st edition. New York: Lawrence Hill Books, 1991.

DIRETORIA EXECUTIVA DE DIREITOS HUMANOS. Cronologia dos Direitos Humanos. **ODH-UNICAMP**, s/d. Disponível em: <<http://www.odh.unicamp.br/cronologia-dos-direitos-humanos>> acesso em 10.10.2019.

DOMINGUES, Joelza Ester. 06 cabeças para estudo da Ilha de Shark. **Ensinar História**, 01 set 2015. Disponível em: <https://ensinarhistoriajoelza.com.br/racismo-uma-historia-documentario/06_cabecas-para-estudo-proveniente-da-ilha-de-shark/> acesso em 30.09.2019.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, vol. 12, nº 23, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>> acesso em 08.08.2019.

DORE, Rosemary. Escola Unitária. **Revista Cult**, s/d. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/escola-unitaria/>> acesso em 22.11.2019.

DOWBOR, L. **A formação do 3º mundo**. 15ª ed. rev. e atual. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Tudo é História, 35).

DOWBOR, Ladislau. **Guiné-Bissau: a busca da independência econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Col. Tudo é História).

DUARTE, Fernando. Genocídio na África: o horror do Congo Belga. **Aventuras na História**, 01 set 2019. Disponível em:

<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/genocidio-africa-congo-belga-leopoldo-ii.phtml> acesso em 08.12.2019.

DUFFY, James. **Portugal in Africa**. Baltimore: Penguin Books Inc., 1963.

DUPRÉ, Maria José. **Éramos seis**. 24ª edição. São Paulo: Ática, 1979. (Série Vaga-Lume).

DURÃO, Gustavo de Andrade. A atualidade da negritude. **Geledés Instituto da Mulher Negra**, 03 set 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/atualidade-%E2%80%A8da-negritude/>> acesso em 07.08.2019.

EAST AFRICAN Rift System: geological feature, Africa-Asia. **Encyclopaedia Britannica**, s/d. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/East-African-Rift-System>> acesso em 21.09.2019.

ESPECIALISTA explica porque cupins aparecem mais na primavera. **Painel Florestal**, s/d. Disponível em: <<http://www.painelflorestal.com.br/noticias/uso-da-madeira/especialista-explica-porque-os-cupins-aparecem-mais-na-primavera>> acesso em 07.11.2017.

ESPÍRITO SANTO, Alda. Alocução de Alda Espírito Santo. **Continuar Cabral**: Simpósio Internacional Amílcar Cabral. Praia, Cabo Verde, 17 – 20 de janeiro de 1983, p. 27-30. S/L: Grafedito/Prelo – Estampa, 1984. Casa Comum/FMS/Pasta 007348. Disponível em: <<http://casacomum.org/>> acesso em 05.11.2019.

ESTEVES, Maria Luísa. **A questão do Casamansa e a delimitação das fronteiras da Guiné**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1988.

FANON, Frantz. **A dying colonialism**. New York: Grove Press, 1965.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução António Massano. Prefácio Inocência Mata. Lisboa: Letra Livre, 2015.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Toward the African Revolution**. London: Penguin Books, 1970. (A Pelican Book).

FARAH, Paulo Daniel. Hampâté Bâ leva oralidade africana ao papel. **Folha de S. Paulo (Ilustrada)**, 16 set 2003. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1609200312.htm>> acesso em 16.10.2019.

FASCINATING facts about hieroglyphics. **National Geographic Kids**, s/d. Disponível em: <<https://www.natgeokids.com/au/discover/history/egypt/hieroglyphics-uncovered/>> acesso em 28.09.2019.

FATHER stares at the hand and foot of his five-year-old, severed as a punishment for failing to make the daily rubber quota, Belgian Congo, 1904. [Rare Historical Photos](https://rarehistoricalphotos.com/father-hand-belgian-congo-1904/), © 2019. <https://rarehistoricalphotos.com/father-hand-belgian-congo-1904/> acesso em 08.12.2019.

FERNANDES, Ari Cândido. **Eritréia**: uma esquecida guerra de libertação. São Paulo: EDICON, 1986.

FERNANDES, Carla. Amílcar Cabral e a libertação coletiva. **DW História da África** – Raízes Africanas, 18 set 2017. Disponível em: <<https://www.dw.cpm/pt-002/amilcar-cabral-e-libertacao-coletiva/a-40568417>> acesso em 20.09.2019.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. **Dicionário Brasileiro Globo**. 29ª edição. São Paulo: Globo, 1993.

FERREIRA, Eduardo de Sousa. **Portuguese colonialism in Africa: the end of an era**. Introdução de Basil Davidson. Paris: The Unesco Press, 1974.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Paulo Freire**: uma história de vida. 2ª Ed. rev. e atualizada. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 41ª edição. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões da nossa época 13).

FREIRE, Paulo. **À Sombra desta mangueira**. 1ª ed. Notas de Ana Maria Araújo Freire; Prefácio de Ladislau Dowbor. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade** e outros escritos. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade** e outros escritos. 12ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001.

FREIRE, Paulo. **El grito manso**. 1ª edição. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2003.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução Rosiska Darcy de Oliveira. 15ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. Lettre aux animateurs culturelles. In: OLIVEIRA, Miguel Darcy de; CECCON, Claudius. **Guinée-Bissau 1979: apprendre pour vivre mieux**. Genève: IDAC, 1979, p. 29-34. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/3541> > acesso em: 03.01.2020.

FREIRE, Paulo. **Os cristãos e a libertação dos oprimidos**. Lisboa / Porto: Edições Base, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 39ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2009 [1996]. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância**. Org. e notas de Ana Maria Araújo Freire. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. Última entrevista a Paulo Freire. **Youtube**, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UI90heSRYfE> > acesso em 12.07.2017.

FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. **Essa escola chamada vida: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho**. 14ª edição/6ª reimpressão. São Paulo: Ática, 2009.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Sobre educação: diálogos**. Vol. I. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo; ROSISKA, Miguel; OLIVEIRA, Darcy de; CECCON, Claudius. **Vivendo e aprendendo: experiências do idac em educação popular**. 8ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FREIRE, Paulo; STONEY, George. Paulo Freire & George Stoney church conversation. Publicado no **You Tube**, 31 jul 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U8aExMg8foA> > acesso em 29.11.2019.

FURTER, Pierre. **Educação e reflexão**. 5ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 1972.

FURTER, Pierre. **Educação e vida**. 4ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 1972. (Col. Educação e Tempo Presente).

GAARDER, J. **O mundo de Sofia: romance da história da Filosofia**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. (Selo Seguinte).

GADOTTI, Moacir. **Um legado de esperança**. São Paulo: Cortez, 2001. (Col. Questões da Nossa Época vol 91).

GARCÍA, Flavio; MATA Inocência (orgs.). **Pós-colonial e pós-colonialismo: propriedades e apropriações de sentido**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2016.

GAUTIER, E. F. **La conquête du sahara**. 50e édition revue at mise a jour. Paris: Librairie Armand Colin, 1935.

GENERAL von Trotha ließ auf jeden Hereroschießen, auch auf Kinder.

Süddeutsche Zeitung, 28 bri 2015. Disponível em:

<<https://www.sueddeutsche.de/politik/hereros-in-deutsch-suedwestafrika-der-andere-voelkermord-1.2454826-2>> acesso em 30.09.2019.

GERMANY regrets Namibia 'genocide'. **BBC News** (UK), 12 jan 2004. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/3388901.stm>> acesso em 29.10.2019.

GIOVANAZ, Daniel; DALLABRIDA, Poliana. Rei belga matou dez milhões no Congo; hoje, um filho de congoleses é ídolo da seleção. **Brasil de Fato**, 3 jul 2018.

Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/07/03/rei-belga-matou-dez-milhoes-no-congo-hoje-um-filho-de-congoleses-e-idolo-da-selecao/>> acesso em 11.12.2019.

GIROUX, H. A. Paulo Freire e a política do Pós-Colonialismo. **Revista Pátio**, Ano I, nº 02, ago. / Out 1997, p. 15-19.

GLASGOW, Roy Arthur. **Nzinga**: resistência africana à investida do colonialismo português em Angola, 1582-1663. São Paulo: Perspectiva, 1982.

GOÉS, Emanuelle. Violência obstétrica e viés racial. **Centro Brasileiro de Estudos de Saúde**, 14 mar 2018. Disponível em: <http://cebes.org.br/2018/03/violencia-obstetrica-e-o-vies-racial/> acesso em 30.04.2019.

GOLIAS, Jorge Sales. **A descolonização da Guiné-Bissau e o movimento dos capitães**. Prefácio Carlos de Matos Gomes. 1ª edição. Lisboa: Edições Colibri, 2016. (Memórias da guerra e revolução; 10).

GOLPE de estado na Guiné-Bissau. **Deutsche Welle**, 16 mai 2012. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/golpe-de-estado-na-guin%C3%A9-bissau/a-15887010>> acesso em 07.01.2020.

GOLPE de estado na Guiné-Bissau. **Deutsche Welle**, 16 mai 2012. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/golpe-de-estado-na-guin%C3%A9-bissau/a-15887010>> acesso em 07.01.2020.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **O colonialismo global e a democracia**. Tradução Márcia Camargo Cavalcanti. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GOVERNO português ressalta a importância de Paulo Freire para a educação no mundo. **Blog da Cidadania**, 29 mai 2019. Disponível em: <https://blogdacidadania.com.br/2019/05/governo-portugues-ressalta-a-importancia-de-paulo-freire-para-a-educacao-no-mundo/> acesso em 02.12.2019.

GUEDES, A. C. B. **Mulheres quilombolas e o uso de plantas medicinais**: práticas de cura em Santa Rita de Barreira/PA. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Núcleo de Altos estudos da Amazônia. Belém, Universidade Federal do Pará.

GUEVARA, Ernesto Che. **Passagens da guerra revolucionária**: Congo. São Paulo: Record, 2000.

GUILLAUME, Pierre. **Le monde Colonial XIXe – XXe siècle**. Paris: Armand Colin, 1974.

GUINEA BISSAU: Mr Knut Andreasson and Ms Birgitta Dahl visiting liberated areas in Guinea Bissau in November 1970. **The Nordic Africa Institute / Nordic Documentation on the Liberation Struggle in Southern Africa** (Uppsala, Suécia), 23 fev 2010. Disponível em: <https://www.liberationafrica.se/audiovisual/photos/guinea_bissau/> acesso 19.12.2019.

GUINÉ-BISSAU independente. **Almanaque Folha UOL / Acervo on line**. Publicado na Folha de São Paulo, terça-feira, 27 de agosto de 1974. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/mundo_27ago1974.htm> acesso em 10.10.2019.

GUINÉ-BISSAU: o golpe de estado de 14 de novembro de 1980. Portal de Angola, 09 jan 2012. Disponível em: <<https://www.portaldeangola.com/2012/01/09/o-golpe-de-estado-de-14-de-novembro-de-1980/>> acesso em 07.01.2020.

GUINÉ-BISSAU: o golpe de estado de 14 de novembro de 1980. Portal de Angola, 09 jan 2012. Disponível em: <<https://www.portaldeangola.com/2012/01/09/o-golpe-de-estado-de-14-de-novembro-de-1980/>> acesso em 07.01.2020.

GUSMÃO, Xanana. **Timor-Leste**: um povo, uma pátria. 2ª edição. Lisboa: Edições Colibri, 1994. (Coleção Horizontes da Polis).

HADDAD, Sérgio. A prisão de Paulo Freire, “subversor dos menos favorecidos”, na ditadura. **El País Brasil** (Cultura), 22 out 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/22/cultura/1571754417_189523.html> acesso em 25.10.2019.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. 1ª ed. atual. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaine La Guardia Resende e outros. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HANCOCK, Jaime Rubio. Nem todo romano era branco – o império era mais diverso que parece. **El País Brasil**, 30 jul 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/internacional/1501148623_366673.html> acesso em 06.05.2019.

HARDY, G. **L’Histoire d’Afrique**. 3e édition revue et mise à jour. Paris: Armand Colin, 1937.

HARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 7ª edição / 2ª reimpressão. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2014.

HARFORD, Tim. The horrific consequences of rubber’s toxic past. **BBC News (Business)**, 24 jul 2019. Disponível: <<https://www.bbc.com/news/business-48533964>> acesso em 08.12.2019.

HENRIQUES, Joana Gorjão. A colónia onde todas as Fatumata tinham de se chamar Maria. <https://acervo.publico.pt>, 06 dez 2015. Disponível em: <<https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/a-colonia-onde-todas-as-fatumata-tinham-de-se-chamar-maria-1716239>> acesso em 04.10.2019.

HENRIQUES, Joana Gorjão. Angola: houve independência mas não descolonização das mentes. **Público**, 01 nov 2015. Disponível em: <<https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/houve-independencia-mas-nao-descolonizacao-das-mentes-1712736>> acesso em 04.01.2020.

HENRIQUES, Liliana. 20 anos depois da guerra civil da Guiné-Bissau. **Rádio França Internacional-RFI**, 07 jun 2018. Disponível em: <<http://www.rfi.fr/pt/guine-bissau/20180607-20-anos-depois-da-guerra-civil-da-guine-bissau>> acesso em 07.01.2020.

HERCULANO-HOUZEL, Suzana. **A vantagem humana**: como nosso cérebro se tornou superpoderoso. Tradução Laura Teixeira Motta. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HERERO People of South West Africa, now Namíbia, Begin surprising. **South African History Online**, c2011. Disponível em: <<https://www.sahistory.org.za/dated-event/herero-people-south-west-africa-now-namibia-begin-uprising>> Acesso em: 22.04.2019.

HISTÓRIA da Guiné-Bissau. **Assembleia Nacional Popular / República da Guiné-Bissau**, 20 abri 2015. Conferir: <<http://www.anpguinebissau.org/institucional/historia/historia-guine-bissau/historia-da-guine-bissau>> acesso em 06.01.2017.

HISTORIADOR angolano resgata a história do Reino do Congo. **TV PUC-Rio**, Pub. 23 ago 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Vml2WpXtAss>> acesso em 13.05.2019.

HITLER, Adolf. Adolf Hitler: Speech at the Berlin Sports Palace, (30 janeiro, 1941). **Jewish virtual library**, © 1998-2019. Disponível em: <<https://www.jewishvirtuallibrary.org/hitler-speech-at-the-berlin-sports-palace-january-30-1941>> acesso em 30.10.2019.

HITZ, Julia. Racista e cruel, a história colonial da Alemanha. **DW - Deutsche Welle (International)**, 27 out 2016. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/racista-e-cruel-a-hist%C3%B3ria-colonial-da-alemanha/g-36058438>> acesso em 30.10.2019.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios**: 1875-1914. Trad. Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 19ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOBSBAWM, Eric. **Bandidos**. Tradução Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Paz e Terra, 2012a.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

HOBBSAWM, Eric. **Rebeldes primitivos**: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**: ensaios. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. (Companhia de Bolso).

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Organização e tradução Celina Cardim Cavalcante. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2012b.

HOSSEINI, Khaled. **O caçador de pipas**. Tradução Maria Helena Rouanet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

IDAC. **Conscientisation et révolution**: une conversation avec Paulo Freire. Genève: IDAC, 1973. (Documento 1). Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3543/1/FPF_ONG_01_003.pdf> acesso em 03.01.2020.

ISSUFO, Nádia. Fidel Castro deixa 'boas recordações' nos PALOP. **Deutsche Welle**, 26 nov 2016. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/fidel-castro-deixa-boas-recordacoes-nos-palop/a-36534844>> acesso em 06.09.2019.

JAMES, John. The Griots of West Africa: much more than story-tellers. **Goethe Institut**, 2012. Disponível em: <http://www.goethe.de/ins/za/prj/wom/osm/en9606618.htm>> acesso em 22.11.2017.

JARDILINO, José Rubens. **Paulo Freire**: retalhos bibliográficos. 2ª edição. Prefácio José Eustáquio Romão. São Paulo: Xamã / Edições Pulsar, 2003.

JARUS, Owen. Shona people: history & culture. **LiveScience**, 28 fev 2017. Disponível em: <https://www.livescience.com/58039-shona-people.html>> acesso em 24.09.2019.

JUNTA PROVINCIAL DE POVOAMENTO DE ANGOLA. **Alguns aspectos de povoamento recente em Angola**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1969.

JURECÊ, Rodrigo. O partido político para Antonio Gramsci: o papel histórico dos intelectuais e dos aparelhos de hegemonia. **PCB**, s/d. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal/precongresso/juruce.pdf>> acesso em 26.08.2019.

KARNAL, L.; TATSCH, F. G. Documento e história: a memória evanescente. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Org.). **O historiador e suas fontes**. 1ª Ed. 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2013, p. 09-28.

KINGDOM of Kongo – 1390 -1914. **South African History Online**, s/d. Disponível em: <https://www.sahistory.org.za/article/kingdom-kongo-1390-1914>> Acesso em 06.05.2019.

KINGSNORTH, G. W. **Africa South of the Sahara**. New York: Cambridge University Press, 1966. (Cambridge books on the History of Africa).

KI-ZERBO, Joseph. Franc Parler avec Joseph Ki-Zerbo. **Youtube**, 29 fev 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OiOU6CJ9_I4> acesso em 05.11.2019.

KODAK in the Congo: The Untold Story of Alice Seeley Harris. **Lowell Milken Center for Unsung Heroes**, ©2019. Disponível: <<https://www.lowellmilkencenter.org/newsroom/videos/view/kodak-in-the-congo-the-untold-story-of-alice-seeley-harris>> acesso em 11.12.2019.

KÖPP, Dircke. Recuperação dos manuscritos de Timbuktu pode preencher lacunas na história. **Deutsche Welle**, 11 jul 2014. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/recupera%C3%A7%C3%A3o-dos-manuscritos-de-timbuktu-pode-preencher-lacunas-na-hist%C3%B3ria/a-17779591>> acesso em 29.08.2019.

KRECHETNIKOV, Artem. Laika, a vira-lata 'pioneira' enviada ao espaço há 60 anos em missão 'sem volta'. **BBC News (Rússia)**, 03 nov 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41860261>> acesso em 02.09.2019.

LAMBERT, Renaud. O espírito de Pachamama. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 01 fev 2011. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-espírito-de-pachamama/>> acesso em 15.09.2019.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou o ofício de historiador. Apresentação à edição brasileira: Lilia M. Schwartz. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 15 – 34.

LEITE, Fábio. Prefácio. In: BÂ, Amadou Hampâté. **Amkoullel, o menino fula**. Tradução Xina Smith de Vasconcelos. São Paulo: Palas Athena / Casa das Áfricas, 2003, p. 09-12.

LIGNE, Arthur; CRUZ, Carmo. **Elementos monográficos sobre o distrito do Huambo**. 2ª edição. Lisboa: Nova Lisboa, 1972.

LIMA, Maria Neyde dos Santos; ROSAS, Argentina (Orgs). **Paulo Freire: quando as ideias e os afetos se cruzam**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2001.

LIMA, S. F.; CARVALHO, V. F. Fotografias: usos sociais e historiográficos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. 1ª Ed. 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2013, p. 09-28.

LIMA, Venício Artur de. **As ideias de Paulo freire**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Col. Educação e Comunicação vol. 4).

LINHARES, Célia; TRINDADE, Maria Nazaret (Orgs.). **Compartilhando o mundo com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez / Instituto Paulo Freire, 2003. (Biblioteca Freiriana vol. 7).

LINHARES, M. Y. **A luta contra a metrópole: Ásia e África, 1945-1975**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Tudo é História).

LOOMBA, Ania. **Colonialism/postcolonialism**. 2nd edition. London/New York: Routledge, 2005 (1998).

LOTT, Joanna. Keepers of history. **Penn State News**, 01 mai 2002. Disponível em: <<https://news.psu.edu/story/140694/2002/05/01/research/keepers-history>> acesso em 15.10.2019.

LOUREIRO, Raquel. Guiné-Bissau: o país onde nenhum presidente terminou mandato. **Deutsche Welle**, 14 mar 2017. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-bissau-o-pa%C3%ADs-onde-nenhum-presidente-terminou-o-mandato/g-37918406>> acesso em 07.01.2020.

M'BANZA CONGO declarada Patrimônio Mundial da Humanidade. **Deutsche Welle**, 09 jul 2017. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/mbanza-congo-declarada-patrim%C3%B3nio-mundial-da-humanidade/a-39617931>> acesso em 27.05.2019.

MACHEL, Samora. **Produzir é aprender. Aprender para produzir e lutar melhor**. Edição do Departamento do trabalho ideológico FRELIMO, 1971. (Coleção Estudos e Orientações 1). Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/machel/1971/mes/produzir.htm>> acesso em 28.11.2019.

MAFRA, Jason [et al] (Org.). **Globalização, educação e movimentos sociais: 40 anos de Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire / Editora Esfera, 2009.

MAIA, Emili. Eu em Guiné-Bissau – religião. **emilimaia.com**, 04 abri 2018. Disponível em: <<http://emilimaia.com/euemguinebissau-religiao/>> acesso em 24.09.2019.

MAKARENKO, Anton. **Poema pedagógico**. Tradução Tatiana Belinky. Posfácio Zoia Prestes. São Paulo: Editora 34, 2012.

MALULEKE, Tinyiko. Desmond Tutu, archbishop of the world. **Mail & Guardian**, Aug 28 to Sept 3 2015 (25). Disponível em: <<https://mg.co.za/article/2015-08-27-desmond-tutu-archbishop-of-the-world>> acesso em 06.11.2019.

MARTINS, Alejandra. Por que a Alemanha não se desculpou até hoje pelo primeiro genocídio do século 20. **BBC News Mundo** (Brasil), 10 jan 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38554223>> acesso em 29.10.2019.

MATTOS, Alê de. Y'a bon banania' e a influência contínua no estereótipo do negro. **Geledés Instituto da Mulher Negra**, 16 out 2012. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/y-a-bon-banania-e-a-influencia-continua-no-estereotipo-do-negro/>> acesso em 02.12.2019.

MEDEIROS, Adelardo A. D. A Língua Portuguesa: São Tomé e Príncipe. A Língua Portuguesa (UFRN), © 2001-2006. Disponível em: <http://www.linguaportuguesa.ufrn.br/pt_3.4.e.php> acesso em 28.12.2019.

MELO, A. Borges de. **A influência do Brasil em Angola**. Rio de Janeiro: Mundinter, 1992.

MENDY, Peter Karibe. **Amílcar Cabral: a nationalist and pan-africanist revolutionary**. Athens, Ohio: Ohio University Press, 2018.

MIDDLETON, John (editor). **Black Africa: its peoples and their cultures today**. London: Macmillan, 1970. (Printed in the USA).

MINH, Ho Chi. **A resistência do Vietnam: textos políticos (1922-1967)**. Tradução Edio Vieira. Apresentação Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

MISSÃO angolana para a Guiné-Bissau começa a sair na quarta-feira. **RTP-Rádio e Televisão de Portugal**, 5 jun 2012. Disponível em: <https://www.rtp.pt/noticias/mundo/missao-angolana-para-a-guine-bissau-comeca-a-sair-na-quarta-feira_n560063> acesso em 07.01.2020.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios).

MOHAMUD, Naima. Is Mansa Musa the richest man who ever lived? BBC Africa, 10 mar 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-africa-47379458>> acesso em 11.12.2019.

MONTE Kilimanjaro:<<https://escola.britannica.com.br/artigo/monte-Kilimanjaro/481653>> acesso em 24.09.2019.

MONTEIRO, Domingas Henriques. A Tradição Oral nas Sociedades Africanas: Contextualização das Culturas Kongo e Ovimbundu. **Wizi-congo: portal do Uige e da cultura Kongo**, 6 abri 2017. Disponível em: <<http://wizi-kongo.com/historia-do-reino-do-kongo/a-tradicao-oral-nas-sociedades-africanas-contextualizacao-das-culturas-kongo-e-ovimbundu/>> acesso em 16.10.2019.

MONTEZINHO, Jorge. “A língua portuguesa é uma das melhores coisas que os portugueses nos deixaram”. **Público (Ipsilon/Opinião)**, 27 jul 2014. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2014/07/27/culturaipsilon/opiniao/a-lingua-portuguesa-e-uma-das-melhores-coisas-que-os-portugueses-nos-deixaram-1664276>> acesso em 31.12.2019.

MOORE-GILBERT, Bart. **Postcolonial theory: contexts, practices, politics**. London/New York: Verso, 1997.

MOREIRA, Mateus. O que dizem as novas evidências sobre o domínio do fogo pela humanidade. **Nexo Jornal**, 03 abr 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/03/O-que-dizem-as-novas-evid%C3%Aancias-sobre-o-dom%C3%ADnio-do-fogo-pela-humanidade>> acesso em 05.11.2019.

MOURÃO JÚNIOR, Carlos Alberto; FARIA, Nicole Costa. Memória. **Psicologia Reflexão e Crítica**, 28(4), 2015. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/prc/v28n4/0102-7972-prc-28-04-00780.pdf>> acesso em 08.10.2019.

MOREIRA, Neiva; BISSIO, Beatriz. **Os cubanos na África**. 1ª edição. São Paulo: Global, 1979. (Coleção: Passado & Presente nº 9).

MORIER-GENOUD, Eric (editor). **Sure Road? Nationalisms in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique**. Leiden/Boston: Brill, 2012. (African Social Studies Series).

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE ANGOLA. **Massacres em Luanda**: relatório do Movimento Democrático de Angola sobre os incidentes de julho de 1974 em Luanda – sua responsabilidade e suas conseqüências. Lisboa: África Editora, 1974.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Paulo freire**: um educador do povo. 2ª edição. Veranópolis-RS: ITERRA, 2001.

MUDIMBE, V. Y. **The Idea of Africa**. Bloomington: Indiana University Press, 1994.

MUSCALU, Ivana Pansera de Oliveira. **Donde o ouro vem**: uma história política do reino do Monomotapa a partir das fontes portuguesas (século XVI). Dissertação de Mestrado em História FFLCH-USP, São Paulo, 2011, 167 pgs. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28062012-095255/publico/2011_IvanaPanseraDeOliveiraMuscalu_VRev.pdf> acesso em 11.12.2019.

MUSITANO, Manuela. O homem e o fogo. **Invivo Fiocruz**, s/d. Disponível em: <<http://www.invivo.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1014&sid=9>> acesso em 05.11.2019.

NASAOVINGA, Camilo Afonso N. O poder político do Kongo e a sua cosmologia. **Wizi-Kongo.com**, 10 dez 2016. Disponível em: <<http://wizi-kongo.com/historia-do-reino-do-kongo/o-poder-politico-do-kongo-e-a-sua-cosmologia/>> acesso em 27.05.2019.

NATALI, João Batista. Após 32 anos, Mobutu deixa um Zaire falido. **Folha de São Paulo Mundo**, 17 mai 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft170504.htm>> acesso em 24.05.2019.

NETO, Maria da Conceição. Maria do Huambo: Uma vida de “indígena”. Colonização, estatuto jurídico e discriminação racial em Angola (1926-1961). **África, (35)**, 119-127, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/africa/article/view/126696/123691>> acesso em 04.10.2019.

NICHOLSON, Michael. **Mahatma Gandhi**. Tradução Matilde Leone. São Paulo: Globo, 1993. (Série Personagens que mudaram o mundo: Os grandes humanistas).

NKRUMAH, Kwane. **Axioms of Kwane Nkrumah**. London: Thomas Nelson and Sons LTD, 1967.

NOGUEIRA, André. Como ler textos em hieróglifo? Entenda como funcionava a escrita dos antigos egípcios. **Aventuras na História UOL**, 15 set 2019. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/como-ler-textos-em-hieroglifo.phtml>> acesso em: 09.10.2019.

NOSELA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

O COLONIALISMO português no Estado Novo. **Youtube**, 28 abril 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ltPEPjy1DBo>> acesso em 19.11.2019.

O PAÍS da África que se tornou um 'cemitério de eletrônicos'. **BBC News Brasil**, 10 jan 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160109_lixao_eletronicos_ab> acesso em 08.01.2020.

OLIVER, R; OLIVER, C. **Africa in the days of explotation**. Engle Wood Cliffs-NJ: Prentice-Hall, Inc. 1965. (A Spectrum book).

ORELLANA, Alex Soza. 50 anos de luta contra o império. **Portal Vermelho**, 16 jan 2016. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/275124-1>> acesso em 06.09.2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf> acesso em 14.08.2019

PAIGC. História do PAIGC. **PAIGC**, 2018. Disponível em: <www.paigc.net/historia.html> acesso em 20.09.2019.

PAIGC. **Manual Político**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portuques/cabral/ano/paicg/01.htm>> acesso em 28.11.2019.

PASSETTI, Edson. **Conversação libertária com Paulo Freire**. São Paulo: Imaginário, 1998.

PASSOS, Walter. A rebelião dos Maji-Maji – o maior genocídio alemão na África. **Bayah**, 15 nov 2011. Disponível em: <<http://cnnbba.blogspot.com/2011/11/rebeliao-dos-maji-maji-o-maior.html>> acesso em 29.10.2019.

PAULO Freire: “nós podemos reinventar o mundo”. **Nova Escola**, 07 mar 2018. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/266/paulo-freire-nos-podemos-reinventar-o-mundo>> acesso em 02.12.2019.

PAULO VI, Papa. **Carta Encíclica Populorum Progressio**, 26 de março de 1967. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html> acesso em 26.11.2019.

PELANDRÉ, Nilcéa Lemos. **Ensinar e aprender com Paulo Freire**: 40 horas 40 anos depois. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, Joseane. O mito do “pigmeu” e o neocolonialismo. **Aventuras na História UOL**, 26.03.2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/o-mito-do-pigmeu-e-o-neocolonialismo.phtml>> acesso em 24.05.2019.

PEY, Maria Oly [et al] (Org.). **Recordando Paulo Freire: experiências de educação libertadora na escola**. Rio de Janeiro: Achimé, s/d.

PINA, Rute. Quem foi Kwame Nkrumah, líder da primeira independência africana. **Brasil de Fato**, 22 set 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/22/quem-foi-kwame-nkrumah-lider-da-primeira-independencia-na-africa/>> acesso em 06.11.2019.

PINHEIRO, Joaquim Franco; OLIVEIRA, Hermes de Araújo; LEANDRO, Jaime de Oliveira. **Subversão e contra-subversão**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar / Centro de Estudos Políticos e Sociais, nº 62, 1963.

PITOMBO, João Pedro. Ialorixá mais influente na Bahia, Mãe Stella de Oxóssi morre aos 93 anos. **Folha de São S. Paulo**, 27 dez 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/12/ialorixa-mais-influente-da-bahia-mae-stella-de-oxossi-morre-aos-93-anos.shtml>> acesso em 16.10.2019.

PITTA, Valter. Monomotapa: o reino de ouro. **Blog Civilizações Africanas**, 20 jun 2010. Disponível em: <http://civilizacoesafricanas.blogspot.com/2010/06/monomotapa-o-reino-do-ouro.html>> acesso em 11.12.2019.

RAMME, Oliver. 1965: MOBUTO dá golpe e se torna presidente do Congo. **Deutsche Welle**, s/d. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1965-mobutu-d%C3%A1-golpe-e-se-torna-presidente-do-congo/a-335596>> acesso em 20.08.2019.

RAMOS-HORTA, José. **Timor-Leste: amanhã em Díli**. Prefácio de Noam Chomsky. Textos de Xanana Gusmão. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1994. (Caminhos da Memória 3).

REIS, Maria Dulce. Democracia grega: a antiga Atenas (séc. V a. C). **Sapere aude** – Belo Horizonte, v. 9 – n. 17, p. 45-66, Jan./Jun. 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/rafae/Downloads/17648-Texto%20do%20artigo-64170-1-10-20180713.pdf>> acesso em 06.10.2019.

RIFT VALLEY. A rift valley is a low land region that forms where Earth's tectonic plates move apart, or rift. **National Geographic Society**, 15 jun 2015 (last updated). Disponível em: <https://www.nationalgeographic.org/encyclopedia/rift-valley/>> acesso em 21.09.2019.

RODRIGUES, Joana. "Crianças-irã": um caso de violação dos direitos infantis na Guiné-Bissau. **Deutsche Welle/Guiné-Bissau**, 16 jun 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/crian%C3%A7as-ir%C3%A3-um-caso-de-viola%C3%A7%C3%A3o-dos-direitos-infantis-na-guin%C3%A9-bissau/a-18520353>> acesso em 01.10.2019.

RODRÍGUEZ, Lidia Mercedes. **Paulo Freire: uma biografia intelectual: surgimiento y maduración de la pedagogía Del oprimido**. 1ª ed. Buenos Aires: Colihue, 2015.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012. (Série Unifreire).

SAHEL. Disponível em:

<<http://africacontinente.blogspot.com/2015/10/sahel.html?view=timeslide>> acesso em 27.05.2019.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. 1ª edição. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 [2007]. (Companhia de Bolso).

SAMPAIO, Madalena. Lilica Boal, a eterna diretora da Escola-Piloto do PAIGC. **DW notícias/especiais/25 de abril e independências**, 17 out 2014. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/lilica-boal-a-eterna-diretora-da-escola-piloto-do-paigc/a-17678843>> acesso em 20.09.2019.

SAMPAIO, Madalena. Cronologia 1970-1974: da intensificação da luta armada à Revolução dos Cravos. **DW/25 de Abril e independências**, 11 dez 2013. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/cronologia-1974-2002-das-independencias-ao-fim-da-guerra-em-mocambique-e-angola/a-17280940>> acesso em 20.09.2019.

SAMPAIO, Madalena. Cronologia 1974-2002: das independências ao fim da guerra em Moçambique e Angola. **DW/25 de Abril e Independências**, 11 dez 2013. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/cronologia-1974-2002-das-independencias-ao-fim-da-guerra-em-mocambique-e-angola/a-17280940>> acesso em 20.09.2019.

SANTIAGO, Emerson. África Ocidental Francesa. **Infoescola**, s/d. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/geografia/africa-ocidental-francesa/>> acesso em 27.05.2019.

SANTOS, Aurora Almada e. **O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e a legitimação da luta armada nas colónias portuguesas: 1965-1974**. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772005_697ce39d0788e28863844d0e4f3f5197.pdf acesso em 28.11.2019.

SANTOS, Fernando Barciela. **Angola na hora dramática da descolonização**. Lisboa: Prelo, 1975.

SANTOS, Ricardo Ventura; MAIO, Marcos Chor. Antropologia, raça e os dilemas das identidades na era da genômica. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos vol.12 no.2 Rio de Janeiro May/Aug. 2005**.

Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702005000200011> acesso em 06.10.2019.

SANTOS, T. G. **Desconstruindo Paulo Freire**. História Expressa, 2017.

SARTRE, Jean-Paul. **Colonialismo y neocolonialismo**. Traducción de Josefina Martinez Alinari. Buenos Aires: Editorial Losada, 1965.

SARTRE, Jean-Paul. **Reflexões sobre o racismo**. 4ª edição. Tradução J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

SCHOLL, C. J. A questão das origens dos povos da Guiné: o debate sobre o caso dos Bijagós nos boletins culturais da Guiné Portuguesa. Disponível em: http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/anais/46/1469015730_ARQUIVO_textoanpuhCamilleScholl.pdf acesso em 04.12.2017

SCHWARCZ, Lilia M. "Apresentação à edição brasileira: por uma historiografia da reflexão". In: BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou o ofício de historiador. Prefácio: Jacques Le Goff. Apres. à edição brasileira: Lilia M. Schwartz. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 07-12.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. A construção da história das idéias de Paulo Freire. In: STRECK, Danilo R. [et al] (Org.). **Paulo Freire: ética, utopia e educação**. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 29-51. [1999].

SENGHOR, Leopold Sédar. Alocução de Leopold S. Senghor. **Continuar Cabral**: Simpósio Internacional Amílcar Cabral. Praia, Cabo Verde, 17 – 20 de janeiro de 1983, p. 25. Casa Comum/FMS/Pasta 007348. Disponível em: <http://casacomum.org/> acesso em 05.11.2019.

SERRA, João Bonifácio. A queda de Salazar. **Jornal de Leiria**, 14 fev 2019. Disponível em: <https://www.jornaldeleiria.pt/opinio/a-queda-de-salazar-9874> acesso em 03.12.2019.

SIBEUD, Emmanuelle. «Y'a bon» Banania. **L'Histoire par l'image**, abril 2016. Disponível em: <https://histoire-image.org/de/etudes/y-bon-banania> acesso em 05.12.2019.

SILVA, Janice Theodoro da. **Descobrimentos e colonização**. São Paulo: Ática, 1987. (Série Princípios).

SILVA, Luís Inácio Lula da; FREIRE, Paulo. Lula entrevista Paulo Freire, em 1989. **Youtube**, 19 set 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SJsw0O086O8> acesso em 01.10.2019.

SOARES, Martinho Tomé Martins. **História e ficção em Paul Ricouer e Tucídides**. 1ª Ed. Digital. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=sywtDwAAQBAJ&pg=PA436&lpg=PA436&dq=o+histor+e+o+aedo&source=bl&ots=p7s5i5Y9DL&sig=tUZnblRnHV7WV9k33wuDDq5fhvY&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiL3O6OrNDXAhUGgpAKHdbLBaQQ6AEIVDAL#v=onepage&q=o%20histor%20e%20o%20aedo&f=false> acesso em 21.11.2017

SODRÉ, Jaime. Educaxé – Bogum Parte IV. **Blog Mundo Afro**, 14 jul 2009. Disponível em: <<http://mundoafro.atarde.uol.com.br/tag/arvores-sagradas/>> acesso em 22.09.2019.

SOUZA, Ana Inês (org.). **Paulo Freire: vida e obra**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Marcelle. Legado de Paulo Freire é defendido por uns e odiado por outros. **Revista Galileu**, 02 mai 2017. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2017/05/legado-de-paulo-freire-e-defendido-por-uns-e-odiado-por-outros.html>> acesso em 17.12.2017

SOUZA, Ricardo Stumpf Alves de. A Manilha e o Libambo III, O Reino do Congo, Jinga a Rainha de Angola. **Ricardostumpf. blogspot.com**, 12 ago 2012. Disponível em: <<http://ricardostumpf.blogspot.com/2012/08/a-manilha-e-o-libambo-iii-o-reino-do.html>> acesso em 24.05.2019.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Tradução Sandra Regina G. Almeida, Marcos P. Feitosa e André P. Feitosa. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

STILES, Daniel. **Reminiscences on the prehistoric past**, s/d. Disponível em: <https://www.academia.edu/5696276/Reminiscences_on_the_prehistoric_past> acesso em 21.09.2019.

STRECK, Danilo R. [et al] (Org.). **Paulo Freire: ética, utopia e educação**. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2004 [1999].

STRECK, Danilo. R.; REDIN, Euclides. ZITKOSKI, Jaime José (Orgs). **Dicionário Paulo Freire**. 3ª ed. 1ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

TAWFEEK, Farah. Egypt calls on UK to return Rosetta Stone. **Egypt Independent**, 07 nov 2018. Disponível em: <<https://egyptindependent.com/egypt-calls-on-uk-to-return-rosetta-stone/>> acesso em 28.09.2019.

TCHUDA, Daniel Luis. **O ensino no período colonial na Guiné-Bissau (1879-1973)**. Monografia de conclusão do Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB. São Francisco do Conde - BA, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/611/1/2017_mono_d_tchuda.pdf> acesso em 17.12.2019.

TENREIRO, Francisco. **Acerca da casa e do povoamento da Guiné**. Lisboa: Ministério das Colónias/Junta de Investigações Coloniais, 1950. (Estudos, Ensaios e Documentos III).

TERSEN, Émile. **Histoire de la colonisation française**. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.

THE GREAT Rafit Valley. **Discovery HD**, s/d. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0cZYuBiVVYE>> acesso em 17.05.2019.

THE HEART of Amílcar Cabral - Preview. **Youtube**, 19 jan 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zXHDqu78ZW8>> acesso em 27.01.2020.

THOMAS, Nicholas. **Colonialism's culture**: anthropology, travel and government. Cambridge / Oxford: Polity Press, 1994 (1996).

TOP 10 cocoaproducing countries. Disponível em: <<https://www.worldatlas.com/articles/top-10-cocoa-producing-countries.html>> acesso em 24.04.2019.

TORRANO, Jaa. A Teogonia de Hesíodo. **Revista Cult**. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/a-teogonia-de-hesiodo/>> acesso em 21.11.2017.

TORRES, Carlos Alberto. **Diálogo com Paulo Freire**. Tradução Mônica Mattar Oliveira. São Paulo: Edições Loyola, 1979. (Col. Paulo Freire vol. 2).

TORRES, Rosa María. Guiné Bissau: dos décadas despues. Fev 1994. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/1673/3/FPF_PTPF_01_0389.pdf> acesso em 27.12.2019.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva; ANDREOLA, Balduino Antonio. **Freire e Fiori no exílio**: um projeto pedagógico-político no Chile. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 2001.

TURCI, Érica. Bantos – quatrocentos grupos étnicos falam línguas bantas atualmente. **Educação UOL**, s/d. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/bantos-quatrocentos-grupos-etnicos-falam-linguas-bantas-atualmente.htm>> Acesso em 06.05.2019.

TURCI, Érica. Civilizações africanas da Antiguidade - Vale do Nilo e Península Somali. **Educação UOL**, 2010. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/civilizacoes-africanas-da-antiguidade-vale-do-nilo-e-peninsula-somali.htm?cmpid=copiaecola>> acesso em 22.10.2019.

TWAIN, Mark. **Solilóquio do Rei Leopoldo II, da Bélgica**: Uma Defesa de seu Reinado no Congo. Disponível em: <<http://www.colegioequipe.com.br/vicosa/wp-content/uploads/sites/9/Solil%C3%B3quio-do-Rei-Leopoldo-II.pdf>> acesso em 08.12.2019.

VAINFAS, Ronaldo (et al). **História.doc, 6º ano**. 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2015.

VALENTE, Ivan. **Paulo Freire vive!** Hoje, dez anos depois... Sessão Solene em homenagem a Paulo Freire, na Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados: Centro de Documentação e Informação: Coordenação de Publicações, 2007.

VALENTE, Vasco Pulido. Marcelo Caetano A queda e o Exílio. **Público** (Público Comunicação Social S.A.), 17 ago 2006. Disponível em:

<<https://www.publico.pt/2006/08/17/jornal/marcelo-caetano-a-queda-e-o-exilio-93763>> acesso em 03.12.2019.

VALLE, Maria José; JORGE, Sônia Maria Gonçalves; BENEDETTI, Sandra. **Paulo Freire, educar para transformar**: almanaque histórico. São Paulo: Mercado Cultural, 2005.

VALLES, Edgar. **África**: colonialismo e socialismo. Lisboa: Seara Nova, 1974. (Cadernos Seara Nova / coleção “de leste a oeste”).

VASCONCELOS, Francisco Antonio de. Filosofia Ubuntu. **LOGEION**: Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 3 n. 2, p. 100-112, mar./ ago. 2017. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/3841/3181>> acesso em 27.01.2020.

VAZ, Fernando. **Mohamed**: um menino afegão. Ilustrações Marcos Guilherme. São Paulo: FTD, 2002. (Coleção Em Busca da Paz).

VELOSO, Caetano. **Caetano Veloso**. Seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórica e crítico por Paulo Franchetti e Alcyr Pécora. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

VERÍSSIMO, Érico. **Ana Terra**. 18ª edição. Porto Alegre / Rio de Janeiro: Globo, 1983.

VERÍSSIMO, Érico. **O gigolô das palavras**. 12ª edição. Crônicas selecionadas e comentadas por Maria da Glória Bordini. Porto Alegre: L&PM, 1996.

VIGNES, J. **L’Afrique contemporaine**. Milano: Feltrinelli Editore, 1968.

VILLEN, Patrícia. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo**: entre harmonia e a contradição. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VISENTINI, P. F. **História da África e dos africanos**. 3ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

WACKERNAGEL, Tamara. Patrice Lumumba e o destino falhado da República Democrática do Congo. **Deutsche Welle**, 10 jul 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/patrice-lumumba-e-o-destino-falhado-da-rep%C3%BAblica-democr%C3%A1tica-do-congo/a-43704630>> acesso em 19.08.2019.

WALDMAN, Maurício; SERRANO, Carlos. **Brava gente de Timor**: a saga do povo maubere. Prefácio de Noam Chomsky. São Paulo: Xamã, 1997.

WANDSCHEER, Roselaine. A rota dos contos dos Irmãos Grimm. **Deutsche Welle**, 11 mai 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/checkpoint-berlim-a-vida-berlinense-dos-irm%C3%A3os-grimm/a-41281894>>acesso em 28.09.2019.

WESSELING, H. L. **Dividir para dominar**: a partilha da África, 1880-1914. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Revan, 2008.

WILLIS, Bruce W. **The Adinkra Dictionary**. A visual Primer on the language of Adinkra. Washington, DC, 1998 p. 15 – 16.

ZARTMAN, Willian. (editor). **Collapsed states**: the desintegration and restoration of legitimate authority. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1995.

ZIEGS, Beate. Die juristische Auseinandersetzung mit dem Kolonialismus.

Deutschlandfunkkultur, 27 ago 2018. Disponível em:

<https://www.deutschlandfunkkultur.de/verbrechen-an-den-herero-und-nama-die-juristische.976.de.html?dram:article_id=426514> acesso em 30.09.2019.

ZITKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire & a Educação**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica da Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança. Lisboa: Livraria Civilização (Editora do Minho, Barcelos), 1973.